

Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)

Tiago Bernardon de Oliveira

Niterói, Abril de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)

Tiago Bernardon de Oliveira

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da UFF
como exigência parcial para obtenção
do título de Doutor em História.

Niterói, Abril de 2009.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

O48 Oliveira, Tiago Bernardon de.

Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936) /
Tiago Bernardon de Oliveira. – 2009.

267 f.

Orientador: Marcelo Badaró Mattos.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de
História, 2009.

Bibliografia: f. 251-267.

1. Anarquismo. 2. Sindicalismo – Brasil. 3. Movimento
operário. 4. Luta de classes. 5. Brasil – República. I. Mattos,
Marcelo Badaró. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 335.83

Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936).

Tiago Bernardon de Oliveira

Niterói: Tese de doutorado em História / Universidade Federal Fluminense, 2009.

Comissão examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (orientador)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Profa. Dra. Silvia Regina Ferraz Petersen
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Prof. Dr. Alexandre Fortes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras
Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO

Entre os anos de 1906 e 1936, particularmente, o movimento e as idéias anarquistas contribuíram para o desenvolvimento da identidade e consciência da classe trabalhadora no Brasil. Sua área de ação concentrou-se, basicamente, nos centros urbanos e o público alvo preferencial de sua propaganda foram os trabalhadores das cidades, embora os libertários partilhassem de uma concepção mais ampla de classe, segundo a qual pertenceriam à mesma classe todos os que vivessem de seu próprio trabalho e não da exploração alheia, fossem eles do campo ou da cidade, exercessem atividades manuais ou não. Assim, a presente tese versa sobre a trajetória do movimento anarquista em sua relação com o movimento operário brasileiro, sobretudo nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e do antigo Distrito Federal. Procura-se apresentar as estratégias, concepções e avaliações desenvolvidas pelos militantes libertários quanto às possibilidades de se fazer eclodir no Brasil um processo revolucionário que permitisse a concretização de seu ideal.

ABSTRACT

The Anarchist Movement and its ideas contributed to the development of the Brazilian working class identity and awareness principally from 1906 to 1936. Its area of action was basically focused on urban centers and the main target public of its propaganda were the workers in the cities, even though the libertarians shared a wider concept of class, of which all those who made their money from their own work and not from other people's exploration, living in farms or in cities, performing manual activities or not, would belong to. Thus, this thesis is about the course of the Anarchist Movement and its links to the Brazilian Labor Movement, mainly in the states of São Paulo, Rio Grande do Sul, and the former Federal District. The strategies, concepts, and evaluations developed by the libertarian militants regarding the possibilities of breaking out a revolutionary process that allowed the realization of its ideal in Brazil are presented.

Agradecimentos

Muito embora a responsabilidade pelas limitações e falhas desta tese caiba única e exclusivamente a mim, devo atribuir sua conclusão ao apoio e confiança de muita gente que acreditou que este trabalho seria finalizado e viesse a público. Sinto-me muito feliz de ter encontrado conforto intelectual e emocional entre tantas pessoas, que talvez nem saibam o quanto ajudaram. Ciente de que o esquecimento inevitavelmente se impõe em horas como essas, também sei que aqueles que não tiverem seus nomes listados aqui não se ofenderão, pois sabem de minha gratidão.

Assim, começo por agradecer meu orientador, Marcelo Badaró Mattos, que teve que se confrontar com um orientando difícil de lidar. Mas não desistiu e não se permitiu abandonar o barco – algo que outro, em seu lugar, provavelmente o teria feito há muito tempo. A ele agradeço pela amizade, pela tolerância e pelo esforço que dedicou a mim nesses quatro anos. Lamento apenas suas escolhas e opiniões futebolísticas...

Quem sabe do que estou falando, pois viveu a experiência de ser minha orientadora no mestrado é a professora Silvia Petersen, que hoje está avaliando este trabalho. A ela devo agradecer não somente sua gentil aceitação em participar da comissão examinadora, como também o seu pronto apoio há quatro anos, quando decidi me submeter ao processo seletivo do doutorado. Depois disso, ainda me forneceu materiais de pesquisa seus, dentre os quais alguns de seus escritos ainda inéditos, que foram de grande utilidade.

Aos demais membros da comissão examinadora, Claudio Batalha, Alexandre Fortes e Norberto Ferreras, também sou grato por sua disposição em compor a banca de avaliação, e, antecipadamente agradeço sua leitura atenta e as contribuições que, certamente, serão valiosas. Aproveito a ocasião para reforçar meus agradecimentos a Alexandre e a Norberto, pelo exame de qualificação.

Agradeço ao professor Jacques Rouillard, da Université de Montréal, que me acolheu em um breve estágio de pesquisa, já na etapa final de redação da tese, propiciado pelo Ministère des Affaires étrangères et Commerce international Canada (MAECI) e do Bureau canadien de l'éducation internationale (BCEI), cujos desdobramentos das atividades desenvolvidas deverão ser retomados logo a seguir.

Tive a oportunidade também de ter sido aluno da professora Virgínia Fontes e de ter participado de algumas reuniões de seu GTO. Apesar de minha passagem ter sido breve, aprendi com os colegas que ali se reuniam. Assim como nas reuniões do GT-Mundos do Trabalho da UFF, que se modificou nesses quatro anos, com entradas e saídas de muita gente boa, como Felipe Demier, Rômulo Mattos, Paulo Terra, Maya Valeriano, Luciana Lombardo, Julia Monnerat, Marcela Goldmacher, Erika Bastos, Rafael Maul, Gabriel Aladrén, Mirna Aragão, Demian Melo, Marco Marques, e tantos outros.

Aos funcionários das bibliotecas e arquivos visitados, sou bastante grato pela presteza com que fui recebido. Dentre eles, agradeço especialmente a Eduardo Verzoini, do Arquivo Público do Estado de São Paulo; à Leila Duarte, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Marco Aurélio Santana Rodrigues, do Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro; e a Luis Alberto Zimbar, do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista.

Fora do universo acadêmico, pelo menos fora do âmbito de minha pesquisa, muita gente, através de sua amizade, me ajudou a desempenhar minhas atividades.

Cibele Masotti e Rafael Garcia Vianna foram por demais generosos ao me concederem abrigo em suas casas e tornarem minha estadia em São Paulo muito agradável, enquanto eu coletava dados nos arquivos. Com idêntica amabilidade, Anita Bevilaqua me alojou em Resende, semanalmente, para que eu pudesse desempenhar minhas atividades de professor, até que eu fosse agraciado com uma bolsa do CNPq, mantida pelo dinheiro do público, a quem, aliás, sou grato por ter me proporcionado de dedicação exclusiva à pesquisa, por três anos.

Por falar em alunos, guardo com carinho a lembrança daquele período, quando colegas e estudantes da Escola-Um, Escola Municipal Jardim das Acácias e da UFRJ, me acompanharam na expectativa de ter meu projeto aprovado.

Suporte afetivo indispensável, dado também por muitos amigos, antigos e novos, que estiveram sempre por perto, mesmo quando a distância se impunha entre nós: Juca e Maristel Nogueira, Arlene Foletto, Gerson Fraga, Vanderlise Barão, Natalia Pietra, Patricia Anastácio, Daniel Minossi e Isabel, Martha Hameister, Bruna Sirtori, Zé Luis, Antonio Holzmeister, Luciana Lombardo, Laura Hahn, Taís, Leonardo Napp, Renata Dal Sasso, Gabriel e Joana, Mauro Messina, Maurício Fried e Márcia, Éder Pezzi e Adriana Spilki, João Alexandre Corrêa, Marcela Britto e Adriana

Cerqueira, Simone Gamba, Marcela Asi e seus familiares, Elisabeta Mariotto, Patrícia e Gabriele, Isabel Bilhão e Hernán Ramirez, Frederico Duarte Bartz (com quem mantive diálogos de trabalho muito proveitosos), Marcella Beraldo, Clarice, Flávio, Luciana e Caio, Renira, Lavínia Popica, Adriana Facina, Cláudia Trindade e suas queridas Beatriz e Helena, Eduardo e Leonardo Ângelo e Lélis, Silvana, Roberto e Laura, Lázaro e Nil e tantos outros traídos agora pela minha memória. Cabe especial agradecimento a Tiago Luís Gil, velho camarada que sempre esteve próximo em momentos bastante difíceis, assim como em outros mais alegres. Com ele aprendi o quanto alguém pode ser verdadeiramente amigo.

Nesses quatro anos, talvez como nunca antes, tomei maior consciência do quanto sou feliz por fazer parte de uma família extraordinária. Vínculo afetivo eterno e cada vez mais intenso da família em que nasci e que sempre me deu forças sem hesitar. Seu Eitor, dona Irene, Kátia, Diego e Andressa, estão sempre em meu coração, e não sei como agradecer tudo o que fizeram por mim.

Aliás, sinto-me integrante de duas grandes famílias, pois seu Manoel, dona Rita e Guilherme, me acolheram de tal forma nessas terras fluminenses que não posso mais desligar-me deles.

Por fim, e jamais por último, agradeço à Manoela Pedroza. Não há dúvida de que foi ela quem mais sofreu com minhas angústias. Nunca deixou de ser companheira, mesmo em momentos conturbados. Por tudo o que passamos juntos, tenho a convicção redobrada de que nada pode nos abalar. O nosso futuro a nós pertence. Retribuo todo o sentimento que emana de ti, dedicando-te essas mal traçadas linhas.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - ANARQUISMO, ANARQUISTAS E SINDICATOS NO BRASIL	30
A REPÚBLICA, REFORMISTAS E SOCIALISTAS	34
A EMERGÊNCIA DA <i>AÇÃO DIRETA</i>	43
A RECEPÇÃO DO ANARQUISMO NO BRASIL.....	49
O CRESCIMENTO DA MILITÂNCIA ANARQUISTA E DE SUA REPRESSÃO NO BRASIL.....	55
SINDICALISMO E ANARQUISMO.....	58
A EMERGÊNCIA DO “ANARCO-SINDICALISMO” – SINDICALISMO E ANARQUISMO.....	67
A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO SINDICALISMO PELOS ANARQUISTAS	79
CAPÍTULO 2 - DO DIREITO À REVOLUÇÃO.....	90
REIVINDICAÇÃO OPERÁRIA E DIREITO	91
AS GREVES DE 1917	98
DA AÇÃO DIRETA POR DIREITOS PARA A REVOLUÇÃO	111
PRIMEIRAS CRÍTICAS AO BOLCHEVISMO: DITADURA DO PROLETARIADO OU ANARQUISMO?.....	127
O CONGRESSO OPERÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL, DE 1920	137
O III CONGRESSO OPERÁRIO DE 1920 E O ENCAMINHAMENTO DA CISAÇÃO.....	144
CAPÍTULO 3 - A QUEDA	153
ANARQUISTAS E COMUNISTAS: A RUPTURA.....	158
O ANARQUISMO NA ÉPOCA DAS “REVOLUÇÕES PEQUENO-BURGUESAS” E “BURGUESAS”.....	167
NO OIAPOQUE OU NO CHUÍ	179
SOB O GOVERNO VARGAS	190
A DECADÊNCIA E A POLÍTICA DE FRENTE ÚNICA.....	196
CAPÍTULO 4 - INTERNACIONALISMO, RAÇA E NACIONALIDADE NA PROPAGANDA ANARQUISTA DO BRASIL	210
DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS INTERNACIONAIS E O INTERNACIONALISMO DA CLASSE TRABALHADORA.....	213
AÇÕES DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL.....	219
ETNOCENTRISMO E DARWINISMO SOCIAL NA FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA DO BRASIL.....	225
A ÁFRICA NA IMPRENSA ANARQUISTA BRASILEIRA.....	228
RAÇAS E REVOLUÇÃO SOCIAL	232
CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
ARQUIVOS	251
FONTES CONSULTADAS.....	252
2.1. PROCESSOS JUDICIAS (APERGS)	252
2.2. CORRESPONDÊNCIA DE ASTROJILDO PEREIRA (CEDEM)	252
2.3. OPÚSCULOS APERJ	252
2.4. JORNAIS E REVISTAS (AEL, CEDEM, AMORJ, NPH, BN, APERGS E APESP)	252
2.5. PRONTUÁRIOS DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO (DEOPS-SP)	254
BIBLIOGRAFIA.....	258

Introdução

O movimento anarquista de todo o mundo sofreu um grande declínio a partir da década de 1930, agravado após a II Guerra Mundial, quando a nova ordem que se instaurou recrudescia a franca oposição entre blocos de países capitalistas e socialistas. Nesse conflito político-ideológico, para ambos os lados a corrida tecnológico-militar tornou-se essencial. Concepções de mundo se digladiavam no embate – ou melhor, na ameaça de embate concreto – entre Estados, o que reforçava ainda mais a ingerência do Estado na vida social e a sensação de que não havia outras estratégias de ação revolucionária potencialmente eficientes senão as que objetivavam a conquista do aparelho estatal. Era o que pareciam demonstrar também as lutas de descolonização e as revoluções na China e em Cuba. Julgava-se, então, que “*o anarquismo, tanto o movimento quanto a ideologia, parecia um capítulo definitivamente encerrado no desenvolvimento dos movimentos revolucionários e operários modernos*”¹.

Porém, um novo fôlego foi dado ao movimento anarquista em 1968, quando movimentos como a primavera de Praga e o maio francês tornaram-se dois dos principais símbolos da seqüência de eventos que trouxeram novas questões sobre métodos e objetivos da luta revolucionária. Nesse mesmo contexto, movimentos formalmente desvinculados do anarquismo, como o pacifismo impulsionado pela Guerra do Vietnã e a contracultura hippie, contribuíram indiretamente para uma renovação do interesse pelas idéias libertárias. Todos esses eram movimentos que diziam ter nascidos espontaneamente, descentralizados, fora da rigidez disciplinadora e das prioridades e objetivos estabelecidos por vanguardas dirigentes, tais como os partidos comunistas de matizes soviéticas. Instigados pelo clima de mudança, muitos dos participantes desses movimentos foram buscar apoio nos escritos libertários, revitalizando o interesse adormecido, ou quase amortizado, pelo anarquismo.

A partir da década de 1970 se observa o crescimento de bandeiras políticas de minorias oprimidas, em especial em questões de gênero, sexualidade e raça. Percebia-se, corretamente, que a solução para o problema da exploração de classe não significava a certeza da supressão de outras formas de exploração ou preconceito. Mas,

¹ HOBBSAWM, Eric J. Reflexões sobre o anarquismo. In: *Revolucionários – Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: 2.ed., Paz e Terra, 1985, p. 90.

em muitas ocasiões, ao invés de procurar uma articulação em torno de uma causa em comum, diversos desses grupos militantes negavam a subordinação de suas lutas a uma bandeira que colocasse o mundo do trabalho e a exploração de classe como referencial central. O resultado foi uma pulverização de causas e energias militantes, cuja solução particular de cada questão, para muitos, poderia ser obtida sem necessariamente se romper com a ordem capitalista.

Esse fenômeno político veio acompanhado pelo desenvolvimento de novos arcabouços teóricos que, por um lado, passaram a identificar a reprodução da opressão político-social em discursos teórico-filosóficos que se pretendiam revolucionários. Segundo essas concepções “pós-estruturalistas”, o marxismo passou a ser visto como uma metalinguagem que, como todas as outras, dissimulava ser revolucionário, conquanto não passava de mais um discurso produtor de sentidos aprisionantes em sua lógica hermética. Todos os aspectos da vida estariam submetidos a discursos em conflito, que tentavam se impor como dominantes. Por mais revolucionários e libertadores que aparentassem ser, ao se tornarem discursos dominantes na organização social, inevitavelmente se tornariam opressores de outros aspectos da vida, gerando resistências de discursos oprimidos que lutariam por se tornar dominantes, e assim sucessivamente, indefinidamente. A liberdade absoluta seria uma utopia irrealizável, senão também um componente de um discurso em conflito. Restaria tão somente um certo conformismo quanto aos limites da militância pela liberdade e a fragmentação de lutas de acordo com as múltiplas identidades existentes que compunham os indivíduos. Entretanto, a seu ver, esta constatação aparentemente pessimista era muito mais libertadora do que o revolucionarismo calcado nos opressores discursos cientificistas do século XIX dominantes até então, pois os resultados práticos de lutas pontuais e cotidianas se tornavam muito mais eficazes que as pretensões de se construir um homem novo através da conquista do Estado.

Muitos militantes e intelectuais julgaram compor, então, a agenda de uma “nova esquerda”, mais aberta e mais plural. E também no movimento anarquista, que historicamente havia dado atenção às múltiplas formas de opressão cotidiana, houve quem tentasse uma aproximação do ideal libertário com essas teorias pós e antiestruturalistas. Salvo Vaccaro² e Margareth Rago³, por exemplo, filósofo e

² VACCARO, Salvo. *Foucault e o anarquismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000 (consultada a versão eletrônica disponível em http://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/foucault_e_o_anarquismo_-_vaccaro.pdf).

historiadora declaradamente anarquistas, tentam fazer uma aproximação do seu ideal político com o arcabouço teórico formulado por Foucault. De acordo com esses autores, dentre muitos outros, o filósofo francês, embora não se considerasse anarquista, possuía uma dimensão libertária ao perceber que o lugar do exercício do poder não era o Estado, mas os micro-poderes cotidianos, cujos efeitos na construção das subjetividades individuais só poderiam ser combatidos e transformados a partir de intervenções nas mesmas esferas.

Essas tentativas de aproximar a filosofia foucaultiana do anarquismo podem ser entendidas também como esforços para dotá-lo de um arcabouço teórico-metodológico de pesquisa social próprio, capazes de desenvolver conceitos coerentes ao ideário anarquista. Isso não significa desprezar as heranças de militantes, como Bakunin, Kropotkin, Malatesta, entre tantos outros que expressaram as particularidades do pensamento anarquista. Apenas se constata que o anarquismo, talvez pelo seu caráter mais prático e por abrigar múltiplas tendências, jamais conheceu um teórico que lhe devotou um arcabouço teórico e filosófico próprio, de modo semelhante, por exemplo, ao que Marx legou ao marxismo.

Não importa aqui adentrar em pormenores das argumentações que tentam estabelecer correspondência entre o anarquismo e o pós-estruturalismo, senão reconhecer nesse esforço uma manifestação da revitalização que o anarquismo experimentou no desenvolvimento de idéias e mobilização, nesses últimos quarenta anos.

Outros intelectuais bastante influentes no mundo contemporâneo, com matizes teóricas bastante diferentes das de Foucault, como Noam Chomsky⁴, declaram sua simpatia pelos ideais libertários em suas considerações sobre a necessidade de combate contra a dominação em todas as esferas da vida humana, em tempos de radicalização da violência física e simbólica a favor do capital. Ao mesmo tempo, a partir da década de 1990, uma série de movimentos antiglobalização, heterogêneos, organizados de maneira absolutamente descentralizada e executando manifestações públicas de massa,

³ RAGO, Margareth. *Foucault, história e anarquismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

⁴ Dos diversos escritos de Chomsky que, de uma forma ou de outra, possuem uma abordagem libertária, destaca-se a seguinte compilação de textos, que tratam diretamente de suas impressões acerca do anarquismo: CHOMSKY, Noam. *Notas sobre o anarquismo*. São Paulo: Editora Imaginário/Sedição Editorial, 2004.

resgataram uma série de práticas de mobilização e de pautas antigas elaboradas pelos velhos militantes anarquistas.

O desmantelamento da União Soviética e a instauração de uma nova ordem mundial fundada em um “Pensamento Único”⁵ que, paradoxalmente, fortalecia o Estado para garantir a implementação de um *laissez-faire* exacerbado, trouxeram, por um lado, alguma desconfiança em torno da eficiência do partido como elemento estratégico central de resistência revolucionária. Os partidos e suas atribuições não desapareceram, é certo, mas cresceram as expectativas em movimentos sociais que apareciam como o centro da resistência popular às radicais transformações impostas pelo deus-mercado em expansão. Movimentos como o Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México, é um exemplo desses movimentos que ganharam destaque na primazia da articulação da resistência popular autônoma frente aos partidos políticos. Claro que não se pode taxar esses movimentos de anarquistas. Tampouco as grandes mobilizações antiglobalização de Seattle e Gênova, e menos ainda o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, dada a heterogeneidade de grupos, muitos dos quais possuíam posições políticas definidas distintas, e até em oposição, ao anarquismo. Porém, o vulto tomado por tais ondas de mobilização popular contribuíram para trazer à tona o interesse pelos velhos debates sobre temas, organização e objetivos revolucionários dos anarquistas, expresso mesmo em debates internos do marxismo, como o controverso e provocador *Mudar o mundo sem tomar o poder*⁶, de John Holloway.

A presente tese, portanto, é fruto desse contexto. O projeto de pesquisa que lhe deu origem foi formulado em fins de 2004, quando, já havia algum tempo, crescia a sensação (pelo menos a minha, em particular) de que os caminhos institucionais eram incapazes de pôr freio à expansão da instauração de um regime totalitário do mercado, cujos expoentes assumiam, a meu ver, feições cada vez mais próximas do proto-fascismo e da intolerância que lhe é própria. Essa minha sensação era reforçada pela anunciada crise interna que o Partido dos Trabalhadores viveria após a eleição de Lula à presidência da República, cuja campanha caracterizou-se por pragmatismo de

⁵ Essa expressão, bastante utilizada pelos movimentos antiglobalização e de esquerda, de forma geral, foi cunhada no seguinte editorial: RAMONET, Ignacio. La pensée unique. *Le Monde Diplomatique*, Paris, jan. 1995, p. 1. (versão eletrônica do editorial disponível em <http://www.monde-diplomatique.fr/1995/01/RAMONET/1144>)

⁶ HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Boitempo, 2003. (original em inglês de 2002).

alianças e compromissos públicos conciliatórios. A expulsão de alguns de seus quadros contrários aos rumos adotados logo no primeiro ano do governo trouxe imediatamente questões acerca da pertinência da construção de um novo partido político e sobre quais bases e objetivos⁷.

Avaliação de conjuntura correta ou não, o fato é que eu, que não sou anarquista e sempre que exerci alguma atividade de militância o fiz de modo parco e esporádico, me senti atraído, como tantos outros, por compreender melhor o anarquismo e conhecer eventuais contribuições que tal corrente pudesse oferecer aos impasses atuais. Mas este é apenas um aspecto da historicidade que circunda esta tese. Sob outro, ela minuscilmente se insere em um outro processo histórico correlato, com feições políticas e acadêmicas específicas do contexto brasileiro.

A história do anarquismo no Brasil ganhou notável impulso como objeto de estudo acadêmico na década de 1980, através da proliferação de pesquisas sobre a história do movimento operário brasileiro. O interesse de cientistas sociais acadêmicos foi despertado, em grande medida, pelo ressurgimento, no final da década de 1970, de uma mobilização sindical, sendo justamente Lula seu principal expoente, que desafiava a rigidez da repressão imposta pela ditadura militar nascida em 1964. O afrontamento à interdição do direito de greve e de manifestação do livre pensamento gerou uma expectativa muito grande em torno do ocaso definitivo do regime em vigor. Por outro, entrou na ordem do dia daqueles que almejavam uma transformação muito além da forma de governo, uma ruptura definitiva da ordem capitalista. A dimensão adquirida pelas mobilizações e os seus contornos definidos sob moldes que se diziam autônomos em relação ao Estado e às correntes ideológica-políticas trouxeram questões novas sobre estratégias de ação e os agentes políticos que poderiam construir um futuro que se apresentava promissor. Desse processo, se optou pela construção de uma estrutura partidária menos hierarquizada internamente, e com maior organicidade com o movimento sindical e demais movimentos sociais, o que deu origem ao PT.

⁷ Para dar um exemplo dos debates políticos e teóricos, direta ou indiretamente relacionados a essa crise interna do PT e à formação do PSOL, ver a entrevista com Michael Löwy e o dossiê Partido Político da revista *Margem esquerda – ensaios marxistas*. São Paulo, Boitempo, n. 4, p. 9-54, out. 2004. Dentre os artigos, encontra-se um pequeno texto do autor citado acima, John Holloway (Partidos políticos?, p. 45-49.)

Em meio a esse processo, logo se exaltaria a entrada dos trabalhadores como novos personagens⁸ na cena política brasileira, antes relegados a um plano secundário, senão reduzidos a meros expectadores da sua própria história. Colocavam-se novos problemas que necessitavam de novas contribuições para desenvolvê-los. Para tanto, se passou a procurar ajuda em recursos teóricos desenvolvidos em outras paragens, mas com preocupações semelhantes, como as idéias propostas por Edward Palmer Thompson e sua *A formação da classe operária inglesa*⁹, publicada originalmente em 1963. Ali o professor britânico redimensionava o conceito de classe social, num esforço por retomar o legado de Marx e extrapolar os limites que historicamente confinavam tal conceito em uma categoria estática, desprovida da dinâmica que lhe era própria, como experiência histórica concreta. Classe social deixava de ser definida apenas pelo lugar que os homens ocupavam na produção de bens, para ser compreendida como um processo histórico, forjado na relação de conflito entre grupos sociais cujos interesses eram antagônicos e na medida em que seus agentes tomavam consciência dessa realidade. Isso implicaria, por outra parte, uma reformulação da compreensão de consciência de classe, freqüentemente entendida como o acatamento a um específico projeto estratégico de luta revolucionária, e avaliada segundo o juízo do analista social¹⁰. Assim, a consciência de classe não se manifestaria somente nos instrumentos tradicionalmente considerados como expressão de combatividade da classe trabalhadora, tais como os sindicatos e o partido político, mas também em arenas de luta antes negligenciadas, como expressões culturais variadas e o próprio cotidiano.

Claro que uma abordagem teórica desse tipo não se limita a determinar novas formas de percepção, por si só, senão também, e principalmente, contribui para se pensar e forjar novas formas de intervenção na realidade. Aliás, deve-se frisar que o enfoque thompsoniano funda-se em preocupações políticas. Ele integra um esforço coletivo de um grupo de marxistas britânicos que, sob a inspiração de Christopher Hill,

⁸ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: 2.ed., Paz e Terra, 1988.

⁹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: 3.ed., Paz e Terra, 1987. (edição original *The making of the English Working Class*. Londres: Victor Gollancz, 1963).

¹⁰ Muito mais do que no famoso prefácio de *A formação...*(*op. cit.*), em *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser* (Rio de Janeiro: Zahar, 1981. – texto original em inglês de 1978), Thompson confronta de maneira mais incisiva e direta as deturpações das idéias de Marx feitas por seus seguidores, a começar por seu companheiro Engels, denunciando o estancamento de sua contribuição intelectual e política no século XX, provocado, principalmente, pelo stalinismo e sua versão refinada pela academia de Althusser.

procuraram transpor barreiras teóricas e práticas após seu rompimento com o Partido Comunista Inglês, em 1956. Tal como seus colegas, Thompson faz uma crítica marxista à corrente marxista predominante. A seu ver, praticava-se uma política que não só não correspondia à filosofia de Marx, como era notoriamente antimarxista, o que poderia colocar em risco toda a sua produção e a práxis revolucionária que ela inspirava. Desde a eclosão da Revolução Russa, todos os críticos do marxismo enxergavam a consubstanciação dessa corrente filosófica no Estado soviético e nos demais estados ditos comunistas. Segundo os liberais e conservadores de diferentes matizes, nesses países se cometiam, sob inspiração de Marx, as maiores barbaridades da história do mundo civilizado, comparável apenas ao Estado nazista. Para os anarquistas, a centralização política, a censura à livre expressão de pensamento, a hipertrofia do Estado, os atentados contra os direitos individuais e a criação de uma nova classe de burocratas dirigentes, nada mais era do que a concretização inevitável de uma ditadura do proletariado, ao qual dirigiram advertências desde Bakunin, no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores. Por outro lado, ressalta-se que Thompson não foi o primeiro a combater o stalinismo de dentro do marxismo. As primeiras grandes críticas de impacto datam de 1924, quando o comandante do Exército Vermelho, León Trotsky, se opôs publicamente ao governo soviético e aos rumos que a revolução estava tomando. Essas críticas, tais quais as de Thompson e dos demais colegas britânicos, sempre procuraram preservar a filosofia e a capacidade revolucionária do pensamento de Marx, Engels e, no caso de Trotsky, mesmo de Lenin, ao estabelecer diferenças com o desvirtuamento conservador e retrógrado praticado sob o comando de Stálin e outros próceres.

Deve-se registrar que a iniciativa de Thompson foi acolhida de diferentes maneiras entre os marxistas. Houve os que o saudaram como uma renovação do marxismo, um resgate, ainda que revisitado, do pensamento marxiano; enquanto outros, mesmo aqueles que reconheciam méritos e honestidade no trabalho do historiador, divergiam de suas concepções, por tornar o conceito de classe e sua consciência elementos quase que evasivos, pelo caráter diluído de sua manifestação na realidade, o que dificultava a construção de uma resistência minimamente disciplinada, com objetivos estratégicos concretos, tais como a tomada do poder através da conquista do Estado. Além disso, como analisa Marcelo Badaró Mattos¹¹, existiriam

¹¹ MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. *Outubro*, São Paulo, n. 14, p. 81-110, 2. sem. 2006.

ainda aqueles que se valeram de leituras particulares da nova conceituação de classe para justificar enfoques teóricos e políticos diversos, de modo semelhante ao que se passou com Marx e seus leitores, segundo o próprio Thompson. De toda forma, é inegável o impacto que esse historiador inglês produziu na historiografia contemporânea.

Deixando de lado a discussão acerca da pertinência ou não das críticas e da adesão a Thompson, interessa aqui reconhecer que o desenvolvimento de pesquisas sobre o movimento anarquista do Brasil se deu, por um lado, sob o impacto da emergência do chamado “novo sindicalismo”, e, por outro, pela influência crescente desse autor na historiografia brasileira, cujo interesse também decorreu, em parte, pelas perspectivas que se apresentavam para novas formas de organização da classe operária brasileira. Isso porque tanto o “novo sindicalismo” quanto o aporte teórico do marxismo britânico contribuíram para perceber a influência anarquista sobre o movimento operário da Primeira República brasileira como parte integrante de um complexo processo permanente de construção da classe e de sua consciência pelos trabalhadores do Brasil.

Tal perspectiva contrastava com a visão predominante até então, por sua vez também fabricada pelos conflitos políticos decorrentes da própria luta de classes, de que essa influência correspondia a um período precedente a *“um rápido amadurecimento político da classe operária brasileira, que assim mostrava compreender qual o papel histórico que lhe caberia à frente da revolução social e nacional em marcha”*¹², através de seu partido, o Partido Comunista do Brasil. Chegava-se a reconhecer a combatividade dos militantes anarquistas e a sua importância para o desenvolvimento do movimento operário de antes da formação do PCB, como o fez um de seus fundadores e ex-anarquista, Astrojildo Pereira. Porém essa avaliação positiva vinha acompanhada de julgamentos que condenavam o anarquismo como um movimento fadado ao fracasso, perdido em *“desbragado verbalismo ‘revolucionário’, que desperdiçava as energias das ondas “de greves e as lutas de massa, espontâneas e irresistíveis”, por não admitirem “a necessidade de um*

¹² PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB – Notas e documentos, 1922-1928*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962, p. 33.

partido da classe operária” sob “uma direção política e firme (...) de orientação marxista”¹³.

Embora Astrojildo admitisse a importância histórica do movimento ao qual pertencera, sua avaliação estava calcada em uma tradição leninista que imputava ao anarquismo a pecha de “*ideologia pequeno-burguesa*”. Lenin atribuiu a refutação da luta parlamentar pelos anarquistas à sua “*concepção de mundo (...) burguesa posta ao revés*”, cujas “*teorias individualistas e seu ideal individualista*” colocava o anarquismo “*em oposição direta ao socialismo*”¹⁴.

Confundia-se adesão a uma corrente ou a uma estratégia política com consciência de classe. Esse procedimento de busca da identificação imediata é bastante compreensível, como assinalou Pierre Bourdieu¹⁵. De acordo com o sociólogo francês, toda corrente política, especialmente aquelas que se identificam com uma determinada classe social em particular, procura conquistar o monopólio da legitimidade política de um grupo social. Nessa dinâmica de embates políticos, surge a afirmação que tenta se impor como verdade, de que as ações e os desejos de determinado partido são as ações e os desejos de um povo, de uma nação, de um segmento social ou de uma classe. Esse processo, que também pode ser verificado na vida sindical, acaba se naturalizando para os próprios agentes que, de fato, acreditam estar à frente da representação da agrupação a que dizem expressar.

Guardadas as diferenças entre os arcabouços teóricos de Thompson e Bourdieu, que não cabe aqui serem aprofundadas, deve-se somente lembrar que para nenhum dos dois a crítica ao caráter objetivo da classe e de sua expressão política pode ser interpretada como negação de sua existência real. Para ambos, a classe social não é uma invenção discursiva daqueles que procuram descobrir o que se esconde por trás de aparentes fenômenos naturais ou daqueles que simplesmente incitam a participação de massas populares para pressão política. As classes sociais existem, concretamente, e em grande medida são determinadas pelo lugar que os homens ocupam na produção. Porém, sua realização como fenômeno social é decidida por um processo complexo de relações sociais, mediadas por diversas manifestações culturais e políticas, dentre as

¹³ Idem, *ibidem*, p. 136-137.

¹⁴ LENIN, V. I. Socialismo y anarquismo. In: MARX, C., ENGELS, F. e LENIN, V. I. *Acerca del anarquismo y del anarcosindicalismo*. Moscou: Editorial Progreso, 1976, p. 194. (Texto escrito originalmente entre nov. e dez. 1905 e publicado no jornal *Nóvaya Zhizn*, n. 21, 25 nov. 1905).

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das “classes”. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, 7. ed., Bertrand Brasil, 2004, p. 133-161.

quais agem também esses discursos políticos. A consciência, assim, nasce, necessariamente de “dentro” e jamais de “fora” da classe.

Embora essa abordagem não elimine preferências políticas do cientista social, ela redimiu o anarquismo do rótulo de corrente deslocada e desvirtuadora da “verdadeira” consciência de classe. Tornou-se necessário abandonar uma condenação previamente estabelecida pelo pesquisador que analisa sua influência sobre o movimento operário. Não se pode mais imputar ao anarquismo em si, ou a qualquer outro elemento inerente à condição histórica da própria classe, a causa de uma eventual incapacidade revolucionária em algum momento considerado decisivo para a história. Deve-se compreendê-lo como parte integrante da complexidade da luta de classes contingenciada por fatores históricos locais de ordem diversa.

E assim, à medida em que inteirava-se com a abordagem de Thompson, abria-se possibilidade para os historiadores brasileiros, muitos dos quais interessados e envolvidos no processo de construção do “novo sindicalismo” e do PT, debruçarem-se no estudo do movimento operário da Primeira República sem os ranços que imputavam um rótulo de fase infantil, não madura, da classe operária brasileira.

À configuração do “novo sindicalismo” interessava sobremaneira a história das práticas sindicais anteriores a 1930. Reportava-se, desse modo, a um período da história do sindicalismo brasileiro anterior ao jugo das leis de sindicalização forjadas sob o comando de Getúlio Vargas, que tanto amarravam a autonomia do movimento operário e, por isso mesmo, eram preservadas até mesmo pela ditadura militar que se instalou em oposição à herança varguista.

A Primeira República corresponderia, portanto, a uma era em que os sindicatos, malgrado todas as dificuldades impostas pela não observação das garantias constitucionais mínimas, eram livres para organizar-se e agir sem a ingerência do Estado em sua forma de organização interna. Tratava-se de analisar uma experiência histórica concreta da classe operária vista sob o prisma da liberdade sindical e da combatividade espontânea da classe trabalhadora brasileira. Fazia parte de um grande esforço político-histórico em dar voz àqueles que sempre falaram pela boca de dirigentes partidários ou pela história oficial do Estado, e dar atenção à sua capacidade mobilizatória autônoma e à expressão de suas preocupações por eles mesmos. É preciso fazer a ressalva de que o movimento de trabalhadores urbanos nesse período nunca pôde ser superestimado, e seu peso político, nesse sentido, foi relativamente

pequeno, pelo menos até a década de 1920. Ainda assim, proporcionou grandes momentos de mobilização social, atribulação política e temor à classe dominante de uma eventual situação revolucionária, tal qual volta e meia se sabia existir nos países industrializados do Atlântico Norte ou mesmo na Argentina.

Nesse esforço por resgatar as primeiras experiências da classe operária na história republicana, essa historiografia dos anos 1980 dedicou especial atenção ao estudo de práticas sindicais influenciadas pelo anarquismo, talvez em decorrência de um olhar que procurava perceber traços de combatividade, rebelião e revolução em uma classe trabalhadora tida, sob o antigo prisma do juízo falsa/verdadeira consciência, por amorfa, apática e resignada de sua condição de dominada. Nessa procura de articulação orgânica de práticas de resistência contra a dominação do capital, acabou se fazendo alguma espécie de associação entre a experiência da classe e a militância anarquista na Primeira República.

E assim, muito mais do que outras correntes políticas, a influência do anarquismo no movimento operário brasileiro foi alçada à condição de um dos principais objetos de estudo daqueles que se mostravam interessados em reconstituir aspectos da história da classe operária na Primeira República. No entanto, é interessante notar o paradoxo de se remeter a práticas que tiveram de algum modo relação com a militância anarquista, enquanto se tentava produzir uma história da classe operária brasileira tentando desvinculá-la do vício de percebê-la através de correntes ideológicas predominantes.

É verdade que o socialismo teve escassa penetração nas organizações sindicais no Brasil durante todo o período. Menos ainda um socialismo de matriz marxista. Contudo, nem por isso o movimento operário brasileiro pode ser atribuído como um movimento de caráter essencialmente anarquista. Tomando o país, em conjunto, a grande maioria das formas de organização operária se fez segundo características que podem ser associadas, de modo geral, a um reformismo¹⁶ que na maioria das vezes não visava o rompimento da ordem capitalista, senão somente atenuar a situação de penúria dos trabalhadores, conquistando para eles melhorias das condições de vida e de trabalho.

¹⁶ BATALHA, Claudio. Uma outra consciência de classe? – o sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Vértice/Anpocs, 1990, p. 117-127.

A situação vai se alterando com o crescimento de cursos de pós-graduação em todo o país, mas ainda hoje são poucos os estudos que tomaram por objeto estritamente as formas de organização sindical reformistas na Primeira República, como o fizeram Claudio Batalha¹⁷, sobre o movimento operário “amarelo” no Rio de Janeiro, Adhemar Lourenço da Silva Jr.¹⁸, sobre as sociedades de beneficência e socorro mútuo do Rio Grande do Sul e Benito Schmidt¹⁹, com as biografias de lideranças socialistas Antonio Guedes Coutinho, da cidade de Rio Grande, e Francisco Xavier da Costa e Antonio Carlos Cavaco, de Porto Alegre. Dada a diferença em termos numéricos, constata-se uma maior atração dos historiadores pelo estudo do anarquismo, quando tratam de analisar especificamente alguma tendência política influente no movimento operário.

De outra parte, essa concentração temática vem acompanhada – senão originada – de outra, de caráter espacial, que restringe o estudo do movimento operário brasileiro a poucos pontos do país. Isso está diretamente relacionado ao fato de o Brasil da Primeira República ser um país predominantemente agrário. Logo, a concentração urbana era muito pequena, sendo menor ainda a proporção de operários empregados, seja no artesanato, nas manufaturas e nas poucas indústrias de maquinário moderno.

Dessa forma, se bem que o “mito-fundador” remete as origens do anarquismo no Brasil à experiência de uma comuna agrícola, a Colônia Cecília, nos arredores de Palmeira, no Paraná, a história do anarquismo brasileiro é uma história francamente urbana, intrinsecamente ligada ao movimento operário urbano do país, principalmente (embora não exclusivamente) dos grandes centros. Assim, para a Primeira República, falar de movimento operário não implica necessariamente falar em movimento anarquista, mas o contrário não é verdadeiro. A repercussão que o movimento anarquista obteve no Brasil se deveu essencialmente à sua articulação com o movimento operário – o qual, por sua vez, recebeu grandes estímulos organizatórios por parte dos militantes anarquistas.

¹⁷ BATALHA, Claudio. *Le syndicalisme “amarelo” a Rio de Janeiro (1906-1930)*. Paris: Tese de doutorado em História/Université de Paris I, 1984.

¹⁸ SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre: Tese de doutorado em História/PUC-RS, 2004.

¹⁹ SCHMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000; *O Patriarca e o Tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontos de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Campinas: Tese de doutorado em História/Unicamp, 2002.

Assim, a historiografia do movimento operário brasileiro acabou por concentrar suas temáticas nas regiões onde o movimento anarquista desempenhou atividades consideravelmente relevantes. Quando desenvolvi minha dissertação de mestrado²⁰, pude me certificar, por exemplo, da grande disparidade em número de estudos sobre o movimento operário em Minas Gerais²¹ em relação ao antigo Distrito Federal, ao estado do Rio Grande do Sul e, principalmente, ao estado de São Paulo. Essa situação, no entanto, se repete, ainda com maior disparidade, para as outras regiões²².

Essa desigual distribuição quantitativa de trabalhos de caráter regional e suas implicações na construção de uma história que não se restrinja a alguns poucos centros, já há tempos tem sofrido advertências de diversos autores, dentre os quais, se destaca Silvia Petersen²³. A autora destaca a distorção freqüente, não exclusiva da historiografia do movimento operário, que desconsidera as particularidades regionais e submete a complexidade do panorama nacional às sintetizações generalizadoras produzidas a partir dos “centros definidores de sentido”²⁴, no caso Rio de Janeiro e São Paulo.

²⁰ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na república excludente: um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX*. Porto Alegre: Dissertação de mestrado/UFRGS, 2003.

²¹ Dos relativamente poucos trabalhos acadêmicos sobre o movimento operário em Minas Gerais na Primeira República, destacam-se: DUTRA, Eliana Regina Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec, 1988; ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Campinas: Dissertação de mestrado em História/Unicamp, 1984; FARIA, Maria Auxiliadora e GROSSI, Yonne de S. A classe operária de Belo Horizonte: 1897-1920. In: *V Seminário de Estudos Mineiros – A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p. 165-213; DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; VERIANO, Carlos Evangelista. *Belo Horizonte: cidade e política – 1897-1920*. Campinas: Dissertação de mestrado em História/Unicamp, 2001; ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. *Movimento operário em Juiz de Fora na Primeira República*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado em História/UFRJ, 2005.

²² Apenas a título de registro, cito alguns desses trabalhos centrados em outros estados: Ceará – GONÇALVES, Adelaide. *A imprensa dos trabalhadores no Ceará, 1862-1920*. Florianópolis: Tese de doutorado em História/UFSC, 2000; Sergipe – ROMÃO, Frederico Lisboa. *Na trama da história: o movimento operário de Sergipe (1871 a 1935)*. Aracaju: E. J. Andrade, 2000; Bahia – CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 25, n. 50, p. 131-166, jul.-dez. 2005.

²³ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras : as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, UFRGS, n. 3, p. 129-153, maio 1995.

²⁴ Ver crítica à generalização a partir dos “centros definidores de sentido” em CATTANI, Antonio David. *A ação coletiva dos trabalhadores*. Porto Alegre: Palmarinca/SMEC, 1991, p. 44-48. Essa obra lista a produção acadêmica, de até então, voltada para temas da história do trabalho no Rio Grande do Sul.

Especialmente durante a década de 1990 esse fenômeno de “nacionalização” de casos regionais recebeu a contrapartida de estudos regionais. Todavia, como foi dito acima, desenvolveu-se também de modo desigual, principalmente no Rio Grande do Sul.

Para se compreender os motivos pelos quais nesse estado encontra-se atualmente um dos principais núcleos de história do movimento operário do país, deve-se considerar também a influência de aspectos políticos. De forma geral, a historiografia trata de temas regionais, tanto pela facilidade de acesso às fontes locais, quanto pela particularidade da sua formação histórica e seus usos políticos, que ainda hoje, no senso comum, despertam, em sua população, discursos regionalistas, que, por sua vez, são vistos pelos demais brasileiros, freqüentemente, como bairrismo separatista. Especificamente quanto à temática da história do trabalho e das formas de resistência populares, em toda a história republicana, existiu uma certa ebulição política em torno da relação entre o Estado e a participação política dos trabalhadores. Na Primeira República, o partido do governo estadual fundou-se sobre princípios do positivismo de Auguste Comte, que previa a “incorporação do proletariado à sociedade moderna” em seu sistema social conservador. Esse discurso paternalista e o comportamento do governo em alguns episódios relacionados ao movimento operário chegaram a ser identificados como as *origens do trabalhismo no Rio Grande do Sul*²⁵, e que se alastraria pelo Brasil com Vargas e seus herdeiros políticos, João Goulart e Leonel Brizola. Além dessa vertente trabalhista, nesse estado nasceram iniciativas de organização camponesa que, articuladas com outras do país, dariam origem ao MST, ao mesmo tempo em que foi um dos principais redutos de formação do PT e de suas experiências governativas municipais e do próprio estado, o que lhe conferiu um simbolismo de resistência e alternativa política, expresso no Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre, pela primeira vez em 2001.

Porém, de modo geral, as pesquisas que se realizaram ali possuíam, e ainda possuem, um caráter bastante regionalizado. Essa não é uma característica exclusiva da produção historiográfica gaúcha, de maneira geral, nem da história do movimento operário, de maneira específica. A profissionalização da prática do historiador estabeleceu a necessidade de um maior rigor com a historicidade, o que implica um recorte mais restrito no tempo e no espaço. O resultado, de forma geral, é a confecção

²⁵ BODEA, Miguel. *A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1979.

de trabalhos mais rigorosos, atentos à complexidade local e com o desenvolvimento aprofundado de questões que as generalizações não permitem perceber.

No entanto, como ressalta Silvia Petersen, há pouca preocupação com a articulação inter-regional desses trabalhos, o que dificulta a constituição de um quadro nacional da história do movimento operário brasileiro. Corre-se o risco, como sucede muitas vezes com outras áreas temáticas, de um acúmulo de estudos de casos sem o estabelecimento de uma necessária conexão. Para superar restrições analíticas produzidas por recortes temáticos, a autora sugeriu alguns temas gerais para que se tentassem desenvolver pesquisas que dessem conta de análises de caráter inter-regional ou mesmo internacional. Ela própria vem há sete anos desenvolvendo pesquisas em torno da circulação da imprensa operária e de militantes²⁶.

A preocupação de Silvia Petersen insere-se também em uma perspectiva internacional. Marcel van der Linden, por exemplo, é o principal propagador da necessidade de se fazer uma história transnacional do trabalho, justamente para superar deficiências semelhantes às que Petersen apontou para o contexto brasileiro, e desenvolver e apurar conceitos, como o próprio de classe trabalhadora, a partir de uma percepção internacional, que vise superar limitações provindas da imposição de um conceito forjado a partir de um “centro definidor de sentido” e disseminado para o estudo de casos particulares²⁷. Essa necessidade surge em um contexto de intensificação das relações globais do capital. O capital cada vez mais deixa de reconhecer as fronteiras políticas formais e, com ele, trabalhadores de todo o mundo experimentam novas formas de exploração, algumas compartilhadas, todas inter-relacionadas. Perceber as interconexões seria também, de alguma forma, contribuir

²⁶ Resultados parciais de sua pesquisa “Relações interestaduais e internacionais no processo de formação do movimento operário brasileiro”, constituída de diversas etapas, têm sido apresentados em congressos pela autora, mas até este momento ainda não existe uma publicação sistematizada do conjunto dessa pesquisa. Alguns desses textos, referentes à circulação de militantes e de seu material de propaganda, são: “A circulação de militantes e trabalhadores: percursos e efeitos no movimento operário brasileiro em suas primeiras décadas”. *Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História - ANPUH*, João Pessoa: ANPUH, 2003; “Fugitivos o deportados de Brasil: itinerários y efectos de la persecución a ‘agitadores indeseados’ en el movimiento obrero de las primeras décadas del siglo XX”. *III Jornadas de Historia de las Izquierdas – Exilios políticos argentinos y latinoamericanos*. Buenos Aires: CEDINCI, Buenos Aires, 2005; “Relações interestaduais e internacionais no processo de formação do movimento operário brasileiro”. *53º Congresso Internacional de Americanistas-LASA*, Montreal, v. 1, 2007; “A mesma classe, a mesma luta, o mesmo idioma. Breves notas sobre a circulação da imprensa operária publicada no Brasil e em Portugal”. *Anais eletrônicos do IX Encontro Estadual da ANPUH-RS*. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008 (www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210861237_ARQUIVO_PETERSEN-ANPUHRS2008.pdf).

²⁷ LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, UNESP, v. 24, n. 2, p. 11-40, 2005.

para uma ampliação da percepção dos próprios trabalhadores de sua experiência em comum e a construção de formas de resistência e ação internacionais²⁸.

Especificamente no caso brasileiro, as sugestões de Petersen encontraram alguma ressonância. Minha dissertação de mestrado citada anteriormente, por exemplo, foi desenvolvida, sob a orientação da autora, com essa preocupação de tentar mensurar elementos particulares e gerais da relação entre governos estaduais e movimento operário brasileiro em três estados, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Malgrado alguns limites, sobretudo por ter concentrado a análise nas capitais, com exceção de Minas, e das dificuldades inerentes a um estudo comparativo, pude me certificar daquilo que outros autores já apontavam anteriormente, de que a caracterização geral da Primeira República, simplificada no esquema estereotipado do Estado liberal-repressor X militantes anarquistas de origem estrangeira, funda-se a partir do caso paulista e tem pouca fundamentação para ser reproduzida em outras partes do Brasil.

Indo mais além, desenvolveram-se trabalhos que procuraram apreender aspectos da complexidade da história do movimento operário brasileiro através de relações estabelecidas com outras partes do mundo.

Nesse sentido, por exemplo, Vitor Wagner Neto de Oliveira²⁹ analisou as relações de trabalho e de ação de resistência coletiva dos trabalhadores marítimos e portuários do rio da Prata, assim como a rede coordenada de repressão e controle social a essas iniciativas. A riqueza da sua análise, portanto, consiste na superação das fronteiras políticas nacionais ao colocar, por assim dizer, o rio como elemento espacial e o conjunto de categorias de trabalho ligadas ao transporte fluvial/marítimo como seu objeto de estudo.

Com perspectiva de rompimento dos estreitos limites espaciais, alguns autores procuraram compreender aspectos do movimento operário brasileiro através de sua

²⁸ Apenas para citar exemplos desse esforço por contribuir com uma história transnacional do trabalho, ainda indefinida, em formação, ver LINDEN, Marcel van der. The “Globalization” of Labor and Working-Class History and its consequences. *International Labor and Working-Class History*, n. 65, p. 136-156, primavera 2004; BONNER, Philip, HYSLOP, Jonathan e WALT, Lucien van der. Rethinking worlds of labour: Southern African Labour History in International Context. *African Studies*, n. 66, p. 137-168, ago.-dez. 2007; SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

²⁹ OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Entre o Prata e Mato Grosso: uma viagem pelo mundo do trabalho marítimo de 1910 a 1930. (Buenos Aires, Montevideú, Assunção e Corumbá)*. Campinas: Tese de doutorado em História/Unicamp, 2006.

inserção internacional, e confeccionaram biografias de militantes do movimento operário, que circularam por países diferentes. Esse foi o caso de Oreste Ristori, militante italiano anarquista e depois comunista, que viveu entre a Itália, o Brasil e o Uruguai, biografado por Carlo Romani³⁰, e do português Neno Vasco, advogado que se tornou um dos principais articulistas pela propaganda do sindicalismo revolucionário no Brasil, cuja vida e pensamento foram analisados por Alexandre Samis³¹. Edilene Toledo³², por sua vez, analisou a vida de três militantes italianos do sindicalismo revolucionário em São Paulo, com preferências políticas distintas: Alceste De Ambris, socialista, Giulio Sorelli³³, anarquista e Edmondo Rossoni, que se converteria em organizador do sindicalismo fascista e ministro da Agricultura de Benito Mussolini, entre 1935 e 1943.

O trabalho dessa autora, especialmente, se tornou uma referência bastante importante para o desenvolvimento da presente tese. Isso porque ela chama a atenção para um aspecto pouco desenvolvido na historiografia brasileira, de forma geral, para a particularidade do sindicalismo revolucionário, como corrente distinta do anarquismo. Como ela demonstrou, anarquismo e sindicalismo revolucionário podem ser tomados como duas correntes distintas. O sindicalismo revolucionário tomou corpo teórico com o escrito de George Sorel, *Reflexões sobre a violência*³⁴, onde estabelecia as virtudes da ação direta dos trabalhadores e a importância do “mito” da greve geral revolucionária. Segundo seus adeptos, os sindicatos deveriam promover ações deliberadamente revolucionárias sem, no entanto, assumir nenhuma definição política ou religiosa. A função do sindicato era aglutinar trabalhadores e as situações práticas tratariam de conscientizá-los de seu potencial revolucionário e projetar o futuro.

A única divergência que tenho com a análise de Edilene Toledo, compartilhada, aliás, por Alex Buzeli Bonomo³⁵, é que não percebo o sindicalismo revolucionário no

³⁰ ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002.

³¹ SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX*. Niterói: Tese de doutorado em História/UFF, 2006.

³² TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004

³³ A autora publicou sua biografia em uma outra publicação: TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

³⁴ SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (escrito datado de 1907).

³⁵ BONOMO, Alex Buzeli. *O anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935)*. São Paulo: Dissertação de mestrado em História/PUC-SP, 2007, p. 235-299.

Brasil como uma corrente autônoma do anarquismo. Isso não quer dizer, como ela demonstra, que não houvesse divergências com militantes anarquistas sobre a ênfase que os adeptos do sindicalismo davam à função revolucionária dos sindicatos, tampouco que não existiam militantes não-anarquistas que se diziam sindicalistas revolucionários. A meu ver, o sindicalismo revolucionário no Brasil não pode ser dissociado da militância anarquista, e, como a própria autora ressalta, muitas vezes o sindicalismo assumiu feições revolucionárias mais em termos de discurso, na propaganda anarquista e nos estatutos de federações, do que na prática propriamente dita dos sindicatos.

Exceto por essa ressalva, o trabalho de Edilene Toledo é tomado como um importante referencial. Antes dela, muitos autores³⁶ chamaram a atenção para esse aspecto, mas nenhum desenvolve o debate em torno do sindicalismo revolucionário e do anarquismo no Brasil de modo tão aprofundado.

Instigado por essa perspectiva, procurei resgatar as estratégias e dilemas que o movimento anarquista enfrentou no Brasil durante o período que assumiu alguma relevância no Brasil, entre 1906 e 1936. As fontes utilizadas, basicamente, foram o material destinado à propaganda anarquista, através, fundamentalmente, da imprensa sob seu comando (jornais anarquistas e sindicalistas revolucionários). Mas não se desprezei fontes produzidas ou coletadas pela polícia, principalmente do DEOPS-SP, que além de fornecer materiais de bastidores, ainda ofereciam algumas percepções e juízos que ajudam a contrastar a opinião e o ponto de vista interno de seus militantes.

O mote geral foi perceber como os anarquistas tentaram disseminar seu ideal entre os trabalhadores para fazer eclodir um efetivo movimento revolucionário. É, sem dúvida, uma história das idéias, tal qual Edilene Toledo diz ter sido a sua. Mas diria ainda mais: é uma história de intenções. De intenções que não atingiram seu objetivo final – a revolução –, muito embora tenham produzido resultados concretos e ajudado a transformar realidades e participado da experiência da classe trabalhadora dos principais centros industriais do Brasil da Primeira República.

³⁶ Destacam-se SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e anarcossindicalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1987; SEIXAS, Jacy Alves de. *Mémoire et oubli: Anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1992; BATALHA, Claudio. *Le syndicalisme...* (op. cit.), p. 165-169; ARAVANIS, Evangelia. A utopia anarquista em Porto Alegre nos anos 1906 e 1907. *Estudos ibero-americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. XXII, n. 2, dez. 1996, p. 45-46.

Para tanto, a tese foi elaborada em quatro capítulos, sendo os três primeiros organizados seguindo uma ordem cronológica. No primeiro, se procurou reconstituir o processo pelo qual o anarquismo ascendeu no Brasil através da relação estabelecida com o movimento operário. Apresenta-se as discussões em torno da estratégia de ação no interior do movimento operário, para melhor instrumentalizá-lo para seus fins revolucionários. Dada a fragilidade e má reputação que a ideologia dominante conferia ao anarquismo, a fase analisada no primeiro capítulo, finda em 1913, é uma fase de tensão entre a prudência e a impaciência, expressas por grupos de militantes.

Já o segundo capítulo, por sua vez, trata do período das grandes greves iniciadas em 1917 por todo o país. É um período em que os militantes acreditam estar vivendo um momento chave, de inflexão histórica, no Brasil e no mundo, diante do desenvolvimento da Revolução Russa. Estabeleceu-se um quadro que levou o movimento, como um todo, a discutir a possibilidade de se passar a uma ofensiva real, com chances de derrocar o sistema de exploração e opressão vigente no país, e construir o socialismo anarquista. Uma série de dilemas e impasses, na avaliação sobre a definição de estratégias e da conjuntura propícia, se impôs para os militantes anarquistas naquele momento.

A crise se estabeleceu, parte da militância abandonou o movimento para fundar o PCB, convictos de que as estratégias anarquistas haviam atingido seu esgotamento. Outra parte permaneceu fiel às antigas convicções, mas uma nova conformação das estruturas político-sociais no país colocava novos desafios ao movimento anarquista. O terceiro capítulo é analisado sob a perspectiva da perda do monopólio do discurso revolucionário, que caracterizou o anarquismo no Brasil nas duas décadas anteriores. Nos anos 1920 e 1930, os anarquistas remanescentes oscilaram entre o apoio e a oposição a movimentos encabeçados por tenentistas e comunistas. Por trás dessa oscilação, a hesitação frente à necessidade de se escolher entre a preservação de sua identidade política e de seu “purismo revolucionário” ou o risco de se cair no ostracismo até sua amortização completa enquanto movimento organizado.

O quarto e último capítulo foge ao esquema cronológico dos demais, mas debate uma questão que perpassa os primeiros: como convencer a classe trabalhadora de seu potencial revolucionário? Isso implicou um esforço de construção da identidade operária adequada à sua concepção internacionalista. De outra parte, implicou enfrentar as divisões nacionais e raciais existentes no Brasil. O capítulo tenta

demonstrar algumas dificuldades que os anarquistas encontraram nesse esforço de propaganda e, ao mesmo tempo, levantar questões acerca de seu olhar sobre a composição racial e nacional dos trabalhadores do Brasil, entre 1908 e 1921, tomando São Paulo como referência.

Aliás, depois de tudo o que foi falado sobre os avanços e debates concernentes aos recortes espaciais, optou-se por analisar a documentação produzida pela militância anarquista do Distrito Federal, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. O “Brasil” do título desta tese reduz-se, na verdade, a esses três casos. Ainda que algumas vezes se remeta a algumas cidades do interior, principalmente Santos e Pelotas, a prioridade concentra-se nos casos das capitais. Desconsiderou-se, de outra parte, os vestígios deixados por militantes de outras partes do país, embora alguns pudessem ser percebidos nas fontes consultadas, que pouco poderiam ser restituídos por mim, dada a dificuldade de acesso às fontes e falta de conhecimento de estudos regionais (em boa parte dos casos, inexistentes). Fica aí, ainda, uma lacuna a ser preenchida no futuro.

Porém, devo advertir que a abordagem não foi feita de modo simétrico, até mesmo porque o movimento anarquista não foi, como não poderia ser, uniforme em intensidade nem em periodização. O movimento anarquista, por exemplo, sofreu seus primeiros profundos ataques, que se mostrariam irreversíveis no Rio de Janeiro, já a partir da formação do PCB, em 1922. No Rio Grande do Sul, existia ainda um resquício na metade da década de 1920, com progressivo enfraquecimento no alvorecer da década seguinte, até sua marginalização. A década de 1930, assim, ficou praticamente reduzida à cidade de São Paulo.

Estou consciente de que tal opção representa andar na contramão da tendência ao recorte regional ou local específico, e, de certa forma, é um retorno à generalização e seus problemas. Representa, de outra forma, um esforço, com todos os riscos implicados, por tentar compreender o movimento anarquista enquanto movimento minimamente articulado, através de militantes das três principais regiões onde o anarquismo exerceu influência. Queria-se evitar uma narrativa, por vezes habitual, que toma um fenômeno por particular e, por vezes, com exagero, quando, na realidade, ele encontra congêneres em outros espaços. Procurou-se apresentar dilemas e respostas comuns ao conjunto da militância libertária, reconhecendo algumas particularidades, sem, no entanto, haver preocupação com uma comparação sistemática, senão apenas esboçada.

Anarquismo, anarquistas e sindicatos no Brasil

A definição política de um grupo ou de um indivíduo não é uma tarefa fácil. Isso porque quando alguém procura estabelecer uma caracterização geral de uma corrente política aplicada a um grupo, muitas vezes, resulta em protestos dos observados e de outros observadores, que pedem mais atenção às matizes e sutilezas que separam aqueles que aparentemente estão juntos sob um mesmo rótulo. Na maioria das vezes, há razão para tanto. Deste modo, por exemplo, existem grandes divergências teóricas e de métodos de ação entre as diversas correntes que se dizem marxistas, da mesma maneira que existem diferenças significativas na escala de valores e práticas dos ditos conservadores. E é preciso levar em conta essas matizes para poder compreender se existem ou não aproximações que permitem que esses grupos sejam identificados ou auto-identificados pela mesma nomenclatura política.

Quando se pensa no movimento operário na Primeira República brasileira, a principal imagem difundida, a partir dos casos de São Paulo e do Rio de Janeiro, é a do predomínio do anarquismo nos meios sindicais. A historiografia do movimento operário brasileiro, de modo geral, apesar de reconhecer, tende a não levar muito em conta a diferenciação entre o que é chamado aqui de anarquismo “puro” (anarco-comunismo) e anarco-sindicalismo no Brasil³⁷, fazendo, na maioria das vezes, breves menções à existência de diferenças em suas concepções e métodos de luta. De todo o modo, a falta de uma demarcação explícita das diferenças entre esses dois grupos não tem grandes implicações, uma vez que ambos os grupos eram anarquistas que procuravam estar bastante próximos dos trabalhadores, diferenciando-se basicamente no peso que conferiam aos sindicatos como elemento estratégico para a destruição do capitalismo.

³⁷ Dentre os principais trabalhos que procuram estabelecer essa diferença, encontram-se SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e anarco-sindicalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1987 e MAGNANI, Sílvia Lang. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982. Ambas as autoras fundamentaram o seu trabalho a partir da análise de dois jornais: o paulista *La Battaglia* e o carioca *A Terra Livre*.

Recentemente, esse debate tomou uma nova dimensão com Edilene Toledo³⁸ ao apresentar os resultados de sua pesquisa e defender a tese de que o sindicalismo revolucionário, entendido como uma corrente autônoma, com um corpo teórico próprio, em voga em diversas partes do mundo graças à repercussão obtida pela Confédération Générale du Travail (CGT francesa), era a orientação predominante na vida sindical dos principais centros industriais do país. Através da estratégia principal do sindicalismo revolucionário, de manter os sindicatos livres de qualquer orientação religiosa ou política, dentre as quais o próprio anarquismo, militantes anarquistas conviviam com militantes de outras correntes e diversas religiões nas organizações sindicais. Portanto, sindicalismo revolucionário não é o mesmo que anarquismo, confusão usualmente feita na historiografia que, por vezes, tende a considerar o termo “anarco-sindicalismo” como sinônimo de “sindicalismo revolucionário”. Ou seja, é uma nova problematização acerca de alguns dos elementos que eram vistos simplesmente como dados de prova da influência ou controle dos anarquistas.

Como a proposta desta tese é discutir a militância anarquista e sua influência nos meios operários brasileiros, o objetivo deste capítulo é analisar o processo de ascensão anarquista no movimento sindical, que permitiu criar uma imagem de vinculação quase estrita entre um e outro para o caso da Primeira República. Creio ser importante apresentar as diferentes correntes anarquistas atuantes no movimento operário da primeira metade do século XX. Inspirada no trabalho de Edilene Toledo, desenvolveu-se a hipótese central deste capítulo, que se resume à idéia de que se a concepção predominante na organização sindical da Primeira República era o sindicalismo revolucionário, coube aos anarquistas grande parte da responsabilidade de sua divulgação e da repercussão atingida. Neste sentido, pelo menos do ponto de vista dos anarquistas que o propagavam, o sindicalismo revolucionário foi muito mais um método de ação do que propriamente uma corrente política autônoma. Os anarquistas o viram como o meio para manterem-se atuantes no meio operário para conseguir adeptos e combater seus adversários. Um método que, se não exclusivo, foi instrumentalizado a tal ponto de ser apresentado como o método em contraposição aos métodos “maliciosos” de seus adversários, principalmente no que se refere às tentativas de atrelamento das associações sindicais a um partido (o que não se

³⁸ TOLEDO, Edilene. Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas: Editora da Unicamp, 2004; Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

generalizou, em boa parte, também, devido à incansável atuação anarquista). A intensidade da defesa dos princípios do sindicalismo revolucionário pelos anarquistas, pelo menos no que tange à neutralidade política, deveu-se, assim, a uma estratégia de sobrevivência do anarquismo na organização sindical dos principais centros em industrialização do país (e aqui talvez caiba uma analogia às avessas da “planta exótica”), que permitiu sua ampliação e também sua identificação com o sindicalismo revolucionário.

Assim, durante a análise desse processo, apesar da ressalva da autora quanto ao anacronismo da expressão, apenas para fins de nomenclatura e diferenciação dos “puros”, utilizarei a expressão “anarco-sindicalismo” para me dirigir especificamente aos anarquistas adeptos da estratégia do sindicalismo revolucionário. Ela permite também diferenciá-los e reconhecer a existência dos outros diversos grupos “sindicalistas”, além dos seus adeptos anarquistas, inclusive dos que tomavam o sindicalismo revolucionário como uma corrente autônoma. Por fim, utilizarei os termos “libertários”, “anarquistas”, “ácratas”, quando houver a possibilidade de tomar, a partir do que eles têm em comum, os diversos grupos anarquistas em sua forma geral.

Para este grupo, o sindicalismo era uma estratégia, um meio, uma base na qual pudessem semear seus princípios e instigar os trabalhadores e até mesmo os outros sindicalistas “sinceros” (a seu ver, os que não eram politiquês, oportunistas, mas lutavam com dignidade e valentia, apesar de não serem anarquistas) às formas de solidariedade que fossem ensaios da solidariedade ácrata futura.

Para não incorrer no problema da desagregação, os anarco-sindicalistas prezaram muito pelo princípio da neutralidade política e religiosa no interior do sindicato. Como se verá, as referências explícitas ao “anarquismo” nas publicações sindicalistas, ou seja, nos órgãos de imprensa de associações sindicais eram, de forma geral, parcamente comparadas, evidentemente, às publicações de grupos estritamente anarquistas. Sobre isso é interessante notar, por exemplo, que *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira (COB), tinha muitas similaridades e diferenças de um jornal como *A Guerra Social*, em cujas redações atuavam quase que com os mesmos quadros do Rio de Janeiro.

É certo, entretanto, que a defesa do princípio da neutralidade não implicou arrefecimento da propaganda anarquista. Como se verá no sindicalista *A Voz do Trabalhador*, notícias, autores e discussões de interesses claramente identificados com

o anarquismo ocupavam espaços em suas colunas, em detrimento de outras correntes políticas, que, quando tinham suas opiniões publicadas, podiam receber uma resposta de seus editores no número seguinte.

Como se trata da análise de um grupo político que tem na fala uma das suas mais fortes formas de expressão, se não a principal, muito do caminho escolhido para realizar essa tarefa passa por uma análise que dê destaque ao discurso dos militantes, o que pode causar certa aversão por parte do leitor, receoso de ver uma tese sobre a história do movimento operário que não dê atenção às suas práticas. Almeja-se, no entanto, que este não seja o caso, ao menos neste capítulo. Se sua tônica é a análise do discurso dos agentes, em contrapartida, se procurará sempre relacioná-lo com os métodos práticos de organização e propaganda, já que o objetivo da tese é ver as realizações da militância e não apenas o que diziam ou deixavam de dizer. Porém, não se pode prescindir da fala desses militantes, pois se trata de um movimento político e, como tal, faz-se e refaz-se na medida em que se posiciona diante de conflitos discursivos, processo pelo qual também se dão os contornos da própria classe operária.

Considerando que todos os agentes políticos só existem em caráter relacional³⁹, o anarquista só existe na medida em que existe todo um mundo não-anarquista, do qual quer diferenciar-se produzindo uma imagem de si mesmo e dos outros (e os outros dele), a ponto de positivizar seus atributos em detrimento daquilo e daqueles que quer combater. Por isso, para compreender a adoção do sindicalismo revolucionário como o principal método de luta eleito por parte dos militantes libertários e a projeção do movimento anarquista alcançada graças à sua forte presença na luta sindical, deve-se pensar quais as suas condições de emergência, como e contra quem construíram essa sua relativa hegemonia no movimento operário brasileiro, cujo auge se daria na conjuntura de greves de 1917-1920. Claro está, portanto, que eles não eram os únicos a desejarem que o movimento operário seguisse os seus princípios para atingir os fins que consideravam pertinentes. Para tanto, centremo-nos nas condições estruturais da política brasileira, iniciando com as dificuldades encontradas pelos grupos socialistas, cuja presença nas primeiras formas de organização operária, nos primeiros anos republicanos, mesmo que frágil, era mais forte do que a dos anarquistas.

³⁹ BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, 7. ed., Bertrand Brasil, 2004, p. 178.

A REPÚBLICA, REFORMISTAS E SOCIALISTAS

A partir da queda da monarquia, houve a expectativa de várias correntes políticas, a maioria de caráter reformista, de encontrar na República a oportunidade de implementar na prática a concretização de suas idéias.

Os positivistas eram os que tinham maiores razões para crer que a doutrina de Augusto Comte seria a base para a organização política e social do país, afinal, foi ela quem orientou a movimentação dos alunos de Benjamin Constant na Escola Militar da Praia Vermelha e deu suporte à proclamação da República pelo Marechal Deodoro da Fonseca. A filosofia positivista entendia o processo histórico como um movimento cumulativo e progressivo, em que o desenvolvimento dos avanços científicos e tecnológicos que se observava no século XIX era uma prova e um meio da caminhada de toda a humanidade rumo a um estágio superior, o Estado Positivo, caracterizado idealmente pela hierarquização harmônica da sociedade, em que cada membro de cada classe social “viveria para outrem” e desempenharia uma função importante para o desenvolvimento de toda a coletividade. Nessa ode à razão, a organização social também deveria ser regida por preceitos científicos, desenvolvida e difundida por todos, sob a orientação de personagens mais afeitos à ciência e à filosofia.

Uma das principais preocupações para “conservar melhorando” rumo ao Estado Positivo referia-se ao proletariado, que deveria constantemente ser “incorporado” à sociedade através da sua elevação espiritual e moral pela educação. Idealizado como um *“trabalhador cheio de virtudes, a quem não se permite o desenvolvimento de suas capacidades”*⁴⁰, o proletário desempenharia uma função-chave para a elevação moral de toda a sociedade, pois, dadas as condições materiais a que estava submetido, estava mais propenso a desenvolver um espírito cooperativo. Além disso, acataria com mais facilidade, e difundiria com a prática do “exemplo” às outras classes, em particular aos seus patrões, as propostas iluminadas dos dirigentes políticos de extirpar o “egoísmo” liberal e a avidez incessante por lucros individuais, tornando possível a colaboração harmônica das classes.

Seus intentos reformadores não tiveram grande entrada no movimento operário e, apesar da inscrição na bandeira nacional, o positivismo não conseguiu fazer valer na plenitude seus princípios na promulgação da Constituição Federal de 1891. Sua esfera

⁴⁰ BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hidelbrando e GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 36-37.

de influência ficou reduzida basicamente ao Rio Grande do Sul, onde Júlio de Castilhos, apesar das divergências com o Apostolado da Igreja Positivista do Rio de Janeiro, ergueu trincheiras, sob a proteção do federalismo que ele próprio ajudou a instituir quando constituinte federal, através da Constituição Estadual outorgada em 1893. Ainda assim, no que se refere à relação capital/trabalho, o positivismo compartilhava os valores liberais e recusava-se a admitir a possibilidade de existir alguma forma de regulamentação promovida pelo Estado. O contrato de trabalho cabia estritamente à esfera privada, realizado entre dois homens livres e iguais (o patrão e o empregado), que poderia ser quebrado por qualquer uma das partes envolvidas quando julgassem conveniente: o trabalhador era livre para pedir demissão quando considerava seu salário insatisfatório, do mesmo modo que o patrão era livre para recusar seus serviços no momento que considerava pertinente. Ao Estado, de acordo com os positivistas, especialmente na versão castilhista, cabia apenas exercer a “pedagogia do exemplo” sobre os demais patrões, ensinando-lhes a tratar com justiça e dignidade os seus empregados.

Neste momento inicial da República, existiram grupos, muitos deles ligados ao exército, que mesclavam influências positivistas com concepções socialistas que já haviam chegado em terras brasileiras décadas antes. Ressaltando que não se pode compreender socialismo apenas como marxismo, “*pode-se dizer que as idéias socialistas chegaram ao Brasil tão logo começaram a desenvolver-se na Europa*”⁴¹. Na Revolução Praieira de 1848, segundo alguns autores, é possível encontrar traços da influência do socialismo de Fourier combinados ecleticamente com outros muitos autores (dentre os quais, teólogos considerados santos pela Igreja Católica)⁴². Antes dessa revolta pernambucana, Fourier também seria a principal referência da organização de duas curtas experiências comunitárias de colonos franceses no interior de Santa Catarina (o Falanstério do Saí ou Colônia do Saí, organizada por Benoît Jules

⁴¹ BANDEIRA, Moniz; MELLO, Clóvis e ANDRADE, A.T. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: 2.ed., Brasiliense, 1980, p. 13. (1ª edição: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.).

⁴² CHACON, Valmireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; MORAES Filho, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. In: MORAES, João Quartim de e REIS Filho, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil – Vol. I: O impacto das revoluções*. Campinas: 2.ed. rev., Editora da Unicamp, 2003, p. 16-19. (1ª edição original: Editora Paz e Terra, 1991); RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil (1675-1913)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969, p. 26-33. (Este último autor procurou inserir diversos episódios de revoltas e de formas de organização de cunho popular, dentre os quais o quilombo de Palmares, Cabanada e Canudos, na trajetória de lutas pelo socialismo no Brasil. Daí o recorte cronológico apresentado no título de seu livro iniciar em 1675).

Mure, e a Colônia do Palmital, liderada por um dissidente, Michel Derrion⁴³) e de duas publicações de propaganda dita socialista: o jornal niteroiense *O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, de 1845, e os três volumes do livro *O Socialismo*, do General José Abreu e Lima, escritos no Recife desde 1852 e publicados em 1855, além de outros títulos de periódicos que sinalizavam tentativas de aproximação, pelo menos em discursos, com os trabalhadores tendo como horizonte uma noção de socialismo⁴⁴.

Entre homens das Forças Armadas brasileiras, que desde as décadas finais do Império colocavam a instituição em uma posição de organizador social e moral, além da forte influência do positivismo observa-se também a presença de outras vertentes reformistas, atuando principalmente no Distrito Federal. A seus olhos, era patente a necessidade de organizar os trabalhadores para, a seu modo, incorporá-los (ou emancipá-los) à sociedade para pôr fim às injustiças sociais, com os novos métodos que a República legalmente reconhecia, sobretudo pela via eleitoral.

Uma primeira tentativa de organização foi feita pelo ex-militar e jornalista Gustavo de Lacerda, cujo partido desapareceu no mesmo ano de fundação, em 1890, após o fracasso dos resultados eleitorais desse ano. Mas no mesmo ano, outros dois surgiriam.

⁴³ COGGIOLA, Osvaldo. Origens do movimento operário e do socialismo no Brasil. In: Web Page do Grupo de Trabalho Estudos de História Contemporânea/Grupo de Pesquisa História e Economia Mundial Contemporânea/ USP, jan. 2008, p. 1. (Disponível em: http://www.gtehc.pro.br/Textos/Origens_mov_operario_socialista_no_Brasil.pdf - visto em 23/1/2008.). Benito Bisso Schmidt (Os partidos socialistas na nascente República. In: FERREIRA, Jorge e REIS Filho, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil – Vol. 1: A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 141) também faz referência ao Falanstério do Saí reportando-se à GALLO, Ivone Cecília d’Avila. *A aurora do socialismo: fourierismo e o Falanstério do Saí (1839-1850)*. Campinas: Tese de doutorado em História/Unicamp, 2002.

⁴⁴ LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: 2.ed., Editora Alfa-Ômega, 1977, p. 28-35 (1ª edição de 1955). Linhares, como Edgar Rodrigues (*Socialismo... op. cit.*), também faz referências a inúmeros movimentos sociais na trajetória da luta operária antes da República, dentre os quais a Conjuração Baiana e o movimento abolicionista. Na sua cronologia inicial, sem entrar em maiores detalhes, lista também diversos outros jornais do Império, que, dentre eles, empregavam em seus títulos, além de “povo”, palavras variantes de “anarquia”, “operário”, “proletário”, “trabalho” e “socialismo”, dos quais não tive acesso, mas creio terem as acepções desses termos as mais diversas e fluidas conotações: “Em 1825 – Triunfo da Legalidade. Rio. Lutava contra a facção dos anarquistas; terminou em 1826. Verifica-se que já nesta época havia certa preocupação contra o movimento anarquista. (...) Em 1831 – O Grito da Pátria Contra os Anarquistas. Rio. (...) Em 1835 – O Anarquista Fluminense. (...) Em 1849 – O Grito Anarquial. Rio (...) Em 1869 – O Operário. São Paulo. (...) Em 1879 – O Trabalho. São Paulo. Jornal operário. (...) Em 1875 – Gazeta dos Operários. Rio. (...) Em 1876 – A Revolução Social. Rio. (...) Em 1877 – O Proletário. Rio. (...) Em 1878 – O Socialista. Rio. (...) Em 1879 – O Operário. Recife. Semanal. (...) Em 1884 – Trabalho. São Paulo. Início de agosto; durou pouco. (...)”. A obra do General José Abreu e Lima aparece também referida no balanço organizado a partir do primeiro número da revista anarquista *A Vida* das obras sobre a “questão social” publicadas no Brasil, figurando como a mais antiga bibliografia brasileira sobre a questão social. *A Vida*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1914, p. 8 In: *A Vida – Periódico Anarquista (Edição Fac-similar)*. São Paulo: Ícone Editora/Centro de Memória Sindical (CMS)/Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro de Milão (ASMOB), 1988).

Um deles era o Partido Operário, fundado pelo tenente da Marinha, José Augusto Vinhaes, cuja vinculação com o governo federal era clara. Segundo Beiguelman, competia a este partido “*manter sob controle, de maneira conciliatória, as reivindicações da massa popular, no período de instabilidade das instituições que o país atravessava, com a República recém-proclamada*”⁴⁵. Apesar do estreito vínculo com o poder público federal, não pode ser visto apenas como um mero apaziguador de conflitos. Na greve do porto de Santos, de 1891, a Associação Comercial de Santos solicitou sua presença para atuar como mediador. No entanto, depois de verificar as exigências dos grevistas e suas condições de trabalho, considerou o movimento justificado, e foi retirado da cidade pelo chefe de polícia local⁴⁶. A Vinhaes também se deve, com o apoio de Deodoro, a reforma de dois artigos do Código Penal que impediam o direito de greve⁴⁷. Porém, sua vida política seria tão rápida quanto a do seu partido, sendo exilado na Argentina após tomar parte, tentando mobilizar os ferroviários da Central do Brasil, na Revolta da Armada contra Floriano Peixoto, a quem apoiara no golpe dado contra Deodoro.

Mas a estratégia delineada por Vinhaes sofreu uma série de críticas por parte de grupos que se diziam realmente socialistas, dentre os quais, o grupo liderado por seu rival, França e Silva. O tipógrafo não via com bons olhos a falta de autonomia que acarretaria aproximações com a classe dirigente, e também fundou um outro Partido Operário no mesmo ano de 1890, em uma sessão com cerca de 120 operários⁴⁸, tendo como órgão de propaganda o jornal *Echo Popular*. Entre seus quadros figurava, com 19 anos, Evaristo de Moraes⁴⁹, que se notabilizaria como militante socialista e advogado criminalista, encarregado da defesa de muitos companheiros, inclusive de anarquistas, na Justiça.

Sem atingir os resultados eleitorais almejados, a duração do partido de França e Silva seria efêmera, do mesmo modo que, nos primeiros anos de 1890, foram formados

⁴⁵ BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo*: Edições Símbolo, 1977, p. 17.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 17.

⁴⁷ MORAES Filho, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados; UnB, 1981, p. 17; FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 45-46.

⁴⁸ HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982, p. 244; Benito Schmidt (Os partidos socialistas na nascente República. In: FERREIRA, Jorge e REIS Filho, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil – Vol. 1: A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 146.) afirma que a data de fundação dos dois partidos foi a mesma, 9 de fevereiro de 1890. A sessão de França, ao contrário do indicado, teria a participação apenas de 52 assistentes, na Phoenix Dramática, enquanto o partido de Vinhaes, no Recreio Dramático, seria aclamado por 3.000 presentes.

⁴⁹ MORAES Filho, Evaristo de. *O socialismo... op. cit.*, p. 17.

círculos e partidos socialistas em diversos pontos do país, incluindo a capital federal, São Paulo, Santos, Porto Alegre e as cidades de Pelotas e Rio Grande. Em muitos deles, seus quadros eram originados basicamente das fileiras abolicionistas e republicanas (como era o caso de França e Silva, que na década anterior combatia a escravidão e a monarquia no Centro Abolicionista Gutemberg), que viam na República uma possibilidade de ampliação da participação política e da constituição, pela via eleitoral, de uma nova ordem social baseada na igualdade.

Apesar do entusiasmo inicial, os socialistas teriam enormes obstáculos a superar para tornar viáveis os meios de organização e propaganda do socialismo, dentre os quais a criação de um partido político-eleitoral com força suficiente para fazer frente aos partidos oligárquicos da classe dominante. Do mesmo modo que os grandes partidos estavam organizados, os partidos socialistas eram fundamentalmente regionais, quando conseguiam ter alguma extensão além dos limites de algum município. França e Silva esteve à frente da primeira tentativa de organização partidária socialista em termos nacionais. Depois de um mês de congresso operário, surgiu em 1892, no Rio de Janeiro, o Partido Operário do Brasil, que teria por portavoz *O Socialista*. Mas, seu alcance permaneceu limitado e logo se desfez. Quinze anos depois, em um artigo do jornal *Avanti!*⁵⁰, redigido e mantido por socialistas italianos de São Paulo, se reconhecia o esforço anterior, mas se lamentava ter que admitir que, na verdade, *“o partido socialista não existe, e nunca existiu neste país. Fundaram-se grupos, elaboraram-se estatutos, mas por isso não se pode dizer que constitua um partido orgânico e vital”*. Se as contingências dadas pela “vastidão” continental e “diversidade” de população e costumes do país levava o articulista a ponderar se os socialistas deveriam *“talvez [se] contentar com a formação de organizações estaduais, independentes uma das outras, salvo pelo que respeita à necessária concórdia e acompanhar as questões que interessam igualmente todo o país”*, por outro lado, ele acreditava que *“o Brasil, sobretudo do Rio de Janeiro para o sul, tem os elementos necessários para a formação de um forte partido socialista, que poderia exercer uma ação poderosa no desenvolvimento econômico e político do país”*. Para tanto, conclamava o Círculo Socialista Internacional de São Paulo para tentar reunir *“um congresso socialista realmente brasileiro (...) [de onde] deverá sair uma profissão de*

⁵⁰ Il partito socialista in Brasile, *Avanti!*, 13-2-1907 apud PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: Documentos (1889-1930) – Vol. I – O movimento operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 61-63.

fé, um programa de ação e um partido grande ou pequeno, não importa, porém fortemente organizado". Embora continuassem se formando partidos socialistas, com menor número que nos anos iniciais, ao longo da Primeira República os partidos permaneceriam efêmeros, e nenhum com alcance nacional⁵¹.

Havia duas dificuldades principais para se criar um contingente eleitoral que desse suporte à constituição de partidos socialistas no país, especialmente nas regiões em industrialização do centro-sul: a grande quantidade de imigrantes que, por serem estrangeiros, não possuíam direitos políticos, salvo solicitassem e adquirissem a naturalização; e a grande quantidade de analfabetos, especialmente entre os trabalhadores⁵².

De modo geral, ainda que em um horizonte mais ou menos longínquo estivesse a idéia de revolução, nas primeiras décadas republicanas o socialismo no Brasil se apresentou como uma tendência fortemente reformista, não no sentido muitas vezes atribuído àqueles que aceitam e defendem a colaboração de classes, mas de galgar gradualmente, sem a anuência de métodos revolucionários – admitidos apenas para alguns contextos imprecisamente definidos na prática –, conquistas garantidas em lei que conduziriam ao socialismo.

Em seus manifestos, programas e demais escritos, não se observa uma característica marcadamente marxista, mas, antes, apropriações e referências de um conjunto amplo e eclético de autores, que, no mais das vezes, ainda que contraditórios entre si, acabavam por compor um conjunto coerente aos olhos desses militantes, no

⁵¹ Manifestos e notícias publicados na imprensa operária e na grande imprensa de Rio e São Paulo sobre a fundação de quatro partidos socialistas no Distrito Federal, de 1909, 1912, 1925 e 1932 encontram-se na íntegra em MORAES Filho, Evaristo. *O socialismo... op. cit.*, p. 254-259 e 262-271.

⁵² Uma das linhas de continuidade verificadas entre o Império e a República diz respeito à conservação do aspecto da Lei Saraiva, de 1881, que exigia dos eleitores saber ler e escrever. Segundo José Murilo de Carvalho (*Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil*. México: El Colegio del Mexico/Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 24-25), baseado em números apresentados por Richard Graham, a restrição censitária ao voto, estabelecida pela Constituição de 1824, era fácil de ser superada, para votar, contudo, em primeiro nível, não diretamente. Comparadas as percentagens com outros países, em 1870, o número de eleitores no Brasil (quase 50% da população masculina, sendo 11% da população total ou 13%, se excluídos os escravos) era superior ao número de eleitores em relação à população total nos países europeus: Grã-Bretanha, 7%; Itália, 2%; Portugal, 9%; e Holanda, 2,5%; enquanto, nos Estados Unidos, nas eleições de 1888, esse número chegou a 18%. Após a Lei Saraiva, o número de eleitores diminuiu drasticamente: nas eleições de 1886, compareceram às urnas apenas 0,8% da população total. Durante toda a Primeira República, nas eleições presidenciais, média da relação, nos 11 pleitos que se seguiram a partir de 1894, foi de 2,61%, sendo a máxima 5,6% em 1930. Assim, apesar da roupagem mais democrática e aberta, em conformidade com valores em voga de progresso através da ilustração e da anulação de privilégios garantidos pelo dinheiro, o “voto literário” mostrou-se, na prática, mais restritivo e excludente na República do que no Império. Maiores detalhes sobre a Lei Saraiva ver PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil – Da Colônia à 6ª República*. Rio de Janeiro: 2.ed.rev., Topbooks, 2002. (1ª edição: 1989).

qual Marx aparecia como par de diversos autores politicamente e/ou filosoficamente antagônicos⁵³. Influenciado ou não por este ou aquele autor, o fato é que, diante das condições adversas para se constituir um partido político, alguns grupos e militantes que, inicialmente, ofereciam propostas de reestruturação social em que constavam, ainda que a longuíssimo prazo, a aniquilação da propriedade privada, acabaram por apresentar propostas em defesa de programas cada vez mais reformistas. Dentre as propostas em defesa expressa do reformismo como única opção possível para construir o socialismo no Brasil, dadas as dificuldades impostas pelo contexto brasileiro, estava a do italiano Antonio Piccarolo, publicada em 1908 sob o título *O socialismo no Brasil: esboço de um Programa de Ação Socialista*⁵⁴.

Para Piccarolo, a derrota da greve geral de 1906 em solidariedade aos ferroviários da Cia. Paulista e o não cumprimento das reivindicações aparentemente conquistadas na greve pelas 8 horas em São Paulo, em 1907, eram provas dos insucessos a que estava submetido um movimento para a construção do socialismo no Brasil. Discursos vãos de autoproclamados revolucionários, que defendiam organizações anacrônicas em um país que recentemente se livrou da escravidão, ajudavam apenas a dilacerar as organizações de trabalhadores. Segundo o autor, era preciso reconhecer que a revolução social não estava próxima e pensar outros métodos e outras estratégias de organização próprias para o contexto brasileiro. O programa do Centro Socialista Paulistano dividia-se em duas partes: a primeira, voltada aos trabalhadores rurais, tendo em vista, principalmente, o apoio à pequena propriedade (“*que representa, neste momento a libertação do colono*”) e o apoio a instituições de amparo ao trabalhador agrícola (“*patronato de assistência, escritórios de colocação, patrocínio jurídico gratuito, cooperativas de consumo, produção e crédito, escolas primárias e agrícolas, etc.*”); e a segunda, voltada ao trabalhador industrial, através

⁵³ BATALHA, Cláudio H. M. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim (org.). *História do marxismo no Brasil – Vol. II: Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995, p. 11-44. Batalha assinala que a principal referência teórica entre os socialistas de origem brasileira, ao contrário dos italianos e alemães, neste período viria a ser Benoît Malon, autor do “socialismo integral”, com forte influência do positivismo e da tradição humanista francesa, cuja principal característica era a defesa do reformismo. Outro autor que seria bastante conhecido e influente, através também de uma tradução do alemão para o francês feita pelo próprio Malon, teria sido Ferdinand Lassalle, por quem Marx não nutria simpatias políticas, tendo condenado os rumos que o Partido Social-Democrata Alemão tomou sob sua liderança através da *Crítica ao Programa de Gotha*.

⁵⁴ Deste texto, dois fragmentos (“Tentativas de socialismo e de lutas operárias no Brasil” e “Esboço para um programa prático de ação socialista”), os quais são os referidos aqui, encontram-se em MORAES Filho, Evaristo. *O socialismo... op. cit.*, p.118-121. Moraes transcreve os trechos de uma edição de 1932.

dos esforços para o fortalecimento dos laços de solidariedade operária através da formação de uma consciência política em franca campanha pela naturalização dos estrangeiros e a obtenção de seu cadastro eleitoral e da instrução popular (“*pois nela é que está a principal mola do progresso*”).

Sem dizer explicitamente que em alguns casos se poderia pensar em apoiar até mesmo medidas oriundas de setores alheios ao proletariado, o texto sugere que os socialistas do Centro Paulistano estavam dispostos a apoiar “*tudo o que significa progresso sobre as condições atuais*”. Admitiam que suas propostas estavam longe do socialismo que estava em pleno desenvolvimento na Europa, “*onde já existem uma burguesia e um proletariado; mas é tudo o que de bom e de prático podem fazer aqui os socialistas, se não querem perder seu tempo em discussões teóricas, prematuras e sem nenhum valor*”. Para Piccarolo, mereciam apoio todas as medidas que ajudassem a desbancar a mentalidade escravocrata do patronato brasileiro, ainda que elas viessem propostas por setores progressistas da própria burguesia.

Nesse sentido, se o socialismo era impossível de ser implantado no Brasil, se a “*Terra Prometida do coletivismo*” estava distante, o autor justificava que nesse caminhar coletivo a estratégia explicitamente reformista era a única viável, pois ao mesmo tempo que inculcia os princípios socialistas no proletariado para suas ações no futuro, promovendo pequenas conquistas dia após dia, evitava o “*desânimo e a desilusão, que para a classe trabalhadora representam um regresso*”.

Justamente por seu caráter cada vez mais declaradamente reformista, o autor desse texto representou uma cisão do movimento socialista italiano em São Paulo, com a fundação do jornal *Il Secolo* e do Centro Socialista Paulistano, respectivamente em 1906 e 1908, para contrapor uma “*visão socialista-reformista, mais moderada*” à do “*Centro Socialista Internacional, dirigido pelo grupo do Avanti!*”⁵⁵, periódico do qual foi redator e diretor entre 1904 e 1905, a convite de Alceste De Ambryns. Ainda assim, a apresentação de seu programa é significativa das dificuldades impostas a uma militância político-partidária alternativa ao jogo oligárquico.

Sem perder a convicção da necessidade da luta na arena parlamentar, Piccarolo chegou a propor estrategicamente a necessidade de reconhecer a legitimidade da propriedade privada dos meios de produção e fomentar alianças políticas com setores

⁵⁵ HECKER, Alexandre. Um socialismo possível: a atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988, p. 11.

das classes dominantes. Antes de considerar tal proposta propriamente como um abandono dos ideais socialistas, dado o ceticismo que as estruturas políticas e sociais inspiravam em sua avaliação, ela representa um esforço de transpassar a estrutura monoliticamente oligárquica, no caso do Partido Republicano Paulista (PRP), que se permitia o luxo de “*deixar uma liberdade eleitoral quase plena na certeza que dessa não poderá advir nenhum risco para a oligarquia*”⁵⁶. Em São Paulo, no entanto, até pelo menos 1926, quando houve uma dissidência real no interior do partido oficial, jamais existiria tal abertura para qualquer participação política tanto dos socialistas, quanto de qualquer outro grupo político fora dos limites oligárquicos.

Em contrapartida, no Rio Grande do Sul, os socialistas iniciaram um processo de aproximação com o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), tendo por líder Francisco Xavier da Costa, militante que havia se notabilizado pela liderança nas negociações da primeira greve de grandes proporções do estado, a greve generalizada de Porto Alegre de 1906. A partir de 1912, ele ocupou o cargo de conselheiro municipal pelo partido oficial⁵⁷.

Um dos fatores que permitiu que tal fenômeno ocorresse no Rio Grande do Sul diz respeito ao seu contexto político particular na Primeira República, no qual, ao contrário do restante do país, incluindo São Paulo – onde as dissidências do PRP tinham como opção política o isolamento ou o retorno à estrutura do partido governista –, o partido governista sofria severa oposição da tradicional oligarquia pecuarista do estado, aglutinada, principalmente, no Partido Federalista. Dessa oposição, resultaram duas guerras civis, e a busca por apoio político levou ambos os partidos da classe dominante a procurar alçar pontes com as camadas populares, especialmente com o proletariado. Essa ingerência no movimento operário resultou, no caso gaúcho, especialmente no caso porto-alegrense, no aprofundamento de cisões entre socialistas e anarquistas⁵⁸, questões a que retornaremos adiante.

⁵⁶ A proposito delle elezioni, *Avanti!*, 4-2-1907 apud PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. A classe operária no Brasil: Documentos, vol. II (1889-1930) – Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e com o Estado. São Paulo: Brasiliense; Campinas: FUNCAMP, 1981, p. 248.

⁵⁷ O processo de cooptação de Francisco Xavier da Costa já foi amplamente analisado. Dentre as análises, encontram-se BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades do movimento operário: Porto Alegre 1906-1911*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Campinas: Tese de doutorado em História, Unicamp, 2002.

⁵⁸ SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUC/RS, vol. XXII, n. 2, p. 5-26, dez. 1996.

Por ora, basta perceber que as dificuldades estruturais e conjunturais no Brasil da Primeira República não permitiram o desenvolvimento da principal estratégia socialista, qual seja a organização de um partido político-parlamentar, tendo por base preferencial o operariado. Assim, apesar da importância histórica que reputa aos socialistas, “*por pouco numerosos que fossem, (...) as primeiras análises estruturadas e profundamente críticas, (...) do regime político partidário brasileiro (...) e da sociedade em seu conjunto e [constituíssem] a única proposta de reforma do regime oligárquico (...)*”⁵⁹, na realidade, os grupos socialistas não conseguiram expandir seu campo de atuação, não passando “*do pequeno círculo, com escassa penetração nos meios populares*”⁶⁰.

Para contornar as dificuldades estabelecidas pela estrutura oligárquica em vigência, muitos militantes chegaram à conclusão de que era preciso eleger outros meios de ação coletiva, para que os trabalhadores pudessem autonomamente resistir à dominação capitalista (ou a pelo menos alguns de seus aspectos) e desenvolver práticas revolucionárias, de modo efetivo.

A EMERGÊNCIA DA AÇÃO DIRETA

Paralelamente aos esforços dos socialistas em constituir um partido político, o operariado brasileiro constituía outras organizações, muitas delas com apoio e sustentação dos socialistas. Desde os tempos do Império, nos principais centros urbanos do país, constituíram-se sociedades de beneficência e mútuo socorro em casos de doenças, acidentes, falecimento, desemprego e outras fatalidades que poderiam suceder na vida de um trabalhador.

Datam também do Império, as primeiras notícias acerca de paralisações de caráter reivindicatório, pelo menos no Rio de Janeiro e arredores: a greve dos tipógrafos de 1858, por aumento salarial, e a paralisação dos trabalhadores escravizados das oficinas da fundição e estaleiro da Ponta da Areia, em Niterói, em 1857⁶¹.

⁵⁹ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “Que a União Operária seja a nossa pátria!” – Uma história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001, p.61.

⁶⁰ FAUSTO, Boris. *Trabalho... op. cit.*, p. 97.

⁶¹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Experiências comuns: escravizados e livres na experiência da formação da classe trabalhadora carioca*. Niterói: Tese de concurso para Professor Titular/UFF, 2004, p. 5-7. (mimeo).

Mas será na República que as organizações e os movimentos reivindicatórios de trabalhadores urbanos se afirmarão, definitivamente, como agente político, especialmente a partir de 1903, embora, até então, já viessem se desenrolando uma série de greves localizadas, especialmente no Rio e em São Paulo.

Em um contexto politicamente fechado e excludente, sem uma legislação reguladora da relação capital/trabalho ou que garantisse conquistas mínimas aos trabalhadores, a estratégia da *ação direta* ganhou espaço, e passou a ser apresentada por seus propagadores como a principal alternativa de ação do movimento operário dos principais centros industrializados do centro-sul do país. Isso se tornou patente, principalmente a partir da greve generalizada de 1903, no Distrito Federal, com a amplitude atingida pela solidariedade operária e o fracasso do movimento imputado à intervenção, em seu nome, de personagens externos à classe, que estiveram na frente de negociação.

A experiência da disseminação da solidariedade operária na capital federal teve grande impacto a partir de agosto de 1903, após a morte por acidente de trabalho de um trabalhador e a declaração de lock-out como reprimenda aos protestos dos operários têxteis da fábrica “Aliança”. Foi, então, deflagrada uma greve que logo se generalizaria entre diversas outras categorias de trabalho do Distrito Federal. A intensa repressão que se abateu sobre os grevistas (cujo número, segundo a imprensa operária da época, teria oscilado entre 22.000 a 25.000⁶²) e o fracasso da condução das negociações promovidas pelo Centro das Classes Operárias, sob a tutela do “*doutor Vicente de Souza, um republicano adepto do ‘socialismo reformista’ no movimento operário*”⁶³, marcariam assim uma ruptura na história do movimento operário brasileiro, pois a greve “*desencadeia um sentimento de recusa aos métodos de arbitragem [promovidos por elementos reformistas, advogados, médicos, políticos, etc.] dos conflitos entre o proletariado e a burguesia. Esse sentimento está na origem da consciência sindicalista que emerge a partir de então*”⁶⁴.

Este movimento passa a reafirmar a esperança de se conquistar melhorias nas condições de vida e trabalho através da ação coletiva dos trabalhadores, sem a intermediação de indivíduos oriundos da política dominante, alimentando também as

⁶² SEIXAS, Jacy Alves de. *Mémoire et oubli: Anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil*. Paris : Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1992, p. 30-31. Sobre a importância do ano de 1903 e da greve generalizada do Rio de Janeiro, ver p. 28-37.

⁶³ Idem, *ibidem*, p. 36.

⁶⁴ Idem, *ibidem*.

convicções daqueles que almejavam uma transformação radical da sociedade. Pela força da mobilização coletiva, emerge, em definitivo, ainda que muitas vezes para ser negada, a “questão social” entre as preocupações dos círculos das classes média e dominante. Por outro lado, consolidam-se formas de organização dos trabalhadores, dentre elas o sindicato de resistência, que passa a assumir uma das funções centrais na vida política operária. A partir de então, a idéia de *ação direta* ganharia força, e o sindicato seria eleito como a principal forma de organização dos trabalhadores, onde ela é estimulada e corretamente orientada.

Dadas as dificuldades de se criar um partido político-eleitoral, os socialistas também se sentiam estimulados com as crescentes mobilizações operárias e com algumas vitórias alcançadas. Durante a greve pelas oito horas em São Paulo, em 1907, um deles chega a escrever um artigo, publicado em um jornal socialista de Porto Alegre, cujo editor-chefe, o já citado Francisco Xavier da Costa, foi o representante operário no acordo feito com o patronato pela redução da jornada de trabalho na capital gaúcha. O entusiasmo de Costa Rego neste artigo o faz colocar a idéia do partido-político em segundo plano, elegendo a greve como “*um dos meios, senão o único meio, de levar o operariado a um advento positivo na luta que empreendeu contra a atual organização econômica*”⁶⁵. A greve paulista, em que destacaria a dedicação de militantes anarquistas, era “*um sintoma animador, principalmente quando vemos que a conquista é quase total, sem terem os grevistas necessidade de recorrer a meios violentos (...)*”. O articulista, sem fazer menção aos fracassos da luta eleitoral, acredita que a estratégia da ação direta poderia render melhores frutos no Brasil:

“De resto, o nosso ambiente é francamente mais apto para o bom resultado dessas agitações. Nós vemos diariamente a simpatia com que são recebidas as greves. Dir-se-ia que todos nós somos revolucionários...

*Mais ou menos sinceros, a verdade é que todos temos a nossa pontinha de rebelião; e, se não somos libertários, temos em compensação, o prazer de nos mostrarmos sempre descontentes, e isto já é uma grande vantagem”.*⁶⁶

Ainda que muitas vertentes do socialismo defendam a necessidade de movimentos reivindicatórios, em especial as greves, paralela e conjuntamente à ação partidária-eleitoral, a opção pela ação direta supunha, dentre seus elementos, a

⁶⁵ REGO, Costa. A greve. *A Democracia*, Porto Alegre, ano III, n. 60, 2 jul. 1907, p. 3.

⁶⁶ Idem, *ibidem*.

desconfiança quanto às práticas de político-parlamentares e dos patrões: mudanças resultantes em melhorias das condições de vida e trabalho somente ocorreriam através da pressão provocada por ações dos trabalhadores que alterassem o cotidiano e resultassem em perdas de lucratividade das empresas, e não através de promessas de entendimento mútuo entre as partes envolvidas (trabalhadores, patrões e governos). A intransigência em não admitir a intermediação de agentes externos aos operários, principalmente se vinculados ao Estado (parlamentares, autoridades políticas ou policiais, etc.) era um elemento forte que fazia vincular a estratégia da ação direta com o anarquismo, o qual sempre insistia em denunciar formas de cooptação política e patronal do operariado, e o caráter insurrecional da mobilização operária frente ao Estado.

Evidentemente, a existência de movimentos paredistas independe dos vínculos com grupos ou orientações políticas. Muitas greves, sobretudo as localizadas, foram obra de operários de fábricas e oficinas sem quaisquer laços com organizações ou correntes políticas específicas. Não é, portanto, exclusivismo do anarquismo a adoção de métodos da *ação direta* como estratégias de lutas, sendo suas principais formas manifestadas em greves, boicotes e sabotagens. Seus alcances e limites, entretanto, eram vistos de modo diverso pelos grupos que influíam, ou pretendiam influir, nos meios operários, especialmente no Brasil. Mesmo aqueles que condenavam métodos mais “bruscos”, como os colaboracionistas que pregavam o entendimento das classes, em certos momentos, viram-se na contingência de apoiá-los, ou mesmo participar de greves (como foi o já mencionado caso de Vinhaes em Santos), em sinal de respeito a certa autonomia que lhes conferia legitimidade, embora com todas as ressalvas possíveis para evitá-las ou fazê-las acontecer dentro dos limites da ordem, longe das “arruaças destruidoras dos agitadores profissionais”.

As condições de vida e de trabalho na ordem liberal republicana levaram até mesmo os positivistas a reconhecer que, em determinados casos, as greves eram legítimas e justas. Teixeira Mendes, por exemplo, principal nome do Apostolado Positivista do Brasil, segundo o jornal porto-alegrense e socialista *A Democracia*, teria publicado um artigo no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em ocasião da greve dos carroceiros na capital federal, de título “A atual atitude do Patriciado e do Proletariado perante a reorganização social”. Em seu texto, o positivista denuncia os abusos dos patrões que, além de requererem que os trabalhadores do Estado substituam

os seus operários grevistas, exigem uma intensa reação dos órgãos de repressão do Estado para “*violar as liberdades civis que a política é destinada a garantir*” no combate às greves. Deste modo, imputa, ou pelo menos faz compartilhar, a responsabilidade da violência a que se poderia verificar em movimentos grevistas não apenas o patronato, mas também o Estado:

“As greves representam um curso extremo, um verdadeiro mal, a que só é lícito recorrer para evitar desgraças ainda maiores.

E os responsáveis por uma greve não são só os seus promotores diretos, são também todos os que a não previnem ou a entretêm.

*É assim que se reconhece quanta culpa têm nas greves os patrões, não atendendo as solicitações proletárias no que encerram de justo, o que determina a exacerbação dos instintos egoístas e faz surgirem as pretensões descabidas. É assim que se percebe a culpa dos governos, intervindo para prestar aos patrões um apoio que os torna surdos às mais justas representações proletárias”.*⁶⁷

Embora não fosse a prática geral recorrente, ao longo da Primeira República também houve momentos em que a própria polícia, governadores e prefeitos manifestaram-se favoráveis, ou, pelo menos, se negaram a intervir diretamente com violência contra determinadas greves, por considerarem as reivindicações pleiteadas justas. Esses comportamentos eram exceções à regra, mas existiam, fossem eles movidos pela sinceridade de autoridades públicas ou por interesses políticos conjunturais. De todo o modo, o não uso da coerção, quando ocorria, sempre era justificado de acordo com o julgamento de justiça dos homens que ocupavam os cargos do executivo quanto às reivindicações e na sua avaliação sobre o caráter pacífico do movimento, ou seja, quando consideravam não oferecer riscos à ordem pública⁶⁸. Em todo o caso, são episódios que demonstram a afirmação imposta pela

⁶⁷ As greves e a Igreja e Apostolado Positivista do Brasil. *A Democracia – Jornal dos Operários*. Porto Alegre, ano II, n. 39, 13 jan. 1907, p. 3.

⁶⁸ No Rio Grande do Sul, o governador Borges de Medeiros interveio favoravelmente às reivindicações da greve geral de Porto Alegre e da greve dos ferroviários de Santa Maria, ambas de 1917. Como veremos, havia interesses políticos específicos que permitiriam ao governador tirar proveito das mobilizações, e constituíam exceções no conjunto das ações de seu governo ao longo da Primeira República, que, ao contrário dos usuais discursos paternalistas, não abriu mão da repressão e jamais interveio nas relações capital/trabalho do setor privado. No contexto do jogo oligárquico, os membros do PRR propagandearam os feitos do seu chefe como exemplo de bom governo a ser seguido em contraposição às práticas exclusivamente repressivas dos demais governadores, especialmente de São Paulo. Já tive oportunidade de procurar demonstrar, em minha dissertação de mestrado, que essa particularidade do governo gaúcho era um tanto relativa, pois em Minas Gerais, na greve generalizada de 1912 em Belo Horizonte, o governador Júlio Bueno Brandão decretou a regulamentação da jornada de 8 horas de trabalho para todas as categorias de trabalho na nova capital. João Tristan Vargas (*O trabalho na ordem*

ação direta, reconhecida como instrumento político, ainda que, na maioria das vezes, considerado ilegítimo.

Assim, as greves, a forma mais importante e impactante assumida pela ação direta no Brasil, eram uma realidade política concreta e recorrente. Mas, apesar dos atributos revolucionários conferidos por elementos mais radicais, a ação direta nem sempre significava necessariamente ameaça à ordem vigente, tendo múltiplos significados, variando da condenação, às ressalvas e à sua eleição como o método de preparação para a greve geral, o grande momento no qual eclodiria a revolução que conduziria à anarquia.

Se a ação direta em si necessariamente não chegava a oferecer perigo à ordem social instituída, por outro lado havia os que nela projetavam o desenvolvimento de práticas que eclodiriam em uma revolução social. Aos olhos dos militantes que pretendiam revolucionar a estrutura social, era preciso um insistente trabalho de militância para que as ações de trabalhadores pudessem resultar em ações revolucionárias. Por mais que se atribua ao anarquismo uma crença quase dogmática na espontaneidade revolucionária das massas, que saberiam, quase que por instinto, provocar e promover efetivamente uma revolução, na realidade, os anarquistas, quando falavam em espontaneísmo, na maioria das vezes o faziam em uma perspectiva relativa, pois sabiam da necessidade constante de organização, propaganda e educação das massas para a promoção de práticas revolucionárias. Isso se torna mais evidente a partir dos debates em torno das formas de organização para a catalisação da ação direta, em especial da validade do sindicato como instrumento de luta rumo à anarquia. Afinal, o reconhecimento do sindicato como forma de organização revolucionária não foi algo imediato, tampouco contou com a adesão de todos os grupos e militantes que

liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República. Campinas: Unicamp/CMU, 2004), por sua vez, procura sustentar a tese de que a interpretação dominante da historiografia de que a repressão era a política de Estado diante do movimento operário é, em parte, encampada das interpretações dos militantes da época. Tristan Vargas entende, ao contrário, que a repressão existia e era recorrente, sim, mas havia momentos em que dela não se fazia uso, para lamento e reclamação de alguns patrões. Considerável parte das violências e abusos cometidos contra o operariado era fruto de uma certa autonomia em determinados níveis da polícia, com sua lógica e práticas próprias, à revelia das ordens das autoridades superiores e do executivo, o que, a seu ver, não permitiria identificar na prática predominantemente repressiva uma “política de Estado”. Entendo que, apesar da contribuição do seu trabalho, ao problematizar a relação entre movimento operário, polícia e os três poderes para além do modelo liberalismo intransigente, a repressão foi a tônica da ação do Estado em relação aos movimentos sociais, de forma geral, e ao movimento operário da Primeira República, no caso em questão, dada a inexistência de uma política efetiva para combater os abusos cometidos pelo Estado. Nesse sentido, partilho da visão de PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Transição política e não-estado de direito na República*. In: *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 260-305.

se diziam anarquistas. Na história do anarquismo e do movimento operário, houve muita discussão em torno da funcionalidade do sindicato para os propósitos almejados por seu ideal. A ação direta se tornaria o principal meio que colocaria em evidência os propósitos da militância anarquista, constituindo-se na principal ferramenta política a contribuir para a proliferação de sindicatos e da relativa força que o movimento operário atingiria no Brasil da Primeira República. Interessa aqui ver como se deu esse processo.

A RECEPÇÃO DO ANARQUISMO NO BRASIL

A fundação da Colônia Cecília, uma colônia coletivista de italianos no Paraná, é tida como uma espécie de marco do surgimento do anarquismo no Brasil em 1890, ainda que se identifique como precedente, em 1888, uma rápida experiência da comunidade fundada pelo italiano Artur Campagnoli em Guararema, São Paulo, composta por “*espanhóis, russos, franceses e alguns brasileiros*”, mas, sobretudo, italianos⁶⁹. A disseminação do anarquismo no Brasil creditada ao “mito fundador” já foi contestada por Isabelle Felici, que considera que “*se a Cecília atraiu para o Brasil anarquistas, dos quais alguns tiveram no início uma atividade política, essa contribuição é frequentemente exagerada*”, pois a atribuição usual de feitos importantes a ex-colonos, particularmente em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, na realidade teria sido obra de outros militantes que nunca haviam chegado perto daquela área rural de Palmeira, próxima a Curitiba. Assim, “*apesar da presença de alguns antigos colonos da Cecília no movimento anarquista de São Paulo e na imprensa anarquista no Brasil, nem a colônia, nem seu fundador Giovanni Rossi, deixaram traços profundos na história do movimento operário, nem italiano, nem brasileiro*”⁷⁰.

De todo o modo, influentes ou não, o fato é que concomitantemente a essas experiências coletivistas, observa-se na década de 1890 a presença de militantes

⁶⁹ RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1984, p. 16-21. Neste trecho do livro, ao tratar da “Comunidade Anarquista em Guararema”, o autor identifica alguns episódios e movimentos da história brasileira que simbolizariam a resistência contra a opressão, e que partilhavam valores de emancipação humana muito antes do surgimento formal de tendências políticas operárias, como o socialismo e o anarquismo (como o quilombo de Palmares) ou que sofreriam alguma influência de suas idéias (segundo o autor, como a Revolução Praieira e a Revolta dos Farrapos). Nesse contexto ele menciona as “Comunidades de Oleiros” como uma importante experiência de anarquistas italianos em São Paulo, sem apresentar datas.

⁷⁰ FELICI, Isabelle A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi. *Cadernos AEL: anarquismo e anarquistas*, Campinas, Unicamp, v. 8-9, 1998, p. 58 e 9, respectivamente.

anarquistas chegados do exterior em meio às ondas migratórias que vinham sobrecarregar a oferta de braços, principalmente para as lavouras cafeeiras dos latifúndios paulistas. E com os anarquistas, ampliava-se o medo da classe dominante, ressabiada com as possíveis conturbações sociais que poderiam surgir nesse período de incerteza dada pelo fim da escravidão e pelo novo regime.

A classe dominante brasileira, amendrontada pelas experiências das constantes ameaças de revoltas de escravizados vividas nas últimas décadas de vigência da escravidão, também importou, junto com mão-de-obra, idéias e valores, os preconceitos ao anarquismo gerados na Europa, e sua participação com violentas sublevações populares, como a Comuna de Paris⁷¹. Os senhores de escravos e condutores do lento processo de abolição da escravidão partilhavam da convicção tomada das classes dominantes inglesas e francesas, de que existiria um vínculo estreito entre pobreza, ociosidade e crime, o que, aos seus olhos, tornava as classes populares em “classes perigosas”. Segundo sua lógica, as classes populares não eram apenas o reduto social onde se reproduziam os mais vis crimes, mas uma massa explosiva em que bastaria algumas poucas fagulhas para incendiar todas as conquistas da civilização, espelho da ordem social vigente. O teor do conteúdo de classe por trás dos discursos em defesa da civilização e o medo das revoltas populares, em especial no contexto da passagem do trabalho escravo para o livre pode ser percebido nos discursos parlamentares a respeito do processo revolucionário parisiense⁷². As notícias vindas dos acontecimentos ocorridos na capital francesa, com ativa participação de anarquistas como Bakunin, eram interpretadas como ataques bárbaros à civilização, e uma prova do quanto poderiam ser irracionalmente violentas as revoltas das classes populares. Tal qual na Europa, não se podia abrir mão dos instrumentos de vigilância e repressão para manter a hierarquia social em tempos de transformações do trabalho.

Além da repercussão sobre a Comuna de Paris em 1871, nas décadas seguintes, chegaria também ao Brasil a idéia que associava o anarquismo com crimes, violência, atentados com explosivos de dinamite e regicídios. O anarquismo tomou grande vulto em terras brasileiras, especialmente após os célebres julgamentos pelos atentados e assassinatos efetuados, independentemente um do outro, no início dos anos 1890, por

⁷¹ HARDMAN, Francisco Foot. Incêndios sublimes: figurações da Comuna no Brasil. In: BOITO Jr., Armando (org.). *A Comuna de Paris na história*. São Paulo: Xamã, 2001, p. 183-215.

⁷² LOURENÇO, Fernando. “Delito de Lesa-Humanidade”: os parlamentares do Império brasileiro frente à Comuna de Paris. In: BOITO Jr., Armando (org.). *A Comuna... op. cit.*, p. 171-181.

Ravachol e Emile Henry, na França⁷³. Como assinala James Joll, além de muitos indivíduos que provocavam atos de violência seguindo a convicção de que assim contribuiriam para denunciar o sistema de exploração, a reputação do anarquismo também sofreu com muitos outros assassinos comuns que passaram a tentar atenuar a pena por seus crimes com a justificativa de que também agiam de acordo com motivações políticas anarquistas⁷⁴.

Os partidários da vertente terrorista em nome do anarquismo efetuaram sua “propaganda pelo fato” em diversos pontos do mundo, especialmente Espanha, França e Itália, mas, com exceção de um ou outro caso isolado, não tiveram adesão dos anarquistas no Brasil. Em geral, os anarquistas brasileiros, como muitos outros de todo o mundo, repudiavam os atentados e denunciavam a estratégia da reação em atribuir aos anarquistas qualquer ato de violência, sobretudo os arranjos pela própria polícia para justificar ondas de repressão.

Ainda assim, é possível encontrar alguns registros de defensores do uso de bombas como manifestação legítima de revolta e resistência revolucionária, como o fez José Tavares, que, de Rio Grande, em 1926, respondendo a um artigo publicado anteriormente por um companheiro no jornal *O Syndicalista*, órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul:

“Nós, os produtores de toda a indústria na qual gastamos as nossas forças corporais, em contínuos momentos, e que nada temos direito, nem sequer, muitas vezes, ao da palavra. Quando já farto de sofrer o pesado jugo da tirania, levantamos o grito de rebeldia e pedimos mais pão e liberdade, somos algemados e encerrados nos imundos presídios, é quando não nos metem a cabeça na corda de um carrasco, ou não é o nosso corpo atravessado pelas balas das carabinas governamentais. Devemos então deixar impune estes destruidores da sociedade humana? Devemos deixar que nos massacrem? Não! É impossível que os nossos corações, embora dotados dos melhores sentimentos, não se revoltem. E depois revoltados o que aspiramos? A vingança. Como

⁷³ Sobre a disseminação de práticas terroristas em nome do anarquismo e a história l, ver JOLL, James. Terrorismo e propaganda pela ação. *Anarquistas e anarquismos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970, p. 135-172. Especificamente sobre Ravachol e Henry, p. 154-160.

⁷⁴ Idem, ibidem, p. 109. O autor recorda, nas páginas 106 a 110, outro episódio, muitas vezes esquecido, mas que ajuda a entender a difusão da imagem de violência e terror em nome do ideal anarquista na Europa do século XIX. Trata-se da rápida parceria entre Bakunin e Sergei Gennadevich Nechaev, em 1869-1870. Desta parceria resultaram manifestos, como *Catecismo Revolucionário e Princípios da Revolução*, que ajudaram a proclamar e difundir a idéia da “propaganda pelo fato”. Por mais que Bakunin se arrependesse e passasse a condenar a própria experiência já em 1872, ela ajudou a construir uma má reputação do anarquismo.

podemos vingar-nos do terrível flagelo que ameaça destruir todo o órgão proletário? Se não temos carabinas, nem metralhadoras, nem canhões de altos calibres? Temos então de recorrer ao processo que mais fácil se nos apresenta, que é a bomba, porque é com ela que muitas vezes nos defendemos dos nossos inimigos, é com ela que também fazemos tremer de terror os capitalistas. Nós, só já extenuados pelas grandes lutas, lançamos mão dela como único ponto de salvação. (...) Eis o que eu penso a respeito da bomba, será que o companheiro escreveu contra a bomba para agradar aos exploradores e governantes, ou é porque seja dono de indústrias e receie que lhe sejam destruídas pelos revolucionários em alguma greve? Ou é convidar os camaradas para alguma controvérsia? Pois seja qual for o ponto de vista, eu estou disposto a defendê-la até onde cheguem os meus conhecimentos revolucionários, nasci para a luta e dela jamais retirarei em um só passo.”⁷⁵

Ainda que se pudessem encontrar concepções semelhantes entre outros anarquistas, casos como o do rio-grandino José Tavares não passaram, na maioria das vezes, de discursos sem concretização na prática. A publicação de sua resposta ao artigo condenatório do uso da bomba escrito por Campos Lima, não representa a concordância do grupo editor do jornal *O Syndicalista*, mas deve ser entendida como parte do tradicional hábito dos anarquistas propiciarem espaços para debates abertos e francos de idéias entre si. De modo geral, os anarquistas aceitavam o uso da violência para determinados momentos de insurreição popular que conduziria à revolução, mas a maior parte dos anarquistas que militaram no Brasil não eram partidários dos métodos terroristas, pois tal qual Campos Lima, consideravam que seu uso acarretaria “*graves conseqüências (...) à propaganda revolucionária*”. Era comum, em contrapartida, construir argumentos que invertiam a lógica estereotipada, colocando os agentes do Estado e a classe dominante como os que cometiam atos de violência, e os anarquistas, por sua vez, os que a combatiam, apesar de se mostrarem compreensivos diante de eventual ato de reação violenta de algum movimento ou militante:

“Segundo narram os telegramas, o movimento grevista do Rio ultimamente tem assumido um caráter violento com diversos atentados a dinamite. É lamentável que os trabalhadores se vejam na contingência de recorrer a tais meios para conseguir ver triunfar as suas reivindicações. E não seremos nós, que sempre protestamos contra a violência organizada das classes dirigentes, que iríamos bater palmas a

⁷⁵ TAVARES, José. Um apologista da bomba. *O Syndicalista – Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano VIII, n. 2, 1 Maio 1926, p. 4.

uma tal atitude como meio regular de conquistar os direitos operários.”⁷⁶

Em resumo, para justificar eventuais atos violentos, o argumento era: “*a anarquia nada tem a ver com a violência; quando os anarquistas a empregam é sempre como um meio de defesa*”⁷⁷. Verdade ou não, o certo é que os anarquistas sofreram desde cedo com o estigma de serem presumivelmente detonadores de bombas e assassinos, argumento que foi usado para persegui-los em nome da prevenção.

Para evitar eventos semelhantes em terras brasileiras, ao lado das preocupações reformistas de setores dominantes que procuravam “incorporar o proletariado à sociedade”, havia para a maioria da classe dominante a necessidade de estabelecer mecanismos que garantissem a segurança da ordem social. Nesse sentido, a instituição por decreto do primeiro Código Penal da República brasileira (em 11 de outubro de 1890) antes da Constituição (24 de fevereiro de 1891), evidencia uma lógica, respaldada pelo momento de instabilidade gerado pela troca de regime, de se estabelecer um código punitivo àqueles que ousassem promover sublevações, principalmente entre as camadas populares, as quais, julgava-se, eram capazes dos atos mais violentos e criminosos⁷⁸. Dada a má fama do anarquismo projetada entre os governos e as classes dominantes internacionalmente, associando-o com práticas terroristas, o Estado brasileiro, afora o curioso mito do apoio dado por D. Pedro II à criação da Colônia Cecília, cedendo terras no Paraná para concretizar as idéias de Giovanni Rossi de se viver em vida comunitária⁷⁹, promoveu a perseguição aos anarquistas desde o início da República.

Assim, foram efetuadas prisões e expulsões de estrangeiros considerados ou suspeitos de serem adeptos do anarquismo desde pelo menos o início dos anos 1890, como atesta uma correspondência de 1894 do embaixador italiano em Madri ao ministro de Estado espanhol sobre os preparativos da expulsão de Portugal e do trajeto

⁷⁶ A Escola da Violência - Quem semeia ventos... *O Syndicalista – Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano I, n. 4, 17 Jun. 1919, p. 1. (grifo meu).

⁷⁷ TRISTÃO. Em torno do atentado. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*. Rio de Janeiro, ano II, n. 29, 29 set. 1912, p. 1.

⁷⁸ ALVES, Paulo. A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias na ordem republicana: 1890-1921. São Paulo: Editora Arte & Ciência/UNIP, 1997.

⁷⁹ Isabelle Felici atribui a difusão do mito, sem fundamento histórico, da entusiasmada correspondência entre D. Pedro II e Giovanni Rossi, quando da estadia do imperador enfermo em Milão, a um romance de Afonso Schmidt, *Colônia Cecília*, originalmente publicado em 1942 e reeditado em 1980 (FELICI, Isabelle. A verdadeira... *op. cit.*, p. 49-50). Uma narrativa militante que reporta à iniciativa do imperador “*lúcido, inteligente e interiormente livre*” de ofertar 300 alqueires de terras no Paraná a Rossi encontra-se em RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas... op. cit.*, p. 21-24.

que deveria seguir até a Itália o preso Nivardo Monti Fumelli, “*anarquista perigosíssimo considerado por nosso governo [da Itália] capaz de organizar e de executar qualquer atentado*”. Segundo as informações apresentadas, Nivardo “*gostaria de retornar ao Brasil, onde deixou mulher e filhos, e de onde foi expulso por aquele Governo, mas lhe faltam os meios para fazer a viagem*”⁸⁰, o que permite aferir, embora não seja possível precisar se este seja o caso, que é muito provável, devido à recorrência da não observância dos procedimentos jurídicos e constitucionais nas expulsões que se efetivaram durante a Primeira República, que o italiano tenha sido expulso sem julgamento e sem que se verificasse se era casado e/ou pai de filhos nascidos no Brasil. Como ele, em novembro de 1892, oito estrangeiros acusados de terem proferido discursos sediciosos, instigando a violência no Centro do Partido Operário, no Rio de Janeiro, teriam sido presos e expulsos, enquanto poucos dias depois, outros anarquistas teriam sido presos em Niterói, tomado como prova de culpa um caderno de escritos onde se encontrava uma frase em que se evocava o uso da dinamite e do punhal para a conquista do bem-estar⁸¹.

Na esteira internacional de combate ao anarquismo, o Estado brasileiro também se inseriu em uma rede diplomática de troca de informações sobre a movimentação de militantes anarquistas para combatê-los, como demonstra um telegrama, desde Petrópolis, do embaixador espanhol ao ministro de Estado de seu país, a 17 de maio de 1906, em que se evidencia que a polícia gaúcha vigiou de perto o embarque de um anarquista espanhol e tratou de reportar o fato imediatamente às autoridades de sua terra natal:

*“Ministro de Relaciones Exteriores me diz ter aviso Autoridades Porto Alegre anarquista Miguel Mora Monchis ali embarcado dia 12 vapor “Prudente” Nora é para Buenos Aires suposto Juan Muñoz. – baixo, bigodes negros, grosso, cara redonda, cabelo negro, jaqueta escura, calças azuis, chapéu escuro. Ocupação ambulante. – ACQUARONI”.*⁸²

⁸⁰ Correspondência “Reservadíssima e urgente” do Embaixador italiano em Madri ao Ministro de Estado de Espanha, em 24 de dezembro de 1894. Legajo 2757 AGMAEC – Madri. (parte 2 fotos 007 e 014) (Estão na mesma pasta as cartas em italiano e sua tradução em espanhol).

⁸¹ SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé; São Paulo: Imaginário, 2002, p. 37-38. As notícias sobre as prisões dos anarquistas referidas pelo autor foram extraídas do carioca *Jornal do Comércio*, e datam, respectivamente, de 1 dez.1892 e 25 nov. 1892.

⁸² Cópia para “Sección II” de telegrama cifrado do “Encarregado Negócio” de Espanha ao Ministro do Estado de Espanha enviado de Petrópolis, em 17 de maio de 1906, a Madri. Legajo 2757 AGMAEC – Madri. (parte 2 fotos 004)

Claro está que a violência repressiva da lei e das práticas policiais contra estrangeiros não visava unicamente os anarquistas, mas aos “indesejáveis” em geral (ladrões, cáftens, agiotas, jogadores, bêbados, arruaceiros, etc.). Aos olhos da classe dominante e de seus aparelhos repressivos, os ácratas se encontravam nesse bojo de “escória social”, contra os quais a ação dura do Estado significava higienizar a sociedade. Persegui-los e condená-los tal qual os demais criminosos objetivava certo efeito moralizador sobre as camadas populares, na perspectiva de reforçar os valores sustentadores da hierarquia social e seu modelo conveniente de civilização que a República engessava. Mas o militante anarquista constituiu-se como o principal alvo da repressão contra os movimentos políticos das classes populares. Combatê-lo era uma forma de demonstrar aos setores populares as implicações que resultavam àqueles que contestavam a ordem vigente.

Seria nesse contexto um tanto quanto adverso, concomitante à intensificação da repressão, que a militância libertária se esforçaria para deitar raízes entre os trabalhadores brasileiros.

O CRESCIMENTO DA MILITÂNCIA ANARQUISTA E DE SUA REPRESSÃO NO BRASIL

O rótulo de anarquista poderia render dificuldades bastante inconvenientes a qualquer um e ninguém gostaria de arcar com suas conseqüências, ainda mais quando não só não professava, mas era contrário aos princípios anarquistas. Os socialistas, ao apresentarem os seus partidos como o instrumento por excelência para vencer as estruturas que mantinham a exploração de classes, não se limitavam apenas a estabelecer as diferenças entre eles e os partidos oligárquicos dominantes, mas também tratavam de deixar claro que não compactuavam, eram críticos e não poderiam ser confundidos com os anarquistas. Um artigo publicado em duas edições de julho de 1893 do jornal pelotense *Democracia Social*⁸³ é exemplar da preocupação dos socialistas de se livrarem das máculas atribuídas aos anarquistas. Em um texto ambíguo, rebate e reproduz valores e imagens da burguesia e do positivismo acerca do anarquismo e da revolução.

⁸³ Socialismo e anarquismo. *Democracia Social*. Pelotas, 23 jul. 1893, p. 2; Socialismo e anarquismo (conclusão). *Democracia Social*. Pelotas, 30 jul. 1907, p. 1-2 *apud* PETERSEN, Silvia e LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Tchê!/Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 34-37.

Ao caracterizar o anarquismo, o articulista “J. L.” reconhece aspectos positivos que são escamoteados e distorcidos pelo senso comum burguês. Contradizendo os estigmas pejorativos, no próprio Brasil existiria uma “*próspera colônia anarquista*” (a Colônia Cecília, no Paraná) que constituía “*um modelo de ordem e de trabalho*”, mas, na sua opinião, “*poucos dos que a trazem [a bandeira preta do anarquismo] trabalham regularmente para ganhar com o suor do rosto o pão cotidiano*”. Em estilo ambíguo, o autor reconhecia que, para os anarquistas, a razão era o “*fundamento de todas as suas negativas*” em relação à religião, propriedade e governo, porém, recusavam-se a aceitar as premissas básicas da “*aplicação da ciência das leis naturais a todas as ações humanas*”, apesar de entre os “*numerosos adeptos*” da razão anarquista figurarem “*sábios universalmente conhecidos e estimados, homens que querem destruir, e constroem todos os dias monumentos, obras científicas que passam à posteridade como Proudhon, Blanqui e o patriarca Elisée Reclus (...), príncipes como Kropotkine, mulheres de educação superior e oficiais de alta patente*”. Expressando seu julgamento, perceptivelmente influenciado por concepções herdadas do positivismo, a limitação da filosofia anarquista estava em não admitir que as desapropriações que promoveriam a sociedade socialista deveriam ser realizadas em “*uma época de transição, de uma ditadura do proletariado, passageira, porém, absolutamente necessária*”, em que o ritmo das transformações decorreria “*racionalmente, gradualmente, obedecendo às circunstâncias e à lei suprema da natureza que por si só fará a revolução de que não seremos mais que meros instrumentos*”. Tendo inicialmente repellido os rótulos de assassino e terrorista lançados indiscriminadamente contra o anarquismo – pois os que porventura fizessem uso de bombas de dinamite e provocassem a morte de vítimas inocentes não o fariam por inspiração de nenhuma doutrina, “*mas sim pela loucura ou pelo ódio*” para vingar-se do juiz que o condenou depois de ter sido perseguido e remetido à prisão por roubar um pão – e sem pôr em dúvida a sinceridade da fé de seus adeptos, “J.L.” não deixaria qualquer dúvida quanto à sua posição. Ao terminar seu texto, estabeleceu a grande diferença entre socialistas e anarquistas quanto à sua relação com o mundo do trabalho e aos métodos de ação empregados, sintetizada da seguinte forma: “*A divisa do socialismo é a luta, o sol, o dia. ‘Viver trabalhando, morrer combatendo’. E dos falsos revolucionários, dos pseudo-revolucionários, é a noite, as trevas. ‘Viver sem trabalhar, assassinar sem combater’*”.

O juízo de valor exposto por “J. L.”, além de compartilhar a visão dominante contra o anarquismo, é demonstrativo das lutas que se projetariam com maior intensidade a partir da década seguinte entre as diversas correntes políticas que pretendiam exercer a função de orientadora do potencial revolucionário atribuído ao proletariado, quando os anarquistas, em suas variadas tendências, conseguiram criar associações para propagar suas idéias e sair do isolamento, apesar dos esforços repressivos em contrário. Maior penetração e influência entre os trabalhadores conseguiram os “anarco-sindicalistas” que, a partir de, aproximadamente, 1903, conseguiram adentrar em sindicatos e em federações que contavam com a participação de militantes socialistas e colaboracionistas, “*numa época em que as correntes ideológicas ainda não estavam claramente definidas*”⁸⁴.

A proliferação dos sindicatos e a notoriedade e influência anarquista neles seriam ampliadas especialmente nos anos subseqüentes a 1906, nos principais centros em industrialização do país, concomitantemente à má reputação imposta por seus adversários, sejam os agentes do Estado, a classe dominante ou outras correntes políticas no movimento operário, e suas estratégias repressivas. É significativa a existência dessa dupla faceta (crescimento da militância anarquista e da repressão), a decretação da lei que admitia a legitimidade da existência de associações sindicais (Decreto n° 1637, de 5 de janeiro de 1907), apenas 2 dias antes da intimidatória lei Adolpho Gordo (Decreto n° 1641, de 7 de janeiro de 1907), que estabelecia normas mais severas para se efetivarem expulsões de estrangeiros. A repressão, em contextos específicos, somada a outros fatores, dentre os quais crises de emprego e afluência da mão-de-obra imigrante, teve, de fato, peso em diversos períodos de enfraquecimento, chegando quase à nulidade, das atividades de mobilização operária nas duas primeiras décadas dos anos 1900, mas não impediu que a militância anarquista imprimisse a sua marca e contribuísse sobremaneira no movimento operário, na deflagração de manifestações públicas e greves, cujo auge remete-se aos movimentos de 1917 a 1920.

A caracterização geral do movimento operário brasileiro da Primeira República com o anarquismo, no entanto, não deve ser tomada como um dado sem problematização, na medida em que a aceitação do sindicato como meio de luta contra a exploração capitalista não era compactuada por todas as correntes internas do anarquismo.

⁸⁴ MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro (1889-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 89.

SINDICALISMO E ANARQUISMO

A existência de múltiplas correntes internas do anarquismo, muitas delas conflitantes entre si, por vezes dificulta uma definição geral que englobe o que há de comum entre todas as matizes de concepções filosóficas, ideais de futuro e métodos de luta. Diante desse quadro diversificado, há ponderações, como a de Alex Côrtes, de que “*o mais correto seria referir-se, não ao anarquismo, como único e monolítico, mas aos anarquismos, idéias plurais e práticas baseadas na propaganda pela ação direta, meios de construção de uma sociedade libertária*”⁸⁵, situação agravada pela valorização da capacidade e liberdade do indivíduo, o que decorreria em um “*caleidoscópio de individualidades*”, sobre o qual uma tentativa de síntese seria ainda mais complexo de estabelecer.

Dizer que as bases comuns do anarquismo são a aversão ao Estado, a ação direta e a primazia do indivíduo como elemento revolucionário é aceitável até certo ponto: dependendo da vertente, há os que defendem intransigentemente a liberdade individual como valor supremo e intocável (e a ação direta seria fruto exclusivo dessa liberdade individual absoluta) e os que, mesmo a considerando como princípio fundamental, ponderam que ela deve, às vezes, estar submetida aos interesses e estratégias definidas coletivamente; quanto à aversão ao Estado, que também se justifica sob a perspectiva da valorização absoluta do indivíduo, é possível verificar, na prática histórica, apesar dos discursos contrários, momentos de tolerância e frentes de negociação em algumas greves e também em situações limites, como, no caso extremo, a concordância em compor o governo republicano espanhol sob a avaliação de ser a última e única alternativa de manter a resistência revolucionária contra os falangistas⁸⁶, ou ainda no apoio à ditadura do proletariado, nos primeiros anos do governo soviético. Mesmo assim, em linhas gerais, a aversão ao Estado e defesa intransigente da liberdade individual, e a ação direta são elementos presentes, pelo menos em teorias e discursos, dos que se diziam anarquistas no Brasil.

⁸⁵ CÔRTEZ, Alex Sandro Barcelos. Raízes do anarquismo no Brasil. In: DEMINICIS, Rafael Borges e REIS Filho, Daniel Aarão (orgs.). *História do anarquismo no Brasil – Vol. I*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 56.

⁸⁶ Na extensa bibliografia sobre a guerra civil espanhola, a trajetória de quatro militantes e o dilema e conflitos do movimento anarquista em torno da decisão que os tornaria ministros do governo republicano durante seis meses de 1937, destaca-se MARÍN, Dolors. *Ministros anarquistas: la CNT em el Gobierno de la II República (1936-1939)*. Barcelona: Debolsillo/Random House Mondadori, 2005.

Desta maneira, tal qual no contexto internacional, no Brasil também desenvolveram-se “anarquismos” conflitantes, críticos uns com os outros em debates francos e acalorados.

O mais diretamente criticado era o anarquismo individualista, por não aceitar qualquer forma de organização coletiva que pudesse, a seu ver, cercear a liberdade do indivíduo, submetendo-a a alguma forma de restrição. Segundo seus adeptos, a necessidade de organização conduziria a coletividade a impor limites de ação e no próprio pensamento dos indivíduos, não permitindo o pleno desenvolvimento de suas habilidades e limitar sua liberdade, valor supremo que só existe intrinsecamente ligado à existência individual. Nesse modo de pensar, qualquer sujeição do indivíduo a alguma decisão contrária à sua vontade deveria ser considerada um atentado contra a liberdade. Por essa lógica, que vê no indivíduo a medida de todas as coisas, ao aderir a alguma organização coletiva, como o sindicato, que exige a maior coesão possível dos seus integrantes, o indivíduo deixaria de ser plenamente livre, no sentido de que se sobreporia uma autoridade imposta contra a vontade individual e o seu exclusivo direito de fazer somente aquilo que julgar ser certo. A oposição entre vontade e organização, vista como autoridade, foi combatida como falsa dentre os próprios anarquistas, como o fez o italiano Errico Malatesta, uma das referências teóricas preferidas dos libertários “sociais” (todos aqueles que defendiam formas de organização e censuravam os individualistas) no Brasil. Com ironia, o italiano criticou o absolutismo da liberdade individual ao imaginar uma sociedade futura sob suas bases:

“Na verdade, esta fixação [pela plenitude da liberdade individual] chegou ao ponto de fazer sustentar coisas realmente incríveis. Combateu todo o tipo de cooperação e de acordo porque a associação é a antítese da anarquia. Afirma-se que sem acordos, sem obrigações recíprocas, cada um fazendo o que lhe passar pela cabeça, sem mesmo se informar sobre o que fazem os outros, tudo estaria espontaneamente em harmonia: que a anarquia significa que cada um deve bastar-se a si mesmo e fazer tudo o que tem vontade, sem troca e sem trabalho em associação. Assim, as ferrovias poderiam funcionar muito bem sem organização, como acontecia na Inglaterra (!). O correio não seria necessário: alguém de

Paris, que quisesse escrever uma carta a Petersburgo... Podia ele próprio levá-la (!!) etc.”⁸⁷

Pode-se localizar uma convergência entre o individualismo do alemão Max Stirner e o evolucionismo positivista presente no pensamento do anarquista Piotr Kropotkin, no que se refere a uma idéia de inevitabilidade da revolução social, nos argumentos daqueles que se diziam defensores da soberania individual contra qualquer autoridade no Brasil. Por acreditar que o desenvolvimento intelectual não só era fundamental, mas suficiente como forma de libertação individual, essa corrente limitou-se a servir de auto-rótulo entre elementos letrados, afeitos à academia, onde despenderam grandes esforços no sentido de propagar o ideal anarquista, procurando desvinculá-lo do estereótipo terrorista e conferir-lhe uma aura de respeitabilidade filosófica. No Brasil, essa vertente quase inexistiu, e não adquiriu a força que teve em outros países. Dada a inexistência de vontade e de concordância em admitir formas de organização coletiva, os individualistas, tais quais os terroristas, não tiveram grande ressonância no movimento operário brasileiro.

Defensores também das liberdades individuais, mas em outra escala, os anarquistas de outras correntes trataram de denunciar em seus escritos o caráter pernicioso do pensamento individualista à propaganda libertária⁸⁸.

Do lado das tendências “sociais” do anarquismo, podemos localizar duas, que foram as mais influentes, e que chamamos aqui de anarco-comunistas e anarco-sindicalistas. A principal diferença entre esses dois grupos diz respeito às suas concepções acerca da pertinência da função dos sindicatos para o desenvolvimento de um processo revolucionário.

Esses debates em relação à estratégia sindical tomam força no Brasil na mesma época em que se acaloram internacionalmente, conforme mencionamos no início do capítulo. A efervescência das atividades operárias em torno de sindicatos independentes de partidos políticos na França a partir de 1884 despertou o interesse de anarquistas de todo o mundo para suas possibilidades revolucionárias.

A Confédération Générale du Travail (C.G.T.), uma confederação de sindicatos autônomos e independentes, seria o grande modelo à contrapartida decepcionante das

⁸⁷ MALATESTA, Errico. A Organização I. *L'Agitazione*, Ancona, 4 jul. 1897. In: MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. Edição on-line de LCC Publicações Eletrônicas, p. 28. (Disponível on-line em: <http://www.culturabrasil.org/zip/malatesta.pdf>).

⁸⁸ Dentre diversos textos, destaca-se LUZ, Fabio. A lei suprema. *A Vida – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano I, n. I, 30 nov. 1914, p. 2-3.

tradicionais trade-unions inglesas. Sua idéia fundamental, consubstanciada na Carta de Amiens, de 1906, era congregar todos os trabalhadores em sindicatos organizados por ofícios, independentemente de correntes políticas, quaisquer que fossem, para fomentar a resistência ao capitalismo. A concepção de “greve geral revolucionária” de Georges Sorel oferecia um componente estimulante para que anarquistas vissem nos sindicatos o meio de aproximação com o proletariado para difundir seus ideais e instigar seu potencial insurrecional. Isso porque, em linhas gerais, segundo os defensores do sindicalismo da CGT francesa, o sindicato deveria ser a mola propulsora de reunião e de ação entre os trabalhadores, perniciosamente divididos por causa da concorrência pela sobrevivência e por diversas formas de preconceitos e opiniões políticos, religiosos, raciais, nacionais, etc. A preocupação com a identificação dos interesses puramente econômicos das categorias profissionais (jornada de trabalho, salário, descanso semanal, etc.) permitiria, num primeiro momento, a reunião dessa amálgama para a conquista de melhorias parciais. Nas práticas sindicais, se desenvolveriam as experiências de solidariedade não apenas entre os trabalhadores de uma mesma categoria, mas também com os das demais, promovendo e fortalecendo a identificação de interesses comuns entre eles e em antagonismo com os patrões, proprietários das fábricas e das terras. A proposta do sindicalismo revolucionário consistia, então, em congregar todos os trabalhadores independentemente da visão política e religiosa, pois tais elementos seriam dispersantes, contrários à união necessária e comprometiam o próprio caráter revolucionário que os trabalhadores sindicalizados poderiam desenvolver. Por esse motivo, o sindicalismo revolucionário não admitia nenhuma corrente política ou religiosa como a corrente oficial do sindicato, incluindo o anarquismo⁸⁹.

Os moldes franceses de organização sindical tiveram grande impacto em todo o mundo⁹⁰, e no Brasil, considera-se sua consolidação a partir das resoluções aprovadas no I Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, no Rio de Janeiro.

A organização do evento ficou a cargo dos que propugnavam pela colaboração das classes. Antonio Pinto Machado, por exemplo, influente no operariado carioca, com entradas em Minas Gerais, combatido pelos anarquistas que o taxavam de

⁸⁹ JULLIARD, Jacques. *Autonomie ouvrière: Études sur le syndicalisme d'action directe*. Paris: Gallimard; Le Seuil, 1988.

⁹⁰ LINDEN, Marcel van der e THORPE, Wayne. Essor et déclin du syndicalisme révolutionnaire, *Le Mouvement Social*, Paris, n. 159, p. 3-36, abr.-jun. 1992.

“amarelo”, foi um dos membros da comissão preparatória do 1º Congresso, representante do Centro Artístico Cearense e presidiu a 6ª sessão dos trabalhos⁹¹. Além dele, participaram ativamente seus companheiros Mariano Garcia, Melchior Pereira Cardoso e José Hermes de Olinda Costa. De acordo com seus propósitos, era intenção que da reunião se tirasse a decisão de construir um partido operário com fortes bases no sindicalismo, preferencialmente, de amplitude nacional. Contudo, à ativa participação no Congresso dos colaboracionistas, no entanto, contrapôs-se o “*temperamento combativo dos delegados representantes do operariado paulista, unido aos representantes do operariado do Rio, já experimentados em lutas anteriores*”⁹². Seu esforço foi suficiente para impedir a criação de “*um forte partido político, para servir os interesses da burguesia*” e permitir a consolidação das teses sindicalistas defendidas, as quais foram aprovadas quase em sua totalidade naquele momento. Das resoluções determinantes para imprimir o caráter conferido à Confederação Operária Brasileira, destacam-se as referentes à orientação, organização e ação operária:

“SOBRE ORIENTAÇÃO:

Tema 1: A sociedade operária deve aderir a uma política de partido ou conservar a neutralidade? Deverá exercer uma ação política?

– Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas;

que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda classe operária, os de mais clara e pronta compreensão;

que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora de sua vontade e ação, reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legalitários, não há lei que valha;

o Congresso aconselha o proletariado a organizar-se em sociedade de resistência econômica, agrupamento essencial, e sem abandonar a defesa, pela ação direta dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral.

(...)

⁹¹ RODRIGUES, Edgar. *Socialismo...* op. cit., p. 132-133.

⁹² Relatório da Confederação Operária Brasileira contendo as resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro, reunido no Rio de Janeiro nos dias 8, 9, 10, 11, 12 e 13 de setembro de 1913. Rio de Janeiro, 1914 apud PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe...* op. cit. (Vol. I), p. 207.

SOBRE ORGANIZAÇÃO:

Tema 1: – ‘O sindicato de resistência deve ter como única base a resistência ou aceitar conjuntamente o subsídio de desocupação, de doença ou de cooperativismo?’

– Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo ou cooperativismo seria toda a cargo do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição de suas condições;

que essas obras secundárias, embora trazendo ao sindicato grande número de aderentes, quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embarçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fora constituída – a resistência;

o Congresso aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim e que, para melhor sintetizar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de sindicato.

(...)

SOBRE AÇÃO OPERÁRIA:

Tema 1: Quais os meios de ação que o operariado, economicamente organizado, pode usar vantajosamente?

Considerando que o proletariado economicamente organizado, independente dos partidos políticos, só pode, como tal, lançar mão dos meios de ação que lhe são próprios;

tendo em vista a moção votada sobre o 1º tema discutido:

o Congresso aconselha como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos todos aqueles que dependem do exercício direto e imediato da sua atividade, tais como a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem, o label, a manifestação pública, etc., variáveis, segundo as circunstâncias de lugar e de momento.

(...)

Tema 9: Que meios empregar para garantir os salários dos trabalhadores e o pagamento em dia?

Considerando que dentro da organização atual nada existe que garanta realmente o salário dos trabalhadores, os quais, por isso, são constantemente caloteados; assim como nada está estabelecido de seguro sobre a forma de pagamento, isto é, se este deve ser diário, semanal ou mensal, o que prejudica enormemente os trabalhadores;

o Congresso Operário aconselha aos sindicatos que:

1º - procurem tornar o menos curto possível os prazos dos pagamentos, os quais devem ser, no máximo, semanais, pois que, assim, os operários se furtarão a um sem número de explorações e, ao mesmo tempo, quando caloteados, será menor a quantia que perdem;

2º - e, quando decididamente caloteados, por haver liquidado a empresa ou falido o patrão, etc., devem os operários e respectivos sindicatos lançar mão de todos os

meios, inclusive os tribunais, para que o patrão ou empresa caloteira não possa aparecer como proprietária enquanto não houver pago aos trabalhadores.”⁹³

A partir dessas resoluções, em particular, se estabeleceu certo consenso entre os historiadores do movimento operário, acadêmicos e militantes, de que se podia verificar “*clara a predominância do anarco-sindicalismo como tendência orgânica do proletariado no Brasil, naquele momento*”⁹⁴. Contudo, há visões divergentes sobre o caráter do I Congresso Operário. Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall consideram que suas resoluções demonstram que, apesar da “*clara influência do sindicalismo revolucionário (...), de fato, (...) são muito mais sindicalistas que revolucionárias (do anarquismo dificilmente se encontra algum traço)*”⁹⁵.

Retomando, agora a partir das questões postas por essas fontes, a discussão historiográfica mencionada no início do capítulo, lembramos que a relação entre o sindicalismo revolucionário e o anarquismo, torna-se assim, algo que não é simples de ser determinado. Jean Maitron⁹⁶, ao analisar a história do anarquismo na França, já ponderou sobre a falta de consenso entre os historiadores quando tratam do sindicalismo revolucionário e do anarquismo. Para uns, o sindicalismo revolucionário nasce do anarquismo, e a história de ambos passa a ser dissociável uma da outra a partir dos anos subseqüentes à Comuna de Paris. Para outros, são duas correntes completamente diferentes, e o sindicalismo revolucionário seria, quando surgiu, algo novo, um herdeiro do anarquismo e do socialismo, ao mesmo tempo em que é uma ruptura com o anarquismo, assim como este foi com o socialismo.

O debate levando em conta a ação do sindicalismo revolucionário no movimento operário brasileiro, e que esteve praticamente ausente em grande parte dos estudos sobre este movimento, afora algumas referências esparsas, foi discutido também por Jacy Alves de Seixas. No entanto, sobre a relação entre sindicalismo revolucionário e anarquismo no Brasil, asseverou:

“É então do interior do grupo anarco-comunista de São Paulo, no momento em que a organização do movimento operário brasileiro está em pleno desenvolvimento, que uma

⁹³ Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro efetuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de abril de 1906 na sede do Centro Galego, à Rua da Constituição, 30 e 32, Rio de Janeiro, 1906 apud PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe...* op. cit. (Vol. I), p. 41-58.

⁹⁴ HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História...* op. cit., p. 338.

⁹⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe...* op. cit. (Vol. I), p. 41.

⁹⁶ MAITRON, Jean. *Le mouvement anarchiste en France – Vol. I : Des origines à 1914*. Paris: Gallimard, 1975, p. 323-324.

*corrente sindicalista revolucionária emerge. Esse momento de diferenciação não implica, entretanto, uma cisão do movimento anarquista em dois blocos rivais, como no caso da Argentina. Ao contrário, os sindicalistas revolucionários, por razões que dizem respeito à especificidade das relações de força que constituem o movimento operário brasileiro deste período, permaneceram mais ou menos fiéis a suas raízes. Resultado: o movimento anarquista brasileiro, rico em malatestianos, jamais teve seu Monatte”.*⁹⁷

A autora se refere ao grande embate que marcou o Congresso Anarquista de Amsterdã, de 1907, quando Malatesta “*interveio energeticamente*”⁹⁸ contra as propostas do jovem francês Pierre Monatte, cuja síntese se encontra na fórmula “o sindicato basta em si mesmo”. A seu ver, portanto, ainda que considere a existência de críticas ao sindicalismo entre os libertários militantes no Brasil, tende a vê-lo como o principal método que foi utilizado por anarquistas brasileiros para efetivar sua militância junto aos meios operários, como se evidencia também em termos internacionais, na medida em que o próprio debate proposto por Monatte foi feito em um congresso *anarquista*.

Edilene Toledo, por sua vez, pretendeu “*demonstrar que São Paulo teve o seu Monatte, que foi Giulio Sorelli*”⁹⁹, militante anarquista e sindicalista revolucionário, cuja trajetória, acompanhada e comparada às do socialista Alceste De Ambryns e de um futuro adepto do sindicalismo fascista em seu retorno à Itália, Edmondo Rossoni, contribuiria para a sua tese de que o sindicalismo revolucionário, adotado por militantes de diversas correntes, não pode ser reduzido somente à experiência anarquista. A autora compartilhou da percepção de Hall e Pinheiro, e procurou demonstrar que táticas e estratégias usualmente identificadas como anarquistas e anarco-sindicalistas, na realidade são proposições do sindicalismo revolucionário, corrente autônoma com corpo teórico e práticas de ação próprias, e que não pode ser confundida com o anarco-sindicalismo, “*termo que na verdade só seria usado muito mais tarde, [e que] tinha uma concepção diferente do sindicalismo revolucionário*”. Ao atentar para a presença do sindicalismo revolucionário no Brasil, percebeu que “*o movimento operário [sobretudo em São Paulo, caso estudado], foi, em vários*

⁹⁷ SEIXAS, Jacy Alves de. *Mémoire... op. cit.*, p. 107.

⁹⁸ As citações acerca do relatório do Congresso de Amsterdã que se seguem referem-se a MALATESTA, Errico. O Congresso de Amsterdã – Prefácio do Congresso Anarquista. *Les Temps Nouveaux*, Paris, 5 out. 1907 In: MALATESTA, Errico. *Escritos... op. cit.*. Para fins de narrativa, em alguns momentos foram adaptadas as conjugações de tempos e pessoas.

⁹⁹ TOLEDO, Edilene. *Travessias... op. cit.*, p. 51.

momentos, muito mais sindicalista revolucionário do que anarquista, e mais sindicalista do que revolucionário”¹⁰⁰.

As contribuições de seu trabalho dão um novo contorno aos debates sugeridos por outros autores¹⁰¹, e estimulam a abordagem acerca da militância anarquista no movimento operário. De fato, elementos do sindicalismo revolucionário são visíveis no processo de organização sindical no Brasil, especialmente no Distrito Federal, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, mas reafirmo que, a meu ver, ele não constituiu propriamente uma corrente autônoma: antes foi um método de ação, cuja projeção atingida foi alavancada principalmente pela intensa militância anarquista, tornando possível ao observador confundir ambos. Nesse sentido, a própria Edilene Toledo fornece as pistas para afirmar que “o sindicalismo revolucionário em São Paulo não significou mais do que a participação de anarquistas no sindicato”¹⁰². E esta talvez seja a chave para a compreensão do processo que nos interessa. Interessa aqui ver como os princípios sindicalistas foram instrumentalizados pelos anarquistas no combate a outras tendências políticas nos meios sindicais e na construção de sua imagem com força hegemônica (imagem que nem sempre correspondeu aos fatos). Não se trata apenas de ver o sindicalismo como um método de luta que garantisse vitórias parciais ao operariado em um capitalismo sem regras precisas da relação capital/trabalho, tendo ou não uma perspectiva revolucionária. Trata-se de perceber as diretrizes do sindicalismo revolucionário sob a perspectiva das lutas internas entre tendências do movimento operário, das quais os anarco-sindicalistas foram os principais agentes defensores e beneficiados no período aproximado entre 1906 a 1919. Neste processo, que resultaria na projeção da militância anarquista e do movimento sindical no contexto político da Primeira República, as primeiras resistências se deram entre os próprios anarquistas.

¹⁰⁰ TOLEDO, Edilene. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 11-12.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 59. Dentre os autores que atentaram para as diferenças internas do movimento anarquista, tomando o caso de São Paulo, separando-os entre anarquistas (ou anarco-comunistas) e anarco-sindicalistas, além dos já citados, encontram-se: AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002, p. 72-130; SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo... op. cit.* e MAGNANI, Silvia Lang. *O movimento... op. cit.*

¹⁰² TOLEDO, Edilene. *Travessias... op. cit.*, p. 51.

A EMERGÊNCIA DO “ANARCO-SINDICALISMO” – SINDICALISMO E ANARQUISMO

A eleição do método do sindicalismo revolucionário (sindicatos autônomos, mas interligados, de trabalhadores com diversas opiniões políticas e religiosas, cuja ação direta por conquistas pontuais e imediatas constituiria uma “ginástica” até sua confluência no grande momento da “greve geral revolucionária”) por parte dos anarquistas não ocorreu sem resistências dos seus próprios companheiros de orientação. Considera-se que o já referido embate entre Errico Malatesta e Pierre Monatte no Congresso de Amsterdã de 1907, seja um de seus principais episódios das divergências internas do anarquismo acerca da validade dos sindicatos como instrumentos de luta.

Entre os militantes libertários no Brasil, como já apontou Seixas, não houve essa ruptura de modo tão brusco como, por exemplo, se deu na Argentina¹⁰³. Curiosamente, os escritos de Malatesta, como veremos, foram reivindicados no Brasil tanto por anarquistas adeptos do sindicalismo quanto por seus críticos, de modo que era, se não a principal, uma das mais constantes referências nas publicações anarquistas brasileiras. Dada sua recorrência na argumentação de anarquistas “puros” e sindicalistas, vejamos em que termos o autor se posicionou frente ao sindicalismo francês.

No prefácio do relatório do Congresso Anarquista de Amsterdã, publicado no *Les Temps Nouveaux*, Malatesta¹⁰⁴ expõe o debate e os seus argumentos contrários ao sindicalismo da C.G.T. francesa e sua supervalorização da função do sindicato. Lembrando que sempre defendeu a proximidade dos anarquistas com o movimento operário, não o engajamento apenas entre anarquistas, ponderou sobre os perigos da luta por conquistas imediatas se reduzirem a um reformismo corporativista:

“Não peço que os sindicatos adotem um programa anarquista e que sejam compostos só por anarquistas: – neste caso, eles seriam inúteis, porque seriam a repetição dos agrupamentos anarquistas, e não mais teriam a qualidade que os torna caros aos anarquistas, ou seja, a de ser um campo de

¹⁰³ Quanto ao caso argentino referido, a cisão estabelecida na década de 1900 entre anarquistas “puros”, cuja principal referência era o pensamento de Kropotkin, e os anarco-sindicalistas, ver SURIANO, Juan. La interpelación anarquista. *Anarquistas: cultura y política libertaria en Buenos Aires (1890-1910)*. Buenos Aires: Manantial, 2001, p. 75-106.

¹⁰⁴ MALATESTA, Errico. O Congresso de Amsterdã – Prefácio do Congresso Anarquista. *Les Temps Nouveaux*, Paris, 5 out. 1907 In: MALATESTA, Errico. *Escritos.. op. cit..*

propaganda hoje, e um meio, amanhã; a de conduzir a massa à rua e fazê-la assumir o controle da posse das riquezas e da organização da produção para a coletividade. Desejo sindicatos amplamente abertos a todos os trabalhadores que comecem a sentir a necessidade de se unirem com seus camaradas para lutar contra os patrões; todavia, também conheço todos os perigos que representam para o futuro, agrupamentos feitos com o objetivo de defender na sociedade atual interesses particulares, e peço que os anarquistas, que estão nos sindicatos, dêem-se por missão salvar o futuro, lutando contra a tendência natural desses agrupamentos de se tornarem corporações fechadas, em antagonismo com outros proletários, ainda mais do que com os patrões.”

O principal problema do sindicalismo revolucionário, segundo Malatesta, é a crença na mobilização tendencialmente natural das massas¹⁰⁵. Ao contrário da idéia costumeiramente conferida ao anarquismo, Malatesta não acredita em espontaneísmo sem um intenso trabalho de propaganda e mobilização¹⁰⁶. Seria preciso que o movimento operário definisse os fins que desejava alcançar para conduzir uma mobilização que não caísse em corporativismos, cujas melhorias imediatas para determinadas categorias mais dividiriam os trabalhadores do que estimulariam a solidariedade entre eles, resultando na submissão dos sindicatos aos interesses de grupos político-eleitorais, como se passava nos países anglo-saxões:

“A causa do mal-entendido [da defesa do sindicalismo como método auto-suficiente] talvez possa ser encontrada na crença, segundo minha opinião, errônea, ainda que geralmente aceita, segundo a qual os interesses dos operários são solidários, e que, conseqüentemente, basta que os operários ponham-se a defender seus interesses e a perseguir a melhoria de suas condições para que sejam, naturalmente, levados a defender os interesses de todo o proletariado contra o patronato.

A verdade é, segundo meu ponto de vista, bem diferente. Os operários suportam, como todo mundo, a lei de antagonismo geral, que deriva do regime da propriedade individual; eis porque os agrupamentos de interesses, sempre revolucionários, no início, enquanto são fracos e necessitam

¹⁰⁵ Neno Vasco, sobre quem voltaremos a tratar a seguir, militante português que desempenhou importante função em Portugal e no Brasil na difusão do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, creditava o equívoco do “automatismo revolucionário”, com conseqüências desastrosas aos ideais anarquistas, a interpretações respaldadas em alguns escritos de Bakunin na Associação Internacional dos Trabalhadores. VASCO, Neno. *Concepção anarquista do sindicalismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1984. (1ª edição: Lisboa: Editorial de “A Batalha”, 1923).

¹⁰⁶ TRAGTENBERG, Maurício. Malatesta e sua concepção voluntarista de anarquismo. *Verve*, São Paulo, PUC-SP, n. 4, p. 195-227, out. 2003.

da solidariedade dos outros, tornam-se conservadores e exclusivistas quando adquirem força, e, com a força, a consciência de seus interesses particulares. A história do trade-unionismo inglês e americano está aí para mostrar a maneira como se produziu essa degenerescência do movimento operário, quando ele se limita à defesa dos interesses atuais.

É somente com vistas a uma transformação completa da sociedade que o operário pode se sentir solidário com o operário, o oprimido solidário com o oprimido; e é papel dos anarquistas manter ardente, por muito tempo, o fogo do ideal, procurando orientar, tanto quanto possível, todo o movimento para as conquistas do futuro, para a revolução, inclusive, se preciso for, em detrimento das pequenas vantagens que pode hoje obter qualquer fração da classe operária, e que, frequentemente, só são obtidas às expensas de outros trabalhadores e do público consumidor.”¹⁰⁷

A função do anarquismo deveria, portanto, ser um elemento transformador do caráter tendencialmente reformista do movimento operário para torná-lo revolucionário. Isso poderia levar até mesmo a confrontos entre os militantes anarquistas e os demais associados em um sindicato, mas essa deveria ser a tarefa de um verdadeiro revolucionário. Deste modo, a posição fundamental de Malatesta em relação ao sindicalismo é: o sindicalismo é um meio, importante, mas longe de ser um fim em si mesmo. Dependerá da ação anarquista torná-lo um meio eficiente:

*“Numa palavra, o sindicato operário é, por natureza, reformista, não revolucionário. O espírito revolucionário deve ser-lhe levado, desenvolvido e mantido pelo trabalho constante dos revolucionários que agem fora e dentro do sindicato, mas ele não pode provir de prática natural e normal. Ao contrário, os interesses atuais e imediatos dos operários associados, que o sindicato tem por missão defender, estão, com muita frequência, em contradição com as aspirações ideais e futuras. O sindicato só pode fazer ação revolucionária se estiver impregnado do espírito de sacrifício, à medida que o ideal esteja situado acima dos interesses, quer dizer, somente na medida em que cesse de ser sindicato econômico para se tornar grupo político fundado sobre um ideal, o que é impossível nas grandes organizações que necessitam, para agir, do consentimento das massas, sempre mais ou menos egoístas, medrosas e lentas”.*¹⁰⁸

Os escritos de Malatesta serão bem recebidos no Brasil pelos anarquistas “puros”, que se mantinham céticos quanto à prática sindical. Ainda assim, procuravam

¹⁰⁷ MALATESTA, Errico. O Congresso... *op. cit.*

¹⁰⁸ MALATESTA, Errico. Sindicalismo e anarquismo. *Umanità Nuova*. Milão, 6 abr. 1922 In: MALATESTA, Errico. *Escritos... op. cit.*

estar próximos também aos trabalhadores e estimular uma ação insurgente e revolucionária. Para tanto, iam às portas de fábricas, organizavam piquetes, discursavam e distribuíam suas publicações a fim de conquistar adeptos para o anarquismo, cuja propaganda se promovia, não nos sindicatos, mas em outras formas de organização, sobretudo as de caráter cultural (centros de estudos e propaganda, grupos de teatro, escolas, etc.). Em muitos momentos, contudo, apoiaram as greves parciais, generalizadas e gerais, mas mantinham uma desconfiança na prática sindical, pois nela se reproduziam hierarquias, aristocracias operárias e posições de mando incompatíveis com os ideais anarquistas¹⁰⁹.

Contudo, muitos anarquistas no Brasil, impulsionados pela idéia em prática em outros pontos do mundo a partir da França, entendiam que o sindicato assumia uma função cada vez mais central para se efetivar a mobilização operária. Eles viam no sindicalismo politicamente-neutro, mas auto-declarado revolucionário, uma estratégia fundamental para a pedagogia revolucionária na construção da coesão da classe operária. A opção estratégica pela neutralidade política nos sindicatos objetivava também tentar reconstruir os esforços de se retomar as tentativas de união dos trabalhadores, levando em conta a interpretação de que ela tinha sofrido um duro golpe com as disputas entre os grupos de Marx e de Bakunin que levaram à dissolução da Associação Internacional dos Trabalhadores.

Esse esforço seria vão e produziria efeitos contrários, aos olhos de anarquistas “puros”, críticos da estratégia sindicalista, do sindicato politicamente neutro a estimular o exercício revolucionário através, também, das greves parciais. Exemplar dessa oposição é o artigo escrito por “Acratibis” no jornal paulista *La Barricata*, logo após a realização no Rio de Janeiro do II Congresso Operário Brasileiro, que ratificaria em 1913 as resoluções do primeiro. Endossando os temores de Malatesta sobre os perigos de o sindicalismo (“*o ideal da gente prática*”) produzir e reproduzir valores e práticas autoritárias, reformistas, corporativistas e anti-revolucionárias contrárias às aspirações e princípios do anarquismo (“*o ideal dos utopistas*”):

“Eu não hesito em afirmar (...) que o sindicalismo nada tem de comum com o anarquismo, ou melhor, tem de mais: o caráter efetivo de ação do sindicalismo é uma negação do anarquismo.

¹⁰⁹ ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anárquica*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002, p. 172-176.

Ideologicamente o sindicalismo almeja a constituição, no campo do trabalho, de uma casta predominante de proletários organizados. Isto é, aspira à constituição de uma aristocracia de classe (...) à dominação do sindicato (...).

O fato de haver se declarado partidário da ação direta e dos métodos violentos de conquista, não implica de forma alguma que o sindicalismo conceba a revolução em um sentido anarquista ou social. (...)

Na prática, o sindicalismo luta para melhorar o regime do trabalho assalariado. Como melhorar uma coisa significa também conservá-la, sucede que, como consequência lógica, o sindicalismo trabalha para a consolidação do regime burguês.

O sindicalismo não é mais que uma vasta burocracia fanfarrona e dominadora, bastante faminta de fama e de comida. O dinheiro, a infame moeda que o anarquismo odeia, é o ideal das suas batalhas. Greves, greves, greves, para fazer aumentar os salários (...), para que se conserve até o fim dos séculos o regime do trabalho assalariado que nós, os loucos da anarquia, queremos destruir.

(...) Eu vejo o ideal do sindicalismo em todo o seu esplendor como uma vasta armadilha onde foram colocados os princípios fundamentais do socialismo e da anarquia para enjaular o elemento proletário e lançá-lo em seguida à gloriosa conquista do sagrado aumento de dois vinténs para o dia de trabalho.

(...) O sindicalismo quer destruir o privilégio do patrão para estabelecer o próprio. A organização de classe é que deve terminar ditando a lei. Não se trata de demolir todos os domínios, mas substituir o domínio burguês pelo proletário. A sua força não deve servir para ajudar nenhuma causa estranha, mas sim impor a sua ditadura, a sua lei. O sindicalismo não quer libertar a humanidade, mas simplesmente os sindicalistas.”¹¹⁰

Além dos sindicalistas errarem ao adotar uma estratégia que serviria à conservação da dominação burguesa de classe e sua reprodução entre os operários, as agitações operárias estimuladas apenas para melhorias salariais também seriam inúteis e sem sentido, pois que apenas fariam o operário “*arrisca[r] a vida [no confronto com a polícia] por dois vinténs [que seriam,] (...) depois da vitória, (...) embolsados pelo vendeiro (...) um ladrão suave e um bom burguês*”, não rompendo a lógica da produção e da circulação capitalista.

Em contrapartida, respondiam os sindicalistas, o importante, sobretudo no Brasil, naquele momento de ampliação do setor urbano e industrial que o país

¹¹⁰ ACROTIBIS. Sindacalismo e anarquismo. *La Barricata*, n. 389, 16 mar. 1913 *apud* PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe... op. cit.* (Vol. I), p. 129-130.

experimentava, era organizar os trabalhadores, reuni-los, para poder, inclusive, introduzi-los no mundo da política e tornar mais eficaz a própria propaganda anarquista. É neste sentido que Rozendo dos Santos parece responder, em 1909, às críticas ao sindicalismo oriundas especialmente de anarco-comunistas paulistas, como Oreste Ristori e Luigi (Gigi) Damiani:

“A ação do operariado deve, no presente momento, ser de arregimentação, isto é, de preparar o ambiente para a luta, que já somos obrigados a vir sustentando sem esperanças de vitória.

A liberdade individual jamais poderá ser um fato no domínio da desigualdade econômica.

Qual o sistema de organização operária que nos poderá levar à conquista de uma situação econômica mais compatível com o produtor?

As bases sindicalistas, aconselhadas pelo Primeiro Congresso Operário, são as únicas, até aqui, que se afiguram como promissoras de êxito para o operariado. E provas da sua eficácia já temos observado nos sindicatos existentes no Rio, S. Paulo e Santos”.¹¹¹

A resposta de Rozendo dos Santos, num período intermediário entre o primeiro e o segundo congressos, é exemplar da existência de dúvidas e embates que se seguiram entre os anarquistas durante a década que desembocaria nas greves de 1917 a 1920. Os enfrentamentos refletiam questões pertinentes ao melhor modo de propagar os ideais anarquistas e torná-los hegemônicos nos meios operários.

No entanto, os anarquistas sindicalistas não se debatiam somente com os anarquistas “puros”, que combatiam os sindicatos. As experiências de ação sindical no Brasil e nos países influenciados pela CGT francesa começaram a despertar questionamentos por parte de alguns anarquistas militantes em sindicatos sobre os moldes das resoluções do primeiro Congresso de 1906. A neutralidade política dos sindicatos foi quebrada por uma declaração de princípios da Federação Operária [Local] de Santos (FOLS)¹¹², em junho de 1913, enquanto era organizado o II Congresso Operário Brasileiro, que se realizaria três meses depois:

“BASES

¹¹¹ SANTOS, Rozendo dos. Sem ambages. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, ano II, n. 19, 30 out. 1909, p. 1. (grifos meus).

¹¹² Sobre a constituição e atuação desta federação, ver GITHAY, Maria Lucia Caira. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Editora da UNESP; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1992, especialmente as páginas 65-74. Embora apenas em uma das fontes citadas aqui, casualmente, se utilize o termo “Local”, preferi a sigla adotada por Githay, para não confundi-la, eventualmente, com a FOSP.

A instituição do patronato, do sistema capitalista e as suas novas organizações, os trusts, assim como os impostos, as tarifas, os privilégios de propriedade e de exploração, constituem a extorsão organizada do produto do Trabalho e dos elementos de produção, privando a humanidade dos elementos indispensáveis à subsistência diária, dos gêneros criados pelas suas próprias energias e faculdades.

O progresso da maquinaria, a especulação, a substituição do homem no trabalho pelas mulheres e crianças, a assombrosa concorrência e desocupação que aumenta por uma forma alarmante, aboliram o salário como meio de subsistência dos trabalhadores.

Estes fenômenos de desequilíbrio econômico determinam as classes laboriosas a resistir contra esses fenômenos que as aniquilam pela fome e pela miséria.

FINALIDADES

As aspirações da ‘Federação Operária’ de Santos têm por fim a emancipação dos trabalhadores pela transformação econômica e social, unindo-se ao proletariado universal para tomar posse da terra e dos instrumentos de trabalho, organizar livremente a produção e o consumo, inaugurando a sociedade dos produtores livres pela supressão do Estado e da autoridade, e instaurar a nova vida segundo os mais elevados e científicos princípios de economia e de sociologia, inspirados no Comunismo Anarquista.

Santos, junho, 1913.

O COMITÊ FEDERAL.”¹¹³

Na edição anterior de *Germinal!*, João Crispim assinava um artigo intitulado “*Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista*”¹¹⁴. Sem citar o caso da FOLS, o autor defendeu a posição por ela assumida, alertando para os perigos do “puro sindicalismo” aos moldes da CGT francesa, pois, tal qual a Internacional onde os anarquistas tinham sido expulsos por Marx, seguia “*as pegadas das instituições reacionárias impondo silêncio aos seus componentes (...) resultando ser mais conservadora do que os partidos democráticos ou liberais*”. Em contraposição ao sindicalismo dito revolucionário da CGT, Crispim relatava outras experiências mais valiosas, mas menos famosas e repercutidas por não serem francesas, que eram, de fato, verdadeiramente revolucionárias, como as investidas insurreicionais em Jerez (Espanha), e as dos camponeses russos e mexicanos. O problema estava, segundo Crispim, em, por um lado, não serem admitidos debates de idéias dentro do sindicato, por força da burocracia dos regulamentos, e, por outro, permitirem a criação de uma

¹¹³ COMITÊ FEDERAL DA FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE SANTOS. Declaração de princípios. *Germinal! – Semanário anarquista*. São Paulo, ano I, n. 14, 22 jun. 1913, p. 2.

¹¹⁴ CRISPIM, João. *Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista*. *Germinal – Semanário Anarquista*, São Paulo, ano I, n. 13, 15 jun. 1913, p. 2.

“aristocracia operária”, como observa estar ocorrendo nos Estados Unidos. Por isso, suspeitava da capacidade revolucionária desse tipo de sindicalismo. Demonstrava-se completamente cético, ao considerar que na hipótese de realmente conseguir derrubar o capitalismo, como diziam seus defensores, tudo o que conseguiria fazer seria *“estabelecer um novo governo, novos regulamentos ou leis (...), [um] novo despotismo, seja ele burguês ou operário, chame-se como se chame”*, ou seja, a reprodução daquilo que os anarquistas combatiam por fomentar e garantir a exploração humana. Ao contrário de outros anarquistas que não acreditavam na eficiência da luta sindical, Crispim defendia a adoção de um sindicalismo de novo tipo, o *“sindicalismo anarquista, o único verdadeiramente revolucionário, [no qual] o operário não tem nada a temer”*, pois nele estariam garantidas todas as liberdades individuais, afinal *“nestes sindicatos não há regulamentos, não há ordens que limitem a integridade individual”*. À diferença da burocracia do sindicalismo à francesa, *“não se obriga a estar associado o companheiro que, não se encontrando satisfeito, luta como melhor entende pela emancipação humana”*. Após consolidada a revolução, não seriam os sindicatos, interessados somente em defender autoritariamente os privilégios corporativos dos seus associados, os responsáveis pela produção e circulação, porque estes *“se fragmentarão em grupos que desempenharão essas funções, constituindo, para o melhor desempenho, quantas federações julgarem necessárias, baseando a sua completa autonomia no livre acordo”*.

Por outro lado, defendendo o modelo da COB e reivindicando como o melhor a ser encaminhado pelos anarquistas, vemos que a declaração de princípios da FOLS levou o anarquista Neno Vasco a reagir, desde Lisboa, tecendo duras críticas contra a contradição por parte dos dirigentes da Federação de Santos em declararem-se anarquistas e agirem autoritariamente, pois, a seu ver, tal atitude nada mais é do que *“um artifício autoritário de delegados ou representantes, não a expressão exata duma convicção sincera e refletida dos sindicatos”*¹¹⁵. A neutralidade política garantida pelo I Congresso, ao contrário, *“é mais anarquista quando recruta os salarizados conscientes desse fim e decididos a essa ação, do que quando alista, sob a bandeira do comunismo anarquista, os trabalhadores que desse ideal não têm um conhecimento regular”*. Assim sendo, respondia sobre qual a atitude dos anarquistas dentro dos sindicatos politicamente neutros:

¹¹⁵ VASCO, Neno. O anarquismo no Sindicato. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 38, 1º set. 1913, p. 1.

“Em primeiro lugar, devem ali conservar quanto possível a sua liberdade de ação, evitar os compromissos e os motivos de suspeita, – o mais que possa, visto [não] convir dar margem às contingências e circunstâncias especiais. Assim colocados, o seu papel é o de uma minoria atuante e propulsora: favorecer com todas as suas forças a tendência socialista, anarquista e revolucionária do movimento econômico operário e as formas de ação e organização que a promovem; acompanhar ardentemente o operariado nas suas reivindicações, procurando alargá-las; apontar-lhe sempre o nosso fim e mostrar-lhe infatigavelmente, a necessidade da revolução social. Procurar, em suma, que anarquistas sejam, não os estatutos, mas os operários, se não nas idéias, ao menos nos atos.”¹¹⁶

Depreende-se da leitura do texto de Neno Vasco que a opção pela neutralidade política oficial do sindicato nada mais era do que uma estratégia para manter unidos os trabalhadores e desenvolver nas associações de classe a propaganda anarquista e não repetir o que se passava no Prata, onde, com a *“F.O.R. Argentina, renova-se o erro autoritário que, conforme luminosamente o mostrou Malatesta, conduziu a velha Internacional ao estacêlo”*.

É interessante notar que ambos os autores, que protagonizariam uma série de debates publicados nos jornais *A Voz do Trabalhador*, da Confederação Operária Brasileira, e *Aurora*, da cidade portuguesa do Porto, recorriam em seus textos a passagens dos escritos de Malatesta para reafirmar suas posições divergentes. Fica evidente que ambos os grupos objetivavam o anarquismo, não um sindicalismo fechado em si mesmo. A discussão se prolongaria logo depois no II Congresso Operário Brasileiro, realizado entre 8 e 13 de setembro de 1913, no Rio de Janeiro, oportunidade onde se acirrariam essas posições concernentes apenas ao movimento anarquista.

Estranhamente, no relatório sobre o seu histórico enviado ao evento, a FOLS não apenas não faz qualquer menção à sua declaração de princípios como ainda afirma ser uma *“Federação genuinamente sindicalista [que] faz propaganda internacional e tem como prática a ação direta”¹¹⁷*. É difícil avaliar se o advérbio “genuinamente” e a expressão “propaganda internacional” são ou não manifestações tímidas, irônicas ou provocativas sobre seu pretendido novo caráter ou simplesmente eram aderentes ao

¹¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹¹⁷ Relatório histórico da Federação Operária Local de Santos ao Segundo Congresso Brasileiro. Santos, 1913 apud PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe...* op. cit. (Vol. I), p. 141.

sindicalismo tal qual entendiam os anarquistas como Neno Vasco. Mas o fato é que o choque de posições entre a neutralidade sindicalista e a adesão declarada ao anarquismo tomou parte no encontro, gerando uma grande polêmica que durou mais de um dia. Os delegados da FOLS¹¹⁸, João Crispim e Rafael Serrato Muñoz, levantaram a primeira questão, que daria início às atividades do encontro, relativa ao tema do caráter político do sindicalismo.

Foram apresentadas no encontro, então, as seguintes questões: “*A sociedade operária deve aderir a uma política de partido ou conservar a sua neutralidade? Deverá exercer uma ação política?*”¹¹⁹; “*Sendo as aspirações das organizações operárias tendentes à transformação econômica e social, quais devem ser os princípios da nova sociedade: os da propriedade privada e da autoridade ou os do socialismo anarquista?*”¹²⁰. A questão foi acompanhada da seguinte proposta de orientação:

*“Considerando que a política é a arte de governar os povos e que o governo é a antítese da liberdade econômica, social e intelectual dos trabalhadores, este Congresso aconselha a propaganda do anarquismo nas sociedades operárias, como meio para alcançar a emancipação dos trabalhadores. – A delegação Operária de Santos.”*¹²¹

Por outro lado, despertam atenção as explícitas referências sobre o anarquismo, feitas por parte de militantes anarquistas, compartilhando dos argumentos do artigo de Neno Vasco, sobre a necessidade de os sindicatos não adotarem oficialmente nenhuma corrente política, nem mesmo aquela que pública e notoriamente professavam. A presença dessas preocupações se torna ainda mais evidente quando se toma para análise, além da resolução ratificada, algumas declarações de voto que a acompanharam, sob a forma de moção. Dentre as quais, destaca-se a do delegado da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ):

“Considerando que os princípios anarquistas, como quaisquer outros princípios políticos ou religiosos, adotados oficialmente pelo Sindicato, constituem uma imposição aos trabalhadores de outras idéias, de cuja força necessitamos

¹¹⁸ A proposição da FOLS no III Congresso e os antecedentes através de alguns números de *Germinal!* e *A Voz do Trabalhador*, aqui tratados, foram mencionados por GITHAY, Maria Lucia Caira. *Ventos... op. cit.*, p. 65-74.

¹¹⁹ As resoluções do Segundo Congresso. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 39-40, 1 out. 1913, p. 2.

¹²⁰ Idem, *ibidem*.

¹²¹ Idem, *ibidem*.

para a conquista das nossas aspirações, – a Federação Operária do Rio de Janeiro, alheia como é a toda e qualquer política especial de partido, é pela orientação sindicalista. – Santos Barboza, delegado.”

Reivindicando coerência com os princípios anarquistas, Santos Barboza¹²² via que qualquer posição política assumida como “oficial” por algum sindicato não passaria de uma imposição de uma direção ou mesmo de uma maioria sobre o conjunto dos trabalhadores. O anarquismo deveria ser aceito, não imposto, pois do contrário, não seria anarquismo. A mesa dirigente que presidiu os trabalhos dessas sessões, composta pelos anarquistas Edgard Leuenroth, Astrojildo Pereira, José Romero, Cecílio Vilar (pseudônimo de Orlando Martins) e Myer Feldman, certamente compartilhava a idéia de ser o sindicato um instrumento para sua propaganda, garantida através da *“ampla liberdade de ação individual aos seus associados”*, como disse o delegado da Associação dos Empregados Barbeiros e Cabelereiros, do Rio de Janeiro, Manuel Fernandes. Mas, para tanto, o sindicato não poderia assumir-se declaradamente como anarquista, pois isto poderia ter efeito contrário, e afastar os trabalhadores das organizações. Seguindo essa lógica, votou J. Arias de Castro, delegado da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Cafés, do Rio de Janeiro:

“O Sindicato deve ser estranho a todos os credos políticos, religiosos e filosóficos, pois são os seus fins a organização de todos os proletários, podendo, por isso, fazer parte do mesmo os indivíduos de todas as crenças, encontrando no seu seio uma ampla liberdade de ação todos os camaradas libertários.”

No segundo dia, enfim, a proposta dos santistas acabava sendo rejeitada e a assembléia decidiu pela ratificação das resoluções de 1906 com o objetivo de repelir *“a influência dissolvente da política”* sobre os trabalhadores. Fica clara a idéia de que o sindicalismo livre de uma posição política declarada foi considerado como a melhor estratégia para fazer e manter os trabalhadores organizados, pois, do contrário, pela diversidade de opiniões políticas, religiosas e sociais (entendo-se aí também o preconceito ao anarquismo), *“tendem unicamente a desviar os trabalhadores do seu movimento de resistência e de reivindicação social”*, desvio esse que pode ser

¹²² A partir de 1914, Santos Barboza se dirigiria à cidade gaúcha de Pelotas. De lá, continuaria a colaborar com as publicações do Rio de Janeiro, em *A Voz do Trabalhador*, noticiando as lutas operárias da cidade e da região, e na revista anarquista *A Vida*, preparando um histórico do movimento libertário de Pelotas, a ser apresentado pela delegação brasileira no Congresso Anarquista de Londres, que não se realizaria em função da eclosão da I Guerra Mundial.

interpretado como falta de interesse e abandono das lutas reivindicatórias e organização operária, afinal, a seu ver, era “*a garantia e conquista dos seus direitos econômicos que ligam estreitamente os trabalhadores, divididos pelas suas opiniões políticas, religiosas ou sociais*”. Por isso, a decisão era a de que a Confederação deveria aconselhar seus afiliados a “*se manter inteiramente no terreno da ação direta de pressão e resistência contra o capitalismo*”.

A votação pela neutralidade política não implicaria a ausência da propaganda anarquista dentro dos sindicatos. Pelo menos não formalmente. E se isso não estava claro nas resoluções do I Congresso, a primeira resolução do segundo veio acompanhada de uma moção complementar apresentada por José Boróbio, que parecia, pelo menos em parte, conciliar as posições e amenizar as reclamações dos delegados da FOLS sobre o impedimento da propaganda política dentro dos sindicatos: “*Tendo em conta que da discussão dentro da mais ampla liberdade surge, com mais facilidade, o critério lógico e exato, o Segundo Congresso Operário Brasileiro aconselha todas as sociedades operárias a permitirem em seu seio uma ampla exposição e discussão de todas as idéias*”¹²³.

Cabia aos anarquistas ocupar o espaço que em boa medida existia antes, mas que agora era “oficializado”, ainda que a Confederação não tivesse poderes para permitir ou impedir qualquer coisa.

Mas a confirmação das teses do II Congresso e o debate praticamente interno dos anarquistas nos leva a pensar em um ascenso anarquista no interior da COB e em parte de suas federações filiadas. Apesar de considerarem que a institucionalização de uma corrente política em uma associação operária traria mais prejuízos do que benefícios à propaganda anarquista, o debate em torno dessa resolução no Congresso se deu quase que exclusivamente entre os anarquistas. Percebe-se na ratificação das resoluções sindicalistas do primeiro congresso dois aspectos de um mesmo fenômeno: a forte presença anarquista em detrimento de outras correntes em entidades como a COB; o acirramento das rivalidades entre anarquistas e outras tendências, principalmente aquelas que teriam vínculos com governos e classe dominante. As resoluções do II Congresso seriam, portanto, uma manifestação do processo de

¹²³ As resoluções do Segundo Congresso. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 39-40, 1º out. 1913, p. 3. Em nenhum dos documentos consultados há referência sobre qual associação Boróbio representava no II Congresso, no entanto, no ano seguinte seria secretário-geral da Federação Operária do Rio de Janeiro.

instrumentalização da estratégia sindicalista por parte dos anarquistas, processo esse iniciado em 1906 e que estava ainda em curso e se mantinha indefinido. Nos resta pensar como se deu esse processo, e como os “anarco-sindicalistas” efetivaram essa instrumentalização do sindicalismo.

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO SINDICALISMO PELOS ANARQUISTAS

A confirmação da neutralidade política e religiosa “oficial” mostra ainda que os anarco-sindicalistas tinham consciência de que a simples revelação de seus princípios não iria torná-los aceitos de uma hora para outra pelos trabalhadores¹²⁴, acostumados, pela dinâmica da dominação, a compartilhar valores da classe dominante, ainda que estes fossem, muitas vezes, redimensionados.

Abrir a possibilidade dos sindicatos assumirem uma orientação política significaria, em 1913, um duplo perigo: além da desagregação dos trabalhadores, também correr o risco de alcançar apenas objetivos contrários, como avaliava Demétrio Minhana (Miñana), delegado do Sindicato dos Operários em Ladrilhos e Mosaicos, do Rio de Janeiro: “(...) *a política, por um lado, é a arte de enganar e, por outro, leva a desagregar os operários que devem lutar unidos pela sua emancipação, de forma alguma deve aceitar-se no Sindicato uma qualquer política de partido*”. Seu voto reflete a percepção dos anarquistas: entendendo aqui a política enquanto política-eleitoral, a sentença “*a política é a arte de enganar*” serve aos propósitos de neutralizar as tentativas de avanço dos adversários “eleitóreiros” no movimento operário no início da década de 1910 e positivar uma concepção que prime pela ação direta.

¹²⁴ Em relato prestado em 1983, a anarquista Elvira Boni avaliava as dificuldades impostas à difusão do anarquismo, por tornar o ateísmo (ainda que, mais exatamente, fosse o anticlericalismo) uma de suas bandeiras principais e pela falta de tato de muitos militantes em tratar com a religiosidade dos operários, especialmente entre as mulheres: “[Pergunta] – O ateísmo dos anarquistas dificultava a propaganda do movimento.[?] [Elvira Boni:] – *Dificultava. Muitas vezes, nos sindicatos, os operários diziam que nem em casa podiam fazer uma propaganda intensa, porque as mulheres não se conformavam com a falta de religião. Eles diziam: ‘Temos um grande inimigo que são as mulheres. Porque elas ouvem aquilo que a gente fala, e depois vão se confessar e contam ao padre o que a gente diz, o que a gente faz’. E eu tive muita oportunidade de dizer: ‘Não são as mulheres que são inimigas de vocês. Vocês é que não sabem captar a simpatia das mulheres. Porque a religião é a última coisa que se tira de uma mulher. Vocês querem tirar em primeiro lugar, vocês é que estão errados’. O próprio Otávio Brandão, quando via uma procissão, gritava do bonde: ‘Olha a carneirada!’. Isso era uma ofensa, não se devia dizer isso. Embora o padre diga: ‘Venham a mim as minhas ovelhas’, ninguém quer ser chamado de carneiro*”. (Depoimento de Elvira Boni em GOMES, Ângela de Castro; FLAKSMAN, Dora Rocha e STOTZ, Eduardo. *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1988, p. 38).

Portanto, a ratificação da neutralidade política e religiosa dos sindicatos, ao mesmo tempo que servia de escudo, servia também de contra-ataque. Insurgiam-se contra os sindicalistas que gostariam de institucionalizar as organizações sindicais, fazendo-as de apêndices para os seus partidos políticos, apelando para os princípios comuns, estabelecidos conjuntamente através da neutralidade. Isso tenderia a reverter em benefício próprio, ao diferenciar o verdadeiro sindicalismo das práticas politiqueras dos outros.

Os anarquistas sempre recusaram a idéia de representação política, seja no parlamento ou fora dele. Nos sindicatos procuravam organizar o comando de modo que evitassem a sua burocratização e a criação de uma casta de dirigentes profissionais, através de medidas que garantissem uma rotatividade freqüente dos cargos de direção (sempre não remunerados) e a inexistência da figura de um presidente. Tudo isso em nome da autonomia e liberdade individual, para que não sofressem com qualquer forma de autoritarismo, sobretudo obrigando qualquer trabalhador a estar submetido às diretrizes de algum partido político.

Como vimos, entre os anarquistas havia a idéia de que os trabalhadores deveriam ser convencidos a aderir ao anarquismo, jamais obrigados, o que, além de afastar os trabalhadores das suas associações de resistência, era uma violência autoritária, contrária aos seus princípios. Claro estava que é impossível tornar todos os trabalhadores do mundo anarquistas para se derrubar o capitalismo. O importante era constituir um grupo que tomasse a frente em um movimento insurrecional que tivesse uma base forte o suficiente para promover uma revolução. Era preciso, contudo, trabalho de intensa propaganda para constituir esse grupo e preparar suas bases de sustentação no momento do confronto. Evidentemente, haveria resistência e estratégias precisavam ser definidas. A ação direta era o meio, e para muitos brasileiros, o sindicato era a principal associação capaz de aglutinar trabalhadores e exercitar a solidariedade revolucionária até o grande e decisivo momento.

Ao mesmo tempo, no entanto, apesar de eles considerarem que o confronto de idéias devesse sempre prevalecer, pois ninguém detinha o monopólio da razão e da verdade (como os padres presumiam ter, e por isso deviam ser combatidos), é evidente que os anarquistas consideravam que suas idéias deveriam predominar. O seu movimento estratégico, apresentado aqui esquematicamente, é o seguinte: com objetivos revolucionários, deveriam desenvolver intensa militância entre aqueles que

acreditavam ser o agente revolucionário por excelência, o operariado urbano, classe social à qual pertencia grande parte de seus militantes; para garantir não apenas a circulação de suas idéias entre os trabalhadores, mas também sua adesão, os anarquistas brasileiros desenvolveram intensa militância para organizar e adentrar nos sindicatos existentes; uma vez dentro dos sindicatos, era preciso ter condições de propagar suas idéias e sobrepô-las às outras; para tanto, elegeram a neutralidade política como o meio para garantir não apenas sua liberdade de ação e de pensamento dentro das associações sindicais, mas para evitar que seus oponentes políticos tomassem o controle das associações e neutralizassem sua propaganda.

Deste modo, entende-se que a estratégia da neutralidade política em evidência com o sindicalismo revolucionário internacional acabou por permitir a entrada dos anarquistas nas associações, a fim de que pudessem disputar e almejar conquistar o monopólio simbólico de legítimos porta-vozes da classe operária. Mesmo que os adeptos do anarquismo formalmente não se assumissem dessa forma, todo grupo político pretende ser legítimo e exclusivo porta-voz de um determinado grupo social, qualquer que seja sua esfera (categoria de trabalho, nação, classe, raça, etc.). Mas, queira-se ou não, há especificidades da política, sobre as quais o conceito de campo político de Pierre Bourdieu nos ajuda a pensar, no caso, a ação dos anarquistas nos sindicatos, em seus esforços propagandísticos de conquistar adesões à sua utopia. Por campo, entende-se o *locus* onde se desenvolve um conjunto de práticas específicas que possuem uma dinâmica própria. No campo são produzidas e reproduzidas relações de poder e dominação, sobretudo simbólicas, mas que são produtos e efeitos também, e, sobretudo, práticas, que determinam hierarquias, silêncios, monopólios, exclusividade, reconhecimento, legitimidade, etc., de ou em um conjunto social qualquer (partido político, burocracia, ciência, arte, Estado, etc.). No caso específico da política, a seguinte dinâmica é o que torna o campo político um campo particular:

“O campo político é, pois, o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. A força das idéias que propõe mede-se, não como no terreno da ciência, pelo seu valor de verdade (mesmo que elas devam uma parte de sua força à sua

*capacidade para convencer que ele detém a verdade), mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-se no espaço”.*¹²⁵

No campo político, Bourdieu pensa principalmente no partido político-eleitoral como um grupo especializado de políticos profissionais, que procura adquirir e acumular o capital simbólico da representação dos “profanos”, isto é, dos cidadãos comuns que não são políticos profissionais e não dominam os mecanismos e instrumentos, o *habitus*, do campo político. Utilizando a analogia do “mistério do ministério”, interessa a Bourdieu identificar como se dá o processo que faz com que algumas pessoas possam identificar-se e serem identificadas com “*o conjunto de homens, o Povo, os Trabalhadores, etc. ou com uma entidade social, a Nação, o Estado, a Igreja, o Partido*”¹²⁶.

A representatividade, portanto, não é um dado automaticamente produzido. Um trabalhador, por exemplo, somente por ser trabalhador, uma vez alçado na política, não necessariamente se constitui como um legítimo representante da sua classe de origem. Sua origem pode ser instrumentalizada por partidos cuja visão de mundo e práticas correspondem à defesa dos interesses da classe dominante a fim de angariar apoio das classes populares e evitar ou amenizar conflitos. Do mesmo modo, o combate à instrumentalização terá impacto nulo ou restrito se os “profanos”, ou parte considerável deles, acreditarem que o tal trabalhador é, de fato, um representante de sua própria classe e o apoiarem. No entanto, isso pode mudar de acordo com a dinâmica política, na qual interação múltiplos fatores em constante movimento, dentre os quais a força das denúncias e dos ataques a ponto de ser revertido o capital simbólico (credibilidade nas denúncias e na sua capacidade de fazer crer ser *o verdadeiro* representante). Denúncias e inversão de capital simbólico dependem também, mas não só, da capacidade de verbalização para processar a identificação de um “mandatário” com o conjunto de “mandantes”.

Claro está, e isso é importante reconhecer, que os anarquistas abominam qualquer forma de representação, que expressamente repelem a idéia de representação como a almejam todos os partidários da política-parlamentar. Nesse caso, a seu ver, os chefes dos partidos teriam função de mando e maior autonomia, contrastante à

¹²⁵ BOURDIEU, Pierre. A representação... *op. cit.*, p. 185.

¹²⁶ Idem, *ibidem*, p. 158.

disciplina que cabe aos demais filiados, dinâmica que faz os partidos serem considerados autoritários por ferirem a liberdade individual dos seus integrantes. É certo que na política sindical dos anarquistas, especialmente nas federações e confederações, havia representação por delegados. Mas nesse caso, diriam eles, pela estrutura organizacional proposta (do indivíduo para o sindicato, do sindicato para a federação, da federação para a confederação), estava resguardada a liberdade individual, princípio fundamental e inalienável para os que tinham a função de falar em nome da sua associação. Mas, ao contrário do que diziam acontecer com os partidos, sua opinião era de que ali haveria democracia direta, onde todos os membros da associação nuclear poderiam participar e eleger seus delegados nas outras instâncias, para defender as posições tiradas ali. E aos que tinham suas propostas preteridas, de acordo com os princípios anarquistas, a liberdade individual deveria ser assegurada, sem necessidade de sanções, como explica o anarquista comunista João Crispim: *“Se não se podem abolir certas deficiências, como, por exemplo, a decisão das maiorias, é porque elas são inevitáveis dentro de tal organização, mas, assim mesmo, quando a não observância dessas decisões prejudica gravemente as classes, os componentes dos sindicatos que não as cumprem não sofrem nada por isso”*¹²⁷.

Mas, ainda assim, os anarquistas trataram de imprimir nos sindicatos a marca de suas posições, ainda que não pudessem fazer deles um núcleo propriamente anarquista. A neutralidade política, antes de ser uma defesa contra todas as tendências políticas no interior do sindicato, era um mecanismo para manter afastada a instrumentalização político-eleitoral dos sindicatos, e isso, evidentemente, era obra e interesse dos anarquistas. No seu caso, o sindicato deveria ser local e representante dos trabalhadores, e seus delegados, os legítimos e únicos porta-vozes, que falariam em nome dos associados. Se não eram propriamente os anarquistas os “porta-vozes” da classe operária, eram os sindicatos, uma “instituição permanente”, um “posto e instrumento de mobilização” por onde se objetivava o capital político e a reprodução de sua delegação¹²⁸. A “representação” anarquista, portanto, ainda que abominasse a representação parlamentar, era a forma encontrada para fazer do “sindicato” e das “associações” os legítimos “porta-vozes”, a materialização da classe operária. Para que os anarquistas se legitimassem, os defensores de outras tendências deveriam ter seu

¹²⁷ CRISPIM, João. Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista. *Germinal! – Semanário Anarquista*, São Paulo, ano I, n. 13, 15 jun. 1913, p. 2.

¹²⁸ BOURDIEU, Pierre. A representação... *op. cit.*, p. 194.

papel reduzido, embora devessem estar muito atentos para não praticar violências contra as reais decisões dos associados, da classe operária, *ainda* não consciente do seu potencial verdadeiramente revolucionário.

Ocupando papel destacado e militando intensamente dentro dos sindicatos, os anarquistas deveriam ajudar os trabalhadores a perceber esse potencial. E claro, fazia-se perceber de acordo com seus padrões e em oposição a outros, especialmente os “politiqueiros”. Ao dizer aquilo que a classe operária era ou deveria ser e quais os meios mais adequados de ação, concernentes aos defendidos pelos anarquistas, combatiam seus opositores e abriam espaço para a identificação de seus princípios com os que deveriam ser os da classe operária.

A representação dos anarquistas na realidade não era direta. Era uma representação feita através do *verdadeiro* sindicalismo, politicamente neutro, agregador, sincero e combativo. Todos esses atributos, para adquirir um simbolismo que parece real, deviam ser dimensionados na comparação *contra* o falso, politiqueiro, oportunista e colaboracionista dos outros, especialmente daqueles que davam provas de estarem vinculados com as esferas do poder, como o grupo de Pinto Machado, no Rio de Janeiro e o de Francisco Xavier da Costa, no Rio Grande do Sul. A partir da insistente e implacável crítica e denúncia da falsidade dos atos dos seus oponentes, procurava-se reforçar os atributos do *verdadeiro* sindicalismo das associações das quais os trabalhadores deveriam participar, pois defendiam os seus *verdadeiros* interesses, estabelecendo uma conexão quase intrínseca entre a associação e os seus afiliados.

Embora procurassem diferenciar o movimento e associações operárias do movimento e associações anarquistas, são incontáveis e permanentes os exemplos em que os anarquistas procuraram estabelecer a identificação dos seus ideais com os interesses dos trabalhadores: “*o operariado sabe*”, “*o operariado organiza-se*”, “*o proletariado organizado do Rio Grande do Sul reafirma seus propósitos libertários resolvendo combater todos os partido políticos*”¹²⁹, etc.

É possível localizar o início deste processo, em linhas gerais, na vitória das teses contra as propostas iniciais dos colaboracionistas, no Congresso de 1906. O caráter estratégico do sindicalismo para a ampliação da propaganda anarquista no

¹²⁹ 3º Congresso Operário. *O Syndicalista*, Porto Alegre, anoVII, n. 6, Out. 1925, p. 1-2.

movimento operário naquele momento foi manifesto, segundo a avaliação do jornal anarco-sindicalista *A Terra Livre*:

*“O Congresso não foi, de certo, uma vitória do anarquismo. Não o devia ser. A Internacional, desfeita por causa das lutas de partido no seu seio, deve ser memorável lição para todos. Se o Congresso tivesse tomado um caráter libertário, teria feito obra de partido, não de classe. O nosso fim não é constituir duplicatas dos nossos grupos políticos. Mas se o Congresso não foi a vitória do anarquismo, foi, porém, indiretamente útil à difusão das nossas idéias.”*¹³⁰

Não importava se as resoluções não fossem propriamente anarquistas. Ao contrário, elas não só não fariam sentido como poderiam ter efeitos inversos se o objetivo era contribuir para que a grande maioria constituída por trabalhadores, alheios a qualquer corrente política, tomasse parte de lutas coletivas, e daí, haver possibilidade de se aproximar do anarquismo. De fato, o que se observa em *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, apesar da roupagem da imparcialidade sindicalista, são os esforços da militância anarquista em difundir a sua concepção de sindicalismo, visto como legítimo por ser verdadeiramente revolucionário, em contraposição a outras formas de sindicalismo.

Nota-se que apesar da aparente neutralidade, com exceção de alguns poucos artigos, a redação do periódico ficou a encargo de anarquistas adeptos do sindicalismo. Logo na apresentação do jornal, no primeiro artigo do primeiro número, afirma-se que para seus fins de conquistar a *“emancipação dos trabalhadores da tirania e exploração capitalista (...) como meio prático, como método de luta, adotará e usará (...) o sindicalismo revolucionário”*¹³¹. Mas ao lado de notas sobre a necessidade de manter o respeito ao princípio da pluralidade política e religiosa dentro dos sindicatos, predominam referências diretas ao anarquismo e seus temas de interesse, com poucas notas acerca de outras tendências políticas, ao menos de forma explícita. Existiam, em contrapartida, referências de combate a grupos e posições que consideravam contrárias aos seus fins. Para tanto, disparavam severas críticas a grupos ou indivíduos que procuravam ou detinham alguma influência sobre o movimento operário, em particular aos socialistas e aos colaboracionistas.

¹³⁰ *A Terra Livre*, 13 ago. 1906 apud RODRIGUES, Edgar. *Socialismo... op. cit.*, p. 131.

¹³¹ *A Voz do Trabalhador. A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, vol. 1, 1º jul. 1908, p. 1.

Podemos perceber, ao longo das edições de *A Voz do Trabalhador*, que a direção do jornal tratava de assuntos de interesse e propaganda anarquista (inúmeros axiomas de pensadores e militantes libertários internacionalmente reconhecidos, chamadas e notícias sobre congressos anarquistas, acusações contra seus perseguidores, debates envolvendo a temática do sindicalismo e do anarquismo), em contraste com o que se passava com outras tendências. Sendo apolíticos, especialmente no sentido “contrários à política eleitoral” como defendia o sindicalismo, podiam falar de sua concepção de sindicalismo com muito mais liberdade do que os das outras tendências. Sindicalistas que não eram anarquistas, mas membros da COB, escreviam a favor da partidarização. Tinham espaço para publicar, mas, quando o faziam, deveriam esperar respostas na edição seguinte, quando não alguma nota imediatamente após seu texto, como o que aconteceu com um artigo de Antonio Cunha. Este sindicalista, que fazia ressalvas à ação direta e à recusa em se aceitar representantes no Parlamento, bem como em aceitar algumas benesses do governo, como casas para operários, teve o seguinte comentário publicado logo após o seu texto:

*“N. da R. – Dando publicidade a este artigo do camarada Cunha, não fazemos mais do que agir de acordo com as deliberações do Segundo Congresso Operário Brasileiro, que aconselham a mais franca exposição de idéias tanto dentro dos sindicatos como nas colunas dos jornais operários. Pela orientação a que sempre obedeceu A Voz, não será difícil verificar que estamos em completo desacordo com os argumentos apresentados pelo companheiro Cunha, que serão refutados no próximo número”.*¹³²

É certo que seu texto foi publicado e que poderia contra-responder. Mas textos como os seus não eram recorrentes, e no conjunto de textos em contrário, mostra-se que os anarquistas conseguiram conquistar uma certa hegemonia na COB daqueles anos.

Em relação aos socialistas, por exemplo, criticaram, utilizando por vezes linguajar chulo e áspero, um artigo do jornal de italianos socialistas de São Paulo, o *Avanti!*, onde constaria a opinião de que o “bom senso” do proletariado o teria afastado das fileiras revolucionárias¹³³. Ainda em relação aos socialistas, foram duros e acusaram Evaristo de Moraes de tentar cingir o operariado, ao ter feito com que Errico

¹³² Nota da Redação ao artigo A política e o sindicalismo. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 46, 1 jan. 1914, p. 3.

¹³³ Notas de polêmica. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, vol. 4, 15 ago. 1908, p. 1.

Ferri cometesse um grande equívoco em uma conferência, lamentando que no Rio houvesse apenas “uma sociedade operária”, sem mencionar a existência da Confederação Operária Brasileira e de todos os seus sindicatos afiliados¹³⁴. E em nota vinda do Rio Grande do Sul, congratulavam-se com a Federação Operária do Rio Grande do Sul pela “*obra criteriosa*” que estava a desenvolver há mais de um ano, após ter sido “*arrancada das mãos dos socialisteiros*”¹³⁵.

De modo ainda mais ácido, com ironia e ridicularização, os redatores de *A Voz do Trabalhador* teciam seus ataques aos colaboracionistas e outros reformistas, em especial às práticas que tinham à frente Mariano Garcia, Antonio Pinto Machado, Melchior Pereira Cardoso e Hermes de Olinda. Em um deles, acusava-os de terem impedido a participação de alguns membros da Confederação Operária Brasileira, dentre os quais, Carlos Dias, em uma sessão de fundação de um partido socialista, sob o pretexto de serem conhecidos agitadores anarquistas. Não se contestava o fato de Carlos Dias ser anarquista, mas reclamava-se a falta de tolerância e o oportunismo burloso de se formar mais um partido voltado para os operários¹³⁶.

O avanço da publicação de textos que tinham a temática anarquista em *A Voz do Trabalhador* se dá no momento em que se acirram as rivalidades com o grupo colaboracionista no Rio de Janeiro no interior da COB, o mesmo se dando na FORGS (os anarquistas avançando na medida em que Xavier da Costa ingressava no PRR). Os grupos anarquistas avançam nas associações plurais e politicamente neutras, e esse avanço se dá em nome da neutralidade, no papel de fiscais que zelavam contra aqueles que estavam a promover a institucionalização das associações de todos os trabalhadores.

O 4º Congresso Operário¹³⁷ de 1912 era um indicativo do acirramento das disputas e do avanço dos anarquistas em nome da liberdade política (garantida somente

¹³⁴ Mais lealdade! *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n. 7, 6 dez. 1908, p. 1.

¹³⁵ Pelo mundo proletário – Brasil – Rio Grande do Sul – Porto Alegre. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 24, 1º fev. 1913, p. 3.

¹³⁶ Posições definidas; Mais um partido socialista! *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, ano I, n. 5, 22 nov. 1908, p. 1 e p. 3.

¹³⁷ Seus organizadores provavelmente devem ter contado, além do primeiro congresso de 1906, o Congresso Socialista de 1902, que resultaria na formação do malfadado Partido Socialista Brasileiro, e/ou um dos dois congressos socialistas realizados em âmbito estadual em São Paulo (1907) e outro no Rio Grande do Sul (1897). Esta contagem segue RODRIGUES, Edgar. *Alvorada operária*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979, p. 189-190 (nota de pé de página). (As datas divergem: o autor diz que o Congresso Socialista teria ocorrido em 1901, o de São Paulo em 1907-1908 e o do Rio Grande do Sul em 1898).

através da neutralidade). O evento foi organizado a pedido e patrocínio do 1º tenente e deputado Mário Hermes, filho do então presidente, marechal Hermes da Fonseca, tendo à frente Antonio Pinto Machado, com a colaboração de Mariano Garcia, os mesmos que, com outros, organizaram o I Congresso Operário. Tendo lugar no Palácio Monroe, sede do Senado Federal, com as despesas dos participantes pagas com verbas governamentais, as intenções colaboracionistas eram claras. O tom bajulador em relação a políticos, especialmente ao benemérito do evento, que recebeu papel destacado na publicação das conclusões do encontro¹³⁸, é revelador quanto à tentativa de controlar o movimento sindical. Logo na primeira tese aprovada (*Organização do Proletariado*), fica estabelecida a criação de uma nova Confederação, a Confederação Brasileira do Trabalho (CBT). Embora constasse que era impossível saber qual a verdadeira teoria seria melhor para os interesses do proletariado, a tese era taxativa quanto à defesa da criação de um partido operário nacional, que seria o único meio viável para se efetivar apenas algumas “melhorias” das condições econômicas, sociais, morais e intelectuais dos operários. Quanto à ação direta, “bonita na teoria, mas na prática falha” e aos anarquistas, o relato do congresso foi implacável. Durante todo o documento em que se relata o desenvolvimento das atividades, os congressistas despejaram expressões enraivecidas e/ou irônicas contra os anarquistas, principalmente contra os delegados da Federação Operária do Rio Grande do Sul (Djalma Fetterman, Antônio Cariboni e Narciso Berlese), por protestarem e denunciarem desde o início os objetivos do encontro, criando um clima de tumulto e inconveniência para os organizadores.

Este Congresso receberia dos anarquistas o sintomático nome de “Congresso Pelego” ou “Congresso Amarelo”. Os anarquistas assim o chamavam, dada a sua expressa vinculação com o governo federal. Quando atribuíam o caráter colaboracionista do evento e do grupo, pretendiam capitalizar o simbolismo de serem suas associações e suas estratégias as legitimamente operárias e revolucionárias.

A organização deste evento, os combates ali travados entre anarquistas e colaboracionistas e a criação da CBT em contraposição à COB são exemplares dos conflitos políticos em torno da legitimidade da condução do movimento operário, que tiveram nos anarquistas os protagonistas principais. O fracasso da CBT e a ratificação

¹³⁸ CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO TRABALHO (Partido Político). Conclusões do 4º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Palácio Monroe no Rio de Janeiro, de 7 a 15 de Novembro de 1913. Rio de Janeiro: Tipographia Leuzinger, 1913.

das resoluções da COB no ano seguinte demonstram não apenas a fragilidade dos canais capazes de efetivar a relação entre Estado e movimento operário na Primeira República, mas também demonstram a força da presença anarquista no movimento operário brasileiro no período, com seus altos e baixos durante o período.

Esse processo que permitiu a presença da militância anarquista nos meios operários no Brasil se deu, portanto, através de uma concepção de sindicalismo que zelava pela neutralidade política. Foi em nome dessa neutralidade, identificada com *apartidarismo*, que permitiu aos libertários poder desempenhar a função de liderança e combater seus adversários políticos no interior do movimento operário, taxando-os de impostores e oportunistas. O movimento operário não era anarquista como o eram muitas de suas lideranças. Mas estas lutaram para que ele não fosse desviado em definitivo para longe das formas de organização e métodos de ação coincidentes com os princípios libertários. No entanto, cedo ou tarde, essa opção pelo sindicalismo apresentaria limites nos intentos de se poder fazer eclodir uma revolução que tivesse como objetivos a construção de um novo mundo de acordo com os ideais anarquistas. O próximo capítulo tratará dessa questão: de como se deu a percepção de que o momento decisivo estava próximo e como organizar e incitar uma mobilização que extrapolasse os limites das conquistas mais imediatas.

Capítulo 2

Do Direito à Revolução

Como vimos no capítulo anterior, o grupo “anarco-sindicalista”, dentre os anarquistas, foi o grupo que mais aproximação teve com os trabalhadores dos principais centros urbanos em industrialização do país durante as duas primeiras décadas do século XX. Isso foi possível graças à estratégia do sindicalismo revolucionário de inspiração francesa, que, através da neutralidade política no interior do sindicato, permitiu que os anarco-sindicalistas adentrassem nas associações operárias e combatessem, por dentro, outras tendências políticas atuantes no movimento operário e zelassem para que, em nome da congregação de todas as tendências políticas, seus métodos prevalecessem, evitando o aparelhamento eleitoral de federações sindicais importantes, como as de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, bem como da Confederação Operária Brasileira.

Como estratégia de ganho de posições no movimento operário, o sindicalismo revolucionário à francesa proporcionava, assim, uma tripla ação convergente aos interesses da propaganda anarquista: permitia a presença de todos os trabalhadores, independente de posição política e religiosa, o que incluía também os “indesejáveis”, perseguidos e malditos, no senso comum, militantes libertários; reunia e estimulava a solidariedade operária, em que os trabalhadores construíssem formas de ação coletiva, que apesar de sacrifícios individuais, produziam melhorias para a classe; mantinha e difundia, ainda que muitas vezes reduzida apenas à forma de discurso, uma perspectiva de ação revolucionária.

Embora constituísse um corpo teórico próprio, o sindicalismo revolucionário foi adotado pelos anarco-sindicalistas apenas como um método de ação para atingir os seus fins. Isso não quer dizer que não adotassem também algumas de suas particularidades teóricas, dentre elas, a mais importante seria o mito político da “greve geral revolucionária”. Para Georges Sorel, teórico do sindicalismo revolucionário, a idéia de que as greves parciais constituíssem uma “ginástica revolucionária” para o grande momento de eclosão da revolução social, funcionava como o elemento

propulsor da ação operária e do avanço de sua conscientização da luta de classes e da superação deste antagonismo.

Contudo, a “greve geral revolucionária” era um momento final da luta operária na resistência contra a exploração capitalista. Antes, os trabalhadores, devido à sua condição de explorados, deveriam se organizar no sindicato e lá desenvolver uma crescente conscientização que precisaria ser alastrada aos seus companheiros de infortúnio a ponto de crerem que a classe tinha uma função histórica a cumprir, e que ela era a Revolução Social. As freqüentes e contínuas greves econômicas, junto com o boicote e a sabotagem, assumiam a forma de método por excelência do processo de conscientização, e contribuía também no exercício da ação coletiva e também da “violência”, necessária para a eclosão da insurreição.

No entanto, se essa era a forma genérica do *como* seria viável a Revolução, a transformação brusca da ordem social precisava ser, ainda que de modo implícito, justificável para e pelos trabalhadores. Era preciso, portanto, saber definir o seu *porquê*. Por outra parte, cedo ou tarde, era preciso também se perguntar o *quando* movimentos paredistas localizados ou mesmo gerais poderiam desembocar no grande momento almejado.

Saber a razão pela qual se luta e quando é o momento adequado para o rompante insurrecional são duas questões fundamentais para qualquer movimento que se pretenda revolucionário e que tenha apoio popular. São questões que fazem parte de uma definição estratégica, e as respostas que se dê a elas são determinantes nas avaliações, práticas e condutas de cada grupo político.

Este capítulo pretende apresentar a abordagem anarquista sobre esses pontos, especialmente a da vertente anarco-sindicalista. Compreender *como* e *para quem* justificavam a revolução ajudará a pensar as avaliações dos militantes sobre *quando* iniciá-la. Não são questões óbvias. Encerravam debates internos que ajudaram a dar contorno nas formas de organização anarquista e nos condicionamentos de suas ações, dentro e fora do movimento operário.

REIVINDICAÇÃO OPERÁRIA E DIREITO

Um elemento constante nos textos anarco-sindicalistas é o recurso retórico à noção de direito e justiça, ligada a uma forte concepção da moral. Não se trata da

concepção jurídica dos termos, mas de elementos cuja base é moral e, em certo sentido atemporal. De acordo com a ótica anarquista, a exploração de uma classe sobre a outra repousa em elementos econômicos e históricos, é certo, mas a necessidade de sua ruptura envolve também fortes condicionantes morais. Na moral anarquista, ou seja, naquilo que em seu entendimento é justo e injusto, direito e violação de direito, a revolução seria a redenção desse antagonismo que faz do homem o lobo do homem.

Pode-se localizar no anarquismo elementos que o tornam herdeiro da filosofia jusnaturalista iluminista, e ao mesmo tempo os que permitem que contra ela se insurja, ora variando alguns elementos, ora outros, de acordo com cada um dos autores clássicos do pensamento libertário. O anarquismo, em suas mais variadas correntes, concebe a exploração como histórica, e, portanto, antinatural, não apenas porque a exploração é um produto de relações históricas, que no capitalismo assume a forma da exploração burguesa sobre o proletariado, mas porque priva o ser humano da sua liberdade natural. O ser humano, enquanto indivíduo cuja natureza o faz ser social, é *naturalmente* capaz de viver em sociedade sem Estado e governo, violências criadas pelo próprio homem, e que atentam contra a sua própria natureza, a liberdade individual. Assim, contestam a idéia de contrato-social elaborada pelos jusnaturalistas. Por outro lado, aceitam a idéia de que o ser humano possui atributos inatos, dentre os quais o senso de justiça e da defesa da liberdade. Se uma sociedade não se baseia nesses princípios inatos, é porque ela foi desvirtuada, criaram-se instituições, dentre as quais a principal é o Estado, que são antinaturais exatamente por cercear o valor absoluto liberdade e forjar um senso de justiça que garante privilégios apenas a alguns poucos¹³⁹.

Kropotkin, uma das principais referências do pensamento anarquista entre as décadas finais do século XIX e iniciais do XX, talvez seja um dos autores em que se percebe de modo mais claro essa concepção sobre valores inatos ao ser humano. O príncipe anarquista russo, em um pequeno texto intitulado *A moral anarquista*¹⁴⁰, por exemplo, considera falsa e absurda a oposição entre os interesses individuais (“egoísmo”) e os interesses coletivos (“altruísmo”). Influenciado por Darwin,

¹³⁹ WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas – Vol. I, A idéia*. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 23-24. Contudo, a idéia dos atributos inatos do ser humano estará presente em todo este volume, especialmente nos capítulos em que tratar de Godwin, Proudhon e Kropotkin (respectivamente, “O homem racional”, “O homem dos paradoxos” e “O explorador”).

¹⁴⁰ KROPOTKIN, Pietr. A moral anarquista. In: LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: roteiro da libertação social*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963, p. 36.

explicava a “seleção natural das espécies”, não através da competição, como seria difundido por alguns darwinianos. Ao contrário, comparou a espécie humana com outras espécies animais, e concebeu a idéia de que a sobrevivência e desenvolvimento da espécie humana foi antes uma combinação dos interesses “egoísticos” com os “altruísticos”, na medida, por exemplo, em que todos os que almejavam proteção e bem-estar para si próprios, viam na ação coletiva a realização de sua sobrevivência e conforto. Se em alguns momentos houve homens que defendiam a idéia de competição e a predominância do egoísmo, é porque havia “*uma falta de inteligência, de compreensão. Sempre houve homens limitados: houve sempre imbecis*” que “*não compreendiam que, sendo o seu fim viver uma vida intensa, o indivíduo acha a maior intensidade da vida na maior identificação de si mesmo com todos os que o cercam*”. A organização jurídica, que garantia a inexistência da igualdade e levava o homem à guerra contra seus pares, estava calcada em “*um código de moral feito apenas em proveito de determinada classe*”, que deveria ser derrubado, através de práticas que, segundo esse código decadente, eram imorais. Esse movimento, por sua vez, constituía uma moral nova, que deveria ser formulada, como já se podia perceber que estava sendo construída, a partir do “*estudo do homem e dos animais*”. Essa nova moral coletiva construída a partir de critérios científicos zelará pela liberdade total do indivíduo, que poderá acatá-la ou não, em conformidade com a “natural” comunhão entre o indivíduo e a coletividade. As diretrizes da nova sociedade seriam as seguintes:

“Se não sentes em ti uma aptidão qualquer; se as tuas forças são apenas suficientes para manteres uma existência monótona e medíocre, sem impressões fortes, sem grandes gozos, mas também sem grandes sofrimentos, então resigna-te aos princípios da equidade. Nas relações com teus iguais, encontrarás facilmente a maior soma de felicidade a que aspiras, dadas as tuas forças medíocres. Mas, se em ti sentes a força da mocidade, se queres gozar a vida plena, exuberante – isto é, sentir o maior gozo que um ser vivo pode desejar – sê forte, sê enérgico, sê grande em tudo o que fizeres.

Semeia a vida em volta de ti. Repara que enganar, mentir, fraudar, é envilecer-te, rebaixar-te, reconhecer-te fraco de antemão, é fazer como a escrava do harém, que se sente inferior ao seu senhor. Proceda assim, se te agrada, mas então fica desde já sabendo que a Humanidade te considerará pequeno, mesquinho, fraco e tratar-te-á como mereces. Não vendo a tua força, há de tratar-te como um ser digno de compaixão, de compaixão somente. Nada esperes da Humanidade, se tu próprio paralisas assim a tua força de ação.

Sê forte; e, quando vires uma iniquidade e a compreenderes – uma iniquidade na vida, uma mentira na ciência ou um sofrimento imposto por alguém ao teu semelhante – revolta-te contra a iniquidade, contra a mentira, contra a injustiça. Luta! A luta é a vida, tanto mais intensa quanto aquela for mais viva. E então terás vivido, e por algumas horas dessa vida não darás anos de vegetação e de podridão no charco.

*Luta para que todos vivam essa vida opulenta e exuberante. E fica certo de que na luta encontrarás prazeres tão fortes como em nenhuma outra atividade”.*¹⁴¹

Assim, os anarquistas almejavam um novo mundo, assentado sobretudo sobre uma nova ética, baseada na ampla e irrestrita liberdade individual, condição esta que só poderia ser dada coletivamente. De acordo com a nova ética sobre a qual se assentaria a nova sociedade, expressa nessas “regras” imaginadas por Kropotkin, congregando as inseparáveis liberdade individual e liberdade social, não se pode encontrar quaisquer traços, nem nele nem em outros pensadores anarquistas, que indiquem que sua concepção se fundava em uma crença de que o homem é bom por natureza. Porém, havia, a idéia de que o destino do homem era “*recriar perpetuamente o seu ideal em si mesmo*”¹⁴². Essa inevitável condição humana de eternamente perseguir sua própria liberdade torna o ser humano naturalmente apto a viver sem autoridade que o governe, a não ser o seu próprio interesse e o interesse coletivo. Aliás, caberia à liberdade individual, decidir se lhe interessa viver de acordo com as regras da coletividade ou não, ou seja, se está disposto ou não a oferecer seus máximos esforços para usufruir dos benefícios advindos dos esforços de todos, colhendo, para tanto, os respectivos frutos de cada escolha. Isso seria muito diferente da ética da sociedade atual, cuja organização consente com a usurpação feita por uma parcela, que não oferece nada, às custas dos esforços dos demais.

Com variações teóricas mas “naturais” ou mais “históricas” de acordo com as vertentes, essa idéia geral sobre a capacidade do ser humano viver – e viver, necessariamente, na coletividade – sem a necessidade da autoridade, está presente em todos os teóricos do anarquismo, como também compartilham a idéia de que ela precisa ser resgatada, reconstruída através de um movimento revolucionário. Claro está que a recuperação dessa característica inata não se dava de um momento para o outro,

¹⁴¹ Idem, *ibidem*.

¹⁴² PROUDHON, Joseph Pierre. *Système des contradictions économiques*, vol. I, p. 372 *apud* JOLL, James. *Anarquistas e anarquismo*. Lisboa : Edições Dom Quixote, 1970, p. 77.

era preciso um movimento ao mesmo tempo criador e recuperador da solidariedade e da liberdade humana. Daí a necessidade da ciência, do aprimoramento da razão e da propaganda libertária, que culminaria no necessário romper de todas as amarras que mantinham toda a humanidade presa e impediam o exercício da “grande liberdade humana, *que, destruindo todas as correntes dogmáticas, metafísicas, políticas e jurídicas pelas quais todo mundo se encontra hoje oprimido, devolverá a todos, coletividades tanto quanto indivíduos, a plena autonomia de seus movimentos e de seu desenvolvimento, libertos, de uma vez por todas, de todos os inspetores, diretores e tutores*”¹⁴³. Pelo menos entre os anarquistas do século XIX e da primeira metade do século XX, praticamente entre todos eles, com pouquíssimas exceções,¹⁴⁴ existe a idéia de que essa revolução pela liberdade deveria, necessariamente, ser desencadeada pela violência. E essa violência deveria ser desencadeada “*por aqueles que nada têm a perder*”¹⁴⁵.

Segundo Bakunin, o potencial realmente revolucionário, aquele capaz de destruir o Estado e impor um regime da solidariedade, sem governo, sem sacerdotes e sem padrões, seria desempenhado por uma *massa*, que incluía não apenas os trabalhadores do campo e da cidade, mas também o *lumpemproletariado*, tão refutado pelo marxismo. Nas divergências entre Bakunin e Marx na Associação Internacional dos Trabalhadores, o anarquista russo declarava sua desconfiança e temor em relação à teoria que conferia somente à classe operária a função de libertar toda a humanidade:

“Existe nesse programa [marxista] uma outra expressão que nos é profundamente antipática, a nós anarquistas revolucionários, que desejamos francamente a completa emancipação popular: é o proletariado, o mundo dos trabalhadores apresentado como classe, não como massa. Sabeis o que isso significa? Nem mais nem menos que uma nova aristocracia, a dos operários das fábricas e das cidades, à exclusão dos milhões que constituem o proletariado dos campos e que, nas previsões dos Senhores social-democratas da Alemanha, tornar-se-ão propriamente os súditos em seu grande Estado pretensamente popular. Classe, Poder, Estado são três termos inseparáveis, cada um deles supondo necessariamente os dois outros, e todos juntos se resumem

¹⁴³ BAKUNIN, Mikhail. À redação de “La Liberté”, 5 out. 1872. *La Liberté*, Bruxelas, 1-8 out. 1872 *apud Escritos contra Marx : conflitos na Internacional*. Brasília: Novos Tempos, 1989, p. 43-44.

¹⁴⁴ Também Proudhon concebeu, em diversos momentos de sua vida, que haveria a necessidade do uso da violência para a revolução. Sobre suas ressalvas e concordâncias, ver WOODCOCK, George. *História... op. cit.* (Vol. 1), p. 119-164; TRINDADE, Francisco. *O essencial Proudhon*. São Paulo: Imaginário; Nu-Sol; Soma, 2001, p. 61-63.

¹⁴⁵ JOLL, James. *Anarquistas... op. cit.*, p. 65.

*definitivamente por essas palavras: subjugação política e exploração econômica das massas”.*¹⁴⁶

É certo que, em relação aos marxistas do século XIX, os anarquistas tinham em maior consideração a capacidade revolucionária do campesinato, e muitos militantes, como Malatesta, não só viam nas insurreições camponesas demonstrações dessa aptidão como procuraram organizar levantes em comunidades rurais. De todo o modo, apesar das divergências acerca das formas de luta do proletariado e, principalmente, da crítica à ditadura do proletariado, o anarquismo dialogou muito com o marxismo e incorporou, se não em toda a plenitude, muito do conceito de luta de classes. Em muitas lideranças, como o próprio Malatesta, por vezes não é possível captar a diferença entre a “massa proletária” e a “classe operária” potencialmente revolucionária. No proletariado urbano, especialmente entre os operários fabris, os anarquistas depositaram as principais esperanças de transformação radical da humanidade e livrá-la de todas as formas de opressão que infligia contra si própria, até mesmo ao homem rico, que não é propriamente um homem mais livre que um pobre. O rico, proprietário, seria assim apenas um homem que vive com mais recursos, privilégios e confortos, mas que continuaria preso à lógica da usurpação, da qual não era capaz de sair e contribuir para os benefícios da humanidade, a não ser que, sob o ponto de vista de alguns anarquistas, ele se livrasse, ou melhor, coletivizasse a propriedade pela qual mantinha a exploração que o supria de suas necessidades materiais e imaginárias. Contudo, isso não passaria de uma suposição remotíssima, e os privilegiados jamais renunciariam de bom grado seus privilégios, assim como também os governantes não abririam mão de seu poder. Nessa ótica, dentre aqueles que querem se libertar, e ter o direito de viver com o que lhes provém, essa opção é ainda mais reduzida, senão impossível, dadas as urgências impostas pela sobrevivência. Liberdade / Direito Natural / Trabalho formariam um conjunto explicativo da realidade, pelo qual se justificaria a necessidade e os meios da Revolução que libertaria toda a humanidade, inclusive os proprietários:

¹⁴⁶ BAKUNIN, Mikhail. À redação... *op. cit.*, p. 38. Muitos escritos de Bakunin registram também sua percepção sobre as tendências inatas de alguns povos, no sentido nacional-racial, em especial os “eslavos”, de rebelarem-se e possuírem um maior potencial revolucionário. Neste sentido, fazia ainda uma relação entre seus métodos revolucionários com a unidade pan-eslava em contraposição ao reacionarismo germânico, do qual o autoritarismo que atribuía a Marx, agravado pelo fato de ser judeu, era uma expressão. Ver por exemplo sua Carta aos internacionais de Bolonha, dez. 1871 *apud* COELHO, Plínio Augusto (org.). *Bakunin por Bakunin – Cartas*. Brasília: Novos Tempos Editora, 1987, p. 65-89.

“Eles [os beneficiários dos privilégios atuais] controlam todos os meios de produção: suprimem, assim, não somente as possibilidades de aplicar novas formas de vida social, o direito dos trabalhadores de viverem livremente de seu trabalho, mas também o próprio direito à existência. Obrigam os não-proprietários a se deixarem explorar e oprimir, se não quiserem morrer de fome.

(...) os governos e os burgueses procuram usar a força material para sua defesa, não somente contra a expropriação total, mas contra as mínimas reivindicações populares, e estão sempre prontos a recorrer às perseguições mais atrozes e sangrentos.

*Ao povo que quer se emancipar, só resta uma saída: opor violência a violência”.*¹⁴⁷

Sendo a “propriedade um roubo”, cabe à ação revolucionária restituir o que foi roubado a quem de direito. Logo, “a expropriação da burguesia é um ato de justiça, porque a riqueza que ela detém nas suas garras é o resultado da exploração do esforço cotidiano do trabalhador. A terra e os instrumentos de trabalho devem pertencer a todos e a cada um dos membros da comunidade humana”¹⁴⁸.

Este forte apelo moralizador, do conteúdo teórico/propagandístico anarquista, também esteve, evidentemente, muito presente no material produzido pela militância anarquista no Brasil e constituiu o arsenal de vocábulos instigador da mobilização operária. São inúmeras as referências nos escritos libertários dirigidos à classe operária em que a recompensa pelo esforço revolucionário se apresenta na forma redentora da “terra da Justiça, da Verdade e da Moral”¹⁴⁹. Só na Anarquia o homem pode realmente fazer uso de todas as suas habilidades humanas, exercer sua função criadora, inventar máquinas que liberem suas energias para que as utilizem em trabalho verdadeiramente útil e nobre, tornando viável “uma constante comunicação de pensamentos”¹⁵⁰, em uma prova de superioridade da sociedade libertária sobre o aparente progresso da sociedade burguesa.

À dureza e acidez com que os anarquistas falavam da realidade da exploração, contrapunham o seu ideal de prosperidade e, tanto um quanto outro, estariam

¹⁴⁷ Programa anarquista [inicialmente “Nosso programa”, escrito por um grupo anarquista de italianos nos Estados Unidos em 1903 e inteiramente aceito pelo congresso da Unione Anarchica Italiana em 1920] In: MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. Edição on-line de LCC Publicações Eletrônicas, p. 8. (Disponível on-line em: <http://www.culturabrasil.org/zip/malatesta.pdf>).

¹⁴⁸ Surgindo para o anarquismo. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 29 jun. 1911, p. 1.

¹⁴⁹ PERES, João Batista. *A Revolução. A Luta*, Porto Alegre, ano, III, n. 44, 1 maio 1909, p. 2-3.

¹⁵⁰ MELLA, Ricardo. Em defesa do anarquismo. *A Plebe*, São Paulo, ano IV, n. 76, 7 ago. 1920, p. 2.

fundamentados, segundo eles, na razão científica, ao contrário dos dogmas que condenavam.

Mas se os anarquistas compuseram sua lógica de ação transformadora e justificativa revolucionária, por outro lado era preciso fazê-las chegar ao proletariado para que a verdade revelada fosse, pela experiência da exploração, assimilada e apropriada. Como vimos no capítulo anterior, no Brasil, os anarquistas que tiveram maior êxito em efetivar um contato nos meios operários foram os que aderiram ao método do sindicalismo revolucionário. Mas ainda havia muito a trilhar. Os anarquistas precisavam convencer os trabalhadores de que as justas reivindicações imediatas (como o aumento salarial) e a luta por direitos que consideravam legítimos e naturais (como o descanso semanal e a redução da jornada de trabalho) deveriam ser extrapoladas para a luta da verdadeira justiça, a fim de fazer valer os seus verdadeiros, inalienáveis e inegociáveis direitos que os faziam verdadeiramente livres. E este era um dilema que, cedo ou tarde, se colocaria para os anarco-sindicalistas: como desencadear um processo revolucionário? Se o sindicalismo era um método de luta que favorecia o processo de conscientização do potencial revolucionário dos trabalhadores; se se desempenhava propaganda permanente, dentro e fora dos sindicatos; e se já se havia experimentado a possibilidade de no Brasil se difundir a solidariedade operária e se generalizar greves inicialmente localizadas; quando e como se decidiria sobre o momento revolucionário? Quando uma greve geral poderia se tornar revolucionária?

Houve entusiasmo em 1917, e as greves que iniciaram nesse período e se desdobraram até 1920 seriam o panorama para o desenvolvimento dessas questões.

AS GREVES DE 1917

A organização sindical, expressa na forma em que o sindicalismo revolucionário apoiado por anarquistas tomou no Brasil, deve ser entendida também como forma de organização coletiva para conquista de direitos. Quer dizer, para os que viam no sindicalismo uma possibilidade de engendrar a revolução, o movimento operário deveria fazer mais do que isso. Contudo, a perspectiva da luta por direitos, especialmente no que se refere às relações capital/trabalho, era, na visão dos sindicalistas, o elemento comum que poderia proporcionar uma primeira união de todos os trabalhadores em torno dos sindicatos.

Isso não significa, no entanto, que os anarquistas que tomaram parte das organizações sindicais lutassem propriamente pelo estabelecimento jurídico desses direitos. De forma geral, portanto, havia uma dicotomia, por vezes confusa, quanto à concepção de direito entre os anarquistas. De um lado estava a idéia combatida do direito regulado pelo Estado, que só serviria para engendrar a dominação. De outro, o *real* direito, o inalienável, não passível de codificação, por ser parte integral do ser humano: em senso amplo, direito à vida, à dignidade, à liberdade. A conquista desses direitos só se daria através da revolução e sua efetivação, em sua plenitude, só poderia ser realizada na Anarquia.

Deste modo, colocavam-se intransigentemente contrários a qualquer forma de regulamentação jurídica das relações de trabalho, e isso por pelo menos quatro motivos conexos. Três deles, por questão de princípio, antiautoritários:

“A lei é sempre, absolutamente sempre, inútil ou tirânica. Só se fazem leis em dois casos: para sancionar um costume já existente ou criar um costume que já existe. No primeiro caso é inútil e pode tornar-se violenta, tirânica. Inútil, porque o costume já existe. E pode tornar-se violenta, tirânica, porque o costume se modifica, se transforma, evoluciona, no tempo e no espaço, e a lei tem um caráter fixo e generalizado.

E é ainda tirânica, violenta, se entrava, se perturba, se constrange a evolução, no tempo e no espaço, do costume que pretende sancionar. No segundo caso, é violenta, tirânica, porque generalizando-o, um costume que só pode ser aceito pela força sempre, e, criado pela força moral, mas força sempre, e, criado que seja o costume, ela, com o seu caráter de fixidez e de generalização, ou se torna inútil, visto a já existência do costume, ou outra vez violenta, tirânica, se embaraça o evolucionar desse novo costume.”¹⁵¹

Além do que, as leis seriam aplicadas de acordo com o julgamento daqueles que ocupam cargos de mando nos três poderes, o que continha um caráter altamente subjetivo, e, portanto, arbitrário e autoritário, pois “*quem tem capacidade de resolver qualquer coisa favoravelmente tem-nos também para resolver contrariamente*”. Talvez nesse tipo de raciocínio, se bem que isso não dizia respeito exclusivamente aos anarquistas, se encontre a razão pela qual nas denúncias feitas pelos libertários era recorrente a personificação da responsabilidade pela condição de penúria do

¹⁵¹ PEREIRA, Astrojildo. O valor das leis e dos tribunais. *A Vida – Periódico Anarquista*. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, 31 jan. 1915, p. 8-9.

proletariado e das violências e arbitrariedades cometidas contra eles e contra o movimento operário.

Um quarto motivo pelo qual os anarquistas se portavam contra a instituição de leis que regulamentassem as relações de trabalho dizia respeito ao teor de desigualdade de classe em sua aplicação. Para dar um exemplo, por ocasião do anúncio do projeto de regulamentação do serviço doméstico, apresentado pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal, segundo o qual os trabalhadores deveriam portar uma carteira de identificação e uma ficha de bons antecedentes constatada pela polícia, Astrojildo Pereira, indignado, perguntou: “*quem atestará o procedimento do patrão? Porque também não exigir dos patrões uma carteira de identificação e a folha corrida escrita pelos criados?*”¹⁵².

A aversão às leis também tinha um caráter estratégico. Ao perseguir o ideal de emancipação, consideravam que somente a vigilância constante e a ação direta dos trabalhadores poderiam arbitrar aos patrões o estabelecimento de indenizações, salários e jornadas de trabalho, enquanto que as conquistas sob a forma de lei apenas esvaziariam a crescente luta coletiva, posto que, ao conferir ao Estado a função de árbitro, se criaria a ilusão de que os trabalhadores, por si só, são insuficientes para defender seus próprios interesses. Deste modo, insurgiam-se contra socialistas e colaboracionistas que instigavam a eleição de representantes para instituir sob a forma de leis os direitos dos trabalhadores, denunciando o descalabro que isto representaria, uma vez que insistir na instituição de leis era ceder instrumentos de luta para os adversários, pois que, se concordavam com elas, era para as utilizarem contra os trabalhadores.

Entretanto, sabiam que garantias constitucionais poderiam ser utilizadas na defesa dos interesses dos trabalhadores e dos militantes, e delas faziam constante uso. Deste modo, obviamente, e como não poderia deixar de ser, quando presos recorriam aos recursos jurídicos e à defesa de advogados para livrá-los da prisão e impetrar *habeas-corpus*. Além disso, denunciavam o que chamavam de hipocrisia do Estado e do patronato, que combatiam os anarquistas e os excessos violentos do movimento operário, sendo que eles próprios não prezavam pelo cumprimento da lei quando ela garantia direitos aos trabalhadores. Deste modo, o jornal libertário *Guerra Sociale*, ao

¹⁵² PEREIRA, Astrojildo. Uma monstruosidade que se prepara – A regulamentação do serviço doméstico. *A Vida – Periódico Anarquista*. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, 31 jan. 1915, p. 11.

transcrever o editorial de 20 de julho de 1917 do jornal *O Combate*, perguntou se o governador de São Paulo e os industriais não eram “cínicos ou mentirosos” quando disseram, em meio a negociações com os grevistas, que não estavam lembrados se havia realmente uma lei estadual (decreto n. 2141, de 14 de novembro de 1911, que tinha antecedentes na lei 432, de 1896) que proibia o trabalho noturno de menores de dezoito anos e para mulheres, além de lembrar do direito de sindicalização, lei federal 1637, decreto de 5 de janeiro de 1907¹⁵³. Apesar do Congresso Operário Brasileiro de 1906 aconselhar os sindicatos a “lançar mão de qualquer meio, inclusive os tribunais”¹⁵⁴, pelos dados que se tem, sabe-se que os anarquistas só recorriam ao direito em termos jurídicos como reação legítima de defesa contra a ação repressiva dos agentes do Estado. Isso porque as concepções de Direito e de Justiça para os anarquistas eram algo que não poderia estar circunscrito à esfera jurídica e à sociedade capitalista, mas apenas realizável na Anarquia. Apesar de não estar em sua plenitude, pois a liberdade era cerceada e estrita e o próprio trabalho era usurpado pelo burguês e não posto a serviço total da humanidade, o operário tinha o Direito, em um sentido não apenas moral, mas absoluto, fundamental, tal qual a Justiça, de viver condignamente, de trabalhar oito horas diárias, ter tempo para desenvolver outras habilidades humanas e receber o reconhecimento por seu trabalho (ainda que sob a forma imperfeita de salário como vigorava nesta sociedade), além de se reunir e se associar. Não haveria instituição que pudesse garantir e efetivar esses valores supremos nesta sociedade. Eram valores que deveriam ser exercitados e zelados pelos próprios trabalhadores até a sua efetiva, completa e perfeita realização. Se direitos menores, “que o povo não conquistou”, que foram inventados pela classe dominante e doados às classes populares, poderiam ser suprimidos, as verdadeiras “conquistas populares” que existiam e ainda iriam existir não poderiam ser tocadas, pois “o povo saberá defendê-las e mantê-las”¹⁵⁵.

Deste modo, jogando com o que era favorável e condenando o que era contrário a seus princípios, os anarquistas tentaram disseminar seu ideal e suas concepções

¹⁵³ Cínicos e mentirosos? *Guerra Sociale – Periodico libertario di propaganda rivoluzionaria*. São Paulo, ano III, n.º. 55, 26 jul. 1917, p. 2. (Transcrição do editorial de *O Combate*. São Paulo, 20 jul. 1917).

¹⁵⁴ Tema 9 – Que meios empregar para garantir o salário dos trabalhadores e o pagamento em dia?. *Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro efetuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de abril de 1906 na sede do Centro Galego, à Rua da Constituição, 30 e 32, Rio de Janeiro, 1906 apud PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. A classe operária no Brasil: Documentos (1889-1930) – Vol. I – O movimento operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 54.

¹⁵⁵ PEREIRA, Astrojildo. Uma monstruosidade que se prepara – A regulamentação do serviço doméstico. *A Vida – Periódico Anarquista*. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, 31 jan. 1915, p. 11.

estabelecendo um diálogo conflituoso com os valores institucionalizados na República, dentre os quais o de justiça e direito. Tanto para se defender das acusações que lhe eram imputadas de desordeiros e de injustos (uma vez que, nas diversas concepções conservadora, liberal e positivista, era justo que o patrão fosse proprietário e gozasse de maior conforto e garantias materiais que seus subordinados), quanto para angariar adeptos para a proposta de transformação radical da sociedade, eram constantes em seus discursos políticos os apelos para a justiça das reivindicações, da mobilização e até mesmo do grau de violência que ela poderia atingir. Afinal, era preciso dialogar com os valores da classe operária, em grande medida partilhados da classe dominante, e redimensioná-los para convencê-la, encontrar justificativa e motivação para a prática de atos que poderiam parecer, de acordo com a dominação ideológica, injustos e condenáveis moral e juridicamente.

Se a todos os anarquistas estava dada a tarefa de instigar a população a lutar pela Justiça e pela Liberdade, aos anarco-sindicalistas, no momento em que aceitaram adotar a estratégia do sindicalismo revolucionário, cabia a particular tarefa de fazer a ponte entre direitos imediatos e os Direitos e Justiça do ideal por que lutavam. Deste modo, os apelos pela justiça das reivindicações por oito horas de trabalho e aumento de salário, ou ainda outras de caráter mais particular, mas ainda assim freqüentes, como por exemplo contra maus tratos sofridos por mestres e contra-mestres, eram usuais como fator de motivação dentre os operários e também como defesa contra as violências. Procurava-se assim angariar, se possível, as simpatias também de faixas da população externas ao operariado, mas o fundamental era fomentar a coesão entre os trabalhadores, e, muitas vezes, governantes e outras autoridades públicas chegaram a reconhecer a legitimidade e justiça de movimentos grevistas, evitando o uso da violência enquanto eles se mantivessem, ao seu juízo, em caráter pacífico e ordeiro.

Evidentemente, apelos moralmente justificadores de ações políticas não eram recursos utilizados apenas pelos anarquistas, nem mesmo circunscritos ao movimento operário. No que se refere aos anarco-sindicalistas, especificamente, é fato que estiveram submergidos nessa prática sindicalista que reunia uma ampla gama de forças políticas em nome do que havia de interesses comuns do proletariado, durante todo o período de criação e fortalecimento das organizações operárias. O problema adviria, cedo ou tarde, em decidir quando e como se romperia com práticas circunscritas a reivindicações imediatas, a fim de eclodir na grande greve geral revolucionária,

evitando o desenvolvimento de um eterno corporativismo, como advertiam muitos outros libertários. Novas avaliações nesse sentido seriam feitas a partir do ano de 1917, tido pela historiografia e pelas memórias dos movimentos operário e anarquista como o ano das grandes mobilizações operárias no Brasil da Primeira República.

Ainda que tivessem se desenvolvido em anos anteriores uma série de greves localizadas e generalizadas, com certa amplitude, dentre as quais a greve pelas oito horas de 1907 em São Paulo, que contaram com ativa participação da militância anarquista, a greve paulista de 1917 é considerada na memória anarquista o grande momento do proletariado brasileiro na Primeira República, uma greve que *“não pode de maneira alguma se equiparar, sob qualquer aspecto que seja examinado, com outros movimentos que posteriormente se verificaram como sendo manifestações do proletariado”*¹⁵⁶. Essa recusa de Edgard Leuenroth, quase cinqüenta anos depois do ocorrido, em compará-la com movimentos posteriores, calca-se na perspectiva anarquista de fazer uma estreita vinculação entre os interesses da classe operária e a teoria libertária, para quem o proletariado possuía uma natural tendência à rebeldia pela liberdade. Ao invés de ter sido dirigida, incitada por políticos e sindicalistas profissionais, como Leuenroth avaliava acontecer com a organização sindical desde, sobretudo, a década de 1930, *“a greve geral de 1917 foi um movimento espontâneo do proletariado, sem interferência, direta ou indireta, de quem quer que seja. Foi uma manifestação explosiva, conseqüente de um longo período de vida tormentosa que então levava a classe trabalhadora”*.

A posição anarquista quanto ao caráter reivindicatório e combativo do proletariado, de modo geral, e, no caso específico, do paulista de 1917, independentemente de posição política, expressa na fórmula do espontaneísmo, sempre recebeu críticas de seus adversários políticos, especialmente dos marxistas, que viam a necessidade de um partido para orientar e canalizar os esforços dos trabalhadores, para, de fato, ser promovida uma revolução. Essa crítica ecoou entre historiadores, como o fez Boris Fausto, para quem *“a espontaneidade pura só existe nos livros de conto de fadas acerca do movimento operário e não em sua verdadeira história”*, e, portanto, era possível localizar *“indícios de crescente tensão (...) nos meses que a antecedem,*

¹⁵⁶ LEUENROTH, Edgard. A greve geral de 1917. *O Estado de São Paulo*, 27 mar. 1966, p. 23 *apud* PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe... op. cit.*, p. 226-231.

acompanhados de um visível esforço organizatório”¹⁵⁷. Redimensionando críticas como a de Fausto e procurando desvinculá-la do julgamento marxista, Cristina Campos¹⁵⁸ e Christina Lopreato¹⁵⁹ defendem a tese de que a greve geral de São Paulo de 1917 foi uma greve anarquista no sentido de que a militância libertária em São Paulo foi intensa desde, pelo menos, a década anterior, em contínuo exercício, ainda que com dificuldades e interrupções, de propagação de seus ideais em sindicatos, centros culturais, escolas, ligas de bairro e muitos outros ambientes proletários, constituindo uma base fundamental para a disseminação da solidariedade operária e da idéia de reivindicação, cujo resultado se veria na coesão apresentada no conflito.

Independentemente dessa discussão, e concordando com a perspectiva de que, no mínimo, as experiências de organização anarquista contribuíram para o desenvolvimento da classe operária e das formas de organização e mobilização assumidas em São Paulo, o fato é que a greve de 1917 seria um marco da história do movimento operário da Primeira República. Tendo como pano de fundo o aumento da carestia de vida intensificada pela crise gerada pela guerra, e sofrida pelo Brasil por desempenhar uma função subsidiária, a greve teve início em finais de junho com quatrocentos trabalhadores do Cotonifício Crespi, sendo expressiva a participação das operárias, que reclamavam a abolição da cobrança, pela direção da fábrica, de uma contribuição compulsória a ser remetida para benefício das vítimas italianas da guerra, o aumento dos salários entre 15 e 20% e a regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Após a adesão de quase todos os dois mil empregados da empresa e as notícias sobre o uso da violência policial contra os grevistas, o movimento tomou força com o crescente apoio e adesão à greve de trabalhadores de outras fábricas, alastrando-se avassaladoramente após a morte de Antonio Martinez em uma troca de tiros com a polícia em frente à fábrica de bebidas Antártica. O número de grevistas, depois das comoções do enterro do sapateiro espanhol, chegaria aos quarenta e cinco mil.

A cada investida da repressão se seguiram manifestações públicas dos grevistas, com atos violentos, que tentaram impedir o abastecimento de alimentos do centro da cidade. E à reação policial, se respondia com depredações e saques a

¹⁵⁷ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 203.

¹⁵⁸ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: o movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1988.

¹⁵⁹ LOPREATTO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

armazéns e até uma tentativa de atentado à casa do Secretário de Justiça se desenrolou durante a primeira metade de julho. Com o corte de energia, o transporte público parado e a intensa perseguição policial, a situação chegou a um momento em que a intransigência de um dos lados teria que ceder. Pela primeira vez na história de São Paulo, o governador do estado, Altino Arantes, propôs uma negociação junto com os empresários. Calejado pelas experiências anteriores, o Comitê de Defesa Proletária (CDP), formado em 9 de julho substancialmente por anarquistas, mas com participação também de socialistas, para agrupar as reivindicações dos grevistas das diversas categorias e organizar suas atividades e a negociação, recusou o convite até que uma junta de jornalistas se ofereceu para fazer a intermediação na sede do jornal *O Estado de São Paulo*.

A pauta do CDP aceita pelos empresários e pelo Estado pode ser dividida sob três aspectos: a) medidas que dizem respeito especificamente aos grevistas: nenhum seria preso ou demitido e todos os que haviam perdido seus empregos por ocasião da greve seriam readmitidos em seus cargos, e os presos seriam soltos; b) medidas que interessavam diretamente aos operários em relação a trabalho e salário: reconhecimento do direito de associação dos trabalhadores; proibição do trabalho aos menores de 14 anos e do trabalho noturno aos menores de 18 e às mulheres; pontualidade no pagamento dos salários, a ser efetuado quinzenalmente ou no máximo em vinte dias; estabelecimento da jornada de oito horas diárias; aumento de 35% nos salários inferiores a 5\$000 e de 25% para os mais elevados; e, por fim, aumento de 50% em todo o trabalho extraordinário; c) medidas que interessavam a toda a população, não apenas operários e grevistas, sob o ponto de vista das condições de vida: que o Estado garantisse o barateamento dos gêneros alimentícios, requerendo os gêneros indispensáveis à alimentação pública, a fim de evitar a especulação, a adulteração e a falsificação dos produtos alimentares; que os aluguéis até 100\$000 sofressem redução de 30%, sendo garantida a permanência dos inquilinos que não pagarem o aluguel aos proprietários que se recusarem a reduzir os preços¹⁶⁰.

Deste modo, o Comitê de Defesa Proletária negociou a pauta acreditando representar “as aspirações não só da massa operária em greve como [também] as aspirações de toda a população angustiada por prementes necessidades, considerando a insuficiência do Estado no providenciar de outra forma que não seja pela repressão

¹⁶⁰ O que reclamam os operários, *A Plebe*, n.º 6, 21/7/1917, p. 3 *apud* PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe... op. cit.*, p. 232-234.

violenta”. E a prática de se organizar uma pauta de reivindicações que não fosse adstrita somente à classe operária, mas que tivesse alguma relação com interesses mais gerais da população em tempos de encarecimento do custo de vida, não se restringiu ao caso paulista.

Em janeiro de 1917, na capital da República, formou-se um Comitê Central de Agitação e Propaganda Contra a Carestia e o Aumento de Impostos a partir da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e do Centro Libertário, promovendo comícios e manifestações, ao mesmo tempo que sindicatos por categorias eram criados ou reorganizados. Até o início de julho, quando um acidente na construção de um hotel matou trinta e oito operários e causou grande comoção na cidade, houve choques com a polícia envolvendo grevistas e membros do tal comitê, que, de certo modo, cultivaram a expectativa da eclosão de uma greve geral também por ali. Apesar de não contar com adesão dos marítimos, cujo sindicato estava sob direção de líderes colaboracionistas, diversas categorias entraram em greve em seqüência, paralisando quase por completo a capital da República. No entanto, dali não se tirou um comando único e a resolução dos conflitos ficou a cargo de cada setor localizado.

Em Porto Alegre, por sua vez, também se organizou uma frente de lideranças que tinha por reivindicações uma pauta que buscasse beneficiar setores mais amplos do que os próprios grevistas, sendo que, neste caso, a frente conclamou a greve geral da cidade. Sabe-se que as lideranças operárias de Porto Alegre tinham pelo menos um acesso à existência da greve paulistana, e que continuava a existir uma razoável freqüência de correspondência entre os militantes anarquistas dos dois estados¹⁶¹. Como assinala Miguel Bodea, na edição de 16 de julho, o jornal do partido do governo gaúcho, *A Federação*, trazia informações sobre a formação e as reivindicações do Comitê de Defesa Popular Paulista, o que “*pode ter contribuído – involuntariamente – para propagandear o movimento grevista que então se alastrava pelo país*”¹⁶², em uma cidade que ainda estava de sobressalto com as agitações, conflitos e depredações em torno da greve de março dos calceteiros do porto. Já na edição de 21 de julho de 1917, *A Plebe* publicou telegrama enviado pelo secretário-geral da FORGS, Ezequiel Oliveira, declarando esta entidade solidária com o movimento dos operários

¹⁶¹ Logo no primeiro número de *A Plebe*, publicava-se notícia enviada por Cecílio Vilar acerca da criação da Escola Racionalista de Porto Alegre e a sua condenação por um padre da paróquia em um sermão. VILAR, Cecílio. Pampeiro rebelde. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 1, 9 jun. 1917, p. 3.

¹⁶² BODEA, Miguel. *A greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1979, p. 29.

paulistanos, “*embora não tenha informações detalhadas que espera receber para sua orientação*”¹⁶³. Se a resposta veio por escrito, não se sabe, mas oito dias depois, em 29 de julho, um militante paulista participou pessoalmente de uma reunião da FORGS¹⁶⁴.

Se a greve na capital gaúcha seguiu deliberadamente os padrões similares aos de São Paulo, é algo que, creio, não se poder afirmar categoricamente. Por outro lado, os contatos diretos com lideranças grevistas de São Paulo e as notícias difundidas pela grande imprensa sobre movimentos semelhantes no Rio de Janeiro e no Paraná certamente motivaram os operários porto-alegrenses a decidirem pela greve, apesar da orientação da FORGS, organizada sob os princípios do sindicalismo e que congregava tanto anarquistas quanto militantes de outras cores políticas, em se agir com prudência. Aliás, ainda que a decisão tenha sido na sede da Federação, pode-se dizer que a greve foi declarada *apesar da FORGS*, cuja diretoria temia que o fracasso de uma greve, vigiada pela polícia antes mesmo de ser iniciada, redundasse em destruição das demais associações operárias e fechamento da Federação, uma entidade estável se comparada a outras equivalentes no restante do país¹⁶⁵. No entanto, os apelos à prudência não foram suficientes para conter a disposição anarquista, que parecia canalizar a insatisfação operária contra o alto custo de vida, o aumento do desemprego e a redução dos salários.

Em 29 de julho, em reunião na sede da FORGS, 500 pessoas decidiram pela greve e a formação de uma comissão representativa dos operários para a sua condução, apesar da direção da FORGS. Logo depois, a Liga de Defesa Popular lança um manifesto em que justificava a sua existência:

“A Liga de Defesa Popular, investida de poderes em solene reunião dos trabalhadores de Porto Alegre, interpretando e sentindo as condições aflitivas em que se encontram as classes populares, a braços com a carestia crescente dos gêneros de primeira necessidade e aluguéis de casas, declara que vai agir no sentido de obter algumas melhorias que lhes possam atenuar a miséria em que se debatem.

Povo! Trabalhadores! Não é possível cruzarmos os braços e deixar que a ganância sórdida que caracteriza a época nos reduza a farrapos humanos, inconscientes, rotos, famélicos. A Liga de Defesa Popular espera o apoio do povo

¹⁶³ Solidariedade por intermédio ‘d’A Plebe’. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 6, 21 jul. 1917, p. 3.

¹⁶⁴ SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. A greve geral de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*. Porto Alegre, UFRGS, n.5, julho de 1996, p. 186.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 187.

de Porto Alegre para obter as seguintes melhorias, cuja justiça ressalta a enunciá-las:

- Diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade em geral.*
- Providência para evitar o açambarcamento do açúcar.*
- Estabelecimento de um matadouro municipal para fornecer carne à população a preço razoável.*
- Criação de mercados livres nos bairros operários.*
- Obrigatoriedade da venda do pão a peso e fixação semanal do preço do quilo.*
- A Intendência cobrar pelo fornecimento de água 10% sobre os aluguéis e reduzir para 5% as décimas dos prédios cujo valor locativo seja inferior a 40\$000.*
- Compelir a Companhia Força e Luz a estabelecer a passagem de 100 réis, de acordo com o contrato feito com a municipalidade.*
- Aumento de 25% sobre os salários atuais.*
- Generalização da jornada de 8 horas.*
- Estabelecimento da jornada de seis horas para mulheres e crianças.”¹⁶⁶*

A greve praticamente não trouxe confronto. A Liga dirigiu-se aos executivos municipal e estadual, que consideraram legítimas as aspirações grevistas e trataram de promover, a seu modo, o atendimento das reivindicações. No quarto dia de greve, Borges de Medeiros recebia os componentes da Liga em seu gabinete, enquanto uma multidão de cinco mil pessoas esperava na praça em frente ao palácio. Na reunião, o governador se comprometeu a tomar medidas que restringissem as exportações dos produtos de primeira necessidade, além da intendência fixar o preço de venda desses artigos e regulamentar sua venda no mercado público e em feiras livres nos bairros operários. Quanto ao aumento salarial dos demais trabalhadores, de acordo com o entendimento positivista da “pedagogia do exemplo”, sem interferir nos contratos privados entre iguais, o governador aumentou os salários dos operários a serviço do Estado e solicitou que o Chefe de Polícia tratasse de, pessoalmente, convencer os patrões de que fizessem o mesmo, pela justiça das reivindicações, com o que acabaram se comprometendo os proprietários de cento e oitenta e nove empresas. Fora uma ou outra categoria e empresa, a greve praticamente estava esvaziada a partir de então.

Não é possível precisar se as semelhanças das greves de 1917 de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre seguiram mais ou menos alguma forma de deliberação comum ou o exemplo uma da outra, mas é difícil afirmar que o padrão verificado, pelo

¹⁶⁶ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31 jul. 1917, p. 6.

menos nesses três casos, se deveu somente à coincidência. Nos três casos, organizaram-se comissões que assumiram a liderança das greves em seu curso, o que não se realizou apenas no Rio de Janeiro, mas foi aí exatamente que se criou a primeira comissão, seis meses antes de iniciar a greve. De todo o modo, as greves de 1917 inauguraram a prática de incluir entre as reivindicações grevistas, não apenas questões diretamente relacionadas ao mundo do trabalho ou a seus interesses específicos, mas também à população em geral, que seria beneficiada com medidas de barateamento e de combate à falsificação de gêneros alimentícios em época de açambarcamento e especulação, regulação dos preços e contratos de aluguéis, como constavam em ambos os manifestos de São Paulo e de Porto Alegre.

As proporções assumidas e as vitórias dessas duas greves e de outras, cada qual a seu modo, deram novo fôlego às correntes políticas revolucionárias, como o anarquismo. Pouco depois do término da greve de São Paulo, que resultou na concordância do patronato e do Estado em atender à imposição das reivindicações operárias, ela foi logo celebrada pelos libertários do jornal paulista em língua italiana *Guerra Sociale* como “a primeira grande batalha do proletariado brasileiro” que “de repente elevou os trabalhadores desta terra à dignidade de classe”¹⁶⁷. Parecia que a estratégia do sindicalismo revolucionário tinha começado a dar resultados que permitiam alimentar esperanças de uma revolução em algum momento. Desde meados daquele ano, em todo o país, eclodiu uma quantidade grande de movimentos semelhantes que repercutiu na imprensa operária, especialmente a anarquista, a fim de fazer constatar que “por toda a parte realiza[va]m-se numerosas e entusiásticas reuniões”, “multiplica[ndo]-se os meios de organização e de luta”¹⁶⁸. Havia assim, a sensação de que algo novo estava a nascer, pois que o proletariado encontrava-se em “atividade animadora”¹⁶⁹, produzindo uma “benéfica efervescência”¹⁷⁰, provando estar ele “em pleno despertar”¹⁷¹. Era, enfim, o “prenúncio de uma nova era”¹⁷².

¹⁶⁷ Considerazioni postume. *Guerra Sociale – Periodico libertario di propaganda rivoluzionaria*. São Paulo, ano III, n.º. 56, 11 ago. 1917, p. 1; Non dimentichiamo! *Guerra Sociale – Periodico libertario di propaganda rivoluzionaria*. São Paulo, ano III, n.º. 56, 11 ago. 1917, p. 2.

¹⁶⁸ Despertando para a luta. O operariado está em plena atividade. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 11, 25 ago. 1917, p. 3.

¹⁶⁹ Atividade animadora. Desenvolve-se o movimento do proletariado. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 12, 1º set. 1917, p. 3.

¹⁷⁰ Benéfica efervescência. Os trabalhadores continuam em atividade. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 13, 8 set. 1917, p. 3.

¹⁷¹ Em pleno despertar. Prosseguem os trabalhos de organização. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 10, 18 ago. 1917, p. 3.

Os anarquistas, ao lado da louvação dos feitos de 1917, passaram a instigar, com convicção cada vez maior, a idéia de que uma revolução próxima estava por surgir. O acompanhamento das notícias vindas da Rússia aumentava a esperança de que uma onda revolucionária internacional tivesse seus desdobramentos também no Brasil. Estaria na hora do rompimento da prática sindicalista para conquista de “direitos” imediatos e residuais? Por parte de muitos legisladores, as greves brasileiras eram manifestações de que movimentos similares aos ocorridos na Rússia, na Hungria, e outras partes do leste europeu, poderiam ter seus desdobramentos também no Brasil. Parlamentares conhecidos como “trabalhistas” por atuarem na Câmara em defesa de uma legislação trabalhista, tentaram convencer seus colegas adversários do projeto de criação de um Código do Trabalho¹⁷³, não apenas pelo apelo de justiça de garantias de condições mínimas ao trabalhador, mas também com apelos à prudência de que se o Estado não intervisse nas relações capital/trabalho, feitos semelhantes ao da Rússia, cedo ou tarde, aconteceriam no Brasil, como as greves, havia pouco tempo, tinham demonstrado ser possível. É provável que os congressistas “não trabalhistas” não levassem muito em conta a possibilidade de que uma revolução promovida pelo operariado, tal qual na Europa Oriental, pudesse, de fato, ocorrer no Brasil no final dos anos 1917, pois, pelo menos em suas falas no Parlamento, isso não aparecia com freqüência, e até mesmo porque o projeto andaria a passos lentos e seria mais tarde abandonado, com exceção de um ou outro artigo sobre acidentes de trabalho e trabalho de menores. De todo o modo, causou algum impacto no Congresso, que, pela primeira vez, debatia de modo sistemático a “questão social”, ainda que praticamente restrita à forma de regulamentação da relação capital/trabalho.

Quanto ao movimento anarquista, iniciaram-se debates para fazer avançar as conquistas de 1917.

¹⁷² Prenúncio de uma nova era. O proletariado em revolta afirma o seu direito à vida. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 6, 21 jul. 1917, p. 1.

¹⁷³ Quanto aos debates da Câmara acerca da estruturação de um Código do Trabalho em 1918, já foi muito debatido na historiografia. A principal referência, a meu ver, é GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979; recentemente, esse tema foi novamente abordado por VARGAS, João Tristan. *O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República*. Campinas: Unicamp/CMU, 2005.

DA AÇÃO DIRETA POR DIREITOS PARA A REVOLUÇÃO

Enquanto os congressistas debatiam a pertinência da elaboração de uma legislação trabalhista, desde setembro de 1917 se abateu uma intensa repressão contra o movimento operário e os militantes mais destacados, como Edgard Leuenroth, a quem foi atribuída a responsabilidade pelos prejuízos causados por depredações e saques aos patrimônios privados, dentre os quais o Moinho Santista. Aos olhos da imprensa operária e anarquista, a reação tomou contornos de vingança pela derrota imposta pelos grevistas ao Estado e aos patrões. Esta onda repressiva iria desarticular a organização operária em São Paulo até mais ou menos o final de 1918.

A militância operária e anarquista já havia percebido sinais de que a repressão iria se abater em muito breve. Ainda em julho, poucos dias passados do final da greve na capital paulista, a imprensa anarquista alertava os trabalhadores para não aceitarem as provocações da polícia e não permitirem que se iniciassem confrontos, pois o momento não era propício para uma nova mobilização que atingisse grau de coesão capaz de suportar um novo conflito, certamente mais duro. Afinal, as forças da repressão, desta vez, estariam preparadas, ao contrário do que teria ocorrido na greve de julho, na qual o desencadeamento dos acontecimentos e a proporção atingida pegaram a todos, inclusive as lideranças operárias anarquistas e socialistas, segundo eles próprios, desprevenidos. Por isso, o jornal anarquista *Guerra Sociale*, que tanto louvou a greve como “vencedora” e prova da capacidade revolucionária das massas, denunciava a estratégia do governo do estado e do patronato, em conluio com a imprensa, de fazer os agentes secretos da polícia divulgarem um boato sobre os planos de agitação e tentativa insurrecional que iria surgir em muito breve, o que, para parecer verdade, era divulgado até mesmo com data e local marcados. Segundo o Comitê de Defesa Proletária, que tratou de circular um comunicado prevenindo os trabalhadores sobre as conseqüências nefastas que adviriam caso aderissem ao infundado:

“Para segunda-feira, 23 do corrente mês, em São Paulo, todos estavam atentos porque todos foram informados de acontecimentos extraordinários e terríveis que viriam a acontecer: mais que uma reprise da greve geral, uma verdadeira e própria insurreição. O movimento foi pré-anunciado a todos os vendeiros com alguns dias de precedência. No fofocar das ruas e das barbearias, falava-se como coisa segura, improrrogável. Também os engraxates e vendedores de bilhetes da loteria conheciam os planos da revolução. (...)”

Comissões de desconhecidos circulavam livremente, avisando, de porta em porta, sobre o fim do mundo. E circulavam tranqüilamente.

Os jornais da Capital Federal – SUBVENCIONADOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – descrevem já a fase do inevitável movimento e pediam como medida preventiva o estado de sítio. (...)

OS PATRÕES CERTAMENTE SABIAM DE MAIS E JÁ INVOCAVAM AJUDA.

Então o Comitê [de Defesa Proletária] acredita ser seu dever intervir com um comunicado à imprensa e com participação direta à Liga [não está claro, mas, provavelmente, refere-se à Liga Operária do Brás] e aos operários.

Nós gostaríamos que esse comunicado tivesse sido mais explícito, mais claro...

Mas de todo o modo esse reuniu igualmente o escopo: impediu ao Estado e aos industriais obter uma sanguinolenta revanche, salvou a cidade de São Paulo das delícias do estado de sítio.

Não é preciso aqui silenciar o procedimento do comitê dos jornalistas que também neste caso prestaram um serviço inestimável à população de São Paulo, avisando, ainda que de forma velada, a autoridade do Estado que o complô era completamente vazio.

O proletariado deve, portanto, prevenir-se.

É ele quem deve escolher a hora para suas batalhas, não a polícia. (...)

Nós não somos solícitos a pedir calma, nós acreditamos no valor dinâmico da violência, como fator de progresso; mas não somos assim imbecis para empurrar as massas a uma luta desigual, na hora e no terreno escolhido pela polícia com prévio acordo com os industriais.”¹⁷⁴

Ao contrário da caricatura feita pelos críticos do anarquismo em relação ao espontaneísmo, ele tinha seus limites. A ênfase na ação espontânea das massas é explicada pelo contraponto da ação legítima dessas massas contra os argumentos da classe dominante, de que elas eram desvirtuadas por agitadores, e os argumentos dos que viam a necessidade da construção de um partido político com organização centralizada, mas isso não significava cegueira diante dos riscos do enfrentamento. A partir de muitas experiências desde a metade do século XIX em todo o mundo, os anarquistas no Brasil sabiam que a eclosão de uma insurreição operária (com uma classe ainda pouco numerosa no país) não implicaria na adesão imediata de toda a

¹⁷⁴ Cosa si preparava? Il Comitato di Defesa Proletaria avventa un tranello montato dalla autorità e dagli industriali ed evita un massacro di popolo. *Guerra Sociale – Periodico libertario di propaganda rivoluzionaria*. São Paulo, ano III, n.º. 55, 26 jul. 1917, p. 1.

população, nem mesmo em um momento como este de meados de 1917, quando a mobilização operária contou, em diversos pontos, com o apoio e simpatia de outros setores da população. Era preciso organização e diretrizes definidas para a ação revolucionária e para a própria proteção contra a reação que estava a se preparar.

Deste modo, antes das ações repressivas, os anarquistas tratavam de articular a construção de uma frente revolucionária, que pudesse reunir as forças políticas do movimento operário que pretendiam a transformação radical da sociedade para além do “*resultado materialmente duvidoso*”¹⁷⁵ que as greves tinham obtido. Desde pelo menos o dia quatro de agosto, logo após o final da greve de São Paulo, de Porto Alegre e do Rio de Janeiro, e enquanto continuavam a se desenvolver greves por diversos cantos do país, nas capitais e em cidades do interior, começaram a surgir chamadas recorrentes para a realização de um “*Congresso Geral da Vanguarda Social do Brasil*”, que seria, em breve, realizado no Rio de Janeiro. A justificativa assentava-se na necessidade de serem estabelecidas, “*com a máxima urgência (...), as bases de uma ação conjunta*”¹⁷⁶ de todos os “*elementos avançados, anarquistas, socialistas, sindicalistas, associações de resistência e outros de estudos sociais (...) contra os seus comuns inimigos*”¹⁷⁷. Por aqueles dias, parece que havia entusiasmo gerado pela pronta correspondência entre diversas organizações políticas e sindicais do país:

“Por comunicações recebidas de diferentes pontos do país, sabemos que tem produzido a melhor impressão a iniciativa da realização de um congresso da vanguarda social de todo o Brasil.

Esse congresso, como dissemos já, vai reunir-se, provavelmente em outubro, no Rio de Janeiro, a ele devendo comparecer os representantes de todas as associações operárias existentes no Brasil, como todos os elementos avançados socialistas, anarquistas, centros de estudos sociais, etc.

Podemos acrescentar que é intenção da Confederação Operária Brasileira, que tem a sua sede no Rio, aproveitando a oportunidade que lhe oferece o congresso, reunir num convênio os representantes das associações operárias e com

¹⁷⁵ Na realidade, a expressão correta é “*materialmente, o seu resultado é duvidoso*”. Comentários de um plebeu – Agitadores. *A Plebe*, São Paulo, ano I, n. 9, 11 ago. 1917, p. 1.

¹⁷⁶ Para uma ação conjunta – Congresso geral da vanguarda social do Brasil. *A Plebe*, São Paulo, ano I, n. 8, 4 ago. 1917, p. 2.

¹⁷⁷ O Congresso Geral da Vanguarda Social do Brasil – A feliz iniciativa foi recebida com entusiasmo. *A Plebe*, São Paulo, ano I, n. 11, 25 ago. 1917, p. 3.

eles estudar a melhor maneira de serem reativados os seus trabalhos de propaganda e organização".¹⁷⁸

Da leitura da chamada acima, que é semelhante às demais, as informações sobre o congresso são um tanto restritas. Mas é possível depreender que os anarquistas estavam dispostos a agir para a articulação de frentes distintas: em uma primeira, apesar de não referida, obviamente, continuariam a agir em seus núcleos, centros de estudos e propaganda libertários; uma segunda, através do sindicalismo, cuja oportunidade do crescimento da mobilização operária trazia a perspectiva de retomar os trabalhos da COB e de outras federações, como a FOSP; e em uma terceira, a articulação de ações conjuntas propriamente políticas, sem as limitações impostas pelo sindicalismo, com diversas correntes, especialmente com os socialistas ou ainda outros “*avançados*” que desempenharam uma posição positiva no Comitê de Defesa Proletária.

Não encontrei registros sobre a realização do dito congresso. A última notícia que obtive, datada de 1º de setembro, encontra-se em *A Plebe* e trata-se da transcrição de uma nota do jornal carioca *A Razão* em que se relatava a reunião do comitê organizador do congresso na sede da Confederação Operária Brasileira, que redigiu uma circular que seria remetida às associações afiliadas de todos os estados do país, sobre o que se intencionava realizar¹⁷⁹. Muito provavelmente não ocorreu, em parte ou totalmente, pela violenta repressão que se abateu contra os militantes de São Paulo, a qual tomou as preocupações de militantes anarquistas de todo o país.

Contudo, a chamada de um congresso restrito às “vanguardas” revolucionárias, por si só, demonstra que os anarquistas estavam dispostos a fazer avançar um projeto revolucionário, contando com a participação de outras correntes políticas, não restrito ao seu círculo e ao sindicalismo.

Mas esse projeto, de fato, não foi adiante nos anos seguintes, pelo menos no que tange à união entre anarquistas e socialistas, pois somente em São Paulo as rivalidades não tinham se acentuado a ponto do rompimento. No Rio de Janeiro, os socialistas eram cada vez mais reduzidos, por vezes confundindo-se aos colaboracionistas, e muitos deles envolvidos com a luta pela implementação de uma

¹⁷⁸ Congresso geral da vanguarda social do Brasil – Um convênio da Confederação Operária Brasileira. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 10, 18 ago. 1917, p. 2.

¹⁷⁹ O Congresso Geral de Vanguarda Social do Brasil – Os militantes do Rio tratam com interesse da feliz iniciativa. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 12, 1º set. 1917, p. 3.

legislação trabalhista, estreitando seus laços com parlamentares como Maurício de Lacerda e Nicanor do Nascimento. No Rio Grande do Sul, por sua vez, as relações entre socialistas e anarquistas eram cada vez mais hostis, desde, pelo menos, 1912, e a relutância da diretoria da FORGS em declarar a greve geral de julho acirrou os conflitos com os anarquistas.

Apesar da violenta repressão em São Paulo, o tom do movimento anarquista em sua imprensa, contudo, é cada vez mais agressivo. Neste sentido, além do impacto da greve de 1917, é preciso ter em vista a repercussão da revolução russa sobre o movimento operário brasileiro. A imprensa operária fez grande alarde sobre os avanços da revolução russa, vista como uma revolução libertária, ainda que utilizando-se de métodos táticos que empregassem os instrumentos disponibilizados pelo Estado, dando especial destaque à união entre trabalhadores da cidade e do campo com os soldados do exército e da marinha.

Ainda que breve, esta vinculação entre forças armadas e proletariado, jamais foi feita anteriormente, pelo menos de modo tão sistemático, pelo movimento anarquista. Ao contrário, as forças armadas, assim como a polícia, sempre eram atacadas como instrumentos a serviço da repressão, “cães de guarda do capitalismo”, “lacaios dos industriais”, etc. Além do que, a forte propaganda antimilitarista contra o sorteio militar que levaria unicamente os filhos dos trabalhadores às fileiras do exército (os filhos das classes média e dominante poderiam exibir certificado de inscrição em clubes de tiros para se eximir do serviço obrigatório), cresceria sobremaneira à medida que se anunciava a inevitabilidade da guerra, criando um clima de antagonismo irreconciliável ainda maior com os militares. Mesmo assim, sempre havia um ou outro artigo na imprensa operária e nos apelos contra a violência dispensada aos operários, tentando captar a simpatia das patentes baixas, demonstrando que provinham da mesma classe trabalhadora, da qual faziam parte seus parentes e amigos.

Mas, será a partir das greves de 1917 e da revolução russa que se tratará de modo mais incisivo esses apelos às patentes baixas das forças armadas. Ainda em julho, em meio à greve de São Paulo, encontram-se referências, na imprensa influenciada por anarquistas do centro do país, à Rússia e ao Comitê de Soldados e Operários que conduzia aquele país, a um só tempo, à saída da guerra e à revolução¹⁸⁰.

¹⁸⁰ A nota mais antiga encontrada até aqui é: Ast. P. [PEREIRA, Astrojildo]. Os fatos do exterior. A Revolução russa. *O Debate*. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 12 jul. 1917, p. 12.

Naquele momento, para anarquistas e também para outros como o deputado federal Nicanor do Nascimento em discurso na Câmara a 13 de julho, o modelo deste Comitê revolucionário aparecia como saída a ser imitada no Brasil para pôr fim ao açambarcamento de alimentos que geravam a carestia que se abatia sobre os pobres e levava à justíssima mobilização dos operários em greve¹⁸¹.

Durante a greve paulista de 1917, “*um grupo de mulheres grevistas*” enviou um apelo aos soldados para que se recusassem a usar a violência contra os trabalhadores, seus “*irmãos de miséria*”:

“AOS SOLDADOS!

Soldados! Não deveis perseguir os vossos irmãos de miséria. Vós também sois da grande massa popular, e, se hoje vestis a farda, voltareis a ser amanhã os camponeses que cultivam a terra, ou os operários explorados das fábricas e oficinas.

A fome reina nos nossos lares e os nossos filhos nos pedem pão! Os perniciosos patrões contam, para sufocar as nossas reclamações, com as armas de que vos armaram, ó soldados!

Essas armas eles vo-las deram para garantir o seu direito de esfomear o povo.

Mas, soldados, não façais o jogo dos grandes industriais que não têm pátria.

Lembraí-vos que o soldado do Brasil sempre se opôs à tirania e ao assassinato das liberdades.

O soldado brasileiro recusou-se no Rio, em 81, a atirar sobre o povo quando protestava contra o imposto do vintém, e, até o dia 13 de Maio de 1888, recusou-se a ir contra os escravos que se rebelavam, fugindo ao cativoiro!

Que belo exemplo a imitar!

Não vos presteis, soldados, a servir de instrumentos de opressão dos Matarazzo, Crespi, Gamba, Hoffmann, etc., os capitalistas que levam a fome ao lar dos pobres e gastam os milhões mal adquiridos e que esbanjam com as ‘cocottes’.

Soldados!

Cumpri o vosso dever de homens! Os grevistas são vossos irmãos na miséria e no sofrimento; os grevistas morrem de fome, ao passo que os patrões morrem de indigestão!

Soldados! Recusai-vos ao papel de carrasco!

S. Paulo, Julho de 1917.

¹⁸¹ F. G. O regime da fome. Imitemos a Rússia. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 6, 21 jul. 1917, p. 3.; Um Comitê dos Operários e Soldados do Brasil. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 6, 21 jul. 1917, p. 3. ; O exército e a greve. Houve soldados que se negaram a vir a S. Paulo. Interessante palestra. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 8, 4 ago. 1917, p. 2.; Graves revelações de um soldado do exército. Teremos também um Comitê de Soldados e Operários? *O Debate*. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, 26 jul. 1917, p. 7-8.

Um grupo de mulheres grevistas".¹⁸²

Na mesma notícia, cujo título se perguntava se no Brasil “*teremos também um Comitê de Soldados e Operários?*”, relatava-se uma conversa ouvida por um dos jornalistas do hebdomadário *O Debate*, que teria sido travada “*animadamente*” por um soldado “*de sotaque nortista*” com um grupo dos muitos operários que se encontravam na Praça Tiradentes, em frente à sede da Federação Operária do Rio de Janeiro, devido ao clima de mobilização daqueles meses. O militar teria dito que os grevistas paulistanos chegaram a receber a ajuda de soldados militares para arrancar os trilhos dos bondes do bairro do Braz, enquanto cerca de quarenta soldados da base militar de Lorena desobedeceram às ordens de seus superiores e se recusaram a partir para a capital do estado para reprimir a greve. Aqueles que não conseguiram desertar a tempo, dentre os quais, ele próprio, ou foram transferidos “*para pontos distantes, para o Rio Grande, para o Mato Grosso, para o Rio*” ou permaneciam presos na Ilha das Cobras¹⁸³. Para o articulista, o soldado exagerava em alguns momentos, mas suas palavras continham “*boa dose de verdade*” e instava que a censura do telégrafo cessasse e permitisse que o público soubesse “*que o exército não quer responder com chumbo a quem reclama pão. E assim vamos a caminho seguro para a Constituição, dentro em breve, do Comitê de Operários e Soldados do Brasil...*”¹⁸⁴.

As simpatias aos movimentos grevistas teriam sido declaradas por oficiais de baixa patente entrevistados por jornalistas da imprensa operária, os quais não assumiam publicamente sua posição por temores de receber a punição estipulada pelo regimento do exército. Neste sentido, por exemplo, um jornalista do carioca *A Lanterna* teria conseguido entrevistar membros de baixa patente do exército e da marinha, enquanto se dirigiam ao trabalho, para dar suas impressões sobre os últimos acontecimentos protagonizados pelo movimento operário em todo o país. Deles, teria conseguido arrancar algumas declarações que permitiriam ao operariado acreditar que teriam nos soldados um suporte para movimentos mais agressivos, caso ousassem fazê-lo:

¹⁸² Graves revelações de um soldado do exército. Teremos também um Comitê de Soldados e Operários? *O Debate*. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, 26 jul. 1917, p. 7-8. (Um resumo deste artigo está em: O exército e a greve. Houve soldados que se negaram a vir a S. Paulo. Interessante palestra. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 8, 4 ago. 1917, p. 2.)

¹⁸³ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*.

“ – Se essa greve fosse geral e nela tomasse parte, de uma vez, todo o operariado, acreditamos que o governo seria impotente para resistir. Infelizmente, porém, ela está sendo parcial e não há união em todas as classes. Ninguém tem mais razões para fazer greve do que o soldado, que não vê sequer um aumento do seu soldo. Nós também somos humanos, temos família e sabemos o que são as necessidades da família do pobre em oposição ao bem estar e à fidalguia do rico.

– A minha carabina – disse um cabo – eu não a descarregarei contra aqueles que vivem a protestar contra a fome.

– Nem a minha – retorquiram todos.

- Os operários que saibam fazer o movimento – concluiu o segundo sargento.”¹⁸⁵

Se ambos os diálogos relatados ocorreram de fato, não se pode precisar. Mas a divulgação desses relatos servia de propaganda que visava não apenas dar aos operários e militantes a sensação de que essa ponte poderia ser construída, mas principalmente aos próprios membros do exército e da marinha, para que eles revertessem a sua força em um propósito comum e de justiça, como por exemplo, contra os flagelos que a carestia de vida infringia sobre toda a população. E essa união não era nada utópica, como se fazia observar os sucessos dessa relação na revolução russa em curso – naquele momento, ainda sem a dimensão que adquiriria após as jornadas de novembro.

Uma união se esboçaria, em 1918, no Rio de Janeiro. Enquanto em São Paulo a repressão ao movimento operário permanecia, na Capital Federal cresceu o número de entidades de propaganda anarquista, ainda que constituíssem núcleos com um número pequeno de participantes. Parte do crescimento da propaganda libertária no Distrito Federal pode ser atribuída também à repressão, na medida em que muitos anarquistas de São Paulo foram expulsos ou fugiram para o Rio assim que a onda de violência policial se abateu por lá¹⁸⁶. Por isso, em 1918, observa-se uma crescente mobilização operária, tendo à frente lideranças anarquistas, que tomaria conta da cidade, particularmente, a partir de maio.

¹⁸⁵ O exemplo da Rússia. Teremos também um Comitê de Soldados e Operários. Ecos da greve. O que pensam soldados do exército e marinheiros. Dois boletins. *O Debate*. Rio de Janeiro, ano I, n. 4, 2 ago. 1917, p. 7.; Os soldados e os operários: A causa dos trabalhadores é bem acatada no exército – Interessantes considerações. *A Plebe*, São Paulo, ano I, n. 10, 18 ago. 1917, p. 4.

¹⁸⁶ RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e cultura social (1913-1922)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972, p. 227.

A relação entre o crescente movimento operário e a inspiração soviética, observada durante o ano de 1918, culminaria em dois episódios inéditos no Brasil, no que se refere ao esboço de união entre movimento operário e elementos das forças armadas.

A 7 de agosto de 1918, ocorreria um episódio grave, que se revestiria de um caráter simbólico da união possível entre soldados e operários. Durante a greve da Companhia Cantareira, os trabalhadores das barcas que faziam o traslado entre o Rio de Janeiro e Niterói viram-se cercados por soldados do Exército, designados para apoiar a polícia de Niterói a reprimir o movimento. No entanto, alguns deles recusam-se a cumprir a ordem e mudam de lado, apoiando os grevistas. O conflito agrava-se, resultando na morte de três pessoas: um operário, José Sarmiento, e dois dos soldados que aderiram à greve, Ilara França e Nestor Silva¹⁸⁷.

Logo depois, em novembro, se tentaria fazer da espontaneidade das adesões precedentes de soldados do Exército a movimentos grevistas, uma atividade insurrecional planejada, conseqüente e efetivamente revolucionária¹⁸⁸. Um grupo de militantes decidiu que era chegado o momento de fazer acontecer no Brasil o que estava em processo na Rússia. Com aporte dos tecelões do Rio, de Niterói, Petrópolis e Magé, organizados ao redor da União Geral dos Trabalhadores, que se declarariam em greve, o plano dos revolucionários era tomar uma série de pontos estratégicos (além do controle das respectivas fábricas, os revolucionários tomariam pontos diversos como o Palácio do Catete e paióis do Exército, da Marinha e da polícia). Para tomar os quartéis e contar com o apoio das forças armadas, estaria encarregado o tenente Jorge Elias, que teria dissimulado interesse em tomar parte do movimento, depois de ter recebido um dos panfletos sediciosos, distribuídos na Vila Militar por um dos membros da comissão insurgente, Ricardo Correia Perpétuo.

¹⁸⁷ Um ano depois, o Centro de Estudos Sociais de Niterói promoveu uma “romaria vermelha” desde sua sede, no centro da capital fluminense, até o cemitério do Maruí, que contou com uma “multidão” empunhando estandartes de associações operárias e entoando cantos libertários a fim de homenagear os “dois bravos soldados do exército”, em ato de “mais profunda e cordial gratidão” do “proletariado de blusa” a esses “autênticos e gloriosos heróis”. A homenagem revestia-se de um apelo “para a união dos proletários de farda e da blusa, irmãos escorraçados, a quem pertence o futuro”. Ver: Romaria vermelha. *Spártacus*. Rio de Janeiro, ano I, n. 2, 9 ago. 1919, p. 3; Liga Comunista Feminina. *Spártacus*. Rio de Janeiro, ano I, n. 2, 9 ago. 1919, p. 2; A romaria vermelha. *Spártacus*. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, 16 ago. 1919, p. 3.

¹⁸⁸ Sobre este movimento insurrecional ver ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

A tentativa insurrecional, porém, às vésperas do seu desencadeamento, seria desmontada a partir de denúncias do tenente, tendo o movimento fracassado e quatorze envolvidos presos. Como se pode observar no trecho abaixo, de autoria de Edgard Leuenroth, a efervescente mobilização operária daqueles anos fez crer aos anarquistas que os ataques impetrados contra o direito de associação resultariam em sua extrema defesa pelos trabalhadores, a ponto de promover a insurreição revolucionária. A motivação era o direito de associação cada vez mais cerceado; os meios, uma combinação entre a mobilização grevista de operários com uma vanguarda a tomar pontos estratégicos:

“Essa insustentável situação de penúrias e violências firmou no proletariado militante a convicção de que era preciso reagir decisivamente no sentido de assegurar o legítimo direito de livremente manter sindicatos e, através deles, sustentar reivindicações. Mas tudo demonstrava que a consecução desse direito somente poderia ser efetivada por meio de um movimento decisivo, capaz de fazer cessar a reação que atormentava a vida dos trabalhadores. E foi o que se procurou fazer com a organização de uma greve geral de caráter revolucionário. Como o movimento poderia tomar proporções transformadoras, foi preparado um programa correspondente a esse objetivo, para ser apresentado ao exame do povo rebelado, na perspectiva de se ter de enfrentar o domínio da situação.

*Partindo do Rio de Janeiro, deveria o movimento ter seqüência em São Paulo, para se estender a todo o país, tendo como elemento animador o ambiente de rebeldia então generalizada. Esse episódio de relevância no movimento proletário brasileiro ocorreu em 18 de outubro (sic.), com ponto de partida na então capital da República, deixando bem patente a decisão do proletariado nessa tentativa de conseguir sua libertação da odiosa situação que o atormentava”.*¹⁸⁹

Não se tratava apenas de garantir um direito (o direito de reunião, fundamental para qualquer ação do proletariado), mas defender esse direito concomitantemente à imposição de uma nova ordem que superasse o capitalismo no Brasil. O desfecho indesejado condenou os movimentos operário e anarquista a um momentâneo arrefecer de suas atividades, que, contudo, seriam novamente retomadas no ano seguinte, sendo que em abril de 1919, todos os acusados de levante que continuavam presos foram soltos por falta de provas, segundo a avaliação do judiciário.

¹⁸⁹ LEUENROTH, Edgard. Uma tentativa de greve geral revolucionária. In: *Anarquismo... op. cit.*, p. 117-118.

Ainda que malfadado, o episódio revela uma tentativa de levar ao limite a ação do movimento sindical e a busca por desenvolver outras formas de organização sob inspiração da revolução dos soviets em curso na Rússia.

E as tentativas de aproximação com os soldados do exército não se deu apenas no Rio de Janeiro, se se considerar os esforços feitos, em Porto Alegre, por Abílio de Nequete, que, embora não fosse propriamente um anarquista, estabelecia correspondência freqüente com o movimento anarquista de Porto Alegre e do centro do país. Ele foi o autor de um panfleto, que receberia a falsa assinatura de um “Grupo de Operários e Soldados Brasileiros”, dirigido ao “*Povo Rio-Grandense!*”¹⁹⁰, que lhe rendeu inquérito militar por acusação de pregar “*a anarquia, ou pelo menos o desequilíbrio da ordem, aconselhando inquilinos a não pagarem o aluguel das casas onde residem*”¹⁹¹. Na realidade, a proposta era de não serem pagos os aluguéis a partir de primeiro de janeiro de 1918, a fim de que essa medida suprisse as necessidades dos operários e soldados durante o período em que o Brasil estivesse em guerra contra a Alemanha, e permitisse que eles, assim, melhor contribuíssem com a pátria durante esse tempo difícil. 5 % do dinheiro economizado com o não pagamento do aluguel deveria, entretanto, ser destinado à Cruz Vermelha Brasileira, e outros 5% para a aviação militar, provando assim, a disposição de “*espírito de disciplina e nunca desmentido patriotismo*”. Logo se percebe que, apesar da acusação de anarquista, Nequete pouca familiaridade tinha com essa corrente política, e movia-se mais por um entusiasmo com os feitos revolucionários russos, do que exatamente de acordo com uma orientação programática, como o fizeram os insurretos cariocas. Aproximadamente um ano depois, porém, Nequete fundaria, ao lado apenas de Francisco Merino e Otávio Hengist, a União Maximalista, cujo manifesto lançado de Porto Alegre, em primeiro de novembro, pregava novamente a união entre operários e soldados para a concretização efetiva da Revolução.¹⁹² Apesar de não terem avançado para além do nível do discurso, é significativo quanto à estratégia que grupos ou militantes tentavam traçar para realizar eventos revolucionários nesse período:

¹⁹⁰ GRUPO DE OPERÁRIOS E SOLDADOS BRASILEIROS. Ao povo rio-grandense! Porto Alegre, dez. 1917 (Inquérito Militar contra Abílio de Nequete. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Foro Justiça Federal, Porto Alegre, Processo N.º 1432, Maço 44, Estante 133, 1917).

¹⁹¹ Inquérito Militar contra Abílio de Nequete. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Foro Justiça Federal, Porto Alegre, Processo N.º 1432, Maço 44, Estante 133, 1917.

¹⁹² Manifesto da ‘União Maximalista’ aos operários. Porto Alegre, 1º nov. 1918. Processo Crime 1016, Maço 66, Cartório do Júri de Porto Alegre, 1919.

“Nada de ódios aos soldados! Porque são vítimas como vós, são vossos iguais, pois quem diz soldado diz operário e vice-versa. Tende em cada um deles um camarada de luta. A vossa fraqueza é filha da vossa divisão – uni-vos, pois! E não haverá força alguma que possa vos enfrentar. Ponde um ponto final nesta inaturável situação de carnificina e miséria em que a burguesia vos mercadeja, como que fosseis um rebanho de animais incontestes”.

Ainda assim, apesar de nulo o efeito prático dos apelos aos soldados e da pouca vinculação com a orientação anarquista, é possível fazer um paralelo entre o manifesto da União Maximalista e a insurreição carioca e outros episódios precedentes, que são reveladores da tentativa de aproximação dos anarquistas com os baixa-patentes das forças armadas, para se fazer uma revolução nos moldes que se desenvolviam na Rússia dos soviets, que avançaria rumo ao Oeste, com uma orientação que acreditavam ser compartilhada pelos anarquistas. Demonstram que se tratava de um processo conjunto. Se não propriamente como facetas de um mesmo plano estratégico definido conjuntamente, pelo menos como perspectiva de luta em novas frentes. Mas, como se observa no texto de Edgard Leuenroth há pouco citado, o movimento do Rio de Janeiro deveria iniciar na capital federal e avançar pelo país. Não é possível estabelecer uma conexão direta, mas talvez por isso se possa aferir que a União Maximalista estivesse tentando fazer preparativos para que os avanços do movimento carioca se processassem também pelo extremo sul.

Após a conjuração, novas ondas de greves ocorreriam em diversos pontos do país, desta vez com conflitos muito mais agudos do que os verificados em 1917, sobretudo por parte da repressão. Não obstante o caráter meramente reivindicativo que as dominou, as greves foram acusadas pelas instituições conservadoras de “*tentativas maximalistas*”¹⁹³. Tanto para revolucionários como para os defensores da ordem estabelecida os tempos eram de turbulência social.

Creio ser lícito considerar que os anarquistas vislumbravam a ruptura da ordem através das greves gerais deflagradas na segunda metade de 1919. O material de informação e propaganda produzido pelos anarquistas, particularmente durante o ano de 1919, sugere que a Revolução não era uma utopia a ser adiada, mas encontrava-se

¹⁹³ Por exemplo: Tentativas maximalistas. *A Federação*, Porto Alegre, 9 set. 1919, p. 1 *apud* PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a União Operária seja a nossa pátria!*” – *História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001, p. 365-367.

num horizonte próximo, fruto de um trabalho intenso de mais de uma década, das boas novas vindas do Oriente e de um momento de insatisfação generalizada do proletariado, dada a carestia de vida provocada pela guerra.

Como foi visto anteriormente, a grande mobilização operária que os principais centros urbanos do país viveram em 1917 representou para os anarquistas um momento de inflexão da prática militante exercida até então. Ou seja, avaliou-se que era chegado o momento revolucionário, o momento de pressionar ao extremo os limites da mobilização operária de caráter eminentemente sindicalista, ou seja, uma prática imediatista e corporativista, embora se apostasse na perspectiva do exercício da “ginástica revolucionária”. Daí os riscos assumidos na insurreição de 1918, cujo fracasso não impediu que os anarquistas brasileiros desistissem de fazer eclodir uma revolução naquela turbulenta conjuntura do final dos anos 1910.

Segundo Frederico Duarte Bartz¹⁹⁴, baseado nos relatos do militante Everardo Dias, escritos em 1961¹⁹⁵, e nos cadernos de memória de Abílio de Nequete, escritos em 1943¹⁹⁶, uma segunda insurreição teria sido planejada para a segunda metade do ano de 1919. A partir dos indícios apresentados por Bartz e suas fontes pressupõe-se que, desta vez, deveria haver uma maior articulação através da declaração simultânea de greve geral em diversos pontos do país – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco¹⁹⁷. Caberia aos anarquistas transmutar em revolucionária a insatisfação geral e insurgência do proletariado “*sem consciência formada de seus direitos e sem qualquer espírito revolucionário*”¹⁹⁸. No entanto, essa nova tentativa teria sido forçosamente abortada, devido à “*precipitação de uma corporação dos transportes – cujos líderes não dispunham da necessária confiança e prestígio para esclarecer aquela massa de descontentes, não tinham convicções nem suficiente argumentação que os capacitasse a impedir que aquela coletividade mal*

¹⁹⁴ BARTZ, Frederico Duarte. *O horizonte vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário Rio Grande do Sul, 1917-1920*. Porto Alegre: Dissertação de mestrado em História/UFRGS, 2007, p. 162-169.

¹⁹⁵ DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: 2.ed., Alfa-Ômega, 1977, p. 90-92.

¹⁹⁶ *Anotações dos Cadernos de Abílio de Nequete feitas por Silvia Petersen*. Datilografado. s/d apud BARTZ, Frederico Duarte. *O horizonte... op. cit.* Silvia Petersen (“*Que a União Operária... op. cit.*”, p. 371), com base em seus apontamentos dos cadernos de Abílio de Nequete, também faz breve referência à visita de um emissário de *A Plebe* ao militante de origem síria para levantar um movimento grevista revolucionário nas cidades de Pelotas e Rio Grande, que não aconteceria.

¹⁹⁷ DIAS, Everardo. *História... op. cit.*, p. 90-92.

¹⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 91.

*preparada se atirasse à greve antes do tempo fixado*¹⁹⁹, permitindo a ação firme da repressão, que estava atenta aos movimentos subversivos desde o vulto alcançado em 1917.

Gigi Damiani, por sua vez, imputou o fracasso do dito movimento ao acidente que redundou na explosão de uma bomba na casa de José Prol, no bairro do Brás, em São Paulo, no dia 19 de outubro. A explosão matou quatro pessoas, todas elas militantes, e feriu a esposa e os dois filhos do dono da casa. Diante das acusações da polícia de que os mortos preparavam bombas a ser utilizadas em uma insurreição revolucionária, a reação dos anarquistas à época foi de negá-las e ainda levantar a suspeita de que as bombas teriam sido “plantadas” pela própria polícia, para justificar uma ampla repressão aos movimentos grevistas e uma violenta caça aos anarquistas. Porém, em brevíssimo relato feito posteriormente, Gigi Damiani admite que as desconfianças da polícia estavam corretas:

*“O movimento deveria começar em São Paulo, mas uma noite... um camarada que transportava uma bomba se dirigiu a uma casa... que guardava outras armas e todo um arsenal de que nos serviríamos, quando, não se sabe como, a bomba explodiu, matando quatro pessoas... Foi um verdadeiro desastre para os companheiros que encontraram a morte e para a organização do movimento em curso. Aquela explosão mostrou às autoridades onde e como nós estávamos nos preparando. De fato, a polícia, alerta, iniciou uma campanha de perseguição e prisão que acabou com tudo.”*²⁰⁰

Embora os registros acerca dos planos deste segundo levante sejam escassos²⁰¹, contraditórios e praticamente ignorados pela historiografia, é plausível considerar que houvesse um plano de ação revolucionária, como o faz Bartz, apesar dos exageros propalados pelos partidários da reação. Havia uma percepção generalizada, tanto por parte dos militantes anarquistas, assim como de outras correntes políticas, e até mesmo

¹⁹⁹ Idem, ibidem, p. 91. A mim, permanece sendo um enigma o local e a data da “precipitação” que teria redundado no fracasso de todo o movimento revolucionário planejado. Por meros termos de especulação, em outubro de 1919, mês em que teria ocorrido a visita do emissário de *A Plebe* a Nequete, deflagrou-se, no dia 16, a greve dos motorneiros dos bondes de Santos, empregados da City Improvements Company, e, no dia 23, dos empregados motorneiros da Cia. Light and Power.

²⁰⁰ FEDELI, Ugo. *Gigi Damiani: Note biografiche: Il suo posto nell'anarchismo*. Casena: Edizione ‘L’Antistato’, 1954, p. 27-28 *apud* DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 98.

²⁰¹ É curioso que, com exceção às fontes já referidas, todo o material que trata do período e da insurreição de 1918 não traz nenhuma informação sobre os planos de 1919, nem mesmo as obras de Edgar Rodrigues e de Edgard Leuenroth.

das forças conservadoras, de que um movimento revolucionário, de caráter popular, impulsionado pelo movimento operário, poderia eclodir no país, a exemplo da Rússia.

Este temor se manifestou, por exemplo, nos discursos da Câmara dos Deputados, e foi utilizado tanto pelas alas trabalhistas, como pelos membros do PRP, que discutiam a necessidade de se implementar no Brasil uma legislação que regulamentasse a relação capital/trabalho, a fim de fornecer melhorias à condição operária e amenizar os conflitos que poderiam ameaçar a ordem estabelecida. Ao lado desses debates, sobre a pertinência e eficácia dos efeitos de uma legislação trabalhista, instalaram-se instrumentos jurídicos para endurecer a repressão, particularmente com a revisão da lei Adolpho Gordo, proposta pelo próprio deputado para facilitar a expulsão de “agitadores estrangeiros”.

Além das intencões já referidas, o peso da influência soviética entre os anarquistas do Brasil fez com que eles procurassem desenvolver outros modelos organizativos que pudessem fortalecer e articular seus esforços comuns para além da experiência sindicalista, que continuaria a ser o principal instrumento de luta. Em 9 de março, foi fundado um Partido Comunista do Brasil (PCBA), e em junho eram lançados os “*Princípios e fins do Partido Comunista-Anarquista*”²⁰², apresentados por José Oiticica na Conferência Comunista, que ocorrera no Rio de Janeiro sob intervenção da polícia, que o dissolveu rapidamente²⁰³. Este plano, em que se externavam a percepção dos anarquistas quanto às bases da sociedade futura pela qual lutavam, considerava alguns direitos fundamentais que não poderiam ser usurpados por ninguém ou por nenhuma instituição. Por isso, entre seus “*princípios teóricos*” e suas “*previsões práticas*”, estipulava-se os valores concernentes aos direitos absolutos de cada indivíduo, que só poderiam ser exercitados em sua plenitude no estágio comunista, entendido como sinônimo de anarquia:

²⁰² OITICICA, José. Princípios e fins do Partido Comunista-Anarquista - Apresentado pelo camarada José Oiticica na conferência comunista, reunida no Rio de Janeiro em Junho de 1919. Rio de Janeiro, 1919. Afora esta e outras pouquíssimas referências, a nomenclatura usual das fontes exclui o termo “anarquista”. No entanto, daqui por diante, será utilizada a sigla PCBA para evitar confusão com o PCB surgido em 1922.

²⁰³ OITICICA, José. Princípios e fins do Partido Comunista-Anarquista - Apresentado pelo camarada José Oiticica na conferência comunista, reunida no Rio de Janeiro em Junho de 1919. Rio de Janeiro, 1919, p. 17; UNIÃO MAXIMALISTA. Boletim Protesto da União Maximalista perante a classe trabalhadora do Estado, pela inqualificável violência praticada pelo chefe de polícia do Rio de Janeiro, com tácita aprovação do governo da República, contra o “Partido Comunista Brasileiro”. Porto Alegre, jun. 1919 (panfleto).

“XI – Todo indivíduo tem direito à porção de energia cósmica suficiente para manter-se com o maior conforto possível, enquanto viver, sem prejuízo do conforto alheio. Para isso deve concorrer com o máximo de trabalho útil exigido pela sociedade. (...)”

XXVII – Todo indivíduo tem direito de expor seus pensamentos e crenças, associar-se para fins recreativos, científicos, artísticos ou religiosos, desde que evite a agiotagem. (...)”

XLII – Só tem direito aos produtos sociais quem trabalha, salvo os naturalmente incapazes. (...)”

XXXI – Todo trabalhador tem direito a férias, que será regulado conforme o permitirem as necessidades coletivas.”

Para se concretizarem esses direitos, apenas a via da revolução era possível. A função do PCBA, diferentemente da perspectiva de dirigir centralizadamente o processo revolucionário, exemplificada pelos bolcheviques, era de propaganda do ideal anarquista (entendido aqui como comunista, pela vinculação que faziam com o “anarco-comunismo”), e, evidentemente, ser um elemento de articulação, de organicidade entre os militantes que diziam-se revolucionários no país.

O que nos interessa aqui é verificar como os anarquistas perceberam os limites da estratégia sindical nesse contexto e a necessidade de se formar uma frente unificada de ação em termos nacionais, tal qual propunha o PCBA. Este partido já era uma tentativa de organizar para além dos limites do sindicalismo, da luta por direitos imediatos para a luta efetiva pelo direito à vida. Por certo, era inspirado na Revolução Russa, mas a idéia de partido entre os anarquistas não é algo novo. Malatesta passou praticamente toda a sua vida de militante esforçando-se por formar um partido anarquista na Itália, sem nenhuma conotação eleitoral, ao contrário, apenas para congregar esforços em torno de uma organização estável – mas foi amplamente combatido pelas tendências individualistas²⁰⁴. Para tanto, coloca-se novamente a questão da validade de união de forças, no entanto em termos diferentes do sindicalismo assumido até então, que, como vimos no primeiro capítulo, possibilitou a penetração e controle dos anarquistas em muitas associações e federações sindicais, mas, ao mesmo tempo, limitou a propaganda. O afã revolucionário necessitava que a divulgação do ideal deixasse para trás sua forma difusa, concentrada em círculos de estudos sociais e de propaganda anarquista, para assumir uma forma conjunta, um plano de ação que não fosse residual, restrito a esta ou aquela localidade ou estado,

²⁰⁴ ARUFFO, Alessandro. *Breve storia degli anarchici italiani: 1870-1970*. Roma: Datanews, 2006.

para ultrapassar as fronteiras políticas do país. Neste sentido, não era mais suficiente a união de forças apenas no sindicalismo, no processo de constituição dos laços de solidariedade e coesão que permitissem que os operários passassem a ver a si próprios como integrantes de uma classe. Passava-se a avaliar que a união de forças políticas revolucionárias era importante também fora dos meios sindicais, como coordenadores de um processo de transformação radical.

Contudo, a forte repressão que se abateu no país, especialmente após a greve geral de São Paulo de 1919, e a explosão de uma bomba durante a greve geral de Porto Alegre no mesmo ano, trouxe novas dificuldades de articulação revolucionária e a renovação de dúvidas sobre os métodos de ação. Em meio às turbulências das greves que pululavam em muitas cidades do país, a questão acerca do sindicalismo como usual instrumento de luta revolucionária, passa a ser novamente posta em pauta entre os anarquistas, a fim de que confluíssem em um movimento revolucionário. Para reunir esforços, realizaram-se congressos operários estaduais em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, sendo que a Liga Operária de Campinas teve pelo menos a intenção de fazer o mesmo para o estado de São Paulo e a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, “*como trabalho de coordenação geral desses esforços regionais*”, resolveu convocar o 3º Congresso Operário Brasileiro, para tratar, “*entre outros graves problemas da hora*”, da reorganização da COB²⁰⁵.

Antes de adentrar na análise do significado do congresso, cabe apresentar algumas discussões prévias acerca do impacto da Revolução Russa entre os anarquistas brasileiros e os limites em que se deram os debates internos.

PRIMEIRAS CRÍTICAS AO BOLCHEVISMO: DITADURA DO PROLETARIADO OU ANARQUISMO?

Afirmar que a Revolução Russa teve forte impacto no Brasil, ao estimular os anarquistas brasileiros a avaliarem que a agitação operária daqueles anos poderia ser convertida de uma luta por direitos e conquistas imediatas em uma luta efetivamente revolucionária, não significa dizer que os anarquistas tenham apoiado acriticamente o desenrolar do processo em curso sem fazer um exame de como eles estariam de acordo com a concretização de seu ideal.

²⁰⁵ Congressos Operários. *Spártacus*. Rio de Janeiro, ano I, n. 11, 11 out. 1919, p. 3.

É usual falar-se que os anarquistas brasileiros, tais quais em muitas outras partes do mundo, viveram entre 1917 e 1920 um estado de certa confusão ideológica ao avaliarem que a Revolução Russa seria uma revolução libertária. É verdade que a veiculação de notícias de rebelião popular, greves e revoluções logo sofria certa apropriação por parte dos anarquistas para sua propaganda, reputando-lhes algum caráter político-ideológico anarquista (muitas vezes propagado como “instinto” comum a todos os homens) que muitas vezes não possuíam. Fora assim com a Revolução Mexicana, por exemplo, alguns anos antes.

Num primeiro momento, portanto, ao saberem que na Rússia se efetivava uma verdadeira revolução que expropriava a propriedade privada dos meios de produção, tornando-a coletiva, sob o controle dos soviets, os anarquistas do Brasil, como os de todo o mundo, acreditaram se tratar de um importantíssimo passo em direção à realização de suas aspirações, o início da Revolução Social que instituiria finalmente a Anarquia em todo o mundo, e estava em processo de expansão, como se verificava nos combates na Hungria, na Romênia, na Polônia e na Alemanha.

Porém, mesmo sendo influente o pensamento de viés automatista e natural-evolucionista, como o de Kropotkine e de Elisée Réclus, sobre a inevitabilidade da revolução anarquista, o movimento libertário, de modo geral, assim como esse autores, sabia que a convergência de um movimento revolucionário em relação ao ideal dependia da ação voluntarista e consciente, pois as opções de rumos a serem seguidos poderiam ser variadas e contrárias.

De maneira geral, no Brasil e no mundo, a posição dos anarquistas até o fim de 1921 foi efetivamente de defesa da Revolução Russa. A concretização de uma “pátria dos trabalhadores” vinha finalmente provar, contra todo o ceticismo reinante, suas convicções sobre a possibilidade de destruição da ordem existente e construção de uma nova por obra e controle dos operários e camponeses. E, circunstancialmente, tal qual propugnavam desde antes da eclosão da conflagração de 1914, provava a todos os céticos e adversários que os trabalhadores poderiam se erguer diante de um quadro de miséria aprofundado pela guerra. Assim, o sentido do apoio à revolução em curso não se limitava apenas à solidariedade e aos melhores desejos aos habitantes da longínqua Rússia e dos países próximos. Era uma prova da viabilidade da revolução emancipadora de toda a humanidade, gerida e comandada pelos trabalhadores. Se o anarquismo não era a corrente predominante, a anarquia nasceria com o passar do

tempo, fruto da insistente e incansável militância de seus partidários, vencendo, pelo convencimento e pela razão e não pela força do autoritarismo, as correntes revolucionárias adeptas do estatismo.

É nesse sentido que os anarquistas vislumbravam, tal qual na Rússia, a constituição de alianças com outras correntes políticas que se diziam propugnadoras de uma sociedade nova. Deste modo, por exemplo, Gigi Damiani, motivado pela notícia do ressurgimento do jornal do Partido Socialista de São Paulo, escrevia, em março de 1919, sobre a necessidade de união de forças e de que maneira isso seria conveniente para os próprios anarquistas, na medida em que sua própria propaganda teria mais eficiência por estar menos difusa. O texto não é claro sobre como concretizar essa união, contudo, é significativo sobre as críticas que este militante fazia sobre o isolamento e “pureza” do anarquismo, que pôde se manter livre de acusações de ter falhado, muitas vezes, por não ter feito. Mas, o mais importante, é exemplar quanto à avaliação de que a hora de uma sublevação revolucionária estava próxima e precisava ser desencadeada conforme inspiração vinda da Rússia:

“Será possível a concentração de todas as forças proletárias para um fim único de imediato alcance?”

Anarquistas, socialistas, sindicalistas poderão constituir um único organismo revolucionário sem que haja na luta dispersão de energias ou esforço contraditório?

Ontem teríamos respondido: não! Um ‘não’ seco, conciso, brutal. Divididos pelas divergências doutrinárias e diferenciados essencialmente pelos métodos de luta, os elementos da vanguarda, nas contendas sociais, neutralizavam seus esforços, falando às multidões linguagem diversa, exagerando num ou noutro sentido.

Para os socialistas, apegados a uma paradoxal interpretação do dogma marxista, não havia outro caminho de redenção para a plebe senão o traçado pelo evolucionismo, que, por uma curiosa ilação, não podia ser outra coisa senão o parlamentarismo (...).

Os sindicalistas, por sua vez, tendo posto, no começo, a política fora da porta das associações de classe, recusando-se a servir de veículo aos manejos eleitorais, recusavam-se também a firmar um programa político e econômico que ultrapassasse o seu reformismo proletário, que se conservava simples reformismo, mesmo quando apelava para a ação direta.

Enquanto isso, nós, os anarquistas, permanecemos bem encerrados na nossa ‘torre de marfim’, e se alguém de lá saía, o fazia para falar ao povo como falava Zaratrusta ou para regressar ao mundo burguês valorizado como subversivo...

Eu não sei se a nossa intransigência foi sempre oportuna; sei, porém, que ela nos livrou de muitas desilusões. Penso, entretanto, que uma mais exata visão da vida real nos teria poupado um considerável dispêndio de preciosas energias empregadas em futilidades transcendentais. (...)

Os partidos de vanguarda, em todo o mundo, estão, por isso, se aproximando, impelidos pela vontade proletária. As tendências reformistas tornam ao seio da grande mãe barregã – a democracia burguesa, porque as multidões operárias querem apressar-se à conquista da história e não prestam mais ouvidos às sereias do pouco a pouco eterno e insubstancial.

Será, pois, possível, a concentração de todas as forças proletárias que professam um ideal de reivindicações sociais?

Sim, é possível, desde que não haja equívocos.

Ontem era lícito discutir sobre parlamentarismo, salários mínimos, propaganda pelo fato, ação direta e insurrecionalismo...

Hoje o problema é bem diverso.

Passou-se a época dos discursos e chegou a hora dos fatos. (...)

Agora, o dilema que nos apresenta a débâcle da sociedade burguesa é este: pelo socialismo ou contra o socialismo.

Anarquistas, socialistas, sindicalistas somos todos pela socialização imediata da propriedade. (...)

Resta ver de que meios uns e outros teremos de nos servir para estabelecer essa socialização da propriedade no dia após a revolução triunfante.

Portanto, será bom que a concentração, possível e útil, não chegue à eliminação dos partidos.

O anarquismo, no movimento socialista e mesmo no seio da sociedade atual, representou uma força propulsora, mesmo na sua parte negativa. O anarquismo é dinamismo social. Foi-o ontem, e sê-lo-á amanhã, mesmo vigorando a república dos soviets...

Isto não impede que hoje nos irmanemos, anarquistas, socialistas e sindicalistas para fazer a revolução e socializar a propriedade... Depois... se o carro parar... nós continuaremos a impeli-lo para a frente.”²⁰⁶

A divisão entre “autoritários” e “libertários”, cindidos desde o fim da I Associação Internacional dos Trabalhadores, era, obviamente, conhecida entre os anarquistas do Brasil, ao menos entre os mais conscientes de sua posição ideológica. Por outro lado, é comum serem encontradas no material de propaganda anarquista brasileiro até 1921, pelo menos, diversas referências a Marx, transcrições de textos de

²⁰⁶DAMIANI, Gigi (Luigi). Problemas da atualidade – Pela concentração dos partidos proletários. *A Plebe*, ano II, n.6, 29 mar. 1919, p. 4.

Lênin e Trotsky e artigos sobre suas personalidades, tratados como verdadeiros revolucionários, aliados confiáveis, embora não fossem anarquistas. Mas como condenar os adeptos do marxismo se naquele momento eles mostravam-se verdadeiros revolucionários? Ambas as facções estavam aliadas contra os inimigos comuns, que incluíam não apenas os tradicionais adversários, capitalistas, clero, Estado, mas também os reformistas social-democratas que desviavam os trabalhadores de seu destino revolucionário. Naquelas circunstâncias, ambas as correntes se redimiam e se locupletavam na primeira revolução socialista com reais chances de concretização²⁰⁷, especialmente num momento de imperiosa necessidade de defesa contra os ataques contra-revolucionários impetrados pelas potências da Entente.

A “ditadura do proletariado” prevista e defendida pelos “autoritários” foi defendida por libertários de todo o mundo diante das ameaças da reação. A sobrevivência da revolução dependia inevitavelmente de um exército e de um controle central para promover estratégias de defesa. Diante de tal quadro, nenhum anarquista do mundo ousou questionar o uso de aparelhos de Estado enquanto a Revolução se expandia e resistia às investidas reacionárias. Contudo, pouco a pouco os anarquistas tiveram que se defrontar com o dilema de apoiar uma “ditadura”, tema esse que ocupou espaço em diversas publicações com grandes exercícios retóricos para construir coerência entre suas antigas convicções e a nova realidade imposta pelos fatos.

De toda forma, o surgimento do debate nesses jornais paulistas em torno da “ditadura do proletariado” em implantação na Rússia, ainda no início do ano de 1919, nos sugere que os anarquistas brasileiros acompanhavam os desdobramentos da revolução e as questões contraditórias que suscitavam. Outros textos do mesmo ano, escritos por militantes do Brasil e veiculados na imprensa operária nacional, dão sinais da preocupação em apoiar um regime que se dizia ditatorial. Em um deles, por exemplo, Isidoro Augusto testemunha a multiplicidade de posições a respeito do que seja a “ditadura do proletariado” em vigor na Rússia e afirma ser ela “*mais anarquista*

²⁰⁷ Apenas a título de exemplo, uma breve passagem que sintetiza a idéia presente entre os militantes brasileiros, de que se vivia uma era de união, ainda que não seria eterna, entre as duas tendências revolucionárias: “*Sou desordeiro e doido, porque leio Kropotkine, inspiro-me nas páginas maravilhosas de Bakunine e de Carlos Marx e admiro a obra de Lenine na Rússia*”. GERAES, Antonio. A essa boa gente brasileira. *Spártacus*. Rio de Janeiro, ano I, n. 5, 30 ago. 1919, p. 4.

do que marxista”²⁰⁸. Para o autor, o teor pejorativo da expressão “ditadura” provinha das forças reacionárias, dentre elas a grande imprensa brasileira²⁰⁹, com o objetivo explícito de combater o significado da revolução e embaçar qualquer estímulo que pudesse gerar em terras sul-americanas.

Porém, a preocupação acerca de se apoiar um regime estatal, pouco importando o adjetivo ditadura, acabou por manifestar-se ainda no início de 1919 na imprensa controlada pelos anarquistas. Um dos primeiros registros críticos publicizados por anarquistas brasileiros encontra-se no primeiro número para o ano de 1919 de *A Plebe*. Na verdade, este exemplar não foi consultado, mas sabe-se desse registro pelo que se depreende da leitura de uma carta de um leitor, datada de 8 de março de 1919 e enviada à redação do hebdomadário em língua italiana *Alba Rossa*. O autor diz estar confuso após a leitura dos artigos de ambos os jornais, publicados no mesmo dia 22 de fevereiro²¹⁰. A sua carta expõe um aspecto do contraditório existente entre anarquistas de São Paulo, e solicitava aos redatores de *Alba Rossa*, que se esclarecessem os pontos de vista, pois “o povo precisa afirmar-se em conceitos seguros. E vocês não devem esquecer a responsabilidade moral que lhes incumbe” como redatores de um jornal de propaganda. Segundo o autor da carta, no periódico em língua italiana se fazia uma apologia à ditadura do proletariado, sendo esta “uma força social executiva, mas não o Estado conservador”, uma vez que “os comissariados são ofícios de direção, mas não constituem ministério”. Mesmo tratando-se de um período específico, que “à medida que a vida social se normaliza” tende a “espoliar-se”, o leitor aponta que em *A Plebe* consta a notícia da recusa da “maioria dos anarquistas italianos (...) a prestar seu apoio a um movimento maximalista”, uma vez que consideram que “a ditadura é exclusivista e opressora”. Por isso, defendem sua derrubada e, em seu lugar, “a constituição de Comunas Libertárias”²¹¹.

²⁰⁸ AUGUSTO, Isidoro. Em torno das ditaduras. *Spártacus*. Rio de Janeiro, ano I, n. 20, 13 dez. 1919, p. 1.

²⁰⁹ PAVEL, Alex [pseudônimo de Astrojildo Pereira]. *A Revolução Russa e a imprensa*. Rio de Janeiro: s/e, 1918. Opúsculos ASMOB 172, 01, 3. Trata-se de um folheto cujo conteúdo consistia em uma reunião de cartas enviadas pelo autor a diversos jornais, escritas entre 25 de novembro de 1917 e 4 de fevereiro de 1918, em resposta às notícias por eles divulgadas. Não esquecer, por sua vez, que Astrojildo abandonaria o anarquismo e fundaria o PCB em 1922.

²¹⁰ Dittatura proletaria o Comune Libertaria? Appunti interessanti e doverosi. *Alba Rossa – Periodico Settimanale Libertario*. São Paulo, ano I, n. 7, 8 mar. 1919, p. 1. Não consultei o referido artigo da paulistana *A Plebe*, mas teria sido publicado em seu n. 1, também de 22 fev. 1919. Já o do jornal em língua italiana, seria: La Rivoluzione Sociale è inevitabile e... inevitabilmente anarchica! *Alba Rossa – Periodico Settimanale Libertario*. São Paulo, ano I, n. 5, 22 fev. 1919, p. 1.

²¹¹ Idem, *ibidem*.

Imediatamente a seguir, o grupo *Alba Rossa* responde inexistir confusão da parte deles, senão de seus colegas de *A Plebe*, uma vez que a ditadura do proletariado não era mais do que um meio para se garantir a efetivação das Comunas Libertárias. Depois de explicar sua posição, a redação solicitava *A Plebe*, que redigissem seus textos com mais cuidado e fossem “*mais reflexivos, antes de lançar os seus mesquinhos anátemas*”²¹².

Infelizmente, os números de *A Plebe* que consultei para o ano de 1919 iniciam somente a partir de seu sexto número, de 29 de março, e não há mais qualquer referência ao que poderíamos considerar uma provocação de *Alba Rossa*. De outra parte, parece-me claro que este conflito entre os grupos editores e colaboradores destas duas publicações não se exacerbou em uma clivagem definitiva, apesar dos tons ásperos. Tanto é assim, que uma recomenda a leitura da outra, chegando ao ponto de *Alba Rossa* cessar sua publicação periódica, que enfrentava algumas dificuldades para sair semanalmente, para apoiar a publicação diária de *A Plebe*, solicitando apenas que esta aumentasse o espaço dedicado à sua seção em italiano²¹³. No periódico em italiano as manifestações de apoio ao desenrolar da revolução são mais explícitas, pois é, de longe, o tema mais presente em suas páginas, enquanto em *A Plebe* as referências à revolução dos soviets são igualmente elogiosas, embora em menor volume. De todo o modo, para o ano de 1919 já é possível perceber no material de propaganda anarquista as divergências internas em relação aos encaminhamentos da Revolução Russa.

Essa discussão seria retomada pouco mais tarde, em um primeiro esboço de definição de posição política e de projeção de uma nova sociedade almejada pelos anarquistas. Trata-se do texto de Edgard Leuenroth e Hélio Negro (pseudônimo do gráfico anarquista Antonio Duarte Candeias) *O que é o maximismo ou o bolchevismo?*²¹⁴, escrito às pressas, em três serões para que fosse distribuído a tempo das manifestações paulistas do 1º de Maio de 1919. O significado histórico deste documento consiste no fato de seu conteúdo ser o esboço mais detalhado produzido no Brasil sobre a sua concepção do funcionamento da sociedade futura, apesar das ressalvas feitas pelos autores, de eventuais fragilidades e contradições do texto ocasionadas pela falta de condições ideais para a produção de um texto com tais

²¹² Dittatura proletaria o Comune Libertaria? Appunti interessanti e doverosi. *Alba Rossa – Periodico Settimanale Libertario*. São Paulo, ano I, n. 7, 8 mar. 1919, p. 1.

²¹³ Ai nostri lettori. *Alba Rossa – Periodico Libertario*. São Paulo, ano I, n. 22, 13 out. 1919, p. 1.

²¹⁴ LEUENROTH, Edgard e NEGRO, Hélio. *O que é o maxismo ou o bolchevismo: programa comunista*. São Paulo: Editora Semente, s./d. (Edição original de 1919).

pretensões. Amplamente recomendado pela imprensa anarquista e sindicalista da época, nele está estabelecida a projeção de uma organização social sem Estado, baseada “*no mais largo federalismo*” e nas liberdades individuais. Tratava-se de uma Confederação de Comunas Livres, repudiando, como inimigo irreconcilável do comunismo libertário, tanto o coletivismo quanto o socialismo de Estado, por criar “*inevitavelmente os privilégios burocratas*”²¹⁵. A base desta sociedade seriam os “*sindicatos comunais de ofícios ou profissões*”, reunidos, a seguir, em uma “*federação comunal desses sindicatos*” (para a divisão territorial das futuras Comunas Livres poderiam ser aproveitados os limites territoriais dos municípios já existentes). Para manter todas as federações em permanente relação entre si, existiria uma Confederação Geral do Trabalho sem poderes de ingerência ou intervenção. Os interesses gerais seriam tratados em Congressos do Trabalho, que viriam a ser “*assembléias temporárias, compostas dos delegados de todas as associações da ‘Federação das Comunas Livres do Brasil’*”²¹⁶. Quanto às decisões envolvendo questões de interesse da população comunal, formar-se-iam Conselhos Comunais e Comissariados do Povo, cujas discussões ficariam a encargo dos representantes dos centros de trabalho e agremiações locais, e se criariam Comissões Executivas específicas para executar as deliberações coletivas²¹⁷.

Apesar do título sugerir uma resposta ao que seria o “*maxismo ou bolchevismo*”, o texto não se detém propriamente à análise dos eventos na Rússia, mas se preocupa em apresentar um programa para a construção de uma nova ordem, tentando provar, na primeira parte, aos céticos e à reação, que ele é viável. A única menção ao bolchevismo limita-se às duas primeiras páginas, para dizer que é sinônimo de “*maximismo*”, “*adeptos do programa máximo do partido socialista*”²¹⁸. No mais, baseado no art. 9 do capítulo V da Constituição em vigor, aprovada em janeiro de 1918, diz que a Rússia vivia “*um período de transição social*” sob o controle dos Conselhos (os Soviets), formados por trabalhadores (operários e camponeses) e soldados.

²¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 22-23.

²¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 33-34.

²¹⁷ Para detalhes específicos das atribuições e das normas de funcionamento das Federações Corporativas, dos Conselhos Comunais e dos Comissariados do Povo, e suas respectivas Comissões Executivas, ver Idem, *ibidem*, p. 52-56.

²¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 7. Dizem os autores que os termos “*bolcheviquismo*” e “*maximalismo*”, muito freqüentes à época, são anglicismos idiotas.

É interessante que mesmo carregando uma evidente influência da Revolução Russa, e admitindo vigorar um regime de transição, em virtude da necessidade de defesa (executada, segundo os autores, pelos trabalhadores que receberam carabinas para este fim), nota-se a ausência da expressão “ditadura do proletariado”. Tal qual a notícia veiculada em *A Plebe*, de 22 de fevereiro de 1919, sobre as ressalvas dos anarquistas italianos, projeta o futuro em termos de um Federalismo sem Estado de Comunas Livres, de acordo com o ideal do *Socialismo ou Comunismo libertário*. Um federalismo, aliás, muito próximo ao que tentavam executar nas organizações operárias desde 1906.

Portanto, parece-me lícito considerar que já no ano de 1919, a despeito do silêncio e das declarações de apoio incondicional ao avanço da Revolução Russa, muitos anarquistas do Brasil conheciam as contradições entre o seu ideal e o processo em curso. Entretanto, preferiram silenciar ou pelo menos não exacerbar as tensões a ponto de chegar à incompatibilidade, pois eram francamente favoráveis à revolução em curso, sabiam das dificuldades e acreditavam na reversão do quadro político após a vitória contra-bélica.

Existem vestígios desse comportamento entre anarquistas de todo o mundo de amenizar estrategicamente as críticas para não arriscarem contribuir em uma inferência negativa à revolução. Ainda que sejam declarações posteriores, quando as posições já estavam definidas pelo antagonismo irreconciliável, e todo o passado pode ser revisto à luz do presente, as avaliações dão conta de que as desconfianças existiam, ainda que não fossem divulgadas. É assim que o conhecido anarquista alemão Rudolf Rocker, em 1921, lamentou a traição dos soviets pelos bolcheviques:

“A imprensa anarquista e sindicalista esforçou-se particularmente para observar uma grande contenção em sua crítica às idéias bolchevistas, para não levar água aos moinhos da contra-revolução. Muitas notícias que nos chegavam, muitas medidas do governo soviético que pensávamos ser fatais ao desenvolvimento da Revolução, foram silenciadas, pois dizíamos a nós mesmos que não era o momento de criticar. Cada um de nós ressentia toda a força das enormes dificuldades que se acumulavam na Rússia e ameaçavam o curso dos acontecimentos revolucionários. Também dizíamos a nós mesmos que é mais fácil formular críticas do que melhorar as coisas, e foi esse sentimento instintivo de responsabilidade que fez com que muitos de nós se calassem em uma época em que a Rússia, sangrando por mil ferimentos, devia combater por seu destino. Mas foi justamente

essa posição difícil, a que a irresistível pressão das circunstâncias empurrou todas as tendências não-bolcheviques do movimento socialista em geral, que deu aos partidários sem escrúpulos do bolchevismo a possibilidade de difamar como contra-revolucionários todos aqueles que seguiam uma outra via e não queriam dobrar-se a seu diktat.”²¹⁹

Do mesmo modo, no Brasil, em conferência realizada na Liga Operária de Construção Civil, de Niterói, Fábio Luz consente, enfim, em considerar “*propício o momento*” de responder às perguntas feitas pelo público em torno da díade “*Maximalismo e Anarquismo*”. Isso seria somente a em 4 de dezembro de 1921, quando Astrojildo Pereira anunciara, em novembro, sua decisão de formar o PCB:

“A República Maximalista, bolchevista, marxista ou dos soviets prepara o terreno para o estabelecimento de um regime social anárquico?...

Ouso afirmar que não. E aproveito a oportunidade para responder de público as perguntas que me fizeram e que não julguei propício o momento de responder.

O anarquismo quer a abolição completa do Estado e o Estado bolchevista é a hipertrofia desta nefasta instituição. O Estado maximalista é absorvente; é ditatorial, escravizador, único, centralizador e onipotente.”²²⁰

A relutância em somente manifestar em público um veredicto negativo ao julgar o caráter da orientação conferida à Revolução Russa pelos bolcheviques é compreensível. Os conflitos entre as correntes revolucionárias poderia pôr em risco toda a construção revolucionária – além do, visto teleologicamente, condenar politicamente o anarquismo ao ostracismo. Por ambas as razões, mesmo depois que as posições já estavam definidas, os anarquistas tentaram desenvolver atividades em que tivesse espaço para a discussão entre todas as tendências quanto às estratégias do movimento operário revolucionário internacional.

Portanto, em 1919, tal qual no ano anterior, predomina na imprensa operária a defesa da Revolução Russa, vista como a etapa inicial para a grande Revolução Social que libertaria a humanidade para a anarquia, embora já existam ressalvas. O que estava em questão naquele momento não era discutir propriamente o caráter da Revolução Russa, até mesmo porque muitos acreditavam que ela poderia desembocar em uma

²¹⁹ ROCKER, Rudolf. *Os soviétes traídos pelos bolcheviques*. São Paulo: Hedra, 2007, p. 31-32. (Edição original, 1921).

²²⁰ LUZ, Fábio. Maximalismo e anarquismo. *O Libertário – Edição da ‘Aliança Anarquista’*. São Paulo, ano I, n. 1, 1 jan. 1922, p. 2-3.

revolução anarquista de fato, o que implicava dizer a derrota de outras tendências tidas como autoritárias, por defenderem a conservação do Estado como meio de promover e garantir a permanência do movimento revolucionário. A principal questão continuava a ser como fazer com que no Brasil os trabalhadores tomassem parte deste movimento considerado universal; como passar da promoção do discurso, da difusão de idéias, das palavras de ordem e partir para a ação prática e eficaz, uma ação que contasse com o apoio substancial dos trabalhadores, um movimento político e social sólido que transformasse radicalmente a ordem existente. E, para o que interessa especificamente à questão da revolução no Brasil, os anarquistas voltaram a discutir a questão da prática sindicalista no 3º Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1920, no Rio de Janeiro.

No entanto, para compreender melhor quais questões nortearam a necessidade de se formular redes de organizações operárias mais eficientes do que as que se construíram até então, passa-se a ver o quadro dos debates prévios ao congresso nacional, para compreender as tônicas dos debates e o tensionamento de posições revolucionárias verificadas ali.

O CONGRESSO OPERÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL, DE 1920

Cerca de um mês antes do 3º Congresso Operário Brasileiro, reuniram-se em congresso estadual realizado entre os dias 21 a 25 de março de 1920, em Porto Alegre, representantes de trinta associações operárias de diversas cidades do Rio Grande do Sul. Esta reunião, organizada pela FORGS, estava sendo planejada desde pelo menos o mês de junho de 1919²²¹, inicialmente prevista para ocorrer em 14 de julho do mesmo ano. Mas as primeiras chamadas parecem não ter sensibilizado muitas associações do interior, pois a comissão organizadora do congresso lamentou a falta de resposta ao chamado²²², ao que parece causada por uma percepção das lideranças do interior de que a chamada tinha sido feita em prazo muito curto, não sendo possível mobilizar suas associações a tempo de participar do evento²²³. Por isso, ele foi adiado pelo

²²¹ Congresso Operário Regional - Às associações Operárias do Rio Grande do Sul. *O Sindicalista – Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano I, n. 4, 17 Jun. 1919, p. 2.

²²² III Circular *O Sindicalista – Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano I, n. 5, 11 Jul. 1919, p. 2.

²²³ Congresso Operário Regional - A adesão das principais associações operárias do Estado. *O Sindicalista – Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano I, n. 6, 2 Ago. 1919, p. 2.

menos três vezes até se chegar à data de 5 de outubro, para, enfim, ser realizado em março do ano seguinte. Embora o silêncio das fontes não permita precisar os motivos para o novo adiamento de quase cinco meses, o atraso se deu, provavelmente, à causa da urgência exigida pelos conflitos grevistas e à repressão instalada a partir de setembro no estado.

Apesar do atraso, o chamado da FORGS permanecia estar diretamente relacionado com a avaliação de que as circunstâncias internacionais eram promissoras para que os movimentos operários gaúcho e brasileiro contribuíssem no processo de emancipação dos trabalhadores e de toda a humanidade, como salienta trecho de circular emitida pelo Comitê Pró-Congresso:

“Mormente no momento atual em que por todos os recantos do globo as classes produtoras estão a caminho de encontrar a única e desejada solução para o complexo problema social, insolúvel para as classes dirigentes, não é possível sermos indiferentes ao que se vai desenrolando em torno de nós.”²²⁴

Considerando que já estava programado o 3º Congresso Operário Brasileiro, o encontro estadual teve como primeiro tema de discussão a questão da *Organização* operária, tema presente e de destaque durante toda a história do movimento anarquista no Brasil, e que seria um tema central para a ruptura interna sofrida dois anos depois no movimento anarquista brasileiro.

Embora os detalhes da discussão entre os gaúchos sejam sucintos, é possível perceber que há divergências acerca dos métodos de ação entre os militantes, dentre eles Abílio de Nequete, que não era anarquista, e insatisfação geral com os resultados alcançados até aquele momento:

“O presidente entrega à discussão do Congresso a 1ª tese [apresentada pela Federação Operária de Pelotas: ‘Organização’: atribuições do sindicato à Federação, da Federação à Confederação e desta à Internacional]. Faz uso da palavra o seu relator, Alberto Lauro, esclarecendo o espírito da mesma. Abílio de Nequete apresenta um projeto de organização, provocando longos debates. O delegado dos gráficos [o anarquista Orlando Martins, do Sindicato Gráfico Comunista] faz várias considerações e apresenta uma proposta, retirando-a, em seguida, em virtude de explicações obtidas de Abílio de Nequete.

²²⁴ Congresso Operário Regional - Às associações Operárias do Rio Grande do Sul. *O Syndicalista* – Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ano I, n. 4, 17 Jun. 1919, p. 2.

Fala o representante da Federação Pelotense [Alberto Lauro] e alonga-se no estudo da organização operária, mostrando a necessidade de se seguir nova orientação.

O representante do Sindicato dos Sapateiros [Orlando de Araújo e Silva], numa longa e fundamentada oração, faz uma exposição do sindicalismo, dizendo aceitá-lo e que, se ele não tem dado melhores resultados, é por culpa dos próprios operários.

Fazem ainda uso da palavra os representantes dos alfaiates [Tacito Ferreira], dos pedreiros [Emílio Pereira], da U.T. de Bagé [Venâncio Pastorini ou Cecílio F. dos Santos] e do S.O.V. de Caxias [Adão Lucatelli].

A discussão dessa tese prolonga-se até as 19 ½ horas, sem se chegar a uma conclusão, o que prova o interesse dos congressistas em resolver com serenidade e consciência as questões suscitadas. Por fim, devido às opiniões desencontradas, o delegado de Pelotas propõe que seja nomeada uma comissão para dar parecer sobre o assunto, o que foi aprovado.”²²⁵

Infelizmente, não foi possível encontrar maiores informações a respeito das discussões em torno do tema da organização operária, tampouco do sexto dos oito temas previstos, “*a arma do sindicalismo*”²²⁶, e que deve ter sido discutido. De todo o modo, do vago trecho acima é possível depreender a tensão em torno da questão da organização e a crescente radicalização do discurso acerca da prática sindicalista que se observa desde 1917. Silvia Petersen, em seus apontamentos sobre os *Cadernos de Abílio de Nequete*, também concorda que a reunião foi muito mais tensa do que se pode depreender do vago e conciliatório trecho da ata. O domínio anarquista no evento lhe cassou a palavra no primeiro dia quando este “*propunha a adesão a Moscou*” (à III Internacional ou ao seu braço sindical, a Internacional Sindical Vermelha?) “*e os*

²²⁵ Congresso Operário Regional do Rio Grande do Sul realizado nos dias 21, 22, 23, 24 e 25 de março de 1920, em Porto Alegre. Relatório tirado do boletim diário publicado durante os seus trabalhos. *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*. São Paulo, ano I, n.º 1, ago. 1920, p. 21. Grifo meu.

²²⁶ O relatório constante no Boletim do 3º Congresso Operário Brasileiro finaliza na segunda sessão e diferencia-se brevemente à transcrição feita por Edgar Rodrigues (*Alvorada operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979, p. 39-47), em fonte não indicada pelo autor. De acordo com ele, estiveram em pauta os seguintes temas: “1º - Organização; 2º - Os delegados que devem representar o nosso operário no ‘3º Congresso Operário Brasileiro’; 3º - Diário (jornal de classe para o Estado); 4º - Qual deve ser a atitude do operariado em caso de guerra?; 5º - A jornada de 8 horas; 6º - A arma do sindicalismo; 7º - Os deportados; 8º - Diversos assuntos”. Em nota de rodapé (p. 44), ele justifica a decisão de não reproduzir a discussão de todas as teses tal qual consta no documento, “*devido à inconstância das resoluções*”; reprodução da transcrição de Rodrigues encontra-se também em PETERSEN, Silvia Regina Ferraz e LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; Tchê!, 1992, p. 225-233.

anarquistas à Internacional Anarquista”, retirando a proposta após sê-la duramente refutada na sessão seguinte e rompendo com a FORGS²²⁷.

Afora essa observação, não se tem à disposição da pesquisa o prometido parecer sobre o tema da organização. Contudo, a “*declaração de princípios aprovada pelo congresso*”²²⁸ indica uma concepção dos participantes do encontro que atribuíra à prática sindicalista um radicalismo explícito, especialmente no combate ao Estado. Tal qual na declaração de princípios dos outros congressos, refuta-se a intromissão de partidos políticos nos assuntos operários, mas, desta vez, de modo muito mais enfático combate-se o Estado, toda forma de governo e proclama-se abertamente a defesa do *socialismo* e do *comunismo*:

“(...) o Estado se torna o empecilho mais poderoso de todo o progresso e de todo o desenvolvimento cultural, passando a ser o mais formidável bastião das classes proprietárias contra os esforços libertários do povo operário.

Os sindicalistas (...) são adversários de qualquer administração monopolista. Eles aspiram à socialização das terras, dos instrumentos de trabalho, das matérias-primas e de todas as riquezas sociais, à reorganização de toda a vida econômica sobre a base de um comunismo livre, isto é, desprovido do que se chama o ‘Estado’ (...).

Partindo da convicção de que o socialismo, em última análise, é uma questão cultural e, como tal, só pode ser analisada de baixo para cima, pela atividade criadora do povo. Repelem os sindicalistas qualquer meio que conduza a uma chamada secularização, a qual só pode levar à pior forma de exploração, ao capitalismo administrativo, nunca, porém, ao socialismo.

Os sindicalistas nutrem a convicção de que a organização de uma ordem econômica socialista não pode ser regulada por decisões governamentais e decretos estaduais, mas sim, e unicamente, pelo concurso de todos os que trabalham, quer com a mente quer com os braços, em cada ramo especial de produção, assumindo os próprios produtores a administração de cada estabelecimento; e ramos de produção isolados se constituam em membros autônomos do organismo administrativo geral, aos quais caberá, no interesse da generalidade, a organização sistemática da produção total e de permuta geral, sobre a base de combinações recíprocas e desafrontadas.

Os sindicalistas são de opinião que os partidos políticos, seja qual for o círculo de idéias a que pertençam,

²²⁷ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Anotações dos cadernos de Abílio de Nequete*. Datilografado. s/d. apud BARTZ, Frederico Duarte.

²²⁸ Transcrita em RODRIGUES, Edgar. *Alvorada... op. cit.*, p. 44-47.

nunca serão capazes de realizar a reconstrução socialista. O sindicato tem de ser a célula geradora da organização administrativa socialista do futuro.

Como inimigos de toda e qualquer organização estatal, os sindicalistas repelem a chamada conquista do poder político, e vêem na eliminação radical de todo o poder político a primeira das condições preliminares para uma ordem social verdadeiramente socialista. A exploração do homem pelo homem se acha intimamente ligada à dominação do homem pelo homem, de maneira que o desaparecimento de uma dessas condições fatalmente conduziria ao desaparecimento da outra. (...)

*Sua missão [a dos sindicalistas] é educar espiritualmente as massas e congregá-las nas organizações econômicas de combate, para conduzi-las, por meio da ação econômica direta, que tem sua expressão mais elevada na greve geral social, para a luta que se há de travar pela libertação da humanidade do jugo da servidão e do moderno Estado dividido em classes”.*²²⁹

Não se deve esquecer que a declaração de princípios deste congresso estadual foi feita em um contexto em que, nos planos internacional, nacional e estadual preparavam-se ingerências do Estado para atenuar o conflito de classes em vistas de desviar o operariado da influência soviética. No plano internacional, ocorreu a Conferência de Washington, que contou com a participação de representantes enviados pelo governo brasileiro, para assinar um acordo da recém-formada Organização Internacional do Trabalho. No plano nacional, crescia a influência de deputados trabalhistas que, na Câmara dos Deputados, discutiam a pertinência de se elaborar um Código do Trabalho, o que implicaria numa ingerência direta do Estado na relação capital/trabalho, algo absolutamente abominado pelos anarquistas e sindicalistas revolucionários, de modo geral. Além disso, no ano anterior, a campanha presidencial de Rui Barbosa tentou angariar a simpatia do proletariado brasileiro, com promessas de resolver melhorar sua condição de vida e de trabalho²³⁰. E em termos regionais, mesmo que a FORGS tenha retornado à direção de lideranças anarquistas da dissidente União Geral dos Trabalhadores desde julho de 1918, o PRR e a oposição continuavam a tentar exercer alguma influência de estirpe paternalista sobre o movimento operário,

²²⁹ Declaração de princípios aprovada pelo Congresso, Porto Alegre, abr. 1920 *apud* RODRIGUES, Edgar. *Alvorada... op. cit.*, p. 44-47.

²³⁰ O discurso proferido pelo candidato Rui Barbosa no Rio de Janeiro, a 20 de março de 1919, tratando especificamente da questão social no Brasil encontra-se em BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil*. Rio de Janeiro: 2.ed., Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998. Ali se encontra o uso da expressão “Jeca Tatu” para designar o comportamento do eleitor pobre brasileiro, que seria combatida pelos anarquistas em sua imprensa.

enquanto em março de 1919 surgia um Partido Operário, que apoiou a candidatura de Rui Barbosa²³¹.

Se bem que no documento citado acima não existe referência direta a qualquer caso concreto, a não ser ao “capitalismo” e ao “Estado”, creio ser possível enxergar nesta declaração de princípios um esforço por não permitir a instrumentalização do sindicalismo nem pelas correntes reformistas nem pelos entusiastas do bolchevismo, tal qual Abílio de Nequete, fundador da União Maximalista de Porto Alegre. É difícil precisar o momento, como será visto a seguir, em que os movimentos anarquistas começaram a guinar para uma posição crítica ao bolchevismo, e se a tal declaração de princípios partilha da cisão. Porém, acentuam-se paulatinamente as críticas aos desdobramentos da Revolução Russa e os reflexos que poderia implicar na organização operária e revolucionária no Brasil. Nesse sentido, sabe-se, por exemplo, que a partir de 7 de fevereiro de 1920, José Oiticica escreveria uma série de artigos intitulados “*Mau caminho*” em *Voz do Povo*, órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro²³². E logo após o término do Congresso gaúcho, na edição de 15 de abril de 1920 do órgão da FORGS, *O Syndicalista* reproduziria um artigo publicado originalmente no jornal *Rebelión*, da cidade espanhola de Cádiz, sob a chamada “*Definindo Princípios*”, por indicação de Alberto Lauro, o representante da Federação Operária de Pelotas, que teria alertado no evento para a necessidade de se seguir uma nova orientação (embora não fique claro o que isso queira dizer). Segundo o próprio, sua sugestão visava “*dissipar a confusão lamentável que de muitos sindicalistas e anarquistas se tem apossado, diante da Revolução Russa, e que os faz esquecerem-se do comunismo-libertário, tão bem definido e defendido por M. Bakunine, na gloriosa Internacional dos Trabalhadores*”²³³. O título do artigo, “*Sindicalismo não é marxismo*” já apontava a contradição entre a prática preferencial instrumentalizada pelos anarquistas no Brasil e no mundo e a instauração da nova ordem na Rússia:

“A ditadura do proletariado, cláusula capital do marxismo, não é a finalidade do sindicalismo. O alvorecer da aurora nas rudes estepes do oriente da Europa, com o triunfo da revolução do povo moscovita, trouxe à atualidade novos e

²³¹ Sobre o Partido Operário de 1919 ver PETERSEN, Sílvia. “*Que a União Operária...*”, p. 357-358.

²³² Por equívoco de minha parte, não consultei as edições do jornal *Voz do Povo* no ano de 1920. A informação consta em RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e cultura social: 1913-1922*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972, p. 292 e em BANDEIRA, Moniz, MELO, Clovis e ANDRADE, A.T.. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: 2.ed., Brasiliense, 1980, p. 256.

²³³ Definindo princípios. *O Syndicalista*. Porto Alegre, 15 abr. 1920 *apud* RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo... op. cit.*, p. 292-293.

*importantes problemas que os militantes do sindicalismo não podem deixar passar em silêncio. O termo da moda, bolchevismo, e cujo conceito neo-comunista não passa de ser uma simples modalidade do socialismo marxista, empolgou, quiçá com excesso de zelo, a atividade de não poucos amigos, e é preciso que constatemos bem a índole e o alcance da revolução que prepara nossos entusiasmos para que os suscetíveis de equívocos não incorram em erros. É indubitável que entre o despotismo dos favorecedores de Rasputin e o regime dos soviets, implantado pelo marxismo atualmente na Rússia, exista uma dualidade que arrebatava todas as nossas simpatias de um modo absoluto em favor do último. Não é isso, porém, óbice para que, dada a natureza inequívoca das táticas e doutrinas apostoladas por nós, que tende a se universalizar, a se ampliar, a envolver a vida em todos os seus aspectos, no sentido anarquista, não nos conformemos e menos façamos bandeira em nossa propaganda da economia estabelecida na Rússia pelo Centro Comunista dos Soviets. Cremos, e assim o afirmamos, que a revolução a vir em nosso país, não pode dirigir seus passos e menos reduzir sua missão aos eitos dos partidários de Lenine. A ditadura do proletariado, cláusula capital da carta doutrinal do marxismo, não é, nem muito menos exprime, a finalidade do Sindicalismo. Com ela, o Estado, a autoridade, o poder, não perde senão na forma, a existência intrínseca de sua prepotência. O domínio de casta ou classe, ainda que seja uma transição acidental, transmite sua hegemonia ao proselitismo triunfante dos vencedores que, ainda que com o título de ditadores administrativos e tutelares, mais tarde, como sucede em todas as comoções em que a estrutura básica das instituições da etnologia social e política em essência fica de pé, transforma-se no maior obstáculo para o futuro e prosseguimento da própria revolução iniciada. (...)"*²³⁴

Cerca de um mês depois dos embates ocorridos no Congresso Operário Regional do Rio Grande do Sul, e uma semana após a publicação do texto do espanhol Arnaldo Daniel em *O Syndicalista*, reuniu-se no Rio de Janeiro o 3º Congresso Operário Brasileiro, que tinha por objetivo canalizar a solidariedade operária para a revolução. Quando da realização dos debates, portanto, os militantes anarquistas já tinham clareza das diferenças entre seu ideal e os postulados marxistas em vigor na Rússia, mas não se colocavam como inimigos da Revolução em curso.

²³⁴ DANIEL, Arnaldo. Sindicalismo não é marxismo. *O Syndicalista*. Porto Alegre, 15 abr. 1920 apud RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo... op. cit.*, p. 292-293. O artigo é uma tradução de um original publicado em *Rebelión*, de Cádiz, Espanha, s./d. A reprodução completa do artigo encontra-se em: DANIEL, Arnaldo. Definindo princípios. O sindicalismo não é marxista – A ditadura do proletariado, cláusula capital do marxismo, não é a finalidade do Sindicalismo. *A Obra – Semanário de Cultura Popular*. São Paulo, ano I, n. 2, 13 maio 1920, p. [9].

O III CONGRESSO OPERÁRIO DE 1920 E O ENCAMINHAMENTO DA CISÃO

Como já foi dito, a idéia de se chamar um 3º Congresso Operário de abrangência nacional, no final de 1919, se deu como uma tentativa de articulação do movimento operário para instrumentalizá-lo com ações conjuntas com vias à revolução e responder à violenta repressão instalada então em vários estados do país. Inicialmente previsto para ocorrer em dezembro de 1916, o evento foi abortado por conta da repressão que se abatia no Rio de Janeiro desde março daquele ano, quando a polícia destruiu a sede da Confederação Operária Brasileira e prendeu alguns de seus dirigentes, chegando a matar Leal Junior, em 18 de julho²³⁵. Ressurgiria novamente a idéia em início de 1919, para a sua realização em dezembro, para finalmente julgar-se adequado para abril de 1920, sem mais protelações²³⁶. A nova iniciativa surgiu através da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, em outubro de 1919, após noticiar a realização dos congressos estaduais de Pernambuco e do Rio Grande do Sul e a intenção de se realizar um em São Paulo, por iniciativa da Liga Operária de Campinas²³⁷.

Trata-se de um momento muito delicado. Havia a necessidade de articulação contra a prisão arbitrária de militantes operários, a expulsão de estrangeiros e o degredo de militantes nascidos no país, e, como foi sinalizado anteriormente, ao que parece, concomitantemente à frustração de uma segunda insurreição revolucionária. Não há dúvida de que o objetivo era conferir maior organicidade ao movimento operário de todo o país, e, particularmente para os anarquistas, tornar essa organicidade eficaz e dotá-la de um sentido revolucionário. O PCBA tinha dado pequenos passos nessa mesma direção, com a fundação de núcleos e desenvolvimento de atividades de propaganda, contudo não alcançou seus objetivos e vinha em processo de contínua fragmentação e dissolução. Era então imprescindível e urgente o desenvolvimento de um movimento operário que agisse com objetivos e estratégias comuns, para que não desperdiçasse a força adquirida e demonstrada desde 1917 e formasse um bloco que

²³⁵ RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo... op. cit.*, p. 130.

²³⁶ LACERDA, Olgier, MONREAL, Pedro, CRUZ Júnior, A.S., PEREZ, Luiz e VAZ, Antonio (Comissão Organizadora do 3º Congresso Operário Brasileiro). Relatório da Comissão Organizadora do Terceiro Congresso Operário Brasileiro apresentado à Assembléia Preparatória. In: BARBOSA, Santos. 3º Congresso Operário Brasileiro. *História em Revista*, Pelotas, UFPel, v. 3, p. 161-199, dez. 1998. (p. 2-4 da versão eletrônica disponível no endereço http://ich.ufpel.edu.br/ndh/pdf/Instrumento_de_Trabalho_Volume_04.pdf . (Publicado originalmente no jornal *O Rebate*, de Pelotas, em diversas edições dos meses de maio e junho de 1920).

²³⁷ Congressos Operários. *Spártacus*. Rio de Janeiro, ano I, n. 11, 11 out. 1919, p. 3.

pudesse sustentar um processo revolucionário quando este eclodisse. Caso contrário, permaneceriam as mesmas mazelas e fragilidades que permitiam o desmonte de tudo aquilo que tinha se alcançado até então. A partir daí, antes mesmo da realização do III Congresso, reiniciam-se os debates acerca dos limites do sindicalismo, ou, pelo menos, do alcance que o sindicalismo revolucionário tomou no país nos últimos quatorze anos.

As circunstâncias de 1920 eram bastante distintas das de 1906. Naquela ocasião, a ação sindical era incipiente, o sindicato, tanto o patronal como o de trabalhadores, enquanto entidade que se propunha a representar seus associados, só seria legalmente reconhecido a partir de 1907. Em 1920, os anarquistas, tanto os adeptos quanto os críticos do sindicalismo revolucionário, tinham ao menos quatorze anos de experiências para avaliar sobre os métodos empregados até então em seu intento maior que visava a Revolução.

As fontes que tratam das discussões travadas durante o III Congresso são escassas se comparadas com as dos anteriores, especialmente em relação ao de 1913. Contudo, de acordo com as discussões iniciadas na imprensa operária meses antes, sob muitos aspectos, a discussão parecia permanecer a mesma, ou seja, quanto à natureza da luta sindical em si, revolucionária ou reformista.

Os debates que tomariam conta do congresso começam ainda em fins de outubro de 1919, quando Isidoro Augusto, o mesmo autor anteriormente citado dizendo ser a ditadura do proletariado mais anarquista do que marxista, propôs retomar a velha questão em torno da convergência de interesses entre o sindicalismo e o ideal libertário. Embora sua intenção fosse estimular a discussão entre os anarquistas acerca de suas atividades nos sindicatos brasileiros até então, pelo menos em *Spártacus*, o jornal onde publicou seus dois artigos intitulados “*Os anarquistas nos sindicatos*”, não há registro de resposta de outros militantes. De todo o modo, a leitura desses dois artigos fornece algumas indicações das preocupações nos meios anarquistas naquele momento.

Em seu primeiro artigo²³⁸, Isidoro combate o problema do “*funcionalismo sindical*”, que produziria a burocratização de tais entidades, contrariando, por si só, a ação revolucionária que pudessem suscitar. Do que se pode interpretar deste artigo, o

²³⁸ AUGUSTO, Izidoro. Os anarquistas nos sindicatos. *Spártacus*. Rio de Janeiro, ano I, n. 13, 25 out. 1919, p. 3.

emprego de funcionários no sindicato e, principalmente, a remuneração dos diretores sindicais foram condenados pelos anarquistas da Europa desde o início do século. Porém seria algo tolerável, como um mal necessário, afinal, “*se o funcionalismo é uma causa que produz efeitos indesejados, ele é também, e sobretudo, o efeito de uma causa: a falta de preparo técnico dos trabalhadores*”. Ou seja, para o articulista, era preciso reconhecer que faltava, de fato, entre os trabalhadores, a aptidão para o trato administrativo de suas associações. O apoderamento dos cargos por alguns militantes habilitados para as necessidades da manutenção das associações era algo deplorável, mas tolerável, uma vez que era preciso pensar estrategicamente a função do sindicato, um mero instrumento de luta, cuja função consistia apenas em “*trazer sempre acesa a luta de classes como convém aos revolucionários*”. Exigir da prática sindical mais do que isso, e por causa desses limites, opor-se ao sindicalismo, seria o mesmo que “*pedir (...) aquilo que ele não pode dar*”.

O texto de Isidoro Augusto, um dos mais freqüentes articulistas de *Spártacus*, chama a atenção por dois aspectos. Primeiramente, ele trata de uma questão bastante controversa aos anarquistas de todo o mundo, como foi visto no primeiro capítulo, porém o tratamento à questão é bastante pragmático: o sindicalismo é limitado, produz efeitos contrários aos objetivos anarquistas no que tange, sobretudo, à profissionalização dos diretores, mas é preferível ter sindicatos mesmo com uma “casta administrativa” do que não tê-los. Em segundo lugar, ele parece indicar que esta é ainda uma questão latente entre os anarquistas do Brasil, que causaria ainda um “*sensível (...) ressentimento (...) na obra revolucionária*”, especialmente num período em que o mundo vive o impacto de um processo revolucionário em vigor. Ou seja, a prática sindicalista, de fato, obteve resultados aquém dos esperados até aquele momento.

Em um segundo artigo²³⁹, Isidoro desloca para os próprios anarquistas a culpa dos limitados resultados do sindicalismo, que alguns deles costumavam imputar ao trabalhador “inconsciente”. Assim, o autor tece comentários sobre o que considera ser um equívoco por parte dos anarquistas do Brasil: reproduzir acriticamente modelos de sindicalização elaborados no exterior, em países onde o capitalismo atingiu níveis de industrialização muito superiores aos latino-americanos. O sindicato, em si, teria uma importante função a cumprir tanto no futuro, na construção de uma nova sociedade,

²³⁹ AUGUSTO, Isidoro. Os anarquistas no sindicato. *Spártacus*. Rio de Janeiro, ano I, n. 15, 8 nov. 1919, p. 3.

quanto no presente, para a construção da solidariedade operária. Contudo, era desperdiçado todo o potencial dos trabalhadores em “*sacrifícios inúteis*”, pois, até então, eles “*não têm vivido na organização, mas apenas vegetado, não podendo, portanto, as energias despendidas corresponderem eficazmente, por girarem, as mais das vezes, não em torno dos limites das questões de momento, mas ultrapassando-os, desviando-se assim as lutas para um campo abstrato*”. Ou seja, para o autor, os anarquistas estavam pecando por forçar atitudes revolucionárias com as quais os trabalhadores não tinham qualquer intimidade ou conhecimento de seu potencial. Tal artifício acabava por repelir os trabalhadores das organizações e frustrar os anarquistas, que, por conta disso, avaliavam erroneamente o potencial dos sindicatos. Para evitar a perpetuação dos equívocos e a errônea avaliação de que a prática sindical é inválida por si mesma, o autor interpela para que, no III Congresso, “*todos façam um estudo consciencioso das condições, meios e circunstâncias existentes, para que se munam do indispensável tino prático que possa imprimir ao congresso um cunho de eficiência*”. A fim de reconduzir o movimento operário a um caminho eficiente, o autor sugere uma forma de organização que viabilize uma “*unificação completa dos trabalhadores*”, sem pretensões declaradamente revolucionárias num primeiro momento, mas “*fazendo-se interessar em redor de um objetivo imediato, despertando-se-lhes a vontade espontânea*”. Só assim “*e não forçada por iniciativas já alcançadas e não antecipadas, (...) ter-se-iam criado novas situações, suscitando os fatos que importam para despertar o espírito de classe e para eclipsar a obra dos elementos conservadores que, verdade seja, ainda têm o controle de uma boa parte da organização.*”

Tem-se, então, uma primeira proposta que visa um sindicalismo que, anti-reformista, amadureça seu promissor revolucionarismo gradualmente, sem os riscos advindos de uma precipitação que só levaria a retrocessos.

Não fica claro o que Isidoro Augusto entende por “unificação completa dos trabalhadores”. Porém, levando em conta que ele sugere que se unam esforços sinceros para a busca de maior eficiência e condena a reprodução das formas de organização vigentes na Europa, pode-se supor que ele pensa que seja necessário uma reformulação da organização geral dos trabalhadores. Essa, aliás, parece ser a sensação geral compartilhada pelos participantes do encontro. As soluções apresentadas, no entanto, seriam divergentes.

Infelizmente, não localizei registros oficiais das resoluções do III Congresso, prometidas para breve²⁴⁰, de acordo com boletim publicado em agosto de 1920 e que traz informações do evento, conjuntamente com material de propaganda acerca da prática sindical e das atividades desenvolvidas pelo Comitê Executivo do Terceiro Congresso (CETC), criado na ocasião para executar uma série de medidas definidas no encontro, que visavam o fortalecimento da mobilização operária e sua articulação nacional e internacional e a resistência conjunta contra a repressão.

Mas há, em contrapartida, o relatório formulado por Santos Barbosa, publicado em capítulos nos meses de maio e junho de 1920 no jornal pelotense *O Rebate*²⁴¹, e a transcrição de Edgar Rodrigues do que parece ser uma versão resumida das resoluções publicadas em *A Plebe*, no ano de 1924²⁴².

Tratando de temas específicos das circunstâncias vividas naquele momento, o Congresso traçou estratégias para o comportamento de sindicatos, sobretudo do setor de transporte, para agir contra as deportações em massa, e a lei de acidentes de trabalho, em discussão na Câmara dos Deputados, assim como tratou sobre a necessidade de organização dos trabalhadores do campo. Quanto à orientação geral assumida pelo III Congresso, praticamente repetiram-se os preceitos aprovados nos encontros anteriores, que concebiam a realidade social composta por classes com interesses antagônicos e diferenciadas por seu lugar na produção. A finalidade das associações seria a canalização de forças coletivas da revolta consciente em combate contra as injustiças perpetradas pelo sistema de exploração econômica, tendo em vista o estabelecimento de uma ordem de real justiça, “*uma sociedade em que todo o produto do trabalho útil de todos seja de fato propriedade de todos os trabalhadores*”²⁴³.

Para atingir tais objetivos, recomendou-se, como método de organização, novamente a organização dos trabalhadores em sindicatos de resistência por ofício ou indústria (quando impossível, por número insuficiente, que fossem constituídos sindicatos de ofícios vários), que, por sua vez, integrem uma federação local, e esta

²⁴⁰ Relatório do 3º C.O.B. *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*. São Paulo, ano I, n. 1, ago. 1920, p. 17 e 18. Intencionava-se publicar os relatórios e resoluções dos três congressos conjuntamente.

²⁴¹ BARBOSA, Santos. 3º Congresso Operário... *op. cit.*

²⁴² *A Plebe*. São Paulo, 7 maio 1924 *apud* RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo...* *op. cit.*, p. 307-320.

²⁴³ BARBOSA, Santos. 3º Congresso... *op. cit.*

uma regional, para, enfim, compor uma federação nacional²⁴⁴. A neutralidade política continuava intocável²⁴⁵.

A opção pelo federalismo foi justificada da seguinte forma:

*“a união de sociedades por pacto federativo garante a cada uma delas larga autonomia, e considerando mais, como único método de organização compatível com o irreprimível espírito de liberdade e com as imperiosas necessidades de ação e educação operária, o método federativo - a mais larga autonomia do indivíduo no sindicato, na Federação e da Federação na Confederação, e como unicamente admissível simples delegação de funções sem autoridade”.*²⁴⁶

A reafirmação do federalismo como método de organização demonstra que a maioria dos delegados presentes ao Congresso preocupou-se com propostas que, a seu ver, pudessem coibir liberdades individuais e associativas.

Assim, ao mesmo tempo em que proclamava-se a reafirmação dos princípios federalistas, avaliaram que era preciso uma atividade de coordenação e propaganda “de cima” para que emergisse “de baixo” uma estrutura confederal forte. Daí a Comissão Executiva do Terceiro Congresso ser formada por dois elementos, um secretário geral e um secretário excursionista, que seriam responsáveis pela divulgação e organização de atividades, especialmente no interior, em cinco secções diferentes. Com atribuições por um ano, até a realização do 4º Congresso Operário previsto para ocorrer no ano seguinte, foram eleitos os seguintes membros, designados para as respectivas secções:

Secção Extremo-Norte, com sede em Belém, compreendendo os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Piauí e Acre – Felipe Fagundes como secretário permanente e Jorge Adalberto de Jesus como excursionista; Secção Norte, com sede em Recife, compreendendo os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia – Silva Gama, secretário permanente e José Elias da Silva, provisoriamente como secretário excursionista; Secção Centro, com sede no Rio de Janeiro, compreendendo o Distrito Federal e os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais (com exceção das duas zonas do Sul e do Triângulo Mineiro) – Edgard Leuenroth como secretário permanente e Domingos Passos, excursionista

²⁴⁴ Idem, *ibidem*.

²⁴⁵ Tese apresentada ao 3º Congresso Operário Brasileiro pelos Delegados da Associação Gráfica do Rio de Janeiro, 1920 *apud* CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: 2.ed., Difel, 1984, p. 421-424.

²⁴⁶ BARBOSA, Santos. 3º Congresso... *op. cit.*

(neste agrupamento se encontraria o Tesoureiro Geral do CETC, Antonio Guilherme Lopes); Secção Sul, com sede em São Paulo, compreendendo os estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso e as zonas do Triângulo Mineiro e do Sul de Minas – Manoel Bueno, secretário permanente e Theóphilo Ferreira, excursionista; Secção Extremo-Sul, com sede em Porto Alegre, compreendendo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – Orlando Martins, secretário permanente e Alberto Lauro, excursionista.

Antes de se chegar a essa fórmula final, que não vingaria até o ano seguinte, sabe-se de uma proposta de Astrojildo Pereira, representante do jornal *Voz do Povo*, que também previa uma estrutura confederal. Embora rechaçada, sua principal derrota foi a proposta de adesão do Congresso à III Internacional Comunista, fundada no ano anterior, e que se reuniria novamente em julho. Este militante, aliás, não desistiria e voltaria a se esforçar por apresentar a organização da associação Industrial Workers of the World²⁴⁷, mais centralizada, em sua estrutura, como uma alternativa mais eficaz à forma tomada pela Confederação Operária Brasileira e sua vinculação à Sindical Internacional Vermelha²⁴⁸.

Embora não se declarassem inimigos da Revolução Russa, os anarquistas já tinham claras as discordâncias com a condução do processo por Lenin. Rumores de que a III Internacional recomendaria a formação de um partido político de caráter parlamentar e submetido às decisões de Moscou, não agradaram aos participantes do congresso, que preferiram a cautela, resolvendo pela recusa da proposição. Do mesmo modo do que se passou com Abílio de Nequete no III Congresso Operário do Rio Grande do Sul, a proposta de Astrojildo foi engolida pelos anarquistas e sindicalistas “puros” do Congresso. Tudo o que os simpáticos ao bolchevismo conseguiram, foi uma nota em que o III Congresso declarava “*a sua expectativa simpática em face da 3ª Internacional de Moscou, cujos princípios gerais correspondem verdadeiramente às aspirações de liberdade e igualdade dos trabalhadores de todo o mundo*”²⁴⁹. Sobre a

²⁴⁷ Por exemplo: Pela reorganização operária. *A Plebe*, ano V, n. 119, 28 maio 1921, p. 1. Ver ainda DEL ROIO, Marco. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de e REIS Filho, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil – Vol. I: o impacto das revoluções*. Campinas: 2.ed., Editora da Unicamp, 2003, p. 83.

²⁴⁸ Por exemplo: PEREIRA, Astrojildo. A Internacional Sindical Vermelha. *Voz do Povo – Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral*. Rio de Janeiro, edição especial, 1 maio 1921, p. 2.

²⁴⁹ O operariado do Brasil e a situação internacional proletária. *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*. São Paulo, ano I, n. 1, ago. 1920, p. 15.

Revolução Russa, ainda, o Boletim da CETC reproduziu texto do jornal português *A Batalha*, de onde se lia praticamente uma definição de posição:

“Defendemos com a maior energia, sem recelar perseguições nem violências, a Revolução Russa. Vemos no movimento moscovita uma insurreição de caráter acentuadamente social que tem inúmeros pontos de contato conosco, senão a primeira revolução que teve a coragem de inscrever na sua bandeira a restituição da terra e dos instrumentos de trabalho aos assalariados. (...)”

Aceitando a designação de ‘bolchevistas’, porque a burguesia engloba nela todos aqueles que aspiram à liquidação da sociedade burguesa, não desejamos, porém, que se adote o padrão russo, pois entendemos que a Revolução não pode ser duma uniformidade absoluta; os movimentos sociais dos vários países têm características tão acentuadas que isso é completamente impossível. (...)”

*Esta é a nossa atitude: defendemos a Revolução Russa, através de tudo e contra todos; quanto às suas teorias, não as acatamos em absoluto, e, quanto aos seus métodos de ação, não os conhecemos tão bem que acerca deles possamos pronunciar-nos com segurança”.*²⁵⁰

De todo o modo, não foi neste momento que a ruptura entre anarquistas e seus pares mais simpáticos com o bolchevismo se deu em definitivo. Nos meses seguintes, sobretudo após a realização do II Congresso da Internacional Comunista, em julho, é que as cisões se iam agravando.

Em agosto de 1920, Octávio Brandão, que alguns meses depois da fundação do PCB aceitaria a declaração de princípios da III IC, escreve um apelo intitulado *Aos trabalhadores do Brasil*²⁵¹, para reafirmar os princípios da ação direta contra a partidarização do movimento operário, tal qual foi adotado pelo III Congresso Operário Brasileiro, que “veio mostrar no seio do proletariado consciente uma única tendência: a anarquista comunista”. Ávila responde ao alagoano, justificando as motivações pelas quais optou pelo abandono do anarquismo. Após “longa e dolorosa evolução mental, em que dia a dia a lógica do sentimento era esmagada pela lógica brutal dos fatos, em que a razão pura ia cedendo a passo à razão prática”, Ávila viu-se “esmagado pela evidência da necessidade de uma organização transitória (que eu desejara fosse uma democracia proletária a mais ampla e possível, aberta a todos os

²⁵⁰ O proletariado e a Revolução Russa. *A Batalha*, Lisboa?, s.d. apud *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*. São Paulo, ano I, n. 1, ago. 1920, p. 16.

²⁵¹ BRANDÃO, Octavio. *Aos trabalhadores do Brasil*. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1920 apud CARONE, Edgard. *Movimento... op. cit.*, p. 364-366.

elementos aproveitáveis, viessem de onde viessem)”. O momento era de apoiar a união de duas formas de idéias – a organização por ofícios e outra por idéias, de caráter multiforme, não apenas parlamentar. Do ponto de vista do autor, a neutralidade política do sindicalismo não faria emergir a consciência operária, uma vez que, por si só, em nada concorreria ao despertar de uma consciência, de um projeto de um mundo novo. A neutralidade era um instrumento caduco, que atingiria apenas efeitos contrários, porque para excluir “*inúmeros elementos adversos do anarquismo*” acaba por desprezar “*uma ação política inteligente (...) pode trazer às lutas diretas empreendidas pelos sindicatos contra os exploradores capitalistas*” e contribuir para a conscientização do proletariado, que já teria feito a revolução anarquista comunista.

As resoluções do II Congresso da IC e as articulações para a formação de um “*Partido Bolchevista Nacional*” agravariam os debates internos entre os anarquistas, batendo-se até mesmo em ofensas de caráter pessoal.

Conjuntamente com o crescimento da repressão e recrudescimento da mobilização operária no Brasil, cujos resultados pareciam infinitamente limitados frente à consolidação da República dos Sovietes, muitos anarquistas revisam suas posições e fazem uma “autocrítica” dos limites do sindicalismo e do anarquismo, para usar uma expressão de Astrojildo Pereira, para alinharem-se a Moscou.

É em face dos dilemas estratégicos postos aos anarquistas pela conjuntura de 1917-1920, e diante do fim do ciclo de grandes mobilizações sob as patas dos cavalos da repressão, que podemos entender a cisão ocorrida no início dos anos 1920 no seio da vanguarda anarquista, que acabaria por produzir a fundação do PCB. A cisão, os rumos adotados e o declínio da influência anarquista nas décadas seguintes, são o objeto do capítulo seguinte.

Capítulo 3

A Queda

As décadas de 1920 e 1930 marcam a curva de descenso da influência que o anarquismo exerceu no Brasil, dentro e fora dos meios operários. A repressão que se seguiu após as ondas de grandes greves generalizadas entre 1917 e 1921 foi um elemento eficazmente desarticulador. Diferentemente das investidas repressivas contra a militância anarquista que se efetivaram em momentos anteriores no país, quando, após alguns períodos de retrocesso, a militância voltava a se organizar. Mas, durante a década de 1920, a fúria repressiva procurou varrer todos aqueles considerados pelo Estado como indesejáveis e inimigos da ordem pública, estrangeiros e nacionais, remetendo-os a prisões divididas com presos políticos de outros movimentos adversários dos governos estabelecidos, como no caso do tenentismo. A repressão se intensificava e abrangia outros setores sociais além da usual perseguição ao anarquismo, pois, naquele momento, o perigo da instabilidade política tornou-se mais acentuado e surgiram outros grupos políticos interessados em promover mudanças, cada qual a seu modo e com níveis de aprofundamento variados. A repressão contra o anarquismo acentuou-se, ao mesmo tempo em que se modificavam as bases das relações políticas, com a presença de novos movimentos.

De um lado encontravam-se os movimentos de setores médios, que até então sempre se beneficiaram do jogo oligárquico e do apadrinhamento político. Mudanças iniciadas ainda nos anos 1910, tais quais o crescimento urbano, o surgimento de um movimento patriótico pelo qual discutia-se uma noção incipiente de sentimento nacional, a aproximação do Brasil com os Estados Unidos na I Guerra, além do histórico da influência positivista, impulsionavam um sentimento por alterações de caráter democrático nas instituições públicas, pelo menos na medida em que permitiam maior mobilidade de ascensão política desses setores minimamente ilustrados pelos padrões de civilidade da época. Isso implicava mudanças no regime de acesso à máquina administrativa e à representação política por meios que fugiam ao controle dos tradicionais meandros clientelísticos.

Os anos 1920 passam, então, a se caracterizar por um processo de remodelamento das instâncias de participação política na República. Em meio a este processo, agravam-se cizânias de origem personalista nos partidos oligárquicos, resultando em cisões de graves conseqüências. Novas forças políticas se reúnem, levando em conta agentes antes excluídos ou preteridos pelas alianças e acordos feitos nos restritos círculos dos chefes partidários desde a proclamação da República.

Até aquele momento, desde o fim dos governos provisórios militares, estabeleceu-se um pacto oligárquico que garantiu estabilidade política entre as oligarquias regionais, cujas disputas eram arranjadas e rearranjadas em acordos fechados entre chefes políticos. A única vez que a tensão entre esses chefes políticos extrapolou os limites dos gabinetes oligárquicos foi na eleição presidencial de 1909, entre Rui Barbosa e o Marechal Hermes da Fonseca. Fora este episódio, durante cerca de vinte anos, de modo geral, a política decidiu-se entre quadros oligárquicos, sem grandes conflitos. Esse consenso político é paulatinamente enfraquecido, em virtude de movimentos de naturezas diversas, dentre os quais destacam-se: o episódio das cartas bernardinas, que resultaria nas tentativas de golpes militares em 1922 e 1924, por um grupo que acusava o presidente Arthur Bernardes de ofender as Forças Armadas; a eclosão da guerra civil no Rio Grande do Sul, em 1923; a ruptura do Partido Republicano Paulista, cuja dissidência de 1926, ao contrário do que acontecia anteriormente, não podia mais ser ignorada e nem reincorporada ao partido; a Coluna Prestes inicia um movimento, em 1924, por outras vias, de aproximação das camadas médias e baixas da hierarquia militar com as classes populares, pelo interior do país. Esse quadro de instabilidade política culminaria com o não reconhecimento da eleição do candidato paulista Júlio Prestes pelas alianças oligárquicas gaúchas, mineiras e nordestinas, levando Getúlio Vargas à presidência da República, através de um golpe respaldado pelo Exército, em outubro de 1930.

Soma-se a essa conjuntura de movimentos de reformas político-institucionais a ação do recém fundado Partido Comunista do Brasil (PCB), que almejava promover transformações efetivamente revolucionárias, alterando substancialmente as estruturas sociais (e, conseqüentemente, econômicas e políticas) do país, em compasso com o que se acreditava ser a tendência da revolução universal em marcha.

Portanto, como visto anteriormente, as duas décadas que seguem as ondas grevistas de 1917-1921 formam um período de profundas transformações nas relações

de forças políticas, oferecendo uma diversidade de tendências a um público que passa a perceber a presença cada vez mais forte da política como mediadora das relações sociais. Com exceção do anarquismo, que permanece com sua ogeriza ao Estado, todas as outras correntes políticas elegem a conquista do Estado como condição essencial para efetuar as mudanças almeçadas. O fortalecimento dessas correntes não ocorre apenas simultaneamente ao enfraquecimento do anarquismo²⁵² (enfraquecido não apenas no Brasil, mas, de modo geral, em todos os países onde exercia alguma influência, com exceção da Espanha), mas também em seu detrimento, uma vez que a efervescente cultura política desses anos fortalece a noção da necessidade do Estado²⁵³.

Embora o contexto fosse bastante adverso e apesar do abandono de alguns quadros importantes do anarquismo ligados ao movimento operário, aos militantes que se mantiveram fiéis às suas convicções seria preciso redimensionar concepções e estratégias que pudessem tornar possível a continuidade do exercício de sua militância e a renovação da certeza da viabilidade de sua utopia.

Durante o período de ascensão do anarquismo até a fundação do Partido Comunista, os militantes confrontaram-se com oscilações de mobilização interna e do movimento operário, que lhes garantia notoriedade e influência ao tentarem tomar a frente de organizações dos trabalhadores. As adversidades provinham basicamente de três ordens: a repressão impetrada pelo Estado; os preconceitos do senso comum, presentes também entre os trabalhadores, contra as críticas radicais do anarquismo às instituições e às relações sociais existentes; as tendências reformistas e colaboracionistas presentes no movimento operário. Essas adversidades permaneceram e intensificaram-se nas décadas seguintes. Mas os anarquistas conseguiram confrontá-las com relativo sucesso, pelo menos até 1922, quando perderam o “monopólio” político do radicalismo que pretendia-se porta-voz de todos os oprimidos, incluindo os trabalhadores. Agrega-se, então, como fator de adversidade o crescimento da influência do PCB como agente mobilizador das massas, incluindo, ainda que minoritariamente, trabalhadores rurais. Sua estrutura organizacional cresce paulatinamente, alavancada pela consolidação da Revolução Russa e pela dimensão

²⁵² Por outro lado, isso não implica uma avaliação pejorativa do anarquismo em si, senão reconhecer tão somente que o contexto sócio-político que se impunha colocava novas questões estratégicas para se debater com um Estado que se hipertrofiava. Nesse sentido, ver DE DECCA, Edgar. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: 4.ed., Brasiliense, 1988.

²⁵³ REIS, Elisa Pereira. Interesses agroexportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo, CARDOSO, Fernando Henrique e FONT, Maurício. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 194-217.

que adquire no contexto internacional. Rapidamente o PCB passa a invadir e extrapolar o espaço de radicalidade política ocupado pelo anarquismo nos anos anteriores. Tal qual se passou com o anarquismo, o temor das classes dominantes e dirigentes de todo o mundo contribuiu de algum modo, naquela época, para uma propaganda às inversas dos movimentos considerados radicais. Ao eleger o inimigo e conferir notoriedade em demasia, ainda que negativa, instigou o interesse de muitos. Mas, ao contrário dos anarquistas, os comunistas conseguiram construir uma organização com ramificações em todo o país, seguindo um programa e estratégias comuns, além de ter o respaldo de um movimento internacional e a certeza da viabilidade do seu projeto atestada pelo regime em vigor no país mais extenso do planeta.

Além da tríade Estado/Religião/Capitalismo, no que tange especificamente ao movimento operário o anarquismo enfrentou e continuaria a ter que enfrentar as tendências reformistas e colaboracionistas. O sindicalismo adquiriria facetas novas, com a intensificação das tentativas de controle sindical promovidas pela Igreja, pelo patronato, pelo Estado e por movimentos políticos de extrema direita, como o integralismo. Essas tendências alcançaram certo êxito ao deslocar importantes ramos do sindicalismo de tendências revolucionárias. Naturalmente, constituíam inimigos fáceis de serem detectados e combatidos, pelo menos em discurso. Com essas orientações políticas não havia outra forma de relação a não ser o combate direto e a disputa aberta pelas suas áreas de influência. Artilharia franca contra o que se considerava reacionário. No que se refere à disputa contra a influência de correntes políticas que se consideravam revolucionárias, os anarquistas oscilaram entre o combate aberto e o forjar alianças contra os inimigos comuns.

A questão da construção de uma frente única das esquerdas revolucionárias (ou das vanguardas revolucionárias) voltaria a ser uma constante no debate do anarquismo brasileiro. Um dilema que poderia colocar em xeque a existência do anarquismo enquanto movimento articulado, uma vez que poderia submeter a autonomia do grupo e fortalecer a corrente rival. Por outro lado, não somar forças poderia resultar na vitória dos inimigos da direita, na derrota das esquerdas e até mesmo no desaparecimento do anarquismo como corrente com real capacidade revolucionária no presente ou num futuro próximo. Um dilema que parecia um fantasma a acompanhar os militantes durante cerca de dez anos, pelo menos.

A noção de sacrifício por uma causa maior sempre esteve presente nos cálculos políticos dos anarquistas. Sacrificavam a tranqüilidade que poderiam ter em suas vidas privadas e públicas, e jogavam-se aos perigos e desgostos provocados pela escolha da militância, por causa da convicção da necessidade de construção de um mundo sem iniquidades. A partir da divisão do campo revolucionário com os comunistas (stalinistas e trotskistas) colocavam-se novas questões em torno da possibilidade de sacrifícios menores (a adesão à frente única) poderem resultar em sacrifícios maiores (o risco da supressão da autonomia e conseqüente desaparecimento do anarquismo) ou em conquistas de posições (a derrota de inimigos comuns com a participação dos anarquistas).

Os novos tempos cobravam dos anarquistas respostas mais precisas sobre a viabilidade de sua utopia que, segundo seu ideário, consistia em uma convergência entre meios e fins. A crítica que faziam aos comunistas era justamente esta: os fins jamais seriam atingidos pelo exercício dos meios escolhidos. Para a efetivação de um projeto verdadeiramente revolucionário, era imprescindível praticar todos os atos cotidianos de acordo com o ideal a seguir. Na visão dos anarquistas, tudo aquilo que deveria ser transformado para a libertação de toda a humanidade no futuro, deveria ser combatido cotidianamente, em todas as esferas. Não era possível fazer concessões a estratégias que lograssem para um futuro distante aquilo que deveria ser transformado desde já, sob o risco de, em contrário, comprometer toda a utopia e contribuir para criar novas formas de opressão. Era isso o que, em sua avaliação, ocorria na Rússia.

Apresentava-se, desta maneira, mais do que nos decênios anteriores, um inexorável desafio aos anarquistas para garantirem a existência do anarquismo: provar a viabilidade prática de seus desejos revolucionários. Para tanto, deveriam fazer mais do que o discurso, superando o purismo ideológico próprio àqueles que não ousaram implantar na realidade aquilo que propagavam.

Como foi visto até aqui, a importância adquirida pelo anarquismo no Brasil decorreu da aproximação de elementos libertários junto a organizações sindicais. O seu enfraquecimento deu-se pelo distanciamento forçado pela repressão e pela conquista de espaço na política sindical por outras correntes políticas, seja pelos comunistas, seja pelos trabalhistas, pelos integralistas ou pela Igreja. Como se deram as avaliações em torno do afastamento dos sindicatos? Qual o peso conferido ao sindicato? Quais as estratégias traçadas para recuperar a influência em dissolução? Como se dava a

dinâmica entre classe operária e anarquismo nesse contexto? Não seriam os anos 1920 e 1930 a confirmação das advertências lançadas pelos anarquistas céticos ao sindicalismo?

Manter a propaganda do ideal anarquista, sem dúvida, era também uma questão de identidade, de identidade social e de identidade política. Mas talvez tenha sido muito mais do que isso. Era lutar pela sobrevivência daquilo que consideravam ser a única saída para a humanidade: romper com as desigualdades, opressões e explorações.

ANARQUISTAS E COMUNISTAS: A RUPTURA

Como foi visto anteriormente, o processo revolucionário desencadeado na Rússia em 1917 contou com o apoio dos anarquistas de várias partes do mundo, incluindo o Brasil. A expansão do movimento revolucionário para países do leste europeu e, sobretudo, os desdobramentos da revolução espartacista na Alemanha alimentavam a convicção não apenas da putrefação iminente do capitalismo que se destruiu na autofagia da guerra imperialista. Carregavam consigo a convicção de que as vias reformistas dos partidos socialistas provavam-se equivocadas e enganosas. O Partido Social-Democrata Alemão (SPD) teria decretado a sua morte ao sustentar os planos bélicos de um Estado que dedicava-se a conquistar territórios de “povos sem história”, para a satisfação dos grandes conglomerados industriais e financeiros de seu país. Aos olhos dos anarquistas, o malogro da ação do SPD, que tanto servia de espelho a outros partidos socialistas do mundo, era a prova irrefutável da falácia do parlamentarismo e da política de alianças de classe, ainda que estrategicamente momentâneas. O controle exercido pelo SPD sobre os sindicatos alemães teria anestesiado a ação “espontânea” direta dos trabalhadores, viabilizando uma política reformista que, por sua vez, conduziu à adesão de preceitos nacionalistas e às conseqüências nefastas da guerra. No entanto, a equivocada política social-democrata receberia a inevitável contrapartida das massas trabalhadoras, que, em situação de crise extrema e com o estímulo vindo do Oriente, resgatavam o seu potencial revolucionário. O combate viria de toda parte, mesmo de quadros da social-democracia, tais quais Liebknecht e Rosa Luxemburgo, historicamente críticos aos rumos tomados pelo grupo majoritário do partido. A revolução espartacista trazia consigo a revolta popular contra as amarras da burocratização reformista, presa à política da classe dominante. Ainda que pudessem existir anarquistas que

consideravam a revolução como um fenômeno “natural” da evolução social, muitos outros sabiam que ela poderia ou não ocorrer. De toda forma, a revolução em curso era uma reação ao contexto de sufocamento dos trabalhadores, a uma política hostil, que além de os oprimir econômica, social e moralmente, punha em risco as suas vidas e as de seus familiares. Uma reação para enfim superar o estágio de dominação. A imposição do revolucionarismo sobre o reformismo e seus intrínsecos efeitos só podia contar com o apoio dos anarquistas²⁵⁴.

Mas os conflitos entre os revolucionários russos, a consolidação dos bolcheviques e a aniquilação física de grupos de oposição revolucionária, como o de Néstor Makhno na Ucrânia, resultaram numa reviravolta global da posição dos anarquistas frente à revolução dos soviets. Malatesta, Kropotkine, Goldman, que no início da revolução, diante das pressões exercidas pelas ameaças de intervenção das potências ocidentais para restauração da ordem anterior, admitiram uma temporária ditadura do proletariado, ou seja, a necessidade do Estado e da existência de um exército que garantisse as conquistas até aquele momento, passam a denunciar a construção de uma nova ordem burocratizante, de uma nova classe a perpetuar a exploração e a opressão já existentes. De outra parte, outros anarquistas passam a reavaliar suas posições, e acreditam que a defesa da revolução é condição essencial e único caminho para se alcançar os objetivos almejados, que valeram tantos anos de militância. Isto é, para os anarquistas que defendem a Revolução Russa, fortalece-se a idéia de que para permanecerem anarquistas é preciso revestir-se de bolcheviques.

Este antagonismo verificado no anarquismo internacional ocorre também no Brasil. Os onze números consultados da revista *Movimento Comunista*²⁵⁵, cuja publicação começa dois meses antes da fundação do PCB, deixam transparecer este

²⁵⁴ Sobre o acompanhamento dos desdobramentos da revolução russa na Alemanha, e as referências elogiosas a Rosa Luxemburgo e Liebknecht, ver, por exemplo: Os crimes da burguesia alemã. *O Sindicalista – Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano I, n. 6, 2 ago. 1919, p. 2; A Revolução Social no centro da Europa. - A onda vermelha que se avoluma e avança. – Proclama-se a República dos Soviets na Hungria e na Baviera – Espártaco ressurge na Alemanha. *A Plebe*. São Paulo, ano II, n. 8, 12 abr. 1919, p. 3. Ver ainda a publicação de fotos acompanhadas somente de legendas: Jornadas de guerra social em Berlim. À passagem do cortejo fúnebre dos insurreccionais mortos na luta, o marujo Tost, de pé sobre a balastrada do palácio real, pronunciando violento discurso revolucionário. *A Plebe*. São Paulo, ano II, n. 6, 29 mar. 1919, p. 1; Espartacistas em luta numa rua de Berlim. *A Plebe*. São Paulo, ano II, n. 9, 19 abr. 1919, p. 1; Espartacistas batendo-se em Berlim numa barricada feita de jornais e bobinas de papel. *A Plebe*. São Paulo, ano II, n. 17, 14 jun. 1919, p. 1.

²⁵⁵ *Movimento Comunista* (Rio de Janeiro) foi publicado mensalmente em 1922 e quinzenalmente até junho de 1923. Consultei apenas os números do seu primeiro ano de publicação, com exceção do número 1.

conflito. Em praticamente todas as edições, além da intenção de propagar uma nova forma de organização política que integrasse o Brasil na mobilização bolchevique internacional, havia artigos que pareciam ser destinados diretamente aos militantes anarquistas, antigos companheiros de luta daqueles que se bandearam para as fileiras do PCB. Textos escritos ora em termos mais cordiais, ora em tons mais ásperos, que tentavam dissuadir os anarquistas a abandonar a “velha doutrina” por outra que se mostrava teórica e empiricamente superior.

Esses escritos pareciam correspondência velada, dirigida por vezes nominalmente a algum militante ou agrupamento anarquista, ou, em termos genéricos, a todos eles, em que respondiam ao que os comunistas consideravam ataques de fúria desmedida, incompreensão ou hipocrisia de seus antigos companheiros.

A paulatina refutação do bolchevismo faz o movimento anarquista, sobretudo a fração que considerava os sindicatos instrumentos, prioritários ou secundários, de mobilização revolucionária, tentar fazer frente aos avanços da Internacional Sindical Vermelha (I.S.V.), braço sindicalista da III Internacional Comunista. No entanto, tornava-se cada vez mais freqüente a adesão de importantes organizações sindicalistas revolucionárias em todo o mundo à I.S.V., enquanto na Rússia a oposição capitulava pela força da repressão do governo revolucionário.

Exemplar das dificuldades de articulação entre anarquistas e sindicalistas antiestatistas contrários aos desdobramentos da Revolução Russa foi a Conferência Internacional dos Sindicalistas Revolucionários, ocorrida em junho de 1922, em Berlim. A chamada para o Congresso Internacional de Sindicalistas Revolucionários, assinada pelo secretário do seu Bureau Internacional, o anarquista Rudolf Rocker, é significativa, por demonstrar como os anarquistas e outros sindicalistas revolucionários tiveram um rompimento gradual em relação à Revolução Russa:

“Nós soubemos pela imprensa que o Comitê Executivo da I.S.V. [I.S.R. em francês] alterou a data do 2º Congresso da I.S.V., que deveria ter lugar em 23 de outubro, a uma data ulterior – notadamente em 20 de novembro de 1922. Dado que uma das razões pelas quais a Conferência Internacional de Berlim decidiu convocar o Congresso Internacional dos Sindicalistas Revolucionários à data de 12 a 19 de novembro foi seu desejo profundo e consciente de não forçar a ruptura e de dar a possibilidade ao Congresso de Moscou reconsiderar a política de cisão exercida até aqui pela I.S.V., no seio do movimento sindicalista revolucionário mundial, o Bureau Internacional dos Sindicalistas Revolucionários, fiel ao

espírito do mandato conferido pela Conferência de Berlim, e ansioso de não fechar irrevogavelmente a porta a toda possibilidade de ação comum, CONVOCA O CONGRESSO MUNDIAL DOS SINDICALISTAS REVOLUCIONÁRIOS E INDUSTRIAIS EM BERLIM PARA A DATA DE 25 DE DEZEMBRO DE 1922 (NATAL) E DIAS SEGUINTEs.”²⁵⁶

De acordo com o que foi visto no capítulo anterior, no Brasil algum esboço de crítica publicizada ao bolchevismo surge já em 1919, em materiais de propaganda que admitiam entre seus colaboradores, partidários de ambas as tendências em processo de cisão. Dentre eles, encontrava-se *Renovação*²⁵⁷, editado por um grupo de mesmo nome entre dezembro de 1920 e janeiro de 1921, que viria a ressurgir em fevereiro de 1922 sob a direção dos anarquistas antibolcheviques.

Na carta de “*princípios, fins e meios*” do Grupo Social Renovação, elaborada em sua constituição, a 4 de janeiro de 1921, eram adotados como meios legítimos de luta, três pontos, que indicam paulatinamente um rompimento interno entre próceres e críticos ao bolchevismo:

“1 – A luta direta e implacável das classes proletárias organizadas em sindicatos contra a dominação da classe capitalista burguesa, seus privilégios político-econômicos, pugnando pela derrubada do Estado atual, como reflexo do poder de uma classe.

2 – A ditadura do proletariado, como poder transitório, para esmagamento radical do regime capitalista, defesa da revolução, supressão da exploração do homem pelo homem, fazendo triunfar o comunismo pela expropriação, socialização e abolição da divisão da sociedade em classes.

*3 – O Grupo Social Renovação manifesta-se contrário à luta parlamentar, podendo, individualmente, qualquer dos seus componentes manifestar a respeito a sua opinião, desde que ela esteja de acordo com as resoluções tomadas pelo Segundo Congresso da Terceira Internacional de Moscou.”*²⁵⁸

O Grupo Social Renovação, portanto, é claro ao admitir a ditadura do proletariado como método legítimo de luta. E apesar de defender a priorização da ação direta dos trabalhadores, através dos sindicatos, libera aos seus membros, individualmente, a decisão de lançarem-se à luta parlamentar, com a ressalva de que

²⁵⁶ *Bulletin International des Syndicalistes Révolutionnaires et Industrialistes*. Berlim, n. 2-3, ago. 1922 [p. 40].

²⁵⁷ *Renovação – Quinzenário Syndicalista e Comunista*. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 16 dez. 1920; ano II, n. 2, 1 jan. 1921; ano II, n. 3, 20 jan. 1921.

²⁵⁸ *Renovação – Quinzenário Syndicalista e Comunista*. Rio de Janeiro, ano II, n. 3, 20 jan. 1921, p. 2.

fossem observadas as resoluções do II Congresso da III Internacional. Isso fazia desse grupo um grupo não anarquista? Não exatamente. O subtítulo do jornal dizia ser um *quinzenário sindicalista e comunista*, o que, naquele momento, podia indicar anarquistas que se utilizaram dessa denominação para mostrar-se de acordo ao movimento russo. Por outro lado, como foi visto anteriormente, foi estabelecida uma tradição sindicalista de neutralidade política como estratégia de sobrevivência dos anarquistas nos sindicatos, ainda que ela viesse acompanhada com a recomendação da negação da luta parlamentar. Ainda assim, percebe-se, já aqui, claros sinais de que os membros desse grupo estão em processo de afastamento do anarquismo. Ou, como sua carta de princípios estabeleceu, ao negar envolvimento com o grupo Coligação Social: “*adotamos um programa definido, sem os exclusivismos que infestam a propaganda libertária*”²⁵⁹.

Não podemos precisar os nomes dos militantes que compunham o Renovação, além do redator-chefe Mancio Teixeira, o administrador J. Freitas e o redator principal A. Correia. Mas constam como assinantes de artigos o “Prof. C. C.”²⁶⁰, Antonio Canellas e Everardo Dias, que integrariam o PCB pouco mais de um ano depois, além de Antonio Trotte, que mantinha uma postura de ceticismo, preferindo que as múltiplas informações desconstruídas vindas do exterior fossem confirmadas e desmentidas pelo tempo, para, enfim, marcar posição.

A cisão definitiva veio logo a seguir, em novembro de 1921, e com ela claras definições de posição. Neste sentido, do material consultado, as mais antigas declarações de explícita definição de posição francamente contrária aos bolcheviques em material de propaganda escrita no Brasil datam do primeiro dia de 1922, quando o grupo Aliança Anarquista lança seu jornal *O Libertário*²⁶¹, em São Paulo, coincidindo com as vésperas da formação do PCB. Os quatro números consultados, lançados quinzenalmente nos meses de janeiro e fevereiro de 1922, são dedicados quase que exclusivamente ao propósito de marcar posição (e, evidentemente, esperar a adesão dos leitores) na defesa do ideal anarquista, o que implicava a reafirmação da rejeição a todas as formas de opressão, incluindo as do Estado controlado pelos bolcheviques.

²⁵⁹ *Renovação – Quinzenário Sindicalista e Comunista*. Rio de Janeiro, ano II, n. 2, 1 jan. 1921, p. 1.

²⁶⁰ Alex Buzeli Bonomo (*O anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935)*). São Paulo: Dissertação de mestrado em História/PUC-SP, 2007, p. 145) afirma que o Prof. C.C. seria Coelho Cintra, mas não cita a fonte. Apenas para registro, Cristiano Cordeiro, era professor.

²⁶¹ *O Libertário – Edição da ‘Aliança Anarquista’*. São Paulo, ano I, n. 1, 1 jan. 1922; 15 jan. 1922; 4 fev. 1922; 15 fev. 1922.

Antes disso, até pelo menos o dia 5 de novembro de 1921, data mais recente de uma publicação com influência anarquista consultada até a virada do ano, se já não se dedicava mais muito espaço nas publicações acerca dos desdobramentos (e estancamentos) da onda revolucionária no Leste Europeu, ainda se lia um apelo para que se prestasse socorro aos flagelados do “*heróico proletariado russo, que há quatro anos vem sustentando uma luta sem precedentes na história do capitalismo mundial*”²⁶².

De toda forma, a reprodução do apelo do Comitê em um contexto em que gradualmente se verificava a ausência de referências que acompanhassem a Revolução Russa, em franco processo de estagnação em suas investidas rumo ao Ocidente, pode ser interpretada como se fosse de indefinição interna entre os militantes anarquistas articuladores da relação entre anarquismo e movimento operário no Brasil. Após o surto inicial de otimismo diante da eclosão da Revolução, a defesa da continuidade da “ditadura do proletariado” impunha-se como uma questão fundamental para os anarquistas. Se diante das ameaças de intervenção estrangeira e em um contexto de guerra, muitos dos principais nomes do anarquismo internacional e do Brasil reconheceram a necessidade de um Estado temporário para garantir a existência e expansão da revolução, a partir de 1921 iniciam-se as desconfiças de que o aparelho estatal instalado permaneceria indefinidamente. Cedo ou tarde o impasse surgiria: o que é mais revolucionário? A crítica ou a defesa à única revolução conhecida até então com chances reais de instaurar um regime que negasse o direito à propriedade privada dos meios de produção? Os métodos bolcheviques de implantação do socialismo eram condizentes em relação aos fins almejados? Seria possível abrir mão de certo pragmatismo em nome de uma defesa intransigente da união intrínseca entre meios e fins (o que do contrário seria, por si só, anti-revolucionário)? Quaisquer que fossem as respostas encontradas, existiria um cálculo de custos e ganhos. Em qualquer hipótese algo seria sacrificado. Houve um racha de posições, e cada qual encontrou respostas pelas quais pudessem justificar a sua opção em nome do ideal pelo qual sempre lutaram.

Alguns aderiam aos métodos e teorias que se apresentavam como mais eficazes, graças à consolidação do Estado soviético. Para estes, não haveria

²⁶² Comitê de Socorro aos Flagelados Russos – Apelo aos trabalhadores do Brasil. *A Plebe*. São Paulo, ano V, n. 126, 5 nov. 1921, p. 3. (O Comitê tinha sede no Rio de Janeiro, e este apelo foi redigido em setembro de 1921).

contradição em sua escolha com o ideal partilhado por anos a fio no passado. Ao contrário, era o único meio viável, uma vez que anos de dedicação de energias para a luta, segundo os métodos antigos, mostraram-se limitados e inoperantes. Outros precisavam reformular publicamente sua antiga posição de defesa daquela revolução, de modo que não fosse afetada a coerência de suas antigas convicções, conservando-as “puras”, no sentido de que deviam se demonstrar permanentemente válidas e verdadeiramente revolucionárias.

A ruptura definitiva se deu em algum momento em novembro de 1921. Sem informar datas, Ferdinando Aló relata o momento final dessa tensão interna. A cisão definitiva se deu durante conferências chamadas por Astrojildo Pereira no Rio de Janeiro, que tinham por finalidade resolver, de uma vez por todas, exatamente a questão da posição do grupo diante da Revolução Russa:

“A convite de Astrojildo Pereira, realizou-se nesta capital uma série de conferências, para definir a atitude dos anarquistas ante a Revolução Russa.

Assistiram à reunião todos os militantes, inclusos J. Oiticica, Brandão, Elias, etc.

Astrojildo começou a ler uma porção de considerações do ex-camarada russo Clubaltik e de outros mais.

A seguir falou Ferdinando Aló, que principiou por afirmar que os maximalistas, depois de conquistarem o poder, trataram de impor várias reformas de caráter político e econômico, obstaculando, assim, o estabelecimento da liberdade.

A política de Lênin, traiçoeira como a de Carlos Marx, veio demonstrar ao mundo a falência do socialismo e o perigo da ditadura do proletariado.

Foi uma verdadeira desilusão para todos os revolucionários. E a prova é que, tendo a revolução abolido todas as opressões e explorações, os bolchevistas são autoritários e nada fizeram para libertar e emancipar a classe operária, e, ao contrário, os bolchevistas, consolidando-se no poder, fizeram da Rússia o país mais militarizado do mundo. León Trotsky é um novo Napoleão: ameaça à direita e à esquerda, com seu exército vermelho.

Nós libertários repelimos a ditadura do proletariado, porque os proletários estão nos campos, nas oficinas, nas fábricas, no mar e por toda a parte produzindo e a ditadura é exercida por burgueses disfarçados de operários.

Os Palmeiras, Maurícios e Nicanores, socialistas comunistas, são políticos.

Nós, anarquistas, faremos em toda a parte onde nos encontrarmos, propaganda libertária, ensinando ao trabalhador os princípios básicos da anarquia.

A fórmula socialista é sempre oposta à Anarquista, podendo-se resumir assim:

‘Vota por mim, que eu pensarei por ti’. A fórmula anarquista diz: ‘Trabalhador, tem confiança em ti, porque nunca obterás nada a não ser com o teu contínuo esforço e o teu sacrifício’.

Assim foi a conclusão dessas conferências do camarada Aló.

Todos os camaradas, entre os quais Oiticica, Brandão, e outros, apoiaram as afirmações do camarada.

Astrojildo, vendo-se em maus lençóis, confessou que estava de acordo com a ditadura proletária, divergindo de todos os anarquistas, passando pela ala esquerda para a direita, indo fundar nesta capital o partido comunista, de caráter político.

*Assim houve a divisão entre os libertários cariocas.*²⁶³

Porém, uma vez dada a ruptura interna de programa revolucionário, a interlocução entre ex-companheiros, a partir de então mais acalorada, continuou de parte a parte. Pelo menos durante 1922, *Movimento Comunista* reproduziria três artigos do “*anarquista russo bastante conhecido na França*”, Victor Serge²⁶⁴. Tratava-se de uma clara tentativa de provar que a cisão dos militantes que fundaram o PCB fazia parte de uma autocritica que não era exclusiva, e, portanto, improcedente, além de persuadir seus antigos companheiros a fazerem o mesmo. O autor russo foi apresentado “*como autêntico revolucionário*”, o que significaria dizer, ao contrário dos seus congêneres brasileiros, alguém que “*prefere colaborar efetivamente na Revolução ao invés de deblaterar à distância sobre a Revolução*”.

Neste sentido, a divisão foi fruto de uma “*crise do anarquismo*”, como avaliou Astrojildo Pereira, ao contextualizar a formação do PCB dentro de um processo internacional de mudanças de organização operária, o qual o autor qualificou de “*crise internacional do proletariado*”. A cisão libertou os dois grupos para propagandear sua

²⁶³ F. A. [ALÓ, Ferdinando]. Conferências realizadas no Rio de Janeiro. *O Libertário – Edição da ‘Aliança Anarquista’*. São Paulo, ano I, n. 4, 15 fev. 1922, p. 4. A confirmação de que o autor do artigo F.A. corresponde a Ferdinando Aló, encontra-se na reprodução do artigo na documentação pessoal de Astrojildo Pereira (CEDEM). Nesse mesmo texto, Astrojildo faz uma nota à referência a Clubaltik: “(? Kibaltchich = Victor Serge, ex-anarquista)”.

²⁶⁴ Cf. A revolução e suas realidades. *Movimento Comunista – Mensário de doutrina e informação internacional*. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, mar. 1922, p. 89-95; O problema da ditadura. Rio de Janeiro, ano I, n. 9-10, ago.-set. 1922, p. 269-274; Velhas rotinas. São Paulo, ano I, n. 13, dez. 1922, p. 364-368. A qualificação de Serge como anarquista consta na apresentação de seu primeiro artigo, de março de 1922, quando se anuncia também, na contracapa, a publicação, para breve, de uma brochura de sua autoria intitulada “*Os anarquistas e a Revolução Russa*”.

posição de modo franco, sem constrangimentos e sem os riscos de se gerarem “confusionismos”, para utilizar um termo usual dos escritos daqueles anos:

*“A celeuma atual nada mais é que a expressão inevitável dessa crise. E por isso mesmo, saudável, revigoradora, fecundíssima. Só assim poderemos viver, uns e outros. A confusão é que é perniciosa, por entorpecedora, pois, com o debate. Mantenhamo-lo e sustentemo-lo, antes, com energia e desassombro. E sobretudo com elevação de vistas, com superioridade de ânimo, com lealdade – coisas que não excluem, ao contrário: dignificam a veemência, o ardor, a paixão. Deixemos, isso sim, os vis processos de intriguilhas e difamações aos eternos incapazes e impotentes, ontem como hoje dignos apenas de desprezo e comiseração...”*²⁶⁵

Do lado dos anarquistas, a cisão os estimulou a tecer francas críticas libertárias aos bolchevistas²⁶⁶. Os bolchevistas encarnavam-se no Brasil através de alguns de seus mais experientes e dedicados companheiros. Não existia mais razões para constrangimentos, afinal se configurava uma nova e intensa disputa entre correntes políticas nos meios proletários. Se as relações entre anarquistas e movimento operário não foram de fato tão fortes como queriam os militantes ácratas, eles tinham agora como adversários políticos não apenas os tradicionais grupos reformistas e colaboracionistas, contra os quais continuavam a se bater e até ali tinham relativo sucesso. Agora encontravam-se na longa lista de rivais, por vezes, tratando-se como inimigos, alguns de seus companheiros mais devotados e articulados, que constituíam algumas das mais sólidas pontes entre os movimento anarquista e operário.

Contudo, o surgimento do PCB seria apenas um dos novos obstáculos que a militância anarquista teria que enfrentar na década de 1920. O monopólio da revolução não cabia mais apenas aos anarquistas, nem ficava restrito apenas ao movimento operário. Mesmo considerando os limites da revolução defendida pelo tenentismo, eles se autoproclamavam revolucionários e como tais eram vistos, de modo geral. Esse movimento contribuiria para uma mudança de rumos na vida política republicana brasileira, do qual o anarquismo seria vítima e teria que se defrontar. Aos anarquistas se colocavam novos dilemas frente a emergência de novos agentes que deslocavam o

²⁶⁵ PEREIRA, Astrojildo. Não nos assustemos com o debate. *Movimento Comunista – Mensário de doutrina e informação internacional*. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, mar. 1922, p. 69-70.

²⁶⁶ Ver LUZ, Fabio. Maximalismo e anarquismo. *O Libertário – Edição da ‘Aliança Anarquista’*. São Paulo, ano I, n. 1, 1 jan. 1922, p. 2-3.

protagonismo da ação e redefiniam o próprio sentido de “revolução” que os libertários se esforçaram por construir e difundir até então²⁶⁷.

O ANARQUISMO NA ÉPOCA DAS “REVOLUÇÕES PEQUENO-BURGUESAS” E “BURGUESAS”

Quando da eclosão da rebelião tenentista no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, a 5 de Julho de 1922, os anarquistas não tomaram parte ativa de nenhuma forma. A ação tomou o governo de surpresa, mais ainda os militantes anarquistas, que não faziam a menor idéia da possibilidade do levante, embora acompanhassem, como todos que acompanhavam os noticiários políticos do país, as tensas relações que se estabeleceram, desde a campanha eleitoral, entre o governo civil de Arthur Bernardes e uma parcela do contingente militar ligada ao ex-presidente Hermes da Fonseca.

Mesmo sem qualquer envolvimento direto ou indireto com o movimento militar, a reação governamental imediata, sob a forma de estado de sítio, atingiu também o movimento operário, provocando o empastelamento da imprensa e a prisão de indivíduos identificados como subversivos à ordem. O mesmo aconteceria, com maior vigor, dois anos depois, com o segundo levante tenentista, então iniciado em São Paulo, na mesma data.

Frisa-se que não havia qualquer relação direta entre os movimentos operário e anarquista com o tenentismo, a não ser breves indícios de tentativas de aproximação anteriores, que não resultaram em atos concretos. Como foi ressaltado anteriormente, no final da década de 1910, logo após as greves de 1917 e estimulados com o exemplo da união entre soldados e trabalhadores, que desenvolveu o processo revolucionário na Rússia, os anarquistas tentaram persuadir, por intermédio de sua imprensa e homenagens aos soldados mortos na greve da Cantareira, os militares para que dessem suporte aos movimentos desencadeados pela classe operária. Chegou-se mesmo a considerar que algum apoio havia sido conquistado, ao atribuírem ingenuamente

²⁶⁷ Sobre a contraposição de projetos que se diziam revolucionários, e a memória e implicações construídas a partir do ponto de vista vencedor para legitimar sua vitória e desqualificar os projetos considerados “vencidos”, atribuindo-lhes fragilidades inexoráveis, ver DE DECCA, Edgar. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 4. ed., 1988.

funções estratégicas e minúcias da insurreição malfadada de 1918 ao tenente infiltrado Jorge Elias Ajus²⁶⁸.

Anos mais tarde, nos primeiros meses de 1923, a polícia obteve a informação de que militares, por vezes com a cumplicidade do deputado Maurício de Lacerda, sondaram lideranças operárias cariocas de várias tendências, como Everardo Dias, pelos comunistas, Evaristo de Moraes e Sarandi Raposo, da Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, e o próprio Oiticica, pelos anarquistas, a tomarem parte em uma nova conspiração, convocando greves gerais quando eclodisse a revolta entre os militares²⁶⁹. Dada a dificuldade de se obter fontes de uma operação clandestina, estima-se, sem maiores informações e sem saber os motivos, que tanto os anarquistas quanto os cooperativistas rejeitaram a aliança. O que se sabe, a partir de depoimentos e registro de memórias de militantes da época, é que algumas lideranças do PCB comprometeram-se a apoiar o levante comandado pelo Cel. Isidoro Dias Lopes desde o Rio de Janeiro e São Paulo, impedido de ser realizado pela ação da polícia e pela prisão de oficiais do Exército e da Marinha em abril²⁷⁰. Ao mesmo tempo, e depois da explosão de uma dinamite em frente a uma padaria na capital federal, a polícia também efetuou o fechamento de associações como a União Geral dos Empregados em Hotéis e Restaurantes e a União dos Operários em Construção Civil, e a prisão de diversos militantes considerados perigosos, dentre eles Florentino de Carvalho e Octavio Brandão²⁷¹.

Se o episódio de 1918 e as supostas tentativas de aproximação de 1923 contribuíram ou não para que o governo considerasse a existência de uma real articulação entre revolucionários ligados ao movimento operário e os rebelados militares, é difícil dizer. O que é certo é o fato do governo não fazer distinção entre os amotinados das Forças Armadas e outros adversários políticos, identificados pelo Estado como potenciais perigos revolucionários, e, mesmo não existindo uma vinculação efetiva, tornava essa possibilidade bastante plausível. Simbólica disso foi a

²⁶⁸ Em seu relato ao inquérito policial, o tenente Jorge Elias Ajus narra em pormenores a forma como descobriu os planos sediciosos dos anarquistas e a facilidade com que fez-se aceitar pelo grupo. Este depoimento, ao lado dos de outros acusados de conspiração, foi publicado no jornal carioca *Correio da Manhã* de 24 e 26 de dezembro de 1918 e encontra-se reproduzido em BANDEIRA, Moniz, MELO, Clovis e ANDRADE, A.T. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: 2.ed., Brasiliense, 1980, p. 307-312.

²⁶⁹ DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: 2.ed.rev.ampl., 1977, p. 194-195.

²⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 194.

²⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 195.

prisão de Oiticica, que também era um dos participantes da conjuração de 1918, na ocasião do segundo levante tenentista, em 1924. Ao chegar ao Rio de Janeiro a notícia da revolta de parte dos batalhões paulistas, a polícia do Distrito Federal tomou suas providências para neutralizar a ação de indivíduos suspeitos de poder organizar seus desdobramentos na capital da República. Dentre esses, foi preso o professor José Oiticica, na porta do Colégio Pedro II, onde trabalhava. Sem saber o motivo pelo qual estava sendo preso na frente dos seus alunos, o estado de sítio lhe renderia 5 anos de cadeia nas ilhas-prisão da baía da Guanabara²⁷².

Ao que tudo indica, os rebeldes do Exército e da força pública estadual de São Paulo jamais procuraram lideranças do movimento operário, seja qual fosse a corrente política, para dar suporte na preparação dos seus planos insurrecionais, em 1924. Entretanto, os anarquistas sabiam, por experiências nada remotas, que, caso as forças legalistas vencessem, o governo agiria sob “*um ódio terrível de vingança e opressão sobre o povo*” para aplacar qualquer manifestação contrária à ordem estabelecida. A única tentativa de aproximação foi feita somente dez dias após a deflagração da revolta e cerca de cinco dias do grande bombardeio legalista contra a cidade. Trata-se da publicação, na mesma edição de *A Plebe*, de um relato dos combates que se travaram na cidade, elogioso aos rebeldes²⁷³, um manifesto condenando os bombardeios legalistas²⁷⁴ e uma moção endereçada ao “*Comitê das Forças Revolucionárias*”²⁷⁵ em resposta ao “*Manifesto que os Chefes do Movimento Revolucionário publicaram pelos jornais*” da capital paulista, endereçados à população. Esta moção foi assinada por um

²⁷² SAMIS, Alexandre. Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: Vol. 1 – A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 91.

²⁷³ Movimento revolucionário. Forças do Exército e da Polícia estadual convulsionam-se – Assaltos às delegacias de polícia da 2ª, 7ª e 8ª circunscrições e às estações do Braz, Sorocabana e Luz – A situação da cidade e a atitude do povo – O triunfo dos revolucionários – O saque – O caráter da revolução – A nossa opinião – A luta continua – Infâmias dos legalistas – Dúvidas justificáveis – Uma Moção de militantes operários – Um manifesto ao proletariado. *A Plebe – Periódico Comunista-Libertário*. São Paulo, 25 jul. 1924, p. 1-2.

²⁷⁴ Ao proletariado paulista. *A Plebe – Periódico Comunista-Libertário*. São Paulo, 25 jul. 1924, p. 2.

²⁷⁵ Uma moção de militantes operários ao Comitê das Forças Revolucionárias. *A Plebe – Periódico Comunista-Libertário*. São Paulo, 25 jul. 1924, p. 2. A moção, publicada em *A Plebe* apenas no dia 25 de julho, foi confeccionada no dia 15 do mesmo mês. Assinaram-na: “Pedro A. Mota, *gráfico*; José Righetti, *tecelão*; José Ribeiro, *carteiro*; Arsênio Palácios, *empregado no comércio*; Francisco de Simoni, *sapateiro*; Paulo Menkitz, *tecelão*; Pasqual Martinez, *engomador*; Belmiro da Silva Jacintho, *vidreiro*; Nino Martins, *gráfico*; Antonino Domingues, *sapateiro*; João Peres, *sapateiro*; Fernando Ganga, *sapateiro*; Fernando Donaire, *metalúrgico*; Antonio Cordon Filho, *carpinteiro*; João Castelani, *tecelão*; Mario Silva, *marceneiro*; José Sarmento, *chapeleiro*; João Badué, *sapateiro*; Rodolpho Felipe; Francisco Pawlik, *lustrador*; João Matheus, *pintor*; Alberto Magagni; Marino Spagnolo, *alfaiate*; Antonio Lucas, *pintor*; José Gomes, *pedreiro*; José Granero, *pedreiro*; Pedro Zanela, *pedreiro*; Affonso Festa, *sapateiro*”.

grupo de operários composto por anarquistas, em sua maioria, que se apresentavam como *“militantes das classes trabalhadoras de S. Paulo”*.

A moção diz reconhecer no tal manifesto a tradução das boas intenções dos rebelados contra o açambarcamento de produtos de primeira necessidade. Além disso, e principalmente, dado que havia pouco tempo da revogação do estado de sítio, e que antes disso, o movimento operário também tinha sido alvo de inúmeras arbitrariedades condenadas pela Constituição Federal, os signatários viam com simpatia sua disposição de *“realizar um trabalho de regeneração nos costumes políticos, sociais e econômicos da República brasileira, - ‘republicanizando-a’, - e readquirir ao povo os direitos de liberdade e vida que até o presente não têm ido além de uma utópica promessa existente, apenas, nas páginas que enfeixam a Constituição brasileira”*. Por isso, a disposição mínima em fazer valer a liberdade e a democracia registradas na Carta Magna, e extirpar os vícios de corrupção e arbitrariedade instalados no Brasil desde a República, por si só, já era motivo mais do que suficiente para justificar a rebelião.

Citando trechos do Manifesto que, segundo eles, explicitavam o interesse dos rebeldes em enfrentar o problema da carestia de vida e em repor garantias de liberdade mínima que interessavam diretamente à organização dos trabalhadores, quais fossem o direito de associação e de livre opinião, na moção apresentaram os *“alvitre”* seguintes ao Comitê revolucionário:

“1º - A fixação do salário mínimo para todas as classes trabalhadoras do Estado, de conformidade com a tabela de gêneros de primeira necessidade, inclusive vestuário e habitação.

2º - A fixação também de uma tabela de preços máximos para os gêneros de 1ª necessidade, vestuário e habitação, em equilíbrio com a tabela a que se refere o período acima;

3º - O direito de associação para todas as classes trabalhadoras;

4º - A liberdade de imprensa operária e a manifestação do pensamento em praça pública, bem como a revogação na lei de expulsão da parte em que se refere às questões político-sociais;

5º - O direito de fundar escolas de instrução e educação, cingidas aos métodos que lhe pareçam mais práticos e venham ao encontro das suas aspirações de liberdade e justiça;

6º - Finalmente, a generalização do dia de 8 horas de trabalho.”²⁷⁶

Chamam a atenção pelo menos dois aspectos. Primeiramente, nota-se que os seis pontos foram “alvitados” e não reivindicados, muito menos impostos como condição inegociável, tal qual freqüentemente sugeria o arcabouço discursivo do sindicalismo revolucionário aos trabalhadores para que tomassem consciência de seu potencial revolucionário. Além dessa postura, que pode ser considerada muito mais tímida do que se almejava, sugerem-se ao menos três medidas (as duas primeiras e a última), que, para tornar-se efetivas, deveriam ser impostas e garantidas por um Estado ou um novo governo sob a gerência do Comitê de militares.

Tanto a demora em oferecer sua simpatia ao movimento, quanto a sua posição de colocar-se como solicitantes de atendimento de medidas, indica, por um lado, a fragilidade dos movimentos operário e anarquista naquele momento, fruto da seqüência de ondas repressivas que se instalou desde 1919, intensificada em 1922. Por outro lado, atesta a completa falta de vínculo no desencadeamento da revolução, o que não os coloca numa posição de igualdade para a condução do processo, pelo menos naquele momento. De toda forma, se o momento não era propício para aventurar-se na condução de um movimento devido à falta de força política, e se a rebelião em curso não tinha os mesmos amplos objetivos da tão sonhada Revolução Social libertária, ainda assim ela se mostrava uma grande oportunidade que não deveria ser desperdiçada, tanto para restabelecer liberdades suspensas ou meramente descumpridas, como também para evitar o risco de se perder, em definitivo, o reconhecimento público como vanguarda revolucionária:

“Já que não contamos com uma força consciente e moral no seio das classes trabalhadoras e populares para fazermos uma revolução genuinamente ‘nossa’, entendemos que, como diz Malatesta, devemos contentar-nos com fazer uma revolução o mais ‘nossa’ que seja possível, favorecendo e participando moral e materialmente, a todo movimento direto no sentido da justiça e da liberdade.

O movimento presente, pela linguagem dos Manifestos publicados, apresenta este caráter. Portanto, como revolucionários, julgamos de nosso dever apoiá-lo, ainda que não materialmente, ao menos moralmente, pouco importando, como ainda afirma Malatesta, de sermos abandonados, atraindo, como nos têm sucedido outras vezes; mas é preciso correr o risco se não se quer ficar praticamente

²⁷⁶ Idem, ibidem.

inativos e renunciar a concorrer com a força de nossas idéias e da nossa ação para o curso da história. (...)

(...) não podemos deixar de simpatizar com os objetivos dos revolucionários, pois que vêm trazer algo de aproveitável que, sem o risco do pouco de liberdade que goza, sem o perigo da própria vida, o povo tem reclamado para isso como direitos inerentes ao gênero humano: liberdade, justiça, vida.

Todavia, se isto falhar, pouco ou nada perderemos; e, como sempre, continuaremos na estacada, propagando os nossos princípios, difundindo o nosso ideal pela implantação na terra de uma sociedade puramente igualitária, onde o homem seja livre sobre a terra livre.

Finalmente, conquiste ou não conquiste o povo os direitos prometidos pelos revolucionários, nós continuaremos a ser o que somos hoje: anarquistas.”²⁷⁷

Por fim, existe ainda uma última justificativa para a simpatia dos anarquistas ao movimento tenentista. De acordo com sua análise, a maior parte das forças rebeldes compunha-se das baixas patentes do Exército, o que significaria dizer que a maior parte dos elementos rebelados provinham das classes populares, mesmo que comandados por oficiais. Seguindo esse raciocínio, reconheciam ser um movimento popular, apesar das feições militares e dos objetivos restritos em relação ao seu ideal revolucionário:

“É verdade que esse movimento revolucionário não é uma obra levada a efeito pelo povo. Todavia, embora dirigida e alimentada por oficiais do exército, a causa principal do seu triunfo é devida, sem desconhecer os serviços da oficialidade, aos soldados que a secundaram, soldados estes que representam uma partícula desse todo que se chama – POVO.

Portanto, o movimento, mesmo com as características que apresenta, é uma obra do povo (...)²⁷⁸.

Embora o apoio anarquista ao movimento tenentista tenha se restringido apenas a um suporte, como diziam, moral, o episódio é significativo do ponto de vista da relação da historicidade das idéias do movimento anarquista no Brasil daquele momento. É freqüente a tentação de se pensar o anarquismo em alguns aspectos gerais de suas proposições, e tomar ao pé da letra as palavras de ordem pregadas em sua

²⁷⁷ Movimento revolucionário. Forças do Exército e da Polícia estadual convulsionam-se – Assaltos às delegacias de polícia da 2ª, 7ª e 8ª circunscrições e às estações do Braz, Sorocabana e Luz – A situação da cidade e a atitude do povo – O triunfo dos revolucionários – O saque – O caráter da revolução – A nossa opinião – A luta continua – Infâmias dos legalistas – Dúvidas justificáveis – Uma Moção de militantes operários – Um manifesto ao proletariado. *A Plebe – Periódico Comunista-Libertário*. São Paulo, 25 jul. 1924, p. 1-2.

²⁷⁸ Idem, ibidem.

propaganda, de modo atemporal e universal. É bem verdade que em seu material de propaganda há uma carência de análises de conjuntura aprofundadas, atribuindo um sentido mais denunciativo das mazelas gerais do capitalismo, do Estado e do clero em sua imprensa do que uma análise pormenorizada das contradições específicas de cada momento político. No entanto, embora o movimento anarquista produzisse e repetisse insistentemente a necessidade da intransigência dos princípios, eles também sabiam ser impossível, a todo o tempo, desconhecer a força e a capacidade revolucionária de outros setores político-sociais. Daí, por exemplo, ser compreensível o apoio a uma revolução militar mesmo que uma parte significativa de sua propaganda fosse destinada ao antimilitarismo e a denúncia segundo a qual o Exército, a Marinha e as polícias não eram nada além de braços armados da burguesia capitalista. E, no tocante ao antimilitarismo, vale lembrar que apesar das campanhas antibelicistas adotadas pela maior parte do movimento anarquista internacional, cabe lembrar que uma parcela dos anarquistas, dentre os quais Kropotkin, conclamou seus companheiros para que tomassem armas ao lado da França contra o mal do militarismo alemão na I Guerra Mundial. Este exemplo, cuja atitude foi amplamente questionada por Malatesta, é um dos tantos da diversidade de tomadas de posição da militância anarquista frente a situações concretas, que nem sempre se resumem a posturas gerais características.

Do mesmo modo, a intensa propaganda destinada aos trabalhadores não tornava o anarquismo uma ideologia apenas de trabalhadores para trabalhadores, como era muito comum proclamar-se em seu material de propaganda²⁷⁹. Havia anarquistas em diversas classes sociais e seu ideal deveria ser disseminado preferencialmente por todos e para todos. Os mesmos Kropotkin e Malatesta, para citar apenas dois exemplos de grandes referenciais internacionais, foram anarquistas que abnegadamente abriram mão de confortos próprios da condição das classes nas quais nasceram em prol da militância e seus dissabores.

Além deles, o anarquismo possuiu muitos adeptos da corrente anarco-individualista também oriundos de outras classes que não do proletariado. Porém, como foi visto no primeiro capítulo, o individualismo foi amplamente combatido por anarquistas de outras tendências, em todo o mundo e também no Brasil. Não por causa da origem de classe de muitos deles, mas porque eram absolutamente contrários a

²⁷⁹ Exemplar é o subtítulo adotado pelo hebdomadário paulistano *A Rebelião*, de 1914, a partir de seu segundo número: *Semanário de propaganda socialista-anarquista – Escrito por trabalhadores e para trabalhadores*.

qualquer forma de organização que submetesse a liberdade individual, o que os tornava cétricos e mesmo temerários a revoluções conduzidas por massas que quisessem impor novas normas que, a seu ver, comprometessem as individualidades. Daí a sua insistência em tentar impedir o desenvolvimento de propostas que visavam construir formas mais coesas de organização partidária, como sugeria Malatesta. Para eles, o indivíduo estava acima de tudo e, dentre todas as classes, poderiam encontrar revolucionários que se negassem a reproduzir formas de submissão. Sua insistência em rechaçar qualquer forma de organização e exaltar apenas a rebeldia individual, contribuiu para que os adversários revolucionários do anarquismo se valessem da sua intransigência e da condição de classe de muitos deles para destratar toda a corrente libertária, acusando a todos e às suas idéias de pequeno-burgueses, traidores do proletariado.

Não obstante, a solidez que o anarquismo obteve em contexto internacional e no Brasil se deu a partir de sua inserção no movimento operário. Essa inserção acabaria por provocar uma certa tendência obreirista no anarquismo organizacionista, reforçada em circunstâncias específicas, dentre as quais quando seus partidários sentiam-se ameaçados por eventuais tentativas de organização de associações operárias por elementos adeptos de outra ideologia (socialistas, reformistas, católicos, etc.). Em seus esforços pela necessidade de organização dos trabalhadores em torno dos sindicatos, ou nas campanhas contra cada investida de elementos estranhos ao anarquismo, creditados também como estranhos à classe operária, repetia-se à exaustão a famosa frase do *Manifesto Comunista*, “a emancipação da classe trabalhadora será obra dos próprios trabalhadores”, que apesar de ser forjada por Marx e Engels, foi muito comum em textos e epígrafes do material de propaganda anarquista de todo o mundo e também no Brasil.

As investidas contra os alienígenas nas associações operárias, por vezes, acabaram por provocar reveses em que os próprios anarquistas não operários tiveram que justificar sua militância e os motivos pelos quais poderiam ser considerados confiáveis, ao contrário dos seus adversários. É assim, por exemplo, que em uma acalorada discussão na sede da Federação Operária de São Paulo em torno da sucessão dos eventos da Revolução Constitucionalista, de 1932, a qual será retomada mais adiante, o sapateiro anarquista Pedro Catallo avaliou como prejudicial aos movimentos das massas o “*intelectualismo*” repleto de “*cantigas de ninar*” que “*invadiu as*

camadas populares”. À sua conclusão de preferir “*que os proletários fiquem sozinhos, que mal acompanhados*”, um outro anarquista, Osvaldo (Cartucci) Brasil replicou, ao declarar ser a convivência com os intelectuais benéfica, por “*estimular o proletariado e o elevar com o seu convívio. Lembra Tosltoi, Bakounine, Kropotkine, Malatesta, Faure e outros precursores do anarquismo, todos vindos da burguesia. Nem por isso eram menos revolucionários que o mais autêntico dos revolucionários do proletariado*”²⁸⁰.

Por outro lado, devido a essa mesma preocupação de afastar adversários políticos nos meios operários, tiveram que se esforçar também por se distinguir do bolchevismo, e explicitar aquilo que consideravam mais grave em sua revolução na Rússia, a instauração da “ditadura do proletariado”. Sendo a ditadura do proletariado, segundo o ponto de vista anarquista, um regime em que o Estado suprime as liberdades individuais sob o controle ditatorial de uma classe, seu ímpeto revolucionário era falacioso, uma vez que as classes não seriam suprimidas, senão apenas invertida a estrutura de poder. Portanto, os defensores do bolchevismo teriam apenas uma visão meramente classista em contraposição ao ideal universalista do anarquismo.

É nesse sentido e nesse contexto que o escritor, médico e inspetor escolar Fábio Luz²⁸¹ justificou sua militância como intelectual, colaborador na imprensa operária e conferencista em sindicatos e centros culturais. Apresentando-se como um “burguês autêntico”, reclamava o direito de poder desejar o fim das injustiças sociais e contribuir para a criação de um mundo novo. Portanto, o regime de exploração e opressão, segundo o autor, não abrangia apenas os trabalhadores, a classe que mais sofre os males das injustiças, mas acometia toda a sociedade, comprometendo mesmo a felicidade de industriais, comerciantes e militares, que exploram, açambarcam e fazem a guerra por culpa de um sistema que, apesar de aparentemente os beneficiar, também os vitimiza. Por isso, o estímulo à luta de classes empreendido pelos anarquistas, diferentemente dos bolchevistas, seria feito por uma questão estratégica, não por ódio, possuindo mesmo uma conotação moral ao declarar que “*quando os combatemos [os elementos das classes dominantes], temos pena deles, como nos apiedamos de todas as aflições de nossos irmãos*”.

²⁸⁰ [Atas de] Reunião de militantes [realizada na Federação Operária de São Paulo – 2ª parte]. *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP)*, Vol. 1, doc. 41, 11 out. 1932.

²⁸¹ Uma biografia de Fábio Luz e análise do conjunto de alguns de seus escritos foi feita por LIMA, Josely Tostes de. *A palavra e a pena: dimensões da militância de Fábio Luz. (Rio, 1903/1938)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História/PUC-SP, 1995.

“Sou um ‘burguês autêntico e me gabo de minhas idéias libertárias’.

A anarquia não é privilégio do operariado manual. Um ‘burguês autêntico’, que vive de seu trabalho mental, é um operário intelectual, sujeito às mesmas explorações e tão infeliz como o artífice que vê o produto do seu labor servir para crescer os capitais alheios.

É o anarquismo antes um conjunto de doutrinas filosóficas do que um partido político como pensam alguns; não é o anarquismo um privilégio das classes proletárias. A aspiração à justiça mais perfeita, à igualdade mais real, à felicidade mais garantida é geral. Se os operários sofrem mais, à falta de verdade, de solidariedade social, isso não quer dizer que o burguês também não seja vítima desta desorganização social que se pavoneia com o nome de ‘ordem’.

Os propagandistas pregam a luta de classes para a extinção das classes. (...)

A luta de classes com a reforma social, como desejamos, será no futuro um anacronismo. A questão social não é uma questão das classes operárias, é uma questão humana, que tanto burgueses como libertários têm o direito de estudar e tanto se podem gabar de anarquistas os tolstoianos como os bolchevistas, encarando-a sob o ponto de vista da justiça, sob o ponto de vista moral e felicidade geral, desde que reconheçam que, na sociedade vigente, não há lugar para a felicidade, nem do burguês, nem do aristocrata, nem do operário, nem do proletário. Todos são igualmente infelizes, nesta luta ferrenha e desumana de domínio e exploração.

Por que razão negar ao burguês o direito de desejar uma reforma social, que lhe dê maior gozo e mais sossego dentro de uma sociedade fraternal? (...)

A dor universal não magoa somente o operário manual, também o burguês sofre seus efeitos, e como ser humano, merece nossa solidariedade. (...)²⁸²

O problema, segundo Fábio Luz, não era a origem social dos revolucionários. Preferia chamar de companheiros “os burgueses autênticos que se gabam e se honram de suas idéias anarquistas” do que aqueles que, mesmo sendo operários em origem, tinham pretensões de serem “guias de homens, orientadores dogmáticos de associações, pequenos ditadores voluntariosos e manhosos, Lênines ‘in fiéri’, tiranêtes em gérmen”. O obreirismo bolchevista redundaria na reprodução da opressão de classe através da emergência de uma nova classe no poder. Tal perspectiva nada mais seria do que um “burguesismo de nome trocado”.

²⁸² LUZ, Fábio. Um burguês autêntico. *Renovação – Revista mensal, comunista-anarquista*. Rio de Janeiro, ano I, n. 4, fev. 1922, p. 55-57.

Ainda assim, o autor encontrava-se preso ao estreito vínculo que o anarquismo tentou estabelecer com os trabalhadores, e acabou atenuando sua condição de “*burguês autêntico*” definindo-se como um “*operário intelectual*”.

A essência do texto foi endossada por seus companheiros, tal como se pode ver na referência que *A Plebe* faz ao dizer que “*o notável romancista revolucionário tem carradas de razão em considerar o anarquismo campo aberto a todos os homens de boa vontade*”²⁸³. Mas nem por isso, os anarquistas, principalmente os adeptos do sindicalismo como método de luta, abandonavam uma concepção segundo a qual a centralidade da função revolucionária cabia aos que tinham seu trabalho explorado pelo capital. O que estava em questão para Fábio Luz e para os redatores de *A Plebe* era a necessidade de diferenciação frente ao bolchevismo que dava seus primeiros passos formais no Brasil. Importava apresentar o anarquismo como a redenção universal de toda a humanidade, ao contrário da ditadura do proletariado, que, segundo eles, apenas fazia ascender a classe trabalhadora ao poder, e reproduzir antigas formas de opressão sob novas formas. Ao questionar o exclusivismo da competência revolucionária que se pretendia atribuir aos trabalhadores, atacava-se o que acreditavam ser o caráter meramente classista dos marxistas. Na realidade, pouco se diferenciavam nesse sentido. Para ambos, a revolução objetivava o benefício e a libertação de toda a humanidade; aos trabalhadores competia uma força propulsora central – mas não única – para tanto. É o que atesta claramente o manifesto *Os anarquistas no momento presente – definindo atitudes*²⁸⁴, dirigido “*aos anarquistas, aos simpatizantes do ideal libertário, ao proletariado*”, e assinado por Edgard Leuenroth, Rodolpho Felipe, Antonino Domingues, Ricardo Cipolla, Antonio Cordon Filho, Emilio Martins, João Peres, José Rodrigues e João Penteado, publicado em 18 de março de 1922, uma semana antes da fundação do PCB. Nesse manifesto, recomenda-se expressamente, mais uma vez, a necessidade dos anarquistas agirem junto aos trabalhadores em seus sindicatos, uma vez que eles constituem “*um poderoso elemento de educação social dos trabalhadores (...) destinado a ser amanhã a base essencial da reconstrução econômica da sociedade*”.

²⁸³ *A Plebe*. São Paulo, 13 maio 1922 *apud* DULLES, John W. F. *Anarquistas... op. cit.*, p. 187 (nota 38).

²⁸⁴ LEUENROTH, Edgard, FELIPPE, Rodolpho, DOMINGUES, Antonino, CIPOLLA, Ricardo, CORDON Filho, Antonio, MARTINS, Emilio, PERES, João, RODRIGUES, José e PENTEADO, João. Os anarquistas no momento presente – Definindo atitudes – Aos anarquistas, aos simpatizantes do ideal libertário, ao proletariado. *A Plebe*. São Paulo, ano V, n. 177, 18 mar. 1922, p. 1 e 4.

Por outra parte, ao privilegiar o sindicalismo como principal método de luta, e os trabalhadores como principais destinatários de sua propaganda, alertava-se para a necessidade de abranger a propaganda para outras esferas e públicos. Assim, os signatários do manifesto recomendam estabelecer relações com as outras correntes políticas e dar atenção a questões importantes “*na vida do país*”. Para evitar o risco de “*isolamento atrofante*” do anarquismo, os signatários observavam a necessidade de “*intervir sempre e ativamente*” diante de “*acontecimentos de interesse coletivo que se desenvolverem no país*”, “*nas questões públicas em que os direitos do povo sejam postos em jogo*”. Para tanto, defendia-se a necessidade de se estabelecerem também “*ligações, momentâneas ou permanentes*”, com partidários de outras tendências políticas, “*sem preocupação de hostilidade*” em “*conjunção de esforços nos momentos de atividade contra os manejos reacionários e em defesa dos direitos populares*”. O essencial, nesses casos, era não ceder a objetivos que desviassem o caráter essencialmente libertário que toda luta deveria assumir e aceitar apenas a camaradagem de elementos que, embora “*ainda*” não se indentificassem com seu movimento, demonstrem “*simpatia pela causa da renovação social e queiram prestar-lhe o seu auxílio sem a pretensão de ingerência, direta ou indireta, na vida íntima das associações obreiras ou de agrupações sociais e não se escandalizem quando sejam discutidos os seus pontos de vista particulares.*”. De outro lado, repeliam “*toda a aliança ou entendimento com elementos politiqueros de qualquer facção*”, assim como as tentativas de centralização e autoritarismo dentro dos sindicatos, além da ação parlamentar.

Já foi visto anteriormente como os libertários lutaram pela neutralidade política para garantir sua própria permanência no interior das associações operárias, o que implicou em alianças mas também combates com partidários de outras correntes políticas. Assim como também, em outros momentos, viram-se na iminência de organizar ou participar de movimentos que não se limitavam apenas aos interesses dos próprios trabalhadores, tais como as campanhas antimilitaristas e, sob certos aspectos, reivindicações das greves de 1917, em torno de melhorias contra o aumento da carestia de vida. Porém, dentro e fora dos sindicatos, os anarquistas faziam questão de tomar para si pelo menos a aparência de vanguarda revolucionária.

Portanto, de forma geral, o manifesto repete os preceitos que guiaram a militância anarquista no Brasil, principalmente entre os adeptos do sindicalismo. Mas é

importante salientar esses aspectos para compreender alguns dilemas e posições dos anarquistas durante as décadas de 1920 e 1930.

A partir de 1922, o anarquismo deixa de poder se atribuir como a única corrente revolucionária. Mesmo que seus militantes conservem a convicção de que apenas sob os princípios do anarquismo é possível se chegar a resultados efetivamente revolucionários, debateram-se com uma nova realidade que impunha não apenas o comunismo como outra corrente que poderia desviar os rumos de concretização de sua utopia, mas também com movimentos que se autoproclamavam revolucionários, embora as mudanças almejadas fossem menos profundas na sua abrangência.

Daí o apoio ao movimento tenentista não ser nenhuma contradição dos militantes com sua doutrina. Mas foi, sem dúvida, um dos poucos episódios da histórica política brasileira até então em que os anarquistas se posicionaram favoráveis a um movimento político sem a participação de seus militantes em sua direção. Além disso, foi uma decisão absolutamente regional, restrita ao caso de São Paulo.

NO OIAPOQUE OU NO CHUÍ

Já os gaúchos, um ano antes, quando eclode no Rio Grande do Sul a guerra civil de 1923, entre os partidários do PRR e os da Aliança Libertadora (formada pelo partido federalista e dissidentes republicanos), a opção dos anarquistas é pela neutralidade no conflito e pela denúncia dos vínculos entre parlamentarismo, capitalismo e guerra.

Sabe-se, como demonstra Beatriz Loner²⁸⁵, que, especialmente em Pelotas e Rio Grande, no interior do estado, onde o movimento operário era bastante forte e o anarquismo exerceu histórica influência em suas organizações, havia, senão exatamente uma aliança, uma cordial relação entre alguns partidários da oposição ao PRR e anarquistas. Mesmo repudiando explicitamente a via eleitoral, anarquistas se valeram de espaços de domínio de alguns elementos federalistas para denunciar o que ambos consideravam arbitrariedades do governo. É assim, por exemplo, que Santos Barboza freqüentemente assinava a coluna proletária do jornal oposicionista *O Rebate*, chegando mesmo a publicar integralmente as atas do 3º Congresso Operário Brasileiro, de 1920.

²⁸⁵ LONER, Beatriz Ana. O canto da sereia: os operários gaúchos e a oposição na República Velha. *História-Unisinos*, São Leopoldo, Unisinos, v. 6, n. 6, p. 97-125, jul.-dez. 2002.

De toda forma, mesmo considerando haver alguma cordial relação com elementos de oposição, somada ao desgaste de trinta anos de governo estadual, quando a guerra civil eclodiu em 1923 a atitude dos anarquistas, em geral, foi a de não tomar parte no conflito entre federalistas (ou libertadores) e republicanos. Sabe-se que houve esparsas adesões individuais de militantes anarquistas às forças rebeldes, como a do militante Pedro Caciano Ximenez, da cidade fronteiriça de Quaraí, região tradicionalmente dominada pela oligarquia pecuarista ligada aos federalistas²⁸⁶. Ainda que tomadas de posição como esta possam ser compreensíveis, sobretudo em um grupo de militantes como os anarquistas, que não criaram organizações que os obrigassem a disciplinar suas atitudes em torno da decisão coletiva, a regra geral entre os anarquistas foi a de manterem-se alheios à “revolução”, tal qual consideravam ser os objetivos do conflito, como atesta artigo assinado por Mario D’Albor (segundo João Batista Marçal²⁸⁷, pseudônimo de Polydoro dos Santos) na recém-fundada *Revista Liberal*:

“(...) Todas as classes sociais se acham mais ou menos interessadas nesse movimento político.

A classe operária que no final é quem pagará todas as favas, conserva-se como que alheada à revolução. Há quem estranhe a atitude de neutralidade ou de indiferentismo ao operariado diante de um fato que empolga todas as demais classes sociais. Como? Os operários que são revolucionários por excelência – grevistas, sindicalistas, anarquistas – e não se levantam também a tomar parte na revolução?

Os que acham incoerência na atitude do operariado organizado diante da atual revolução política desconhecem a orientação operária, as suas aspirações, as suas lutas, o seu ideal, já sobejamente definidos nos debates dos seus congressos e nos programas das suas associações. (...)

As revoluções políticas, porém, passam sem tocar o âmago da questão. Deixam intactos os privilégios do capital, porque tocá-los seria dar margem a que o povo – a massa trabalhadora – compreendesse de onde partem todos os seus males e quisesse prosseguir a revolução para além dos horizontes estreitos dos políticos e politiquês.

Passado o temporal político, qualquer que seja o triunfador este estará ao lado dos exploradores do povo, dos

²⁸⁶ MARÇAL, João Batista. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul – Anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995, p. 56. Segundo Marçal, Pedro Ximenez viveu em exílio no Uruguai (provavelmente por conta de sua adesão às forças maragatas) e, em seu retorno a Quaraí, desempenharia a função de secretário da Liga Operária local, entre 1926 e 1937, e editor do semanário *O Moderno Operário*, em 1927, sendo responsável pela promoção de protestos públicos em defesa de Sacco e Vanzetti.

²⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 160.

capitalistas, dos açambarcadores, dos argentários e contra os trabalhadores, cujas aspirações de justiça social continuarão a ser perigosas doutrinas passíveis de repressões ferozes.

Eis aí o indiferentismo das organizações operárias diante da revolução política. É que os trabalhadores são partidários de uma revolução com a qual não está de acordo nenhum partido político, porque essa revolução, que já se vem operando através de conquistas operárias por toda parte, visa o bem-estar e a liberdade de todos sem nenhum privilégio de classe ou de partido.”²⁸⁸

A mesma decisão parece ter predominado na ocasião da sublevação tenentista de 1924, em São Paulo, e seus desdobramentos no Rio Grande do Sul, em fins de outubro do mesmo ano. Na verdade, nas fontes por mim consultadas, encontrei apenas um único registro produzido por um anarquista sobre a sublevação militar. Trata-se de uma passagem das memórias do militante alemão radicado em Porto Alegre, Friedrich (Frederico) Kniestedt, escritas e publicadas em jornais dirigidos pelo próprio entre os anos de 1934 e 1937. Sendo o registro de suas memórias, o autor não teve exatamente preocupação em checar datas e eventos dos quais se recordava, por isso a passagem que se verá mais adiante não deixa claro se o episódio ao qual se refere é a guerra civil gaúcha de 1923 ou a revolta tenentista de São Paulo. Talvez o autor as tenha confundido como um mesmo movimento, já que os tenentistas foram apoiados pelos maragatos, depois de superar sua oposição inicial. Ou simplesmente invertido a autoria da sublevação comandada pelo Cel. Isidoro Dias Lopes, pois ao invés de considerá-la o centro cuja iniciativa se difundiria por outras partes do Brasil, refere-se a um deslocamento da rebelião político-militar iniciada no Rio Grande do Sul por Luís Carlos Prestes para outros estados, sobretudo para São Paulo²⁸⁹.

De todo o modo, descontados os equívocos típicos dos registros da memória, o relato posterior de Kniestedt demonstra que o movimento tenentista, ao contrário do que se passou em São Paulo, não despertou qualquer simpatia dos anarquistas gaúchos, ou, pelo menos, a dele próprio:

“Na mesma época rebentara no Estado do Rio Grande do Sul uma revolução política que se estendera a outros

²⁸⁸ D’ALBOR, Mário. O operariado e a revolução. *Revista Liberal – Estudo e crítica social, Livre Pensamento, Racionalismo*. Porto Alegre: ano III, n. 18, abr. 1923.

²⁸⁹ GERTZ, René E. (ed.). *Memórias de um imigrante anarquista (Friedrich Kniestedt)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1989, p. 138. (*Alarm*. Porto Alegre, n. 3, 5 abr. 1937).

*estados, sobretudo a São Paulo*²⁹⁰. Foi declarado estado de guerra, todas as reuniões foram proibidas, com o que nós da Federação Operária não concordamos. Uma comissão composta por Orlando Martins e por mim foi enviada ao chefe de polícia, com quem negociamos durante mais de uma hora, conseguindo permissão para que todos os sindicatos pudessem realizar suas reuniões, sem que fossem tratados assuntos políticos. Garantimos ao chefe de polícia que os trabalhadores não tinham nenhum interesse em participar desta revolução puramente político-militar. No **Der freie...**, eu me posicionara frente a esta revolta militar e conclamara os trabalhadores a deixar que os militares, especialistas em matar, ficassem entre si. A conseqüência deste posicionamento foi que a partir de 15 de novembro de 1924 **Der freie...** apareceu sob censura, isto é, de cada número eu era obrigado a levar a primeira prova para o censor da polícia; o número de 6 de dezembro apareceu parcialmente em branco, o que depois se repetiu várias vezes.”²⁹¹

Logo depois, ele lembra de ter publicado na edição de 25 de janeiro de 1925 de seu referido jornal *Der freie Arbeiter* (O Trabalhador Livre)²⁹² uma crítica ao manifesto prestista, por ser uma “mistura braba de coisas ilógicas”. Segundo o militante alemão, Prestes copiava as teses de Mussolini para “salvar ou melhorar a democracia”. Dado que, em sua visão, o capitão do Exército “pregava exatamente o contrário da democracia, Kniestedt se pronunciou “naturalmente (...) contrário à sua ‘obra de libertação’”. Sem explicar os motivos, o militante ressaltou que um trecho deste texto comparava Prestes aos “carrascos da Espanha e da Itália” e foi censurado pela polícia.

O trecho acima interessa não apenas por demonstrar o desprezo, senão oposição, do anarquista alemão ao movimento tenentista, mas também por indicar que, ao contrário de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde os anarquistas passariam a ser vítimas da reação governamental à quartelada, no Rio Grande do Sul a repressão foi,

²⁹⁰ Aqui parece estar a possível confusão citada anteriormente: ou ele avaliou, equivocadamente, que a guerra civil que varreu o Rio Grande do Sul durante todo o ano de 1923 desdobrou-se no movimento tenentista de 5 de julho de 1924, ou ele considerou, também erroneamente, que o início da rebelião militar contra Arthur Bernardes começou com os militares gaúchos, quando, na realidade, eles se sublevam apenas em 28 de outubro de 1924, ou seja quase 4 meses após seu início em São Paulo.

²⁹¹ GERTZ, René E. (ed.). *Memórias... op. cit.*, p. 138. Ao final desta compilação traduzida das memórias de Kniestedt, na página 165, encontra-se a lista de fontes, que indica ter sido este trecho publicado originalmente no jornal de língua alemã *Alarm*, Porto Alegre, n. 2, 10 mar. 1937. Daqui por diante, sempre que for citado um trecho desta obra, se encontrará, entre parênteses, a referência original citada nessa lista.

²⁹² Para uma apresentação deste jornal, publicado entre 1920 a 1930, e homônimo de outro também anarquista de Berlim, ver GERTZ, René E. Um jornal anarquista em Porto Alegre: *Der freie Arbeiter. Veritas*, Porto Alegre, PUCRS, v. 35, n. 140, p. 606-617, dez. 1990.

relativamente, mais tênue, o que permitiu certa margem de ação dos libertários gaúchos em um período subsequente.

Sabe-se que logo após o tratado de Pedras Altas, que deu fim à guerra civil e firmou um acordo entre libertadores e republicanos, o governo do estado perseguiu alguns inconformados com a forma com que se deu o acordo de paz²⁹³, e chegou mesmo a fazê-lo com mais vigor após a deflagração da revolta em São Paulo, quando os federalistas passaram do apoio à oposição a Arthur Bernardes. Não sei dizer se os anarquistas foram alvo de represálias na ocasião, mas o fato é que, de modo geral, os anarquistas gaúchos conseguiram desenvolver atividades interdidas em outros estados brasileiros, sobretudo em São Paulo e no Distrito Federal.

Importa aqui o fato de se poder perceber que, finda a guerra, pelo menos em Porto Alegre, o governo do estado parece ter retomado uma política de tolerância com o movimento operário, o que favorecia também a ação dos anarquistas, a ponto de concordar com a solicitação dos dirigentes da FORGS. Nesse sentido, embora o relato de Kniestedt tivesse por intento ressaltar tanto a firmeza da associação e do proletariado gaúcho como um todo através da iniciativa sua e de seu companheiro, quanto a censura policial que interveio em seu escrito, ele confirma a disposição do governo do PRR em tolerar a militância operária, mesmo anarquista, naquele contexto.

Adhemar Lourenço da Silva Jr. já assinalou a incidência da bipolaridade política sobre o movimento operário gaúcho²⁹⁴. Desde o final do século XIX, após a consolidação do PRR no governo do estado, tanto o partido do governo quanto os partidos de oposição, especialmente o Partido Federalista, procuraram canais de aproximação com lideranças operárias que pudessem canalizar apoio do operariado às suas legendas. Tais esforços acabaram por contribuir na cisão interna no movimento operário, especialmente entre socialistas e anarquistas em Porto Alegre, a partir do início da década de 1910. Na própria disputa eleitoral de 1922, cujo resultado faria eclodir a guerra civil do ano seguinte, verifica-se uma acentuação dos esforços existentes anteriormente de aproximação dos partidos com a classe trabalhadora.

²⁹³ Beatriz Ana Loner (*O canto... op. cit.*) dá como exemplo um caso de um eletricista que trabalhava no Porto Novo de Rio Grande que teria perdido o emprego por conta de sua preferência política aos federalistas durante a guerra, além de mencionar as prisões, espancamentos e atentados armados que se sucederam após o acordo de paz, cuja forma com que foi estabelecido, gerou descontentamento entre muitos aderentes. O caso foi denunciado pelo jornal pelotense *O Libertador*, de 21 de maio de 1924.

²⁹⁴ SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUC/RS, vol.XXII, n. 2, p. 5-26, dez. 1996.

Pela parte do partido governista, sua posição situacionista de longa data dificultava convergências deste tipo com os que pregavam a *acracia* como ideal. Além disso, o governo gaúcho, como todos os outros governos do país, condenava o anarquismo com veemência, atribuindo-lhe conotações de intransigência, violência e terror. Ainda assim, tal qual o seu rival nas disputas eleitorais, o PRR sempre tratou de construir, pelo menos em aparência, canais com o movimento operário condizentes com seu discurso positivista de incorporação do proletariado. Nesse sentido, o partido governista convidou uma liderança importante da greve que se generalizou em Porto Alegre em 1906, Francisco Xavier da Costa, para integrar seus quadros e ocupar o cargo de conselheiro municipal, a partir de 1912. Na década seguinte, por sua vez, registra-se a existência de uma Liga de Operários Republicanos, que, embora tenha exercido quase nenhuma influência no movimento operário em sua breve existência, esteve notoriamente ligada ao PRR, a ponto de louvar a figura do governador na ocasião de seu aniversário, e de combater, através de moção apresentada à Assembléia estadual, a fala do deputado oposicionista Simões Lopes Filho, que naquele ano se reportou ao passado para reputar ao governo os abusos policiais na greve porto-alegrense de 1919. Segundo esses operários republicanos, que se disseram organizadores da greve, a responsabilidade da violência exercida contra um comício da FORGS cabia tão somente ao chefe de polícia, Eurico Lustosa, pois teria agido à revelia das ordens do governo do estado. Em sua exposição, tanto seria esta “*a verdade fiel dos fatos*”, que Borges de Medeiros o exonerou de suas funções²⁹⁵.

A despeito do argumento utilizado pelos membros da Liga dos Operários Republicanos e dos demais esforços do PRR destinados a conquistar a simpatia do operariado, o governo não se via efetivamente impedido de usar a força policial contra o movimento operário quando julgava necessário. Ao contrário, registram-se vários episódios de abusos contra as manifestações públicas de trabalhadores e contra suas associações. A polícia sempre era acionada quando eclodia um movimento grevista, e não raras as vezes tratou de dispersar piqueteiros à força da espada e da cavalaria, sob o pretexto de resguardar a ordem, o direito de propriedade e a liberdade de trabalho

²⁹⁵ Comentário. *A Evolução – Órgão da classe operária – Doutrina, crítica, análise*. Porto Alegre, ano I, n. 4, 30 nov. 1925, p. 2. Assinam a moção Orlando de Araújo e Silva e João Cândido Martins, sapateiros, João Humbert, mecânico, Ayrton Fonseca, tipógrafo, José Maria Braga, “*comércio*”, Antonio Gonzaga, carpinteiro, Cassiano Lagrenha, ferreiro, e o barbeiro Abílio de Nequete. Registra-se que Nequete já havia se desvinculado do PCB, que ajudou a fundar, e se ocupava em dar forma à sua doutrina “*tecnocrática*”, como atestam o artigo publicado nesta mesma edição (p. 3) “*O georgismo nada resolve*”, e seu opúsculo *Technocracia ou o V Estado* (Porto Alegre: Livraria do Globo, 1926), escrito em 27 de novembro de 1924.

dos operários contrários aos movimentos, chegando a produzir resultados graves como nos casos das greves de 1917, em Pelotas, de 1918 e 1919, em Rio Grande e de 1919, em Porto Alegre.

Uma explicação para essa relativa maior tolerância do governo gaúcho se sustentaria na hipótese de que a intensificação da repressão aos militantes anarquistas gaúchos acabaria por prejudicar as tênues relações que o governo mantinha com o movimento operário regional, e abrir espaço para a ação da oposição. Deve-se considerar, ainda, a orientação positivista do PRR, que pregava a incorporação do proletariado através da razão e do paternalismo, caminhos que se chocariam por si só com a violência injustificada.

O próprio Kinestedt atesta não ter ele sofrido grandes abusos por parte da polícia e grandes conflitos com o governo estadual, apesar de sua ferrenha oposição a qualquer governo e ao Estado em si. Apesar de ter estado, segundo ele próprio, “*mais de 50 vezes como hóspede involuntário na chefatura de polícia*”²⁹⁶, em todas as suas experiências relatadas, descontando sua narrativa triunfante e, por vezes, anedótica, jamais se queixou de nenhum mau-trato sofrido durante sua prisão. Embora pudesse ser considerada arbitrária e abusiva em si, o militante a considerava algo recorrente e, por isso mesmo, nada muito excepcional, como se percebe ao ler a descrição que fez sobre a ocasião em que ficou preso por mais tempo e foi ameaçado de expulsão, por conta da agitação da greve de 1919 em Porto Alegre:

*“Após meu primeiro interrogatório, os membros da diretoria dos condutores de bonde foram soltos. Um após outro foram presos ainda Abílio de Nequete, Araújo da Silva, Franz Guttmann e Orlando Martins, mas todos foram soltos um ou dois dias depois, só Abílio [que era libanês] e eu ficamos presos; ambos deveríamos ser expulsos do país. Abílio ficou doente, eu fui interrogado diariamente – inclusive de noite – umas seis vezes, o que representava para mim umas horas de conversa. Tive de explicar aos senhores a minha posição de socialista antiautoritário, de altruísta. O tratamento e a alimentação eram bons. Depois que eu curtira 5 dias e 6 noites, o major Limeira me comunicou que tudo estava pronto para minha expulsão do país, mas o então presidente do estado, Dr. Borges de Medeiros, negou sua assinatura e por isso fui dispensado com alguns bons conselhos.”*²⁹⁷

²⁹⁶ GERTZ, René E. (ed.). *Memórias... op. cit.*, p. 126 (*Aktion*. Porto Alegre, n. 80, s/d [1936]).

²⁹⁷ GERTZ, René E. (ed.). *Memórias... op. cit.*, p. 129 (*Aktion*. Porto Alegre, n. 82, s/d [1936]).

Mesmo que irônico, Kniestedt não foi o único a reconhecer que nem sempre a polícia agia com truculência com os presos políticos, embora essa não fosse a regra geral. Claro que isso não redime as vezes em que as garantias constitucionais não eram respeitadas pela polícia contra os militantes operários – a começar pela prisão arbitrária em si, na maioria dos casos. Mas é importante considerar esse elemento até mesmo para melhor avaliar as diferenças de relações estabelecidas entre o movimento operário e os respectivos governos estaduais. Nesse sentido, a ação do governo paulista através de sua polícia, parece ter sido considerada a mais arbitrária e abusiva dos principais centros urbano-industriais do país, segundo avaliou Everardo Dias, ao responder, entre diversas acusações do anarquista Domingos Passos, a de ter tecido elogios ao 3º delegado auxiliar do Distrito Federal:

“O ‘elogio!’ ao delegado Nascimento Silva – para quem sabe ler, resume-se nisto: as autoridades da polícia carioca não queriam ser coniventes com as monstruosidades dos cárceres de São Paulo. É uma infantilidade querer confrontar S. Paulo e Rio no que toca ao regime carcerário. Dizer-se vítima, no Rio, em confronto com S. Paulo, chega a ser ‘vício’. Isto pode ser constatado por todos os camaradas e em seguida no Rio. A polícia daqui está ‘humanizada’, humanizada quanto pode estar uma corporação dessas. Mas, vamos ao caso: as autoridades do Rio não queriam arcar com os infamantes labéus que recaíam sobre São Paulo e daí o pediram-me isto: – ‘O sr. sofreu algum vexame aqui, no Rio? Foi maltratado?’. Respondi: ‘Não’. ‘Pode dizer isto assinado?’. ‘Sim, porque é verdade’. E escrevi. Escrevi o quê? Elogios? Não. Disse apenas ‘que as autoridades da capital não nos maltrataram como as de S. Paulo’ e lastimei, censurando, que tendo pedido um médico não mo houvessem proporcionado...

Se isso é elogiar...

Salvo, se para D. Passo, dizer a verdade é elogiar.

Se o delegado Nascimento Silva merece censuras, as mais acres, eu não o pouparei, como nunca poupei quem mal procede. Agora, certos moscardos, ao ser presos, andam na cadeia, aos rapapés às autoridades e vêm cá para fora contar as mais enfáticas caraminholas aos papalvos e basbaques...”²⁹⁸

É evidente que esse relato não implica tomar o episódio como regra. Existem muitos outros relatos diferentes desse de Everardo Dias narrando os horrores vividos

²⁹⁸ DIAS, Everardo. Ainda o extremismo vesgo. *Renovação – Quinzenário Syndicalista e Comunista*. Rio de Janeiro, ano II, n. 3, 20 jan. 1921, p. 4.

no cárcere²⁹⁹. O que se quer salientar é que existiram determinados momentos que permitiram uma maior margem de ação por parte da militância.

No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, o que se pode dizer é que, considerando todos os abusos policiais (e governamentais) recorrentes também nesse estado, ao contrário do Distrito Federal e, principalmente, de São Paulo, o governo estadual praticamente não utilizou do recurso legal do degredo ou expulsão de estrangeiros. E isso se repetiria em 1924, quando o movimento operário do centro do país, já abalado pelas prisões e expulsões em represália às greves de 1917-1920, perdeu diversos companheiros enviados, ou para seus países de origem, ou, no caso dos brasileiros, enviados à prisão de Clevelândia, no Oiapoque, longe de tudo e de todos, sem condições sanitárias mínimas, e sujeitos às doenças tipicamente tropicais do local. Embora deva se reconhecer que o alvo preferencial da reação do governo fossem os militares insubordinados, que constituíam a maioria da prisão amazônica, o envio de anarquistas para lá, juntamente com o estado de sítio que não permitia a reorganização das associações operárias e os direitos de reunião e de circulação de sua imprensa, provocou profundo impacto para a militância no período.

Mas, como foi dito, na segunda metade do governo Bernardes, uma brecha manteve-se relativamente aberta no Rio Grande do Sul, como testemunha, novamente, Kniestedt:

“Em conseqüência da revolução político-militar, governava-se em todo o Brasil sob o estado de guerra. Em São Paulo e no Rio a situação na época era muito difícil, quase todas as organizações operárias foram dissolvidas e os membros mais destacados enviados para a colônia penal do Oiapoque. Aqui no Rio Grande do Sul não sentíamos nada disto, a Federação Operária do Rio Grande do Sul assumiu a defesa e designou os advogados; naturalmente eu como

²⁹⁹ Duas descrições do tratamento dispensado no Presídio Central do Rio de Janeiro, em 1924, são fornecidas em cartas pelos militantes paulistas Pedro A. Mota e José Fernandes Varela, escritas antes de serem remetidas ao Oiapoque: *Flagrantes de um grande crime social – As agruras chocantes de nossos camaradas descritas por eles mesmos – Cartas que constituem documentos escaldantes do hediondo delito do capitalismo. A Plebe – Periódico libertário*. São Paulo, ano XI, n. 245, 12 fev. 1927, p. 2. Uma terceira carta foi feita por PASSOS, Domingos. *A Plebe – Periódico libertário*. São Paulo, ano XI, n. 249, 9 abr. 1927, p. 3. Segundo sua experiência anterior ao estado de sítio, sempre que um anarquista chegava à prisão, a polícia dizia aos demais presos que ele portava alguma quantia em dinheiro, “e o resultado era um natural espancamento. Em 1924, porém, as coisas foram ao auge”, e “noite sim, noite não”, alguns guardas espancavam e chicoteavam presos, “bárbaros castigos” aos quais, “com raríssimas exceções, ninguém escapava”. Ver ainda a principal referência de estudo dedicado ao tema da repressão ao anarquismo e a deportação de militantes à Clevelândia: SAMIS, Alexandre. *Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Editora Imaginário; Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

tesoureiro tive de juntar o dinheiro necessário, o que não era uma tarefa fácil".³⁰⁰

No entanto, não se deve sobrevalorizar as atividades dos anarquistas gaúchos nesses anos. Diante do quadro de retrocesso organizativo que se estabeleceu sobre os meios operários no centro do país, Orlando Martins, editor do jornal *O Syndicalista*, órgão da FORGS, verificava-se uma “*apatia reinante nos sindicatos, os quais atualmente se estavam revigorando*”³⁰¹. Para eles, a própria falta de regularidade desta publicação, em um contexto de inexistência de congêneres que defendessem os princípios libertários no restante do país, indicava a condição de baixa organicidade do movimento operário gaúcho³⁰².

Malgrado as dificuldades, organizaram o 3º Congresso Operário Regional do Rio Grande do Sul, realizado em Porto Alegre entre os dias 27 de setembro e 2 de outubro de 1925, o que foi suficiente para que Domingos Passos, preso em Clevelândia, escrevesse uma carta manifestando seu contentamento ao saber do encontro, através de exemplar do jornal porto-alegrense que chegou em suas mãos enviado por algum militante paraense. Ao lado da descrição das penúrias a que estava submetido, juntamente com seus companheiros, o anarquista carioca enviou uma saudação aos gaúchos em que os encorajava a conservar-se firmes em sua missão de resistência entrincheirada: “*Eia! camaradas!!! Avante! Sempre avante! Como muito bem dissestes, 'os libertários do Brasil estão entrincheirados no Rio Grande do Sul'. Sois vós o último reduto do Ideal no Brasil, neste momento; sois vós os que empunhaes o facho da Liberdade enquanto as trevas da escravidão dominam todo o resto da região*”³⁰³.

Nas palavras de um representante da Sociedade União Marítima do Rio Grande do Sul, da cidade de Rio Grande, os anarquistas gaúchos não se furtariam “às responsabilidades” de “*auxiliar a libertação dos companheiros mais escravizados do resto do Brasil*”, que vivia “*sob tão ferrenho despotismo*” como nunca antes esteve

³⁰⁰ GERTZ, René E. (ed.). *Memórias... op. cit.*, p. 129 (*Alarm*. Porto Alegre, n. 4, 29 abr. 1937).

³⁰¹ 3º Congresso Operário - O proletariado organizado do Rio Grande do Sul reafirma seus propósitos libertários resolvendo combater todos os partido políticos. *O Syndicalista – Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano VII, n. 6, Out. 1925, p. 1-2.

³⁰² 3º Congresso Operário - O proletariado organizado do Rio Grande do Sul reafirma seus propósitos libertários resolvendo combater todos os partido políticos. *O Syndicalista – Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano VII, n. 7, 24 Out. 1925, p. 2.

³⁰³ PASSOS, Domingos. Camaradas do Rio Grande do Sul. *O Syndicalista – Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano VIII, n. 2, 1 Maio 1926, p. 3.

submetido³⁰⁴. Já estavam arrecadando donativos em dinheiro que deveriam ser enviados aos presos e suas famílias, mas, no 3º Congresso deveriam ser definidas outras estratégias de ação para o Comitê Pró-Presos Sociais reverter a situação que mantinha na prisão, em todo o Brasil, “*mais ou menos 1300 trabalhadores por questões sociais, sendo que uns 300 são nossos camaradas [anarquistas de todo o país]*”, segundo os cálculos de Maurício Feldmann, delegado do Sindicato dos Alfaiates, Costureiras e Anexos, de Porto Alegre. Para tanto, os participantes resolveram que seria necessário criar comitês semelhantes ao já existente em Porto Alegre em todo o estado, a fim de torná-lo uma célula regional. Decidiu-se também apelar para a solidariedade dos trabalhadores do Brasil e do exterior, além de acatar uma proposta mais prática feita por Reduzindo Colmenero, representante da União Geral dos Trabalhadores de Bagé, de se tentar o boicote da navegação marítima do país “*até que sejam os camaradas postos em liberdade*”, apesar da advertência de um dos representantes dos marítimos, segundo o qual não se deveria esperar grandes resultados efetivos, dado “*o estado precário das classes marítimas do restante do país*”³⁰⁵.

Ressalta-se que iniciativas semelhantes, voltadas à libertação dos companheiros presos, foram tomadas em outros pontos do país, como, por exemplo, em Belo Horizonte³⁰⁶, Rio de Janeiro³⁰⁷ e São Paulo, onde um grupo anarquista chegou a entrar em contato com seus congêneres de outros países para solicitar sua solidariedade³⁰⁸.

³⁰⁴ 3º Congresso Operário - O proletariado organizado do Rio Grande do Sul reafirma seus propósitos libertários resolvendo combater todos os partidos políticos. *O Syndicalista – Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano VII, n. 6, Out. 1925, p. 1-2. Não sei precisar qual o militante se pronunciou nessa ocasião, pois não fica claro se a Sociedade União Marítima foi representada por Manoel Porfírio e Augusto Ignácio da Silva, ou apenas por um deles.

³⁰⁵ 3º Congresso Operário - O proletariado organizado do Rio Grande do Sul reafirma seus propósitos libertários resolvendo combater todos os partidos políticos. *O Syndicalista – Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano VII, n. 8, 31 out. 1925, p. 2.

³⁰⁶ Os Grupos Anarquistas. A Classe Trabalhadora e a Situação - A todos os homens de consciência livre. *O Syndicalista – Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano VIII, n. 5, 25 Nov. 1926, p. 2.

³⁰⁷ O auxílio às vítimas. *A Plebe – Periódico Libertário*. São Paulo, *A Plebe – Periódico libertário*. São Paulo, ano XI, n. 245, 12 fev. 1927, p. 3; Em defesa das vítimas da reação – Um manifesto de ontem que hoje ainda tem oportunidade. *A Plebe – Periódico Libertário*. São Paulo, ano XI, n. 248, 26 mar. 1927, p. 4.

³⁰⁸ Ver cópia de comunicado do Grupo Anarquista de São Paulo enviado ao jornal *La Voz del Mar*, da cidade chilena de Valparaíso, junto com correspondência assinada por A. Bousas, a 26 de junho de 1926. *Prontuário DEOPS-SP 1035 (Grupo Anarquista de São Paulo)*. A correspondência manuscrita encontra-se também no *Prontuário DEOPS-SP 70757 (Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas)*. Um outro boletim também foi produzido em agosto do mesmo ano, cujo conteúdo foi reproduzido em *A classe trabalhadora e a situação – A todos os homens de consciência livre. A Plebe – Periódico libertário*. São Paulo, ano XI, n. 245, 12 fev. 1927, p. 1-2.

O fim do “*quatriênio de crimes contra o povo*”³⁰⁹ do mandato de Arthur Bernardes foi celebrado pelos anarquistas, uma vez que com ele acabou-se também a famigerada seqüência de estados de sítio que vigoraram em seu mandato. Contudo, a influência do movimento anarquista sobre o movimento operário sofreu um impacto muito grande, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Um último fôlego organizativo anarquista se daria no início da década de 1930, logo após o golpe de 3 de outubro, com a reorganização da FOSP, em 1931, e do Centro de Cultura Social, em 1933.

SOB O GOVERNO VARGAS

Embora eu não tenha localizado fontes produzidas ao calor da hora que dessem conta do envolvimento ou da simples percepção de militantes libertários à mobilização que alçou Getúlio Vargas ao poder, ao que parece os anarquistas mantiveram-se alheios à mudança de governo em um primeiro momento. Pouco depois, em fontes produzidas nos anos de 1931 e 1932, no entanto, é possível apreender alguns elementos que demonstram observações de alguns militantes não de todo hostis em relação ao novo governo.

Em folheto escrito em março de 1931, por M. Palmer³¹⁰, registra-se a receptividade popular ao golpe getulista sob o ponto de vista de um operário sindicalista da construção civil de São Paulo. Ao se reportar à história recente da luta sindical brasileira, para defender o sindicalismo revolucionário, o autor faz considerações em torno do que chama a “*revolução brasileira*”. A instalação da República Nova em 1930 seria um desfecho de um processo iniciado com a revolta dos dezoito oficiais em Copacabana, que visava pôr fim às “*oligarquias velhas e caducas*” e promover uma “*radical mudança de governo*”. Se isso não “*traria a liberdade integral, ao menos se iria respirar um novo ambiente*”, mais arejado do que o antigo, sufocante, particularmente, pelos atentados contra as garantias constitucionais de liberdade política, que tanto afligiram o movimento operário. Isso justificaria a “*empolgante alegria*” com que a “*gente do povo formava intermináveis romarias,*

³⁰⁹ ÁCRATA. Um quatriênio de crimes contra o povo. *A Plebe – Periódico libertário*. São Paulo, ano XI, n. 245, 12 fev. 1927, p. 1.

³¹⁰ PALMER, M. *Conceitos sobre o sindicalismo operário*. São Paulo: Liga Operária da Construção Civil, 1933. (escrito em março de 1931). Os trechos a seguir foram retirados das páginas 10 a 21. O folheto localiza-se no *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP)*, vol. 4.

consagrando aos vencedores da heróica jornada [de 3 de outubro de 1930] todas as simpatias populares”.

O autor afirmava que os militantes libertários puderam retomar sua propaganda e sua campanha de organização sindical imediatamente após o “*triunfo da revolução brasileira*”. Porém, logo a seguir, foram alvejados por “*medidas de caráter regressivo (...) impostas para amortecer o movimento sindical*”, que caracterizavam a quebra das antigas promessas em torno das liberdades políticas da classe trabalhadora.

A fim de exortar a reorganização sindical autônoma e de demonstrar o quanto a experiência do sindicalismo revolucionário oferecia instrumentos esclarecedores para que os operários não se deixassem enganar por promessas de qualquer espécie de políticos, “*muito menos dos governos subordinados ao capitalismo*”, o autor afirmou que essa traição do novo governo jamais “*colheu de supresa*” os “*militantes operários e libertários*”.

Nota-se que a exposição de Palmer que finalizou com a proposta de retomada das “*armas de combate, o sindicato, o livro, o jornal e todos os meios de propaganda que estejam ao (...) alcance*”, foi feita de modo que identificava uma convergência de esperanças populares, sobretudo dos trabalhadores, com o movimento que depôs Washington Luís. Não apenas não se questionava a deposição do presidente através do golpe militar, como também lhe era atribuída uma legitimidade através do apoio popular recebido em reação aos vícios oligárquicos da antiga República, especialmente no tocante ao tratamento da questão social. Se os revolucionários outubristas não corresponderam às aspirações gerais, o fizeram porque era próprio de todos os governos brecares o avanço das liberdades e da ação popular. Somente aos trabalhadores, através de suas formas de ação coletiva e autônoma, competia a função de pôr fim à exploração econômica e melhorar a sua própria sorte. Poderia se considerar que a tônica do texto de Palmer, de crítica relativamente comedida do novo governo se comparada à condenação severa aos anteriores, integrava uma tática de argumentação para dirigir-se, especialmente, aos operários simpáticos ao novo governo. A opção por condenar com intransigência o novo governo, poderia resultar na desaprovação desses operários não apenas por considerarem tais críticas injustas, mas também improcedentes, dado o esforço que o governo provisório fazia para, ao menos em aparência, diferenciar suas práticas aos governos do período que a partir de então recebeu o nome de “República Velha”.

Por outro lado, é possível acreditar que Palmer reconhecia, de fato, aspectos positivos do governo provisório. Uma análise que procurasse ser o mais fiel à realidade, não teria relação apenas com um sentimento de justiça, mas também tinha implicações na definição de estratégias de ação revolucionária.

Nesse sentido, uma fonte que trata dos bastidores das discussões entre anarquistas em torno da Revolução Constitucionalista de 1932, demonstra que a posição de crítica intransigente a todas as formas de governo, geralmente atribuída como constante entre os anarquistas, possuía matizes em circunstâncias específicas.

Na verdade, trata-se de um relato de duas reuniões de militantes “operários, anarquistas, anarco-sindicalistas e sindicalistas, e assistência ainda de alguns membros das minorias de oposição sindicais, que não tiveram direito ao uso da palavra”, realizadas na sede da Federação Operária de São Paulo nos dias 6 e 11 de outubro de 1932³¹¹. O objetivo era discutir a “situação político-militar e o desfecho que sofreu a revolução constitucionalista” iniciada em 9 de Julho e vencida definitivamente dia 2 de outubro.

Não é possível precisar se o manuscrito, que integra o prontuário da FOSP na Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo, foi produzido por algum espião da polícia ou é um relato de algum participante que secretariou os encontros para que se tornasse um documento oficial da própria associação. Considerando a extensão do documento, os detalhes com que foram registrados os debates, a preocupação em tentar ser mais fiel à fala dos interventores do que a tentativa de resumir seu sentido geral, além da falta de adjetivos freqüentemente utilizados em informes policiais deste tipo, acredito que se trata de um documento interno da federação, que, de alguma forma, chegou até à polícia.

Independente de sua autoria, o texto é valioso por captar a existência de algumas opiniões dissonantes a respeito do governo de Getúlio Vargas, uma vez que todos são unânimes quanto ao caráter da revolução constitucionalista. Os pronunciamentos dos participantes da reunião, de forma geral, se repetiam ao se esforçarem por demonstrar a falsa oposição que os rebeldes tentavam imprimir entre “ditadura e constitucionalistas”. Para os militantes, era uma guerra civil de facções políticas da mesma “burguesia”, entre os que “mandavam, e os que queriam mandar”, como sintetizou o litógrafo italiano Francisco Cianci.

³¹¹ Reunião de militantes. *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP)*, vol. 1, docs. 41 e 42.

Logo após a explanação de Cianci, João Perez fez uso da palavra, e ponderou acerca das avaliações que estavam sendo feitas no sentido de igualar ambos os lados em conflito:

*“João Perez desvia o rumo das exposições para dizer que, no momento presente, se inclinava, como garantia de mais liberdade, para o outubrismo. Não era partidário da ditadura, mas nutria simpatia pessoal, como muitos companheiros, para a ação do outubrismo, que tinha sido confortadora para com o proletariado. Ninguém poderia desmenti-lo em sua afirmação. Concluía por um manifesto que desmascarasse os políticos que tinham provocado a guerra civil em benefício dos industriais”.*³¹²

Sua ressalva foi avalizada por outro companheiro, João Barbosa, mas recebeu duras críticas de José Sarmiento, signatário da moção de 1924, iniciando um bate-boca que pôs fim à discussão do dia. Sarmiento acusou a ambos de *“políticos, dizendo que anarquistas que assim falam não são nem anarquistas nem revolucionários”*.

Note-se que João Perez não era um militante recém-chegado às fileiras sindicalistas e libertárias. Sapateiro espanhol de longa data, exercia a profissão de metalúrgico na Metalgraphia Matarazzo em 1932, chegando a ser preso, em novembro desse ano, ao lado de dois companheiros, acusados de provocarem *“perturbações da ordem pública e impedir que operários daquele estabelecimento entrassem no serviço”*. Foi descrito pela DEOPS-SP, em 1936, como *“velho militante anarquista, pertencendo à ‘União dos Artífices em Calçados, filiada à organização anárquica ‘A Federação Operária de S. Paulo’.* É fomentador de greves as quais dirige pessoalmente. Em reuniões da sua classe, pronuncia discursos violentos, incitando a massa à reação e à desobediência às leis do país.”³¹³. Muito antes disso, seu nome também consta na lista de signatários que endossaram apoio à revolta tenentista de 1924.

De outra parte, a refutação da causa constitucionalista não permite afirmar que os anarquistas apoiavam qualquer movimento que se dizia revolucionário sem antes fazer uma avaliação do caráter de tal mobilização. Não era porque os opositoristas ao governo outubrista acusavam-no de ditatorial, o que, aliás, convergia com a opinião dos militantes libertários, que eles deveriam tomar parte em suas fileiras. A não adesão

³¹² Idem, *ibidem*.

³¹³ João Perez – Anarquista. *Prontuário DEOPS-SP 1374 (João Perez Aragón)*, doc. 6, 1 set. 1936. Os demais dados anteriores foram retirados de documentos diferentes do mesmo prontuário.

ao movimento constitucionalista não implicava desconhecimento de que as oposições preparavam algo contra o governo provisório. Além de todo o clima de desconforto que se sabia existir por parte dos grandes partidos políticos de São Paulo, um fragmento nos fornece indícios de que a direção da Federação Operária de São Paulo estava ciente dos preparativos, segundo um vigilante do DEOPS-SP:

*“A FEDERAÇÃO OPERÁRIA E A FRENTE ÚNICA – Na sede do Quartel General da 2ª Região Militar correu ontem que a Federação Operária de S. Paulo estava de acordo com a Frente Única Paulista. – Um dos representantes interpelados consentiu na propalação desse boato. – O major Valle solicitou um desmentido da Federação Operária para evitar explorações, o que não conseguiu. – O referido militar informou que a Frente Única estava usando do nome da Federação Operária”.*³¹⁴

Por se tratar de um fragmento único sobre um boato, sem maiores dados, nem mesmo identificação de nomes, não se pode afirmar que ocorreu um encontro entre representantes da FOSP e da FUP. Contudo, o pedido de desmentido por parte da FOSP não foi atendido, por alguma razão impossível de ser conhecida. De todo o modo, demonstra que, se houvesse, de fato, interesse da FOSP em tomar parte do movimento antes mesmo de sua eclosão, ela o teria feito. Não o fez, por identificar na FUP o velho perrepismo que por tantas vezes reprimiu impiedosamente as associações operárias.

Por outro lado, apesar de alguns militantes exporem algumas “*simpatias pessoais*”, o governo de Getúlio Vargas não contou com nenhum apoio concreto nem moral dos anarquistas contra os ataques constitucionalistas. Reconheciam no novo regime um ambiente de maior “*liberdade de reunião e da livre manifestação do pensamento*”, que, “*embora certas ocasiões, isso não se exprima uma realidade concreta*”, permitiu a promoção de um movimento de reorganização operária, pelo menos no âmbito de São Paulo, ao contrário do que se passava no tempo de domínio do PRP, quando, em sua opinião, só existia como única classe, a patronal³¹⁵. Mesmo assim, “*movimento armado de outubro*” nada mais era do que “*a contra-revolução*”

³¹⁴ Cópia de um relatório apresentado em 11-6-32. *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP)*, doc. 62, de 11 jun. 1932.

³¹⁵ Como se acha organizado o proletariado paulista. – Encontram-se devidamente arregimentados 13 sindicatos com aproximadamente 1.000 trabalhadores filiados. *Folha da Manhã*. São Paulo, 7 ago. 1931. *Prontuário DEOPS-SP 625 (Francisco Cianci)*, doc. 15. (Notícia de jornal copiada pela funcionária extraquadro Aldaiza de Moura, em 23 ago. 1946, para o DEOPS-SP).

proletária”, o que justificava a posição da FOSP de dizer-se alheia às partes, poucos meses antes da deflagração do conflito³¹⁶.

Em relação ao governo Vargas, a tônica do discurso anarquista foi o de combate, sobretudo, às suas regras de sindicalização, impostas sob o comando de seu ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, e identificadas pelos militantes como “fascistas”. Chegaram a expressar sua contrariedade diretamente ao interventor militar de São Paulo, general Waldomiro Lima, em reunião no Palácio dos Campos Elíseos³¹⁷ e ao próprio ministro, que viu-se impedido de falar, tamanha a contrariedade demonstrada nos comentários e apartes dos operários presentes em sessão realizada pela União dos Operários da Fiação de Tecidos, que terminou em tumulto com a ação da polícia³¹⁸. Na avaliação dos anarquistas reunidos na FOSP em 10 de abril de 1931, a lei de sindicalização objetivava a “*fascistização dos sindicatos*”, tal qual se verificava na Itália de Mussolini, e a conseqüentemente “*centralizar ainda mais o poder de uma classe privilegiada em detrimento de uma classe explorada*”. Daí a necessidade de se conclamar uma intensa campanha para que a derrogação da lei³¹⁹ e da obrigatoriedade da caderneta profissional, símbolo de “*uma escravidão mais oprobriosa que a do antigo regime*” que teria sido implantada pelo “*governo da segunda República*”³²⁰, que se seguiriam nos anos seguintes.

De toda forma, tal qual se passou na eclosão dos movimentos tenentistas da década de 1920, a avaliação das possibilidades trazidas pelo ambiente de guerra civil de 1932 para seus intentos revolucionários foi tardia, já em seu ocaso. Já terminada a guerra, Vicente Mandarano avaliava que “*o momento é propício para uma ação perfeita e com muitas probabilidades de êxito. O exército e a Força Pública estão*

³¹⁶ Com quem está a Federação Operária de São Paulo? ‘Nem com uns, nem com outros’. *Correio da Manhã*, São Paulo, 21 abr. 1932. (Recorte de jornal) *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. 1)*, doc. 51.

³¹⁷ O governo militar e as reivindicações operárias. (Recorte de jornal, s.d.). *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. 1)*, doc. 68; O entendimento entre o general Waldomiro Lima a respeito da Federação Industrial com a Federação Operária de São Paulo. (4 nov. 1932, cópia datilografada e mimeografada) *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. 1)*, doc. 67.

³¹⁸ ARAÚJO, Angela. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo: Edições Sociais, 1998, p. 169.

³¹⁹ Resoluções do plenário da Federação Operária de São Paulo, realizado no dia 7 de abril, com a assistência das comissões executivas das organizações da capital. São Paulo, 10 abr. 1931. *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. II)*, doc. 9. Sobre as campanhas de anarquistas e outras correntes contrárias à lei de sindicalização de 1931, ver MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981; ARAÚJO, Angela. *A construção... op. cit.*, p. 161-249.

³²⁰ Federação Operária de São Paulo. Aos trabalhadores e ao povo em geral. Contra a caderneta profissional e pela liberdade da imprensa proletária. Grande comício de protesto. São Paulo, abr. 1933 (panfleto) *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. III)*, doc. 141.

divididos. Os políticos também. As classes conservadoras desconfiam da força armada. (...) A polícia é um órgão impotente para conter os avanços da revolução proletária”. O que faltava era uma organização forte, sólida, unificada dos trabalhadores, “sob uma base de ferro, unido e fortificado em um ideal só: derrubar o capitalismo. (...) Comunistas, anarquistas, prestistas e mais tendências revolucionárias, devem ligar-se e iniciar uma vida nova de propaganda e ação revolucionária”³²¹.

Esforços nesse sentido seriam feitos nos anos seguintes, assim que o governo outubrista passasse a ser identificado, pelos militantes de esquerda, cada vez mais, com o fascismo. No entanto, essa união, tão propalada desde o início da inserção do anarquismo no movimento operário, seria muito difícil de ser concretizada, pois cada parte não abriria mão do comando de tal mobilização. Nem mesmo os anarquistas.

A DECADÊNCIA E A POLÍTICA DE FRENTE ÚNICA

De acordo com as atas do já citado 3º Congresso Operário do Rio Grande do Sul, publicadas no jornal *O Syndicalista* no dia 28 de setembro de 1925, em meio a uma discussão sobre a pertinência ou não de um caráter “ideológico” a orientar a ação sindical no estado, Reduzindo Colmenero, que compunha a mesa de trabalhos daquele dia, interveio, declarando que “*não aceita o tratamento de camarada da parte daqueles que são partidários do regime despótico imperante na Rússia*”³²². Ele se dirigia diretamente ao promotor do debate, que seria, segundo sugere a leitura das atas, um militante comunista que tentava transferir o movimento sindical gaúcho da órbita anarquismo para “o aparelhamento do partido comunista”.

A rivalidade do início da década acentuava-se à medida que o movimento anarquista, aqui como em todo o mundo, entrava em retrocesso e gradualmente crescia a área de influência do PCB, respaldado pela consolidação do regime soviético.

A tentativa de inserção de comunistas nos meios anarquistas no início da década de 1920 fazia parte, naquele momento, da tática moscovita de formar “Frentes Únicas” a fim de retomar o fôlego diante do estancamento da expansão revolucionária

³²¹ Reunião de militantes. *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. I)*, docs. 41 e 42.

³²² 3º Congresso Operário - O proletariado organizado do Rio Grande do Sul reafirma seus propósitos libertários resolvendo combater todos os partido políticos. *O Syndicalista – Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 24 out. 1925, p. 2.

soviética³²³. No caso do Brasil, especificamente, tratava-se de construir não apenas a própria organização do PCB como também de fornecer a força necessária para sua disseminação. No entendimento do PC, a aproximação com grupos políticos heterogêneos objetivava ao mesmo tempo neutralizar a força das demais correntes políticas e ainda torná-las base de apoio para sua projeção.

Mas a desconfiança dos anarquistas em relação às intenções dos elementos estranhos ao seu ideário parece ter algum fundamento. Em correspondência do Comitê Central do Partido Comunista dirigida ao Comitê Regional de Porto Alegre, em outubro de 1928, lê-se em meio às suas observações e resoluções: “*Aprovamos a vossa tática provisória de entrar em um pacto com os anarquistas, no campo sindical, a fim de reforçar a nossa posição nos sindicatos dirigidos pelos mesmos*”³²⁴.

No intento de se fortalecer, os comunistas disputavam os mesmos espaços freqüentados pelos anarquistas. E os anarquistas, por sua vez, lançavam manifestos nas páginas de suas publicações a denunciar os abusos cometidos pelo governo soviético contra os trabalhadores daquele país, onde a ferocidade da classe dirigente seria, na sua avaliação, tão violenta quanto a Rússia do Czar que substituiu em novembro de 1917.

Durante a década de 1920, portanto, apesar de manterem a militância ativa, os anarquistas vivem um período um tanto adverso, tanto pela repressão de que são alvo quanto pelas novas forças políticas que surgiam a disputar a influência e o controle das organizações operárias. Dentre as novas forças, o PCB, cujos fundadores encontravam-se alguns de seus antigos companheiros, sofria duras e explícitas críticas por parte dos anarquistas. A posição era clara e firme: oposição aos comunistas. As publicações libertárias sempre estariam repletas de acusações contra os comunistas, que, se não tinham seus partidos e métodos de ação comparados aos partidos oligárquicos e burgueses do Brasil, equiparavam o governo soviético ao governo do czar ou ao de Mussolini, e mais tarde, ao de Hitler. As mesmas críticas recaíam sobre os grupos trotskistas.

Quando se deu o fim do estado de sítio, em 1927, e os anarquistas se depararam com a formação do Bloco Operário e Camponês, com o lançamento de candidaturas à Câmara de elementos que se diziam representantes dos trabalhadores, forjaram, com os

³²³ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, p. 48-49.

³²⁴ Correspondência do Comitê Central do PCB ao Comitê Regional de Porto Alegre. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1928. Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM.

poucos recursos que conseguiram reunir naquele momento, severas críticas à tentativa de fazer dos trabalhadores eleitores de seus quadros ligados a Moscou³²⁵. Contra os “*salvadores de última hora*”, Manoel Soares repeliu a comum acusação que os partidários do PCB tentavam inflingir contra os anarquistas de serem agentes da burguesia, insinuando o contrário, ao afirmar que, enquanto seus companheiros libertários morriam no “inferno verde” do Oiapoque, “*só bolchevistas ‘verdadeiros defensores do proletariado’ gozaram a tolerância da polícia*”³²⁶.

A oposição comunista aos anarquistas também não deixava por menos, e iniciou-se uma campanha de difamação aos grupos anarquistas para desacreditá-los e arregimentar apoio às organizações ligadas à Rússia soviética. Apenas para ilustrar, um panfleto escrito em São Paulo, em abril de 1932, de um “Comitê de Resistência da Esquerda Comunista”, acusava os anarquistas e os “comunistas de direita” (dentre os quais, nominalmente, o trotskista Aristides Lobo e o anarquista Arsênio Palácios), de “*parasitas de classe*”, de serem agentes policiais e patronais. Suas prisões não passavam de fingimento, para fazer de conta que são ativos militantes. Tinham liberdade para criticar o governo com o objetivo de reunir em torno de si elementos potencialmente revolucionários para serem, estes sim, presos. Mas, haveria de “*chegar o dia do ajuste de contas e todos os anarquistas de Arsênio e comunistas da direita serão levados aos muros juntamente com nossos exploradores e opressores*”³²⁷. Enfim, a hostilidade caracterizava a relação entre anarquistas e comunistas, mais stalinistas do que trotskistas, e qualquer ação conjunta efetiva parecia ser bastante difícil de ocorrer.

Mas, diante do crescimento do fascismo ao redor do mundo, da formação da Ação Integralista Brasileira e de seu potencial perigo, cria-se, entretanto, um quadro em que se esboça uma possível união pontual entre anarquistas e comunistas (stalinistas e trotskistas) contra o inimigo comum.

³²⁵ A obra dos companheiros que se sacrificaram na luta deturpada pelos modernos politiqueiros pseudo-operários – Os trabalhadores devem repelir esses ‘salvadores’ de última hora. *A Plebe – Periódico libertário*. São Paulo, ano XI, n. 247, 12 mar. 1927, p. 1.

³²⁶ SOARES, Manoel. Quem são os ‘agentes da burguesia’? (A propósito dos camaradas mortos no Oiapoque). *A Plebe – Periódico Libertário*. São Paulo, ano XI, n. 249, 9 abr. 1927, p. 4.

³²⁷ Ao proletariado e ao povo em geral. São Paulo, abr. 1932. (panfleto). *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. I)*, doc. 53. Não é possível afirmar, mas é provável que este “Comitê de Resistência da Esquerda Comunista” tivesse ligações com o PCB. Além das críticas aos anarquistas e a Aristides Lobo, cita também, entre os “*exploradores*”, Astrojildo Pereira, fora do partido desde o ano anterior, depois de ser acusado de se opor ao “obreirismo” do Partido. (Sobre o obreirismo no PCB ver PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-ômega, 1984, p. 132-143).

A partir das proposições de Trotsky na Europa, iniciava-se no Brasil uma campanha dos trotskistas pela formação de uma Frente Única contra o Fascismo, contando com um grupo heterogêneo, incluindo os social-democratas considerados pelos PCs, entre 1929 e 1934, “social-fascistas”. Essa equiparação entre social-democratas e fascistas seguia as orientações do X Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista³²⁸, que determinava a recusa à integração a qualquer frente única que contivesse outras organizações de esquerda. Apesar da oposição permanente dos stalinistas, os grupos trotskistas da Liga Comunista e dos socialistas do PSB paulista tentaram construir a sua Frente Única³²⁹. Quanto aos anarquistas, que viviam uma fase de decadência da sua influência nos meios operários, com o avanço dos novos rivais de esquerda e de direita no movimento sindical, rechaçavam com vigor a proposta. Diziam eles, como se lê no Boletim da FOSP de 1931, que estavam dispostos sempre à união,

*“mas não com fins políticos, nem para que seja maior o número de votos. (...) Queremos uma união consciente e livre e por isso não aceitamos a frente única feita à base de subterfúgios com o propósito de criar um novo Estado, assim como condenamos os que, a pretexto de arregimentar os trabalhadores dentro dos sindicatos, fazem deles centros esportivos aonde se vai jogar e não discutir os assuntos que lhes dizem respeito”.*³³⁰

Mas a partir da formação da Ação Integralista Brasileira, em 1932, essa posição passaria a ser rediscutida. Entre 1933 e 1935, a discussão sobre a pertinência ou não de se aderir a uma Frente Única contra o Fascismo, que já estava presente antes, é um dos objetos mais constantes nas páginas das publicações e panfletos libertários. Em 1933, esses periódicos começam a debater de fato com os outros grupos a possibilidade de organizar forças políticas contra o fascismo.

Inicia-se, então, uma tentativa de aproximação entre a Frente Única Anti-Fascista dos trotskistas e socialistas com os anarquistas. A proposta de sua formação foi feita pelo trotskista Aristides Lobo, em solenidade em lembrança do assassinato do socialista italiano Giacomo Matteotti, em 11 de junho de 1933³³¹. Os comunistas, por

³²⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias... op. cit.*, p. 59.

³²⁹ CASTRO, Ricardo. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). *Topoi*, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 5, p. 354-388, 2002.

³³⁰ A finalidade das organizações operárias. *Boletim da Federação Operária de São Paulo*, São Paulo, ano I, n. 1, 1 ago. 1931, p. 1. *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. II)*, doc. 28.

³³¹ CASTRO, Ricardo. A Frente... *op. cit.*, p. 359.

sua vez, apesar de recusarem ingressar em qualquer proposta de frente única, estavam também presentes nos debates, nem que fosse para provocar aqueles que consideravam seus oponentes.

Alguns anarquistas chegaram a participar da solenidade de sua fundação em 25 de junho de 1933 no salão da Legião Cívica 5 de Julho, com socialistas, tenentes e trotskistas. Mas 3 dias antes, em 22 de junho, haviam criado o seu próprio Comitê Antifascista. Em panfleto escrito pela Federação Operária de São Paulo, em julho de 1933, intitulado “*Contra a horda Fascista. Ao Povo do Brasil*”, em meio ao texto sobre a “‘*Frente Única*’ *Anti-Fascista*”, os libertários definiam sua posição, “*coerentes com nossa conduta e cientes que a defesa da liberdade não é patrimônio exclusivo de determinados indivíduos ou idéias*”. Sobre a melhor forma de organizar a oposição contra as “*tão vivas (...) manifestações fascistas [ocorridas] ultimamente*”, dizia o panfleto:

*“[As correntes liberais] ainda que tarde, reconheceram a necessidade de agir em defesa das liberdades populares e trataram de recobrar o tempo perdido com uma aliança, uma ‘frente única’ até com os que sempre condenaram, os libertários e as organizações apolíticas”.*³³²

No entanto, havia uma divergência fundamental que resultaria na recusa da participação da “Frente Única”, sempre entre aspas, naquele momento. Enquanto as demais facções defendiam apenas a entrada de organizações sindicais e partidos antifascistas, os libertários defendiam a necessidade da “*ação conjunta de todos os indivíduos anti-fascistas, sob as bases da mais ampla autonomia de facções, princípios e doutrinas*”³³³. Essa diferença manteve os anarquistas fora daquilo que chamaram de “Frente Única de fachada”. Sua luta seria a de “*vanguarda das forças que combatem o fascismo em todas as suas manifestações*”, prestando “*incondicional apoio a toda obra que vise realmente [grifo meu] defender as liberdades conquistadas*” e conclamava todos os trabalhadores à insurreição, a desrespeitar todos os “*instrumentos de fascistização*”, como o Ministério e os Departamentos Estaduais do Trabalho. Por fim, o escrito terminava com termos duros:

³³² FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE SÃO PAULO. *Contra a horda fascista. Ao povo do Brasil!*. São Paulo, 5 jul. 1933. (panfleto). *Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. II)*.

³³³ Idem, *ibidem*.

“O combate ao fascismo não pode ser platônico, não deve limitar-se a comícios ou publicações. Se queremos obter resultados, devemos de entrar na ação prática.

A toda tentativa que viesse destruir uma mínima parcela de progresso, liberdade ou direitos conquistados, todos os que sinceramente amam a liberdade hão de aprestar-se a impedi-lo, de armas na mão se tanto for necessário.

*A FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE S. PAULO, avezada à luta contra os reacionários de toda casta, estará sempre disposta a ocupar seu posto, por mais perigoso que ele seja”.*³³⁴

Mas a recusa da adesão dos anarquistas à Frente Única Anti-Fascista não impediu que os militantes anarquistas estivessem sempre em contato com ela e com os militantes do PCB, que faziam severa oposição à organização fundada por trotskistas e socialistas. O jornal *O Homem Livre*³³⁵, por exemplo, contém escritos de todas as cores políticas contra o fascismo, e na sede da Federação Operária de São Paulo foram discutidas, em diversas ocasiões, formas de luta anti-fascista, com a presença de elementos estranhos aos seus filiados anarquistas. Além disso, havia a divulgação das atividades anti-fascistas nos jornais anarquistas ou dirigidos por anarquistas, como *A Lanterna*, de Edgar Leuenroth. É possível ver ali a participação de outras correntes políticas nas atividades anti-fascistas. Ou melhor dizendo, e sublinhando, os anarquistas publicavam em seus jornais notas sobre a participação de elementos de outras correntes políticas nas atividades anti-fascistas. Constam ali, como louváveis, atitudes anti-fascistas do Partido Socialista de São Paulo, por exemplo. A tônica das chamadas anti-fascistas é sempre em torno da expressão “*todos os homens livres*”, não de organizações, conclamando, assim a todos, à luta pelas conquistas de liberdade já existentes, contra a horda fascista.

Ainda sobre o contato com a Frente Única Anti-Fascista, apesar da recusa em aderir a ela formalmente, existem diversos registros, sobretudo fontes policiais, que sublinham a participação de militantes anarquistas nas reuniões, não só tomando a palavra, mas até mesmo contendo os ânimos entre stalinistas e trotskistas, intervindo até mesmo para separar brigas corporais, como relata o agente policial Rubens [de

³³⁴ Idem, *ibidem*.

³³⁵ Contra o fascismo. *O Homem Livre*. São Paulo, ano I, n. 1, 27 maio 1933, p. 1.

Almeida] ao observar uma reunião do Comitê Estudantil Anti-Guerreiro de São Paulo, em novembro de 1933³³⁶.

A formação de um efetivo bloco anti-fascista das esquerdas, especialmente em São Paulo, estava realmente difícil de acontecer. Foi a partir de 1934, que se fortaleceu a proposta de construção dessa frente. Ao saberem que os integralistas anunciaram fazer um ato público na Praça da Sé, em comemoração ao segundo aniversário de sua Aliança Integralista Brasileira, imediatamente os trotskistas da União dos Trabalhadores Gráficos começaram a preparar uma contramanifestação, que contaria com a participação também do PCB, dos anarquistas e de outros anti-fascistas. Cerca de 7.000 a 8.000 integralistas se dirigiram ao local, quando lá chegaram, encontraram já presentes diversos anti-fascistas. Logo após, chegaram cerca de 400 homens da polícia, com cavalos e metralhadora, que deram uma sensação de segurança aos integralistas, que começaram seu ato, sob vaias e gritos de “abaixo o fascismo” e “fora galinhas-verdes”. Tiros foram disparados, sem se saber de onde e por quem. Iniciou-se, então, uma batalha que tornou a praça em campo de guerra, terminada com a debandada dos grupos integralistas. Neste episódio *“pela primeira vez, todas as forças antifascistas participaram em conjunto, ainda que sem direção totalmente centralizada, de uma manifestação pública de grandes proporções”*³³⁷.

Ainda assim, naquele momento em que se aproximava uma união mais efetiva, ainda havia grandes espaços para rixas. O Comitê Pró-Presos Sociais denunciou publicamente, após o evento de 7 de outubro, a reação policial unicamente contra os anarquistas, e a prisão arbitrária de seus companheiros, enquanto *“pessoas e partidos políticos disputavam para si os louros da vitória e dos feitos de abnegação e de desprendimento em prol da causa da liberdade que inúmeras pessoas de todas as cores políticas deram provas no memorável 7 de Outubro, (...) dia em que o integralismo teve o seu atestado de óbito moral”*. De todo o modo, o historiador

³³⁶ Segundo relato do agente reservado Rubens [de Almeida], em uma reunião promovida pelo Comitê Estudantil Anti-Guerreiro a 3 de novembro de 1933, um representante da Juventude Comunista teceu críticas à polícia e aos trotskistas, o que foi rebatido por Aristides Lobo. *“(...) Nesse momento os stalinistas [que, segundo o relato, eram maioria], promoveram grande algazarra, atacando Aristides Lobo, taxando-o de policial, etc. EDGARD LEUENROTH, intervindo, conseguiu acalmar os ânimos que se achavam bastante agitados, pois até troca de bofetadas se verificou”*. ([ALMEIDA], Rubens [de]. Informe reservado. São Paulo, 4 nov. 1933. *Prontuário DEOPS-SP 1656 (Comitê Anti-Guerreiro)*, doc. 69.). Anos mais tarde, em histórico no prontuário de Edgard Leuenroth, seu gesto recebeu da polícia a adjetivação de *“‘anjo da paz’ entre trotskistas e stalinistas, que se esbofetearam”*. (Informações sobre Edgard Leuenroth. Do prontuário N. 122. São Paulo, 7 jan. 1935. *Prontuário DEOPS-SP 122 (Edgard Leuenroth – Vol. I)*, doc. 18.

³³⁷ CASTRO, Ricardo. *A Frente... op. cit.*, p. 376.

Ricardo Castro afirma que “a ‘Batalha da Praça da Sé’ foi como que um breve renascimento para resolver uma contenda inadiável e realizar o confronto há muito tempo previsto e esperado”³³⁸.

A partir de 1935, será em torno da Aliança Nacional Libertadora, ANL, que irão se reunir forças para, entre outros objetivos, combater o fascismo. E novamente, os anarquistas serão procurados para unir forças contra a guerra e o fascismo. O ano de 1935 será de intenso debate entre os anarquistas sobre a participação nesse movimento, embora, pelas fontes encontradas, principalmente de São Paulo, estejam sempre presentes críticas e ressalvas em torno da união contra o fascismo.

Em 29 de junho de 1935, em uma conferência intitulada “Os anarquistas e a Aliança Nacional Libertadora”, Gusmão Soler se pronuncia acerca da necessidade e limites da união entre ambos os grupos. Existiriam “*alguns pontos de contato que justificam uma ação paralela com os aliancistas (...) Enquanto os aliancistas estiverem na oposição, no combate ao fascismo, ao latifundismo e à tirania governamental, (...), cada qual em seu setor, não endeusando pessoas, mas batendo-se por idéias, discutindo e lutando ao redor de princípios, encontrar-se-iam perfeitamente lado a lado, anarquistas e aliancistas*”³³⁹. Mas há um problema: os aliancistas visam à tomada do poder através do Estado e “*Quando a Aliança Nacional constituir o Estado, isto é, quando ela for governo e julgarem os aliancistas que não há mais nada a fazer, os anarquistas continuarão a sua obra, objetivando a completa emancipação do povo do jugo de todas as tiranias e explorações, com a abolição do instrumento compressivo do Estado e sua substituição por um regime baseado no livre acordo, na organização federalista de todos os ramos de atividade humana, onde haja bem estar e liberdade para todos*”³⁴⁰.

Nesta mesma conferência, Edgar Leuenroth pondera que os tempos difíceis exigiam que os anarquistas definissem claramente sua posição na constituição de uma frente única, tal “*como já o haviam feito os socialistas e os comunistas*”. Ou seja, além da dedicação, de fato, sincera dos militantes anarquistas, em especial na luta contra o fascismo, estava em jogo também a permanência de sua influência nos meios operários em um contexto bastante adverso. Ao aderir a uma frente única da qual não são os

³³⁸ CASTRO, Ricardo. A Frente... *op. cit.*, p. 378.

³³⁹ Uma conferência libertária. *A Lanterna – Jornal de combate ao clericalismo*. São Paulo, n. 398, 13 jul. 1935, p. 2.

³⁴⁰ Idem, *ibidem*.

protagonistas corria-se o risco de terem seu ideário ofuscado por outras correntes à frente da aliança. Por outro lado, haveria a possibilidade de tornarem-se visíveis ao tomarem parte em um movimento que tendia a uma repercussão intensa e crescente. Não aderir, poderia ajudar a manter uma “pureza militante”, porém o isolamento poderia tornar sua atuação praticamente invisível, diante daquilo que reconhecia Edgar Leuenroth como “*um dos maiores movimentos de opinião registrados nos últimos tempos*”. Era preciso escolher. Assim, a conferência, ao contrário de propor propriamente um debate entre os participantes sobre a possibilidade ou não da adesão dos anarquistas à A.N.L., tratava antes de apresentar as razões da necessidade urgente da aliança contra o inimigo comum (o fascismo) e, ao mesmo tempo, explicitar os limites desta adesão: havia questões de princípios para os anarquistas das quais não abririam mão. Além da sinceridade da militância anti-fascista por parte dos anarquistas, a adesão à A.N.L. aparecia também como uma tática para manter acesa a militância anarquista, cada vez mais ofuscada por outras correntes políticas e sindicais, notadamente o varguismo e o comunismo. Apoiar a A.N.L. era também reivindicar direitos deliberativos no movimento, afinal, como ponderou Edgar Leuenroth, “*a sinceridade com que sempre prestaram seu concurso os libertários às grandes causas populares lhes outorgava o direito de serem também ouvidos*”³⁴¹.

De todo o modo, embora não existisse propriamente uma adesão, os anarquistas paulistas efetivaram algum tipo de aproximação com outras correntes “democratas”, como a A.N.L.. No entanto, essa aproximação rendeu algumas críticas internas por parte de outros grupos anarquistas, como a do grupo Os Iguais, de Porto Alegre, que em seu jornal *Humanidade* fez publicar um ácido artigo de J. Ramon intitulado “*Definir-se ou renunciar*”. Nele se lia a crítica dura da aproximação dos anarquistas com a A.N.L., pois o seu parlamentarismo, expressão do “*colaboracionismo marxista com a burguesia*” era, por si só, incompatível com a luta pelo fim da tirania e da escravidão. Daí não apenas não ser recomendável a aliança com partidários do marxismo, como deve-se combater “*os meios de luta empregados pelos deturpadores do verdadeiro comunismo-libertário*”. Nem mesmo a luta contra o fascismo justificaria, a seu ver, tal aliança tática, defendida por “*alguns militantes das fileiras anarquistas, que não tiveram uma visão clara dos truques moscovitas e que [foram] levados por sua boa fé*”.

³⁴¹ Idem, *ibidem*.

“Em sucessivos manifestos, a vanguarda anarquista do movimento proletário de Porto Alegre, embora sujeitando-se à crítica severa dos que entendiam as causas de outro modo, procurou demonstrar aos trabalhadores e aos companheiros que simpatizavam com o movimento aliancista, que não se deixassem iludir pelos novos Messias da política, porque o tempo, mais eloqüente do que todos os discursos, se encarregaria de demonstrar a todos as intenções malévolas dos que só almejam apossar-se do poder para implantar uma férrea ditadura de extermínio como mais um corolário ao sacrifício dos trabalhadores. (...)”

Dirigindo-nos aos nossos companheiros, afirmamos que não temos porque nos desviar dos nossos princípios filosóficos, cujas táticas jamais foram superadas na consecução dos objetivos de emancipação humana. Mais vale, sem dúvida alguma, que aqueles que se sintam incapazes de compreender a grandeza de nossos ideais se passem às fileiras contrárias, do que continuarem a mistificar um Ideal que não sentem. Mais vale para nós um indiferente que um indefinido; é preferível sabermos que contamos com mais um inimigo do que confiarmos num amigo medíocre, mascarado de sincero. (...)”³⁴²

Em lugar da adesão à frente única proposta pela A.N.L., Ramon se limita a propor *“ensaiar novos meios de luta, que fortaleçam e unifiquem os trabalhadores de todas as tendências, para assim estar em posição mais vantajosa para combater a guerra, o capitalismo e as religiões que visam o embrutecimento da humanidade e tudo que seja prejudicial aos trabalhadores – é certo”*. Quais novos meios de luta vislumbrava, Ramon não disse. Talvez pensasse apenas em revisitar velhas formas de lutas, dentre as quais o sindicalismo revolucionário. De toda forma, sua oposição ao apoio anarquista à luta contra o fascismo em torno da A.N.L. demonstra a existência de restrições que visavam não só proteger o purismo revolucionário da vanguarda anarquista, como também não servir de suporte para alçar força aos adversários que disputavam o mesmo público.

De outro lado, em um sentido mais amplo, a dificuldade de formação de uma efetiva Frente Única contra o Fascismo, contra um inimigo comum, demonstra, dentro da esquerda e das correntes ditas revolucionárias (embora uma chamasse a outra de pseudorevolucionária, reacionária e etc.), o difícil momento do movimento operário brasileiro da década de 1930, quando, além das novas formas de intervenção do Estado

³⁴² RAMON, J. Definir-se ou renunciar. *Humanidade – Órgão da Agrupação Anarquista “Os Iguais”*, Porto Alegre, Junho de 1936. Este exemplar integra o *Prontuário DEOPS-SP 1262 (Benedito Romano – Vol. I)*.

e da burguesia nos meios sindicais e proletários, as dificuldades aumentavam diante das acirradas disputas internas das diversas correntes, que impediam uma efetiva ação conjunta.

A polícia paulista observava de perto essas querelas desde o início do período varguista. Discorrendo sobre as correntes ditas revolucionárias no movimento operário paulista, o agente Antonio Ghioffi mostrava conhecer bem as diferenças de orientação entre os diversos grupos, dos quais apresenta as diferenças entre 2 grandes blocos (anarquistas e comunistas), divididos, cada um, em 2 correntes (anarquistas e anarcosindicalistas; stalinistas e leninistas-trotskistas). Avaliava que, para efeitos de neutralização de agitação operária e, sobretudo, da expansão das atividades daqueles que eram considerados os principais perigos – Partido Comunista, a Confederação Geral do Trabalho e a Federação Sindical Regional (de SP) –, aquela divisão era absolutamente positiva.

Ao apresentar a FOSP, sublinha o agente que tem a entidade uma “*concepção apolítica, isto é, antipolítica. Em seu seio agrupam-se todas as tendências e todos os credos, não aceitando o predomínio de nenhuma tendência e de nenhum credo. A sua linha é de ação essencialmente econômica*”³⁴³.

Mais adiante, quando fala da “*tática inteligente desenvolvida pela Delegacia de Ordem Social*”, explica que ela consiste no seguinte:

“aproveitando a posição ideológica das correntes predominantes no seio do proletariado militante, fez com que prevalecesse o critério apolítico nas organizações que, apesar de discutido com os seus acendrados mentores, teoricamente estão, quer queiram quer não, de acordo com o apoliticismo da lei de sindicalização do Ministério do Trabalho. Esta tática produziu os melhores resultados, trazendo conseqüentemente uma sensível divisão de forças nas diversas facções sindicais. Estabeleceu-se assim, abertamente, a guerra de tendências, a guerra de escolas dentro dos quadros do sindicalismo político e antipolítico.

Ante o fracasso das tentativas de dominação comunista nas organizações, e como o predomínio resultou a favor do pensamento apolítico, os partidários da ditadura do proletariado vêm oferecendo diariamente a possibilidade da realização de uma frente única entre todos os elementos.

³⁴³ GHIOFFI, Antonio. [Informe Reservado ao] Exmo. Snr. Dr. Ignácio da Costa Ferreira, Md. Delegado de Ordem Social. São Paulo, 10 jun. 1931. Prontuário DEOPS-SP 716 (FOSP – Vol. II), doc.18.

Já relatamos em documentos anteriores essas demarches, a começar por uma reunião em que tomaram parte todos os militantes sindicalistas, anarquistas e comunistas, convocada por estes, e onde descobriram o seu objetivo, que teve a liderança de Paulo de Lacerda e que foi contestada por Arsênio Palácios, de um pretenso movimento de massas, a possibilidade de uma revolução proletária. Os comunistas queriam aproveitar a situação do momento, de certo modo confusionista, para tirar partido. Os sindicalistas e anarcosindicalistas serviram indiretamente nesse momento à causa do novo governo [de Vargas] que se constituía. (...)

Portanto, a frente única entre as diversas correntes em jogo, por enquanto, não passa de tentativas de um lado e recusas de outro. Vem isto precisamente do antagonismo de idéias que se vem sustentando com bastante eficiência.”³⁴⁴.

O combate ao comunismo, pelo menos em São Paulo, na década de 1930, passou pela observação e apoio à ação anarquista, sem esta saber ou se dar conta, de acordo com o que se depreende da leitura da polícia, que aplaudia e estimulava a divisão. As disputas internas, a observação da polícia e a nova lei de sindicalização serviram aos interesses da conservação da ordem. No entanto, a vigilância continuava a temer possíveis agitações das massas proporcionadas pelas correntes de esquerda, principalmente dos partidários da ditadura do proletariado, mas também dos enfraquecidos anarquistas.

Se estavam cada vez mais enfraquecidos e com poder reduzido de ação, por que a preocupação com o anarquismo? Anarquismo e anti-fascismo, propriamente, não eram preocupações da polícia, segundo se depreende de outros relatos policiais. O problema estava naquilo para o que poderiam contribuir em sua deflagração. Em informe reservado ao Delegado de Ordem Social, em 30 de junho de 1933, um agente teceu críticas severas à Federação Operária de São Paulo por criar “*inegavelmente um ambiente de rebeldia e indisciplina nos meios trabalhistas com sua imprensa legal, assim como ampla liberdade de reunião e propaganda.*” É realmente interessante que o agente faz uma ponderação sobre o caráter subversivo de suas ações: a associação é perigosa, “*apesar de combater o bolchevismo*”³⁴⁵.

³⁴⁴ Idem, *ibidem*.

³⁴⁵ Informações reservadas – Federação Operária. São Paulo, 30 jun. 1933. *Prontuário DEOPS-SP 1581 (Comitê Anti-Fascista)*, doc. 6.

Neste mesmo relatório, o agente reservado (que não assina, mas presumo seja Guarany³⁴⁶), que atribui a atividade subversiva à “*ampla liberdade de reunião e propaganda com sua imprensa legal*”, estava preocupado com o Comitê Anti-Fascista, pelos métodos escolhidos pela nova entidade para combater o fascismo: “*a agitação das massas com base nas reivindicações mais imediatas [“contra o estado de coisas e pela situação revolucionária de várias questões”] e incluindo entre elas, palavras de ordem contra o fascismo*”. Ou seja, o problema era agitar as massas operárias, não o combate ao fascismo em si, pois, observa o policial, o anti-fascismo será uma “*máscara*” sob a qual se escondem várias agrupações com o intuito de ligarem-se às massas, tirarão “*proveito desta agitação, e a confusão e agitação dobrará*”. Portanto, para este agente, o problema não era o anti-fascismo em si, e sim a agitação das massas que “*elementos subversivos*” poderiam promover sob a proteção do rótulo anti-fascista. Cético quanto à concepção revolucionária anarquista ou, pelo menos, quanto à força dos anarquistas naquele momento, no final de seu informe reservado, quando faz uma avaliação semelhante ao anti-fascismo: o problema não é o anarquismo, mas o ambiente que contribui para agitações das massas. O parecer final do policial em seu informe reservado dizia o seguinte: “*A ideologia anárquica em si não oferece perigo algum, mas é preciso observar o ambiente criado pela propaganda metodizada, ou organizada que não se limita a fazer secamente a propaganda anarquista, mas agitar as questões mais sentidas pelas massas*”³⁴⁷.

Essa avaliação do agente reservado indica que os anarquistas, mesmo cada vez mais enfraquecidos e obscurecidos pela ação de outras correntes políticas, continuavam a ser, aos olhos da polícia, agitadores com potencial de influir nas massas trabalhadoras, pelo menos em São Paulo, reduto onde o anarquismo conseguiu exercer alguma influência na primeira metade da década de 1930. Não importava se a iniciativa de recriar a Confederação Operária Brasileira, em 1934³⁴⁸, não tenha alcançado os resultados almejados, mais uma vez. Se não se temia mais o anarquismo

³⁴⁶ Embora não assinado, suspeito de que a autoria do relatório seja de Guarany, pois era parte de seu estilo, dentre outros elementos, não se limitar a relatar o que observava, mas também fazer avaliações a respeito do alcance das atividades dos grupos ou indivíduos investigados. Essa característica também foi observada e analisada com muito mais propriedade por FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. São Paulo: UNESP, 2006, p. 144-166.

³⁴⁷ Idem, *ibidem*.

³⁴⁸ Confederação Operária Brasileira – Manifesto aos trabalhadores do Brasil – 1934. *A Plebe – Periódico Libertário*. São Paulo, 12 maio 1934 *apud* RODRIGUES, Edgar. *Um século de história político-social em documentos – Vol. II*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007, p. 153-158.

em si, por outro lado, se temia a possibilidade de revolução das massas, inspirada ou não por qualquer vertente política. Era preciso agir sobre lideranças que pudessem exercer alguma influência e acender alguma fagulha mobilizatória perigosa ao governo, ao Estado e à ordem estabelecida. Por isso, a reação à insurreição iniciada nos quartéis, sob o comando do PCB, em novembro de 1935, não poupou os anarquistas, e o estado de sítio recaiu novamente sobre eles. Suas duas principais publicações *A Lanterna* e *A Plebe* foram imediatamente interrompidas por força da polícia. E os mais destacados militantes anarquistas não deixaram de ser importunados e intimidados com prisões eventuais, para averiguação de sua participação no levante, durante todo o ano de 1936, como foi o caso de Edgard Leuenroth e Rodolpho Felipe, enquanto outros, como o espanhol Gusmão Soler, sofriam com a abertura de inquérito que visava sua expulsão do território nacional³⁴⁹.

Antes mesmo da implantação do Estado Novo, o anarquismo foi vítima da repressão do Estado, tornando sua influência nos meios operários irreversivelmente decadente. Fechava-se, definitivamente uma parte da história do movimento operário brasileiro e do movimento anarquista, que voltaria a tentar se reorganizar na segunda metade da década de 1940, após a queda de Vargas, sem conseguir recuperar jamais, a força que alcançou no passado.

³⁴⁹ Ver referências às prisões, inquéritos e depoimentos instaurados ao longo do ano de 1936 para estes três exemplos nos prontuários destes militantes: *Prontuário DEOPS-SP 122 (Edgard Leuenroth – 2 vols.)*; *Prontuário DEOPS-SP 400 (Rodolpho Felipe)*; *Prontuário DEOPS-SP 4045 (Gusmão Soler)*.

Capítulo 4

Internacionalismo, raça e nacionalidade na propaganda anarquista do Brasil

A existência de divisões identitárias de nacionalidades e de raças no interior da classe trabalhadora era um problema contra o qual os anarquistas tiveram que se debater no processo de construção da classe no Brasil. De acordo com seu ideal, os militantes anarquistas se viram obrigados a combater identidades divisionistas que, se não originadas propriamente no capitalismo, sofriam ressignificações nas novas relações sociais que emergiam no Brasil a partir da abolição formal definitiva do trabalho escravo, do crescimento urbano e do estímulo (mesmo que relativamente efêmero) à industrialização verificada na virada do século XIX. Era preciso combater o que dividia e obstaculizava aquilo que anunciavam como o novo agente político, que daria origem ao novo mundo que estava prestes a surgir: a classe trabalhadora. Para criá-la, era preciso formar uma identidade coesa entre trabalhadores, que deveria estar acima de todas as outras formas de identidade.

O Brasil das primeiras décadas republicanas, pelo menos nos estados do Sul e no Distrito Federal, vivia sob forte impacto da imigração, sobretudo de matiz européia. O grande contingente de imigrantes europeus que chegavam por aqui somente era superado pelos Estados Unidos e pela Argentina. Como é natural, inicialmente os recém-chegados procuravam estabelecer relações de ajuda mútua entre seus conterrâneos. Como estrangeiros e pobres, também sofreram com a desconfiança dos nascidos no Brasil. Diferentemente do tratamento dispensado aos estrangeiros ricos, aos trabalhadores pobres tratava-se de lembrá-los a todo instante, que no Brasil eram estrangeiros e pertencentes a classes subalternas, o que não lhes dava direito de ser insolentes e desrespeitar as leis e tradicionais hierarquias de autoridade pessoal. A imposição destes limites em relação ao estrangeiro também foi compartilhada e reproduzida por integrantes das classes populares nascidos no Brasil, que sentiam que, por mais subalterna que fosse sua posição, poderia ainda ser pior se fossem preteridos

aos estrangeiros. Neste sentido, os versos dirigidos aos imigrantes pobres italianos, “*Carcamano pé-de-chumbo, calcanhar de frigideira, quem te deu a confiança de casar com brasileira?*”³⁵⁰, são representativos dos preconceitos classistas com viés racialistas a que foram submetidos os estrangeiros pobres no Brasil.

Reconhecer que imigrantes europeus foram vítimas de preconceito racial no Brasil, além do de classe, não significa escamotear o fato de que, apesar de todos os estigmas, desconfianças e privações a que foram submetidos, o emprego de sua força de trabalho e os seus valores culturais foram melhor recebidos do que os dos trabalhadores nativos, principalmente os descendentes de escravizados. Antes, significa ressaltar que as divisões racialistas só se desenvolveram no Brasil, como em outras partes do mundo, a partir dos conflitos gerados pela estrutura de classes.

No Brasil, portanto, especialmente durante as três primeiras décadas do século XX, quando chegavam as grandes levas imigratórias e quando eram sentidas as primeiras mudanças provocadas pela abolição formal da escravidão, as segmentações identitárias marcadas por concepções racialistas se manifestavam por dois vieses interligados: brancos X negros; imigrantes X brasileiros natos. De modo geral, acreditava-se que “brancos”, estrangeiros ou nascidos no Brasil eram mais elevados, intelectual e moralmente. Porém, em diversos momentos se reputou aos estrangeiros (ou mais especificamente, a alguns grupos e indivíduos estrangeiros) a responsabilidade por distúrbios sociais, ao instigarem os trabalhadores brasileiros, que teriam uma índole positiva e naturalmente amante da ordem, a revoltar-se. Entre todos esses mitos, contudo, ao trabalhador negro sempre coube somente atributos caricaturalmente negativos, como a ignorância, o primitivismo, a preguiça, a tendência natural ao roubo, ao alcoolismo, à trapaça e à violência. Na visão da classe dominante, o máximo de valorização “positiva” que os negros, como nacionais, poderiam receber era o atributo de “pacatos”, quando o objetivo dos discursos era perseguir os revoltosos anarquistas-estrangeiros, ou ainda palavras em tons paternalistas que estabeleciam vínculos distorcidos entre o passado e o presente sobre o paciente sofrimento por que passaram seus antepassados durante tantos séculos.

As difíceis condições de vida, o alto grau de exploração do trabalho, a grande oferta de mão-de-obra, a falta de mediações políticas e o desrespeito a direitos

³⁵⁰ MACHADO, Antônio de Alcântara. *Brás, Bexiga e Barra Funda*. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 18 (texto original de 1927).

fundamentais contribuíram para que idéias libertárias fossem disseminadas entre os trabalhadores do país, dentre os quais os imigrantes, vindos, principalmente, da Itália, Espanha e Portugal³⁵¹. Sua condição de estrangeiros e de principal mão-de-obra empregada nas indústrias, manufaturas e no trabalho artesanal³⁵² os colocavam em evidência nos movimentos reivindicatórios. Com objetivo de legitimar a repressão e desmobilização das classes populares, agentes conservadores da ordem construíram um factóide durante a Primeira República que vinculava ação reivindicatória e agitação subversiva profissional de estrangeiros³⁵³. Embora essa vinculação direta e artificial fosse exagerada e combatida pelos próprios anarquistas³⁵⁴, isso de certa forma contribuiu para dificultar o estabelecimento de laços de solidariedade de classe.

Para superar essas dificuldades, no que tange especificamente ao movimento anarquista, os libertários, em seu esforço contra-hegemônico, acabaram por ter que também jogar com os elementos do arcabouço lingüístico hegemônico. Ao combater os mitos que a classe dominante e o Estado criavam para dissimular a luta de classe e desestimular a organização dos trabalhadores, os anarquistas do Brasil acabariam por reproduzir signos da ideologia dominante, ainda que a eles conferissem novos significados.

Era preciso fazer emergir a classe em meio a uma massa de trabalhadores formada por imigrantes europeus e trabalhadores brasileiros, que viveram, até 1888, livres ou cativos, a experiência da escravidão. A heterogeneidade de nacionalidades que aqui aportavam em meio ao processo de abolição do trabalho escravo assumiu, desde os anúncios da política imigrantista, contornos racialistas. As noções de

³⁵¹ Contudo, como fazem notar Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, as condições de vida e trabalho que os imigrantes, em seu conjunto, encontraram no Brasil foram mais fundamentais do que uma prévia experiência política. A maioria dos imigrantes provinham de áreas rurais em seus países de origem sem terem desenvolvido atividades sindicais ou qualquer intimidade com doutrinas socialistas. HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. *Remate de Males*, Campinas, Unicamp, n. 5, 1985, p. 100.

³⁵² Sheldon Leslie Maram indica os altos índices de emprego de mão-de-obra estrangeira empregada nas atividades urbanas de São Paulo e, em menor número, no Rio de Janeiro. MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 13-27.

³⁵³ Sobre as práticas repressivas e o mito do agitador-estrangeiro, ver ALVES, Paulo. *A verdade da repressão: práticas penas e outras estratégias na ordem republicana (1890-1920)*. São Paulo: Editora Arte & Ciência, 1997.

³⁵⁴ Os anarquistas brasileiros. Ao povo. *Spártacus*. Rio de Janeiro, ano I, n. 9, 27 set. 1919, p. 1-2.

nacionalidade e raça³⁵⁵, geralmente tomadas como se fossem uma coisa só, também estiveram presentes na propaganda contra-hegemônica dos libertários, que partilhavam alguns de seus aspectos, mesmo quando fosse para combatê-las.

Através da análise das fontes da propaganda anarquista produzidas no Rio de Janeiro e em São Paulo entre os anos de 1908 e 1921, este capítulo tem por objetivo apresentar concepções de internacionalismo e raça de libertários que esforçavam-se por construir uma solidariedade de classe no Brasil.

DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS INTERNACIONAIS E O INTERNACIONALISMO DA CLASSE TRABALHADORA

Tal como outras correntes políticas ligadas ao movimento operário e como sucedia entre os anarquistas de todo o mundo, as imprensas anarquista e sindicalista sob influência libertária no Brasil ocuparam-se de divulgar, com especial destaque, notícias vindas do exterior. Eram notícias sobre o movimento operário e sobre ações governamentais que, aos olhos dos anarquistas, produziam efeitos sobre a classe operária de seus países.

A origem dos escritos que compunham a seção das notícias internacionais podia ser variada: escritos vindos de militantes que se encontravam no exterior, reprodução, parcial ou integral, comentada ou não, de notícias divulgadas na grande imprensa, nos telégrafos ou na imprensa operária e anarquista do exterior, ou ainda textos produzidos por militantes no Brasil a partir da leitura de jornais estrangeiros.

De modo geral, a divulgação de notícias vindas do exterior, mesmo quando limitava-se a breves notas de telégrafo, cumpria uma função estratégica na propaganda anarquista. Através do que se passava no mundo todo, informava-se que todo ele estava submetido à lógica da produção e do mercado capitalista; que a sociedade estava dividida em classes; que as classes possuíam interesses antagônicos; que o Estado garantia a exploração; que a identidade de classe estava acima das outras formas de identidade; que havia necessidade da coesão dos trabalhadores e da ação coletiva; que era preciso que os trabalhadores adquirissem consciência de sua função revolucionária.

³⁵⁵ O emprego do termo “raça” neste texto é mantido por ser aqui um objeto de estudo, um importante elemento constitutivo da ideologia dominante no Brasil e no mundo no período estudado. Afinal, em uma sociedade onde há racismo, há necessariamente a idéia de raça.

No constante exercício contra-hegemônico, era comum aludir-se a imagens que no senso comum eram atribuídas a um determinado país e subvertê-las. Durante as duas primeiras décadas do século XX é possível perceber que se recorria a uma espécie de adjetivação para se referir a determinados países, dentre os mais presentes no noticiário internacional da imprensa libertária. Em comum a todas essas imagens, a denunciada violência do Estado a serviço dos interesses da classe dominante. Porém, se atribuíam características específicas a cada um dos Estados. Desta maneira, a Argentina, ao contrário de ser o país “civilizado” da América do Sul, era onde se encontrava um governo e uma polícia bárbaros e cruéis³⁵⁶. Quando se falava dos Estados Unidos, o termo a ser subvertido era a “democracia”³⁵⁷, inexistente dada a impossibilidade dos trabalhadores se manifestarem livremente sem sofrer as conseqüências da repressão e das artimanhas de uma polícia secreta que usava, em conluio com a Justiça, da violência e incriminava falsamente algum trabalhador para sacrificá-lo como responsável por alguma morte. À Inglaterra cabia a denúncia de hipócrita por se fazer parecer como centro difusor de civilização, fundado sob o regime da lei e da igualdade, mas que, na realidade, utilizava-se de todos os meios para alavancar os lucros, seja através da cooptação política das *trade-unions*³⁵⁸, seja por meio de extrema violência para civilizar os ditos selvagens³⁵⁹. O Estado russo czarista era o grande império da violência déspota. A Alemanha era o país militarista cujos trabalhadores foram vendidos pelos social-democratas ao *Kaiser*³⁶⁰. Na França depositavam-se as maiores esperanças, tanto pela sua trajetória revolucionária como

³⁵⁶ P. ex.: ESPIRIDIANO, Antonio. Mais uma vez, Viva a República Argentina! *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano I, n. 22, 1 maio 1912, p. 2; Aos homens livres de todo o mundo. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano I, n. 11, 3 fev. 1912, p. 4; n. 13, 17 fev. 1912, p. 4; n. 14, 28 fev. 1912, p. 4; n. 15, 06 mar. 1912, p. 4; n. 16, 13 mar. 1912, p. 4; n. 18, 27 mar. 1912, p. 4; n. 19, 3 abr. 1912, p. 4; n. 20, 10 abr. 1912, p. 4; n. 21, 24 abr. 1912, p. 4.

³⁵⁷ P. ex.: SCALARINI. Na terra de Wilson – Feroz perseguição aos elementos avançados – Na famosa democracia são praticadas indescritíveis crueldades. *A Plebe*, São Paulo, ano II, n. 7, 5 abr. 1919, p. 3; V. Na democracia de Wilson – O reverso da medalha – Processos inquisitoriais. *A Plebe*, São Paulo, ano II, n. 9, 19 abr. 1919, p. 3.

³⁵⁸ P. ex.: PORTO, Amaro. Era nova. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano II, n. 23, 14 ago. 1912, p. 1; Movimento Internacional – A Inglaterra revolucionária. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano I, n. 14, 28 fev. 1912, p. 3; VASCO, Neno. Sindicalismo revolucionário. *A Voz do Trabalhador*, ano VI, n. 25, 15 fev. 1913, p. 2; Crônica Internacional. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano II, n. 27, 14 set. 1912, p. 3.

³⁵⁹ P. ex.: Crônica internacional. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano II, n. 26, 4 set. 1912, p. 3.

³⁶⁰ P. ex.: A. de P. Contra-revolução alemã – Os magnos histriões. *A Plebe*, São Paulo, ano IV, n. 57, 20 mar. 1920, p. 1.

pela agitação sindicalista da C.G.T.³⁶¹, ao mesmo tempo que se denunciava a reação contra-revolucionária chefiada por Clemenceau³⁶². Portugal, que nas duas primeiras décadas vivia sob as idas e vindas entre monarquia e república, era um exemplo de como as disputas políticas em nada beneficiavam os trabalhadores³⁶³. A Itália era um dos países sobre os quais mais se noticiavam avanços (quando se tratava de ações coletivas tidas por espontâneas ou lideradas pelos anarquistas)³⁶⁴ e retrocessos do movimento operário (ocasionados pela repressão ou pelos descaminhos dos socialistas)³⁶⁵. Mas o Estado italiano não recebeu propriamente nenhuma caracterização específica, nem mesmo quanto ao seu catolicismo, talvez pelo enfraquecimento político do Vaticano frente ao recente processo de unificação. Ao contrário, para a propaganda anarquista no Brasil, o maior exemplo da íntima cumplicidade entre Estado e religião se encontrava na Espanha, e sua “monarquia jesuítica”, que dominava os trabalhadores e punia com violência os que ousassem questionar sua autoridade³⁶⁶.

Como foi dito, esta espécie de tipologia não se restringia apenas a adjetivar, por si só, esses Estados. Ela cumpria também uma função de propaganda contra-hegemônica importante, uma vez que desmistificava a boa imagem que esses países gozavam junto à classe dominante brasileira e se fazia difundir pelo senso comum de serem países em estágio avançado de civilização, a serem imitados pelo próprio Brasil. O objetivo era denunciar que, por trás das práticas e valores que se apresentavam como positivos, escondiam-se práticas de violência extrema contra os trabalhadores, o que, portanto, ao invés de serem imitados, deveriam ser evitados e combatidos. Diante dos adjetivos utilizados pelos anarquistas, que negavam o caráter civilizado desses países, o que caberia imitar? A barbárie argentina? A hipocrisia inglesa? O jesuitismo espanhol? A plutocracia estadunidense? O militarismo alemão?

³⁶¹ P. ex: Contra a guerra. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 23, 15 jan. 1913, p. 1; VASCO, Neno. *Sindicalismo...*, *op. cit.*

³⁶² P. ex: CADETE, Andrade. Ecos do 1º de Maio. *A Plebe*, São Paulo, ano II, n. 14, 24 maio 1919, p. 3.

³⁶³ P. ex: O banditismo republicano em Portugal. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 35, 15 jul. 1913, p. 2; O terror em Portugal. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 36, 1 ago. 1913, p. 2

³⁶⁴ P.ex: A Itália em convulsão – Começou a luta decisiva entre o proletariado e a burguesia. *A Plebe*, São Paulo, ano II, n. 9, 19 abr. 1919, p. 4.

³⁶⁵ P. Ex: H. G. [Herme Gildo]. A Itália em convulsão social. *A Plebe*, São Paulo, ano V, n. 115, 30 abr. 1921, p. 1.

³⁶⁶ P. ex: O momento internacional. *A Plebe*, São Paulo, ano V, n. 119, 28 maio 1921, p. 3.

Esses elementos, aliás, embora mais característicos em alguns países do que em outros, estavam presentes em todo o mundo capitalista, inclusive e principalmente no próprio Brasil. Além de procurar demonstrar que o mundo capitalista era muito menos civilizado do que se dizia ser, os anarquistas brasileiros tomavam a Rússia czarista, tão desprezada pelo “mundo civilizado” e onde se praticavam os mais intensos atos repressivos contra os trabalhadores, como o exemplo supremo de absolutismo e barbárie estatal. Na realidade, os outros países, incluindo o Brasil, estavam muito mais próximos do despotismo “atrasado” que lá vigorava do que fazia crer a auto-imagem de “civilizados” que construíam. Assim, quando não faziam uso de acusações asperamente diretas em repúdio à violência e perseguição do Estado aos trabalhadores, os anarquistas freqüentemente procuravam destruir a auto-imagem positivada que a classe dominante e o Estado faziam de si próprios, por meio de ironias e deboches.

Como num espelho, o tratamento dado às notícias sobre eventos relacionados à luta de classes no exterior dizia respeito à luta de classes no Brasil. Elas conclamavam a coesão da classe operária em todos os níveis, que extrapolassem os limites do local do trabalho, dos interesses de um único setor ou das fronteiras administrativas.

Deste modo, por exemplo, quando publicaram uma série de artigos sobre a greve dos mineiros da Inglaterra, de 1912, que teve repercussão entre os mineiros da Alemanha e da França e entre outras categorias de trabalho, os anarquistas do Brasil vibravam com o que se passava por lá. Segundo sua leitura, o corporativismo das trade-unions e a mediação do Partido Trabalhista tinham entrado em colapso diante dos feitos atingidos unicamente pela ação direta pregada pelo sindicalismo revolucionário³⁶⁷. O que se passava no exterior era, portanto, a reafirmação dos princípios defendidos no I Congresso Operário Brasileiro.

O crescimento do militarismo na Alemanha, por sua vez, e as ameaças de eclosão de uma guerra na Europa eram atribuídos à politicagem a que havia se submetido o Partido Social-Democrata Alemão, que manipulava a estrutura sindical germânica para fins contrários aos interesses dos operários, tal qual se corria o risco de

³⁶⁷ Por exemplo: Movimento Internacional – A Inglaterra revolucionária. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano I, n. 14, 28 fev. 1912, p 3; JUREMA, Paulo. Inglaterra: Imponente afirmação de força do operariado inglês – Solidários, os operários franceses e alemães entram na luta. – Cuidado com os políticos. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano I, n. 17, 20 mar. 1912, p. 2.

ocorrer no Brasil se os operários se deixassem ludibriar pelas promessas de chefes-políticos e seus capatazes³⁶⁸.

A publicação de notícias internacionais, então, fazia parte de uma nova “pedagogia” revolucionária, que deveria ensinar a ver a realidade para além dos aparentes vernizes divisionistas do patriotismo, das divisões raciais e do militarismo, que dissimulavam a luta de classes e não permitiam que os trabalhadores vissem a si próprios como integrantes de uma história comum, em movimento, em todo o mundo. Desta maneira, divulgar acontecimentos contemporâneos do exterior deveria cumprir uma função muito maior do que meramente informativa, que era fazer o trabalhador tomar parte ativa de um movimento universal que era essencialmente seu:

“A convulsão em que se debate, no momento, o proletariado universal toma um caráter iniludível de luta decisiva. A agitação crescente das classes trabalhadoras preocupa a atenção do mundo, alarmando profundamente os usurpadores da riqueza comum, os quais já não sabem e não podem ocultar a apreensão que o movimento reivindicador lhes causa. Ainda agora, a formidável greve dos mineiros ingleses empolga completamente a opinião mundial, abalando, numa colossal demonstração de força, toda a engrenagem capitalista. O governo britânico não procurou, sequer, disfarçar o terror desse abalo: foi o primeiro – embora a isso levado pelas circunstâncias – a envidar todos os esforços para que se chegasse a um acordo ‘amigável’. E, como último recurso, depois de ver fracassadas as negociações, fabrica às pressas uma lei especial para o caso, lei essa que – ‘legalmente’ – vem dar ganho de causa aos grevistas. Por outro lado, cá na América, estamos assistindo a esse grande movimento no México, de orientação francamente expropriadora e libertária.

E na França, na Alemanha, na Espanha, em Portugal, como nos Estados Unidos e na Argentina, há todo um fervilhar contínuo e progressivo, e de cuja significação revolucionária ninguém de boa fé poderá duvidar. A época caracteriza perfeitamente as vésperas duma grande revolução.

*Ora, o trabalhador do Brasil não pode conservar-se indiferente a esse estado de coisas. Efetivamente, sente-se a necessidade de agir”.*³⁶⁹

Claro está que a divulgação dessas notícias, além de cumprir uma função importante na construção da identidade de classe e na divulgação das estratégias e valores anarquistas, também pode ser interpretada, por si só, como solidariedade moral, mas os libertários do Brasil tinham consciência de que só isso não bastava. Era preciso estabelecer vínculos estreitos com o movimento internacional de trabalhadores

³⁶⁸ Por exemplo: TORRESÃO, Basílio. Pela desordem! *A Plebe*, São Paulo, ano I, n. 1, 9 jun. 1917, p. 2; A. de P. Contra-revolução alemã..., *op. cit.*

³⁶⁹ O momento operário – O que se tem feito, o que se faz e o que há a fazer – Uma ‘enquete’ da ‘Guerra’. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano I, n. 19, 3 abr. 1912, p. 1.

para inserir os movimentos anarquistas e sindicalistas brasileiros em uma rede de solidariedade internacional.

E, de fato, os anarquistas trataram de procurar executar atos em solidariedade internacional. Mas obter o respaldo do conjunto dos trabalhadores não era uma tarefa fácil e por isso as iniciativas concretas não são muitas. Dentre as fontes consultadas, restritas às publicações do centro do país (Rio de Janeiro e São Paulo), foram encontradas práticas de solidariedade voltadas para os seguintes países: Argentina, Portugal, Espanha, Itália e Estados Unidos. Exortações vagas à solidariedade internacional e denúncias contra os abusos praticados pelos aparelhos repressivos de Estado ou ameaças estrangeiras tiveram uma considerável recorrência e acompanhamento pelos anarquistas para a Inglaterra, França, Alemanha, Rússia e Hungria, sendo que estes dois últimos passaram a ganhar especial atenção quando da situação revolucionária pela qual passaram após o término da I Guerra Mundial. Por fim, existe uma série de registros isolados ou pouco frequentes de notícias de situações de diversos países, tais como Chile, Paraguai, Cuba, Panamá, Noruega, Bósnia, África do Sul, Holanda, Suíça, entre outros. Sobre o Uruguai é escassa a publicação de notícias sobre greves e outras formas de mobilização operária, mas há indícios de uma constante correspondência entre militantes brasileiros e uruguaios, dentre as quais sobre a necessidade da integração operária sul-americana, muito por conta da proximidade geográfica e da circulação de militantes entre o Brasil e os países do Prata³⁷⁰.

Porém, uma série de dificuldades se colocava para tais realizações. Como fazer o proletariado urbano brasileiro agir em solidariedade com o proletariado de outros países se a estrutura econômica e de poder já dificultava a coesão dos trabalhadores do Brasil na luta dos seus próprios interesses imediatos?

Para que o proletariado brasileiro agisse de acordo com o movimento universal, as notícias deveriam produzir a sensação de que todos os trabalhadores do mundo, todos os que viviam sob o jugo de qualquer forma de opressão eram companheiros de sofrimento e deveriam, necessariamente, solidarizar-se para promover uma ação revolucionariamente redentora de toda a humanidade.

³⁷⁰ P. ex.: SUAREZ, J. M. Para a Federação Anarquista. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano II, n. 27, 14 set. 1912, p. 1.

Portanto, como exercício permanente desta “pedagogia”, os anarquistas passaram a fomentar ações práticas de solidariedade internacional que rompessem os limites do discurso. Manifestar solidariedade internacional e divulgar as ações da solidariedade de trabalhadores de outros países serviam de estímulo e lição aos trabalhadores do Brasil quanto à necessidade de serem solidários entre si, ao mesmo tempo em que alertava para os limites da ação coletiva de cunho corporativo e imediatista.

AÇÕES DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Em um contexto periférico da economia mundial, cuja base econômica era eminentemente agrária, assentada no latifúndio e na monocultura de exportação, os militantes anarquistas enfrentaram enormes dificuldades para difundir seu ideal entre os trabalhadores do Brasil e para fazer os movimentos sindical e anarquista de todo o mundo (ou mais especificamente do hemisfério Norte Ocidental) reconhecerem os esforços empreendidos neste país.

As tentativas de criação de vínculos mais estreitos por parte da militância brasileira se deram com o movimento anarquista sindicalista argentino. Em uma das suas primeiras iniciativas, quando começou a funcionar de fato, dois anos depois de sua fundação, a Confederação Operária Brasileira (C.O.B.) dirigiu uma circular a diversos agrupamentos da Argentina e de “diversas repúblicas americanas” para que se preparassem mobilizações antimilitaristas para o próximo dia 1º de dezembro³⁷¹.

Segundo rumores que circulavam naqueles anos, ocasionados pela compra de encouraçados de guerra pela Marinha brasileira, estaria para eclodir, a qualquer momento, um conflito entre o Brasil e a Argentina, que se alastraria por outros países da América³⁷². A proposta de combate da C.O.B. era que fosse declarada uma “greve geral em todos os ofícios e profissões manuais e intelectuais, públicos ou privados, não somente nos países beligerantes como também nas outras nações do continente”. A circular teria sido bem recebida e acatada por associações dos países do Prata, como a Federación Regional Obrera Argentina (F.O.R.A.), a Unión General de los Trabajadores da Argentina (U.G.T.A.), a Federación Obrera del Uruguay (F.O.U.) e

³⁷¹ Pela paz dos povos – Guerra à guerra! – Projeto da Confederação – Ao proletariado brasileiro. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1 jul. 1908, p. 1.

³⁷² Na verdade, os rumores de eventuais guerras não passavam de especulações nos argumentos utilizados pelos que defendiam a modernização das forças armadas brasileiras.

pelo jornal portenho antimilitarista *Luz al Soldado*, que enviaram comunicações à entidade brasileira.

No entanto, não há registro na imprensa operária brasileira de que manifestações tenham ocorrido fora do território brasileiro, a não ser uma moção de apoio enviada de Buenos Aires pela U.G.T.A. No Brasil, os organizadores avaliaram que a manifestação atingiu um sucesso relativo. Apesar da adesão de doze sindicatos do Rio de Janeiro, não há indícios de que os trabalhadores tenham paralisado suas atividades de trabalho durante esse dia de terça-feira. De acordo com os organizadores, compareceram ao apelo 5.000 pessoas, um número não desprezível de participantes em atos públicos políticos no Brasil daqueles anos. A posição oficial da C.O.B. foi que, apesar da “indiferença da imprensa e do povo em geral”³⁷³ e da falta de recursos pecuniários, para uma primeira iniciativa, o ato foi uma demonstração de que o futuro da mobilização operária era promissor, e atestava o “triunfo” da Confederação.

Este evento, como experiência inicial, revela alguns elementos interessantes para se pensar a mobilização operária e a propaganda anarquista naqueles anos. Primeiramente, no que diz respeito às dificuldades de mobilização da classe trabalhadora. Se, por um lado, havia manifestações populares espontâneas, contrárias ao sorteio militar que selecionaria os que deveriam servir às forças armadas, que eram recebidas com ânimo pelos sindicalistas³⁷⁴, a guerra não era uma preocupação latente, uma vez que não se apresentava como um problema concreto para os trabalhadores do Brasil, que, mesmo sendo os mais diretamente atingidos caso eclodisse uma guerra³⁷⁵,

³⁷³ Pela paz dos povos – Guerra à guerra! – A manifestação do dia 1º de Dezembro – 5.000 manifestantes – O triunfo da Confederação. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, n. 7, 6 dez. 1908, p. 1. A manifestação contou ainda com algum apoio de outros grupos e indivíduos não ligados diretamente ao movimento operário (tais como o Apostolado Positivista do Rio de Janeiro, o Centro Republicano Conservador de Niterói, a Loja Maçônica Fratellanza Universale de São Paulo) Sobre a indiferença da imprensa, da recusa de outros antimilitaristas em tomar parte na manifestação da C.O.B., ver ainda a nota IVAN. Ecos. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, n. 7, 6 dez. 1908, p. 1.

³⁷⁴ Por exemplo, a invasão de escritórios e a destruição de documentos, praticadas por mulheres para evitar o sorteio militar de seus filhos e maridos, no interior do estado da Bahia, e outras manifestações pelo país. “Bravo! Bravo! Reação contra o sorteio. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, n. 5, 22 nov. 1908, p. 1; O Sorteio Militar. Mulheres revoltadas – Assassinatos – Cidade abandonada – Suicídios – Famílias que emigram – Ataques às juntas – Comícios – Protestos, etc. etc. *Não Matarás! – Órgão da Liga Antimilitarista Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, dez. 1908, p. 3-4; A morte do sorteio. *Não matarás...*, *op. cit.*, p. 3; JAGUNÇO. No caminho da vitória. *Não Matarás...*, *op. cit.* p. 1-2.

³⁷⁵ Além dos efeitos da Guerra recaírem com maior ferocidade sobre as classes trabalhadoras, a modernização das forças armadas brasileiras previa o serviço militar obrigatório. Os submetidos ao sorteio militar, no entanto, seriam quase que exclusivamente provenientes das classes trabalhadoras,

não dizia respeito à promoção de melhorias imediatas, como aumento salarial ou redução da jornada de trabalho.

Para os anarquistas sindicalistas, era preciso atuar em duas frentes, simultaneamente, para poder fazer da luta sindical um instrumento revolucionário. A luta através dos sindicatos política e religiosamente neutros precisava vir acompanhada da solidariedade internacional. Desta maneira, esperava-se fazer um trabalho de educação revolucionária que rompesse tanto com as amarras do corporativismo sindical, como com os valores dominantes que se difundiam pelo proletariado, tais como o esboço de um sentimento nacional nascente. Enquanto, por exemplo, alguns grupos, como a Liga Nacionalista, promoviam campanhas pela valorização do sentimento de nacionalidade, que passava pela valorização de instituições como as forças armadas, os libertários, para contrapor-se e estabelecer uma consciência revolucionária, se debatiam pela valorização das práticas internacionalistas, procurando estabelecer laços de solidariedade exatamente com trabalhadores de países que eram vistos pelos nacionalistas como potenciais inimigos naturais.

O antimilitarismo seria alvo de novas manifestações, com campanhas que poderiam abranger um maior público nos anos próximos à guerra. Desde 1913, a C.O.B. tratou de fazer novos apelos dentro e fora do país para ações conjuntas contra a guerra que se anunciava na Europa. Além do combate ao militarismo ser um elemento fundamental do ideário anarquista, era também uma oportunidade de se propagar uma campanha com um potencial apelo popular, que poderia atingir proporções consideráveis. Ainda que não se tenha encontrado indícios da exploração de algum senso patriótico dos trabalhadores imigrantes, é de se considerar que uma campanha antimilitarista pudesse sensibilizá-los para o fato da guerra produzir efeitos desastrosos em seus países de origem. De todo modo, em seu material de propaganda responsabilizava-se sempre o capitalismo e a burguesia ávida por lucros pelo conflito. Denunciando o “imperialismo *yankee*” sobre o continente americano, anunciavam a submissão do governo brasileiro às pressões dos Estados Unidos para que entrasse na conflagração contra a Alemanha. No entanto, essas campanhas lhes valeram a acusação de serem germanófilos, o que os obrigou, por diversas vezes, a esclarecer que

uma vez que os filhos dos setores médios e altos podiam ser dispensados desta obrigatoriedade se comprovassem terem tido algum vínculo com clubes de tiro. Sobre o caráter classista do serviço militar obrigatório no início do século XX, ver HAHNER, June Edith. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1920*. Brasília: Editora da UnB, 1993, p. 298-301.

combatiam a guerra em si (fruto do capitalismo e seu caráter expansionista) e os princípios de nacionalidade que separavam e vitimizavam os trabalhadores de todo o mundo (incluindo os alemães)³⁷⁶. Em sua defesa, declararam que aceitariam pegar em armas em defesa de uma pátria dos trabalhadores, se ela existisse, não as pátrias de burgueses, clérigos e militares que estavam em conflito:

“Não podemos levantar-nos em defesa de uma pátria que não temos. Mas no dia em que, num recanto qualquer do globo, aqui ou além, existir uma pátria que seja de todos, e de todos as riquezas lá existentes, uma pátria regida pela solidariedade e pela justiça, onde não seja possível a coexistência dos que trabalham e morrem à míngua e dos que se locupletam sem nada fazer, nesse dia e nesse lugar do globo nós, os anarquistas, teremos também a nossa pátria pela qual saberemos lutar e saberemos morrer. E se a fortuna quiser que esse ponto da terra, esse rincão precioso seja o Brasil, será nesse dia o Brasil a nossa pátria e por ele ardentemente nos bateremos”.³⁷⁷

Mas a campanha contra a guerra não se reduziu apenas a ações entre os brasileiros, e os anarquistas tentaram realizar no Brasil uma série de iniciativas para uma ação conjunta antimilitarista de organizações de todo o mundo. Diante dos impedimentos gerados pelo conflito e das pressões internacionais que resultaram na não realização do Congresso Anarquista de Londres e do Congresso Internacional pela Paz, de Ferrol, na Espanha, programados, respectivamente, para agosto de 1914 e abril de 1915, os libertários brasileiros lançaram uma convocatória para um Congresso Anarquista Sul-Americano³⁷⁸ e, através da C.O.B.³⁷⁹, para um Congresso Internacional da Paz. Ambos os Congressos se realizaram no Rio de Janeiro, em outubro de 1915, recebendo a resposta de associações de diversos países e contando com a presença de representantes da Argentina, Uruguai e Portugal³⁸⁰. Neles se debateu novamente a necessidade de serem estabelecidas estratégias comuns, dentre as quais a criação de uma Confederação Operária Sul-Americana, que não se concretizaria.

³⁷⁶ A Aliança Anarquista ao Povo. – A intervenção do Brasil na guerra. *A Plebe*, São Paulo, ano I, n. 3, 23 jun. 1917, p. 4.

³⁷⁷ Idem, *ibidem*.

³⁷⁸ Congresso Anarquista Sul-Americano. *A Vida – Publicação mensal anarquista*. Rio de Janeiro, ano I, n. 7, 31 maio 1915, p. 97 e 111.

³⁷⁹ VIEYTES, Antonio e PEREIRA, Astrojildo. Pela Paz! Aos socialistas, sindicalistas, anarquistas e organizações operárias de todo o mundo. *Na Barricada – Jornal de combate e de crítica social*. Rio de Janeiro, ano I, n. 12, 26 ago. 1915, p. 3; Idem, *A Luz*, New Bedford, ano II, n. 33, 18 set. 1915, p. 1-2.

³⁸⁰ Para relatos sobre os dois congressos, ver a seqüência de notícias publicadas no jornal carioca *Na Barricada*, a partir do seu número 19, de 14 de outubro de 1915.

Antes disso, desde 1908, pelo menos, os militantes do Brasil e dos países do Prata sentiam uma necessidade premente de que se estabelecessem relações efetivas de solidariedade e de ação³⁸¹, a fim de estimular a revolução e se contrapor à arregimentação de “krumiros”³⁸² e às relações existentes entre as polícias dos países vizinhos³⁸³. Além de estabelecer estratégias únicas de ação nas mobilizações operárias, a criação de associações comuns poderia também facilitar o envio de delegados únicos a eventos no hemisfério norte, o que, por sua vez, poderia gerar novas formas de integração da militância desses países na militância internacional³⁸⁴. Mas na maioria dos casos, as intenções foram frustradas pela repressão que se abateu em alguns dos países envolvidos, ou por outros fatores operacionais, como momentos de baixa mobilização ou dificuldades de obter recursos pecuniários.

Porém, se a tão esperada Confederação Operária Sul-Americana não se efetuou, por outro lado concretizaram-se uma série de atividades de solidariedade, pelo menos por parte do Brasil em relação à Argentina, como aponta a análise da documentação brasileira produzida no centro do país.

Manifestações de protesto, tais como comícios e moções de solidariedade aos militantes e de desagravo às autoridades argentinas, foram freqüentes durante o período, principalmente entre os anos de 1911 a 1914, quando uma onda de reação repressiva do governo argentino perseguiu militantes, empastelou *La Protesta* e fechou a F.O.R.A. Realizaram-se comícios de protesto, subscrições para arrecadar fundos e ainda campanhas para evitar a ida de imigrantes europeus que pretendiam se dirigir para a Argentina³⁸⁵. Já indícios de realização de atividades comuns ou de solidariedade, como greves além-fronteiras e boicotes a empresas dos países vizinhos, não foram encontrados³⁸⁶.

³⁸¹ O Congresso Operário Sul-Americano. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, n. 4, 15 ago. 1908, p. 1.

³⁸² Por exemplo: Argentina. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, n. 9, 17 abr. 1909, p. 3; Crônica operária – Uma greve. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano II, n. 30, 5 out. 1912, p. 3.

³⁸³ REINOSO, E. Cães que visitam o Brasil. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano I, n. 17, 20 mar. 1912, p. 1.

³⁸⁴ Uma ‘enquête’ da ‘G.S.’ – O Momento Operário – O que se tem feito, o que se faz e o que há a fazer. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano II, n. 26, 4 set. 1912, p. 1-2.

³⁸⁵ Aos homens livres de todo o mundo..., *op. cit.*

³⁸⁶ Pelo menos para este período das duas primeiras décadas do século XX e envolvendo o movimento operário do centro do Brasil. Já para outros períodos e outras regiões, principalmente no sul, sim. Ver, por exemplo, Boicote à Firma Padilla. *O Syndicalista*, Porto Alegre, ano VI, n. 1, 1 Fev. 1924, p. 5.

Mas mesmo com as dificuldades, os militantes brasileiros não se limitaram a tentar estabelecer laços de solidariedade apenas com os trabalhadores dos países vizinhos do sul. Os movimentos operários da Europa e dos Estados Unidos receberam o apoio dos anarquistas do Brasil.

Entre os casos de manifestações de solidariedade encabeçadas pelos anarquistas do Brasil, encontram-se os atos de solidariedade contra a prisão dos militantes da Industrial Workers of the World (I.W.W.), Ettore e Giovannitti nos Estados Unidos. Fizeram-se moções de protesto e repúdio encaminhadas ao presidente estadunidense e ao seu embaixador no Brasil³⁸⁷. Os dois acusados de assassinar uma operária durante um conflito entre grevistas e a polícia receberam atencioso acompanhamento da imprensa anarquista, sendo um importante antecedente para as manifestações em favor de Sacco e Vanzetti, que também tiveram grande repercussão no Brasil nos anos 1920.

Há ainda moções encaminhadas aos governos da Espanha, de Portugal e da Itália, contra as arbitrariedades cometidas contra o movimento operário desses países. Além disso, organizaram-se listas de subscrição para arrecadar fundos para o pagamento dos custos da defesa de militantes, como foi na ocasião da prisão de Malatesta na Inglaterra, quando 20 pessoas e grupos contribuíram num montante de 140\$200 réis³⁸⁸. Com a militância desses países peninsulares, principalmente Portugal, estabeleceram-se estreitas relações devido à circulação de militantes originários dali que emigraram para o Brasil.

E houve momentos em que se impôs a necessidade de receber a solidariedade dos trabalhadores de outros países. No final de 1912, foi revista a lei de expulsão de estrangeiros. A partir de então, tornavam-se mais duras as regras para permanência dos estrangeiros no Brasil e mais fáceis os procedimentos para expulsá-los. Os anarquistas e sindicalistas trataram de promover uma intensa campanha na Europa contra a imigração para o Brasil, a fim de fazer pressão pela revogação da lei. Um representante

³⁸⁷ O caso Ettore-Giovannitti – Comícios para domingo. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano II, n. 23, 14 ago. 1912, p. 2; MYER. Crônica Internacional. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano II, n. 23, 14 ago. 1912, p. 3; O caso Ettore-Giovannitti – Abaixo a pena de morte! Os protestos – O comício na Federação Operária – Manifesto dos ‘Jovens Libertários’. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano II, n. 24, 21 ago. 1912, p. 2; O caso Ettore-Giovannitti – Contra a pena de morte! – A agitação em S. Paulo e em Santos. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano II, n. 25, 28 ago. 1912, p. 1-2; O caso Ettore-Giovannitti – Ecos da agitação. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano II, n. 26, 4 set. 1912, p. 2; Crônica operária. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 23, 15 jan. 1913, p. 1.

³⁸⁸ Subscrição pró-Malatesta. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano II, n. 29, 28 set. 1912, p. 3.

da Confederação Operária Brasileira tratou de percorrer Portugal e Espanha a denunciar os abusos do Estado brasileiro, e, ao que tudo indica, obteve entusiástico apoio dos companheiros militantes desses e de outros países, como a França e a Itália, que iniciaram campanha de difamação da imagem do Brasil como país livre e bem receptivo à imigração³⁸⁹.

É importante notar que, mesmo nos escritos em língua estrangeira destinados a determinada comunidade de emigrados, não se exortava à solidariedade dos trabalhadores de outros países com apelos patrióticos ou nacionalistas. Por exemplo, nunca houve um único apelo dirigido aos espanhóis para solidarizar-se contra os abusos que seus conterrâneos sofriam nas mãos da “monarquia jesuítica”, nem aos portugueses diante da reação monárquica ou republicana, nem aos italianos pelas prisões arbitrárias seja na Itália, na Argentina ou nos Estados Unidos. Ao contrário, os jornais libertários condenavam os outros jornais destinados às colônias imigrantes por fazerem isso, pois sempre se frisou a necessidade de superar as fronteiras e os preconceitos gerados pelas noções de nação e de raça. E por isso, na imprensa libertária, em todos os casos, sem exceção, o apelo era dirigido à *classe trabalhadora*, sem se dirigir a nenhuma nacionalidade específica contra os abusos praticados pela classe dominante e pelo Estado, seja qual fosse o país.

ETNOCENTRISMO E DARWINISMO SOCIAL NA FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA DO BRASIL

Observe-se que quase todas as manifestações de solidariedade relatadas até aqui se reportavam à solidariedade com países cuja cultura dominante era de matriz eurocêntrica (mesmo nos casos dos EUA e da Argentina). E, como cultura imperialista, entendia que o controle da natureza através do desenvolvimento de maquinários industriais, das ciências e das artes de moldes europeus eram superiores aos tradicionais métodos de outras culturas, dividindo, assim, o mundo entre “civilizados” e “bárbaros a serem civilizados”. Como se sabe, a justificativa para a hierarquização de culturas e de grau de desenvolvimento tecnológico possuía um forte viés racista.

³⁸⁹ Ver a série intitulada No país da liberdade... Em torno de uma monstruosidade, publicada nas seguintes edições de *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, n. 8, 13 jan. 1909, p. 4; ano VI, n. 22, 1 jan. 1913, p. 1; n. 23, 15 jan. 1913, p. 1; n. 24, 2 fev. 1913, p. 1; n. 25, 15 fev. 1913, p. 1-2; n. 26, 1 mar. 1913, p. 1; n. 27, 15 mar. 1913, p. 3; n. 28, 1 abr. 1913, p. 2; n. 31, 15 maio 1913, p. 3; n. 32, 1 jun. 1913, p. 2.

Esta nova cosmogonia imperialista construiu seu respaldo sob um cientificismo que naturalizava a história das sociedades humanas, projetando-a a partir das descobertas de Darwin sobre as transformações das espécies animais e vegetais, sofridas ao longo do tempo. Era a ciência moderna, expressão máxima da capacidade racional do homem, e, portanto, prova de sua superioridade sobre as demais espécies, a explicar também as diferenças biológicas e culturais entre seres humanos, e a hierarquização social entre indivíduos, classes, raças e nações³⁹⁰. A seleção natural não poupava as espécies que não desenvolviam habilidades para superar os obstáculos impostos implacavelmente pela natureza. O mundo tornava-se o habitat dos considerados mais aptos e fortes. O estágio de desenvolvimento tecnológico alcançado após a Revolução Industrial era o ápice deste processo, e, ao contrário das outras espécies animais, as outras “raças” de seres humanos, cultural e biologicamente inferiores, poderiam ser salvas da extinção, desde que fossem submetidas a um processo civilizatório dirigido por aqueles que haviam desenvolvido as mais aprimoradas capacidades intelectuais, como demonstrava sua complexa tecnologia em constante e acelerada mutação progressiva.

Essa ideologia racista, tal qual em outros países da América Latina, teve forte impacto também no Brasil, desde pelo menos a década de 1870, e serviu como justificativa legitimadora para a política de imigração subsidiada no processo de transição definitiva do trabalho escravizado para o dito trabalho livre, especialmente nas áreas de produção para exportação de café, o que aumentou consideravelmente o contingente de reserva de trabalhadores, permitindo que a acumulação de capital se mantivesse por demais concentrada. Argumentava-se que a população brasileira seria beneficiada através da miscigenação com o elemento branco dos europeus que aportariam por aqui³⁹¹. Segundo este ponto de vista, através da genética e da transmissão de tradições que valorizavam o trabalho ao invés do ócio, a população brasileira, composta por forte presença de elementos de “raças primitivas” acostumadas ao ócio e a “superstições tolas”, passaria por um processo de “elevação

³⁹⁰ HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital (1848-1875)*. São Paulo: 5.ed., Paz e Terra, 1997, p. 349-382.

³⁹¹ Entre os muitos trabalhos que tratam da ideologia da imigração/miscigenação, destacam-se: SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993; NAXARA, Márcia R. C. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1870-1920)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1998.

moral”, que integraria, enfim, o Brasil ao ritmo do progresso e da civilização, fim natural de toda a humanidade.

Com variações mais ou menos importantes, o cientificismo e o darwinismo social, em voga no mundo dito civilizado, tiveram ressonância na classe dominante brasileira nesse período de incertezas gerado pelas mudanças cruciais em torno do emprego da mão-de-obra e da substituição do regime político. Positivistas, liberais e conservadores procuravam suporte na ciência para manter subalternas as massas de trabalhadores que antes eram controladas pela violência do chicote e pela reificação do homem. Este cientificismo racialista procurava justificar a conservação das hierarquias sociais e políticas agora sem as carapuças dos títulos nobiliárquicos e dos títulos de propriedade de gente. Ao mesmo tempo em que se branquearia a população, tornando-a mais apta para cumprir o natural destino humano de civilizar-se, conservar-se-ia a hierarquia baseada na propriedade como prêmio legítimo dos mais fortes.

É importante assinalar que essa ideologia imperialista desenvolveu-se em um período conturbado de definição de fronteiras políticas e acabou por servir também de justificativa de identidades nacionais e luta por independências políticas e formação de Estados-Nação. Os Estados-Nação nada mais seriam do que expressões políticas que garantiam a existência de comunidades formadas por seres humanos que não apenas compartilhavam tradições culturais, mas que também possuíam uma ancestralidade genética comum. Daí as noções de “raça” e “nacionalidade” ou “pátria” serem tomadas freqüentemente como sinônimos.

Diante desse quadro ideológico, os anarquistas, em seu material de propaganda, debatiam-se por denunciar que as clivagens de raça/origem nacional entre os trabalhadores serviam apenas para mantê-los desunidos e explorados. Como foi visto até aqui, fez-se grande esforço para produzir a sensação de que a classe trabalhadora era internacional, e era urgente e necessário que se estabelecessem laços de solidariedade supranacionais para combater o capitalismo e o mal comum. Isto seria de suma importância não apenas para criar laços entre os movimentos operário e anarquista brasileiros, mas para estabelecer a coesão entre os trabalhadores de diversas origens nacionais/raciais que existiam no Brasil, ou seja, criar a própria identidade de classe no Brasil. Mas o discurso e os esforços para criar a identidade internacionalista podem escamotear a percepção dos conflitos raciais entre negros e brancos, numa sociedade diversificada e racista como a brasileira.

Passemos agora a observar mais de perto a percepção que os anarquistas tinham da existência da linha da cor, que dividia a população brasileira entre negros e brancos.

A ÁFRICA NA IMPRENSA ANARQUISTA BRASILEIRA

Durante a expansão colonialista das potências imperialistas, de todos os territórios, à África cabia a reputação de ser a mais primitiva e selvagem das regiões de todo o mundo. Era, enfim, o maior símbolo do “atraso” a ser resgatado pela civilização, e, conseqüentemente, o maior símbolo de anticivilização.

Os anarquistas, por sua vez, condenavam veementemente a expansão imperialista. Diferentemente das formas de solidariedade que tentavam estabelecer com o proletariado da Europa, dos Estados Unidos e da América do Sul, os militantes anarquistas tinham óbvias dificuldades em estabelecer laços de solidariedade concreta com o que se passava nas regiões colonizadas. Em diversas oportunidades, em meio a textos de caráter variado (doutrinários, noticiosos, literários, etc.), remetia-se a denúncias de acontecimentos recentes que se passaram na África, na Ásia e no Oriente Médio, relacionadas aos abusos militares das potências européias. Mas, dadas as dificuldades de acesso à informação, seu caráter era fragmentado e genérico, via de regra intermediado pelas notas da imprensa internacional, em total contraste com o maior detalhismo que compunha as notícias internacionais referentes ao Norte Ocidental.

Ainda assim, em alguns casos se encontrava alguma notícia específica em torno de acontecimentos dessas regiões. Por exemplo, encontrou-se um artigo de 1921 tratando especificamente do Oriente Médio, escrito da cidade paulista de Rio Preto ao jornal *A Plebe*³⁹² por M. Hidaib, provavelmente um sírio-líbanês ou descendente dos muitos que aqui chegaram na virada do século XIX. O texto baseava-se na reprodução de um manifesto do recém fundado Partido Operário Comunista da Palestina, publicado no jornal *Al-Afcar*, destinado à comunidade síria em São Paulo. Neste texto se conclamava a união dos trabalhadores de todas as religiões contra o capitalismo e se relatava os conflitos verificados entre comunistas e nacionalistas na primeira comemoração do 1º de Maio na cidade de Jaffa. O otimismo de que um movimento

³⁹² HIDAIB, M. O comunismo na Palestina. *A Plebe*, São Paulo, ano V, n. 124, 30 jul. 1921, p. 3.

revolucionário nascia no Oriente Médio para contribuir com o grande levante universal tornou-se a tônica do artigo:

“Estes acontecimentos desenrolados na Palestina enchem-nos de esperanças, porquanto por eles percebemos que os povos do oriente vão marchando para a conquista da sociedade futura.

Tanto na Palestina, como na Síria, tanto na Mesopotâmia, como na Arábia, já se não contentam com a independência nacional, cheios que estão das embusteirices filantrópicas do papa, por isso que já viram claramente que de nada lhes valem as ligas das nações e os discursos bestialógicos de Lloyd George.

Estão convencidos de que tão somente o povo, por si só, é que pode conquistar o bem-estar geral.

E o povo da Palestina, pela primeira vez, comemora o 1º de Maio e canta ‘A Internacional’.

Pela primeira vez o povo da Palestina se encontra unido, coeso e forte, lutando pela redenção da humanidade.”³⁹³

Das poucas notas à África, baseadas em notícias e telegramas publicados na grande imprensa, existem algumas sobre um movimento grevista de trabalhadores hindus empregados na construção de estradas de ferro na África do Sul³⁹⁴. Fora isso, como foi dito, tudo o que os anarquistas tinham eram referências genéricas sobre as barbáries cometidas contra as populações indígenas africanas e asiáticas, na violenta partilha colonialista. As notas sobre África e Ásia assumiam então um caráter de denúncias contra o capitalismo e a hipocrisia do que seriam os falsos valores de civilização que eles carregavam. Diante das dificuldades de informações, de comunicação e de atuação para com as populações africanas e asiáticas submetidas ao controle imperialista, pode-se pensar que a forma de solidariedade encontrada foi a inversão do discurso civilizatório dos europeus. Contudo, a construção de um discurso contra-hegemônico se deu a partir dos elementos hegemônicos.

A edição especial de uma página de *A Plebe*, datada de 15 de setembro de 1917, trazia como manchete principal “*No Reino da Senegambia*”. Por ter tido sua sede invadida e seu equipamento empastelado pela polícia de São Paulo, a folha só pôde ser

³⁹³ *Ibidem, idem.*

³⁹⁴ Pela África do Sul. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 35, 15 jul. 1913, p. 3; Movimento Internacional – União Sul Africana. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 44, 1 dez. 1913, p. 3 (na nota seguinte “Índia”, relata-se sobre os protestos realizados na Índia em solidariedade aos sul-africanos)

imprensa graças à solidariedade dos redatores do periódico *O Combate*. Para denunciar a abusiva perseguição revanchista da polícia paulista aos militantes e operários por causa da greve de julho, os redatores se valeram de ironia agressiva e procuraram desconstruir a idéia de que o Brasil era um país civilizado, como afirmava o discurso oficial. A ação da polícia brasileira era a ação da polícia de um país selvagem, primitivo, violento, de métodos rudimentares. Um país de “escuros” e de “escuras leis”, como a Libéria e a Senegambia:

“Engana-se quem supuser que este suplemento d’A PLEBE está sendo escrito em S. Paulo, capital do Estado do mesmo nome, República dos Estados Unidos do Brasil. Engana-se redondamente, deploravelmente. Não. A PLEBE está sendo escrita na Senegambia, vasta região de pretos no continente preto. Não poderíamos escrever este suplemento em São Paulo, nem noutra qualquer cidade brasileira, porque S. Paulo é um rico e poderoso centro de civilização e o Brasil inteiro um país de nobres e antigas tradições de liberalismo. Só na Senegambia era possível escrevermos o suplemento do nosso jornal, porque só neste país escuro de escuras leis, poderiam ocorrer os fatos que acabam de se produzir e que determinam a publicação d’A PLEBE suplemento e não d’A PLEBE jornal. A PLEBE jornal não existe desde ontem. Não existe porque a polícia da Senegambia invadiu a tipografia onde era impressa, substituindo dali todos os originais.

Eis porque afirmamos que o nosso suplemento não é escrito em São Paulo, nem em nenhum outro ponto do Brasil. Esta república não é a da Libéria, não é uma república de negros, de selvagens de tanga e de usos e leis rudimentares. É um vasto país de muitos milhões de habitantes, seres civilizados, generosos e livres, com uma constituição liberal, com um corpo de leis escritas, com tribunais, com parlamentos.

*Todas estas instituições traduzem a civilização dos séculos, representam um estádio na evolução, uma fase na vida social dos homens. Por isto o Brasil se chama um povo culto, por isto ele reclama essa prerrogativa, por isto ele se equipara às demais nações que o são. Numa coisa, porém, o Brasil não é o que são os outros países, e esta coisa é a polícia. A polícia não é, nunca foi brasileira, a polícia é da Senegambia, usa os processos sinegambeses e são sinegambeses os seus funcionários. (...)*³⁹⁵

³⁹⁵ No Reino da Senegambia – A Constituição republicana é uma burla: - está em cena a heróica polícia de S. Paulo. Numerosas prisões de operários – Assalto à tipografia onde se imprime *A Plebe* e às Ligas operárias – Subtração dos originais – A prisão do nosso diretor Edgard Leuenroth – O Centro Libertário é violentamente assaltado e todos os móveis e arquivo removidos para a Polícia Central – Espancamentos – Outras proezas. O intuito da polícia e do governo. *A Plebe*, São Paulo, ano I, suplemento, 15 set. 1917.

Cerca de um mês antes, as críticas à polícia paulista, R. F. (que poderia ser, provavelmente, ou Rodolfo Felipe, ou Roberto Feijó), tomou a forma do deboche e da ironia. E para xingar os policiais brasileiros de *clowns*, comparou-os às polícias de três “consideráveis países”:

“De fato, a polícia do Brasil, entre as polícias do mundo, é, talvez, a mais irresistivelmente picaresca.

Picaresca nos tipos, picaresca nos processos, picaresca nas idéias. Não conhecemos o instituto policial na Libéria (república de pretos na costa africana), nem do Haiti, nem do Sião, mas acreditamos que a polícia destes consideráveis países se pareça, em muitos pontos, com a polícia do Brasil.”³⁹⁶

A idéia de que a polícia brasileira agiria como se fosse uma polícia de “sinegambeses”, haitianos, sioneses e liberianos não implica dizer, contudo, que os anarquistas fossem propriamente racistas. Textos como este tinham por objetivo atingir diretamente os mais prezados valores da classe dominante brasileira e de suas instituições, para mostrar como eles não eram naturais, tampouco os mais elevados. A classe dominante brasileira “reclama a prerrogativa” de poder se “equiparar às demais nações” civilizadas, mas, na verdade, o orgulho de suas instituições não correspondia à barbárie de seus atos. Neste sentido, a argumentação anarquista citada, apesar da retórica agressiva e aparentemente racista, tinha por função denunciar a falta de liberdades fundamentais que garantiam o mínimo de civilidade. Ao contrário, a civilização burguesa era mais selvagem, mais hipócrita e mais contraditória quando contrastada com as culturas oprimidas ditas inferiores. Neste embate, a moral dos “civilizados” era inferior à dos “selvagens”, pois estes, apesar dos limites das superstições, não eram arrogantes nem hipócritas, mas sim muito mais sinceros e puros, como demonstra a reprodução comum de textos e comentários como o abaixo, de um bispo da Índia:

“Veio a guerra e fez-nos retroceder, não já anos, mas dezenas de anos. Grandes são os prejuízos morais causados pela guerra. A conversão dos pagãos efetuava-se geralmente em virtude de atos de caridade praticados por eles. Quando, por exemplo, em tempo de peste viam os pagãos que só os missionários católicos deles cuidavam, ao passo que toda a

³⁹⁶ R. F. Comentários de um plebeu. *A Plebe*, São Paulo, ano I, n. 9, 11 ago. 1917, p. 1. Apesar de não dar maiores detalhes, o Sião citado provavelmente não deve ter relação com o Monte Sião e seu templo salomônico, mas ao asiático Reino de Sião, que, em 1939, passaria a se chamar Tailândia.

gente os abandonava, então, perante essa conduta dos missionários, abraçavam a religião católica.

Agora vêem na guerra o contrário do amor: vêem como as potências européias, esses povos civilizados, se aniquilam mutuamente e inventam continuamente novos e cruéis artefatos de guerra. Isto deve forçosamente impressionar os pagãos. Quando, depois da guerra, retomarmos a tarefa, os missionários, certamente ouviremos: ‘começai por reformar-vos a vós próprios, cristãos; nós, pagãos, somos melhores do que vós sois’.

DOERING, bispo de Poona (Índia). ”³⁹⁷

Percebe-se que o recurso retórico a imagens negativas do senso comum sobre os países “selvagens” tinha por única função atingir o orgulho da classe dominante brasileira de dizer-se pertencente à raça branca, e para denunciar os abusos do capitalismo global que, ao contrário de civilizar, fundava-se na violência extremada para a subjugação de outros povos.

De outra parte, mesmo com as denúncias contra o imperialismo e sua ideologia racialista, outras fontes nos levam a questionar como o negro era visto pela militância anarquista brasileira.

RAÇAS E REVOLUÇÃO SOCIAL

A eclosão da Revolução Mexicana chamou a atenção de todo o mundo, especialmente dos libertários, suscitando questões acerca da composição racial e do potencial revolucionário das massas. Entre 1911-1913, os anarquistas do Brasil acompanhavam e divulgavam as seqüências de eventos que se desenrolavam no México, prestando solidariedade contra as perseguições sofridas pelos revolucionários, como na ocasião da prisão de Figueroa, Rivera e dos irmãos Magón, redatores de *Regeneración*, e das ameaças de intervenção dos Estados Unidos³⁹⁸.

³⁹⁷ *A Obra – Semanário de Cultura Popular*, São Paulo, ano I, n. 7, 23 jun. 1920, p. [8]. Sobre o confronto moral de culturas, tendo a religião como mote, ver também o texto literário, sob forma de diálogo entre um missionário e um “preto” em: DESHUMBERT, M. Em um país longínquo. *A Plebe*, São Paulo, ano I, n. 10, 18 ago. 1917, p. 4.

³⁹⁸ Entre outras iniciativas, ver, por exemplo, o relato de Primitivo Raimundo Soares (Florentino de Carvalho) sobre o comício contra a repressão na Argentina e em apoio à Revolução Mexicana, realizado em 3 de março de 1912 na cidade de Santos em: De Santos – Grande protesto contra a tirania do governo argentino e pró-revolução social no México – Greve das classes da construção civil – Operários feridos – Lock-out – Atitude do Centro Espanhol. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano I, n. 16, 13 mar. 1912, p 3; e arrecadação de fundos em Piracicaba para o jornal *Regeneración: Revolução mexicana. A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano II, n. 30, 5 out. 1912, p. 4.

A Revolução Mexicana despertou, além de admiração, certa surpresa nos militantes libertários do Brasil e do mundo. Isto porque a revolução que acreditavam ser expropriadora, ao contrário do que se esperava, não ocorria em um país industrializado e não era encabeçada por um grupo de uma “*guarda avançada*”³⁹⁹, como acreditavam serem os próprios anarquistas, mas por “*primitivos, estes seres rudes, incultos*”⁴⁰⁰. De toda forma, os libertários do Brasil tinham a convicção, compartilhada por militantes de outras partes do mundo, de que se tratava de uma “*Revolução Comunista Anarquista*”⁴⁰¹ orquestrada pelos indígenas.

Em um texto traduzido por Paulo Jurema, de autoria do anarquista francês Aristides Pratelle, originalmente publicado no semanário parisiense *Les Temps Nouveaux*, como resposta ao ceticismo dos redatores de *El Socialista*, procurava-se apresentar as causas e origens da Revolução Mexicana, considerada pelo autor como o “*prólogo da revolução social internacional que se anuncia*”. Para tanto, o autor utilizou-se daquilo que chamou de “*psicologia étnica*”. Reportando-se à história de resistência dos toltecas e astecas ao domínio espanhol mesmo depois da conquista, buscava-se fundamentos na antropologia física (“*o anglo facial do Asteca avizinha-se muito ao do Europeu*”) e social. Parte das causas e origens da revolução no México estava, então, no instinto de liberdade da população mexicana, da qual grande parte era formada por índios puro-sangue, herdeiros de uma tradição comunitarista de apoio mútuo. E isto era tão ou mais importante do que a iniciação na filosofia anarquista, como se passava com os militantes civilizados⁴⁰².

A solidariedade dos militantes anarquistas brasileiros à Revolução Mexicana foi impulsionada não apenas por ser um levante popular, e como tal digno de solidariedade, mas também pela convicção de que se tratava de um movimento expropriador conduzido por indígenas, que construía uma sociedade comunista-anarquista. E o fato de parte desta convicção se basear em argumentos de ordem racialista, ainda que seja na reprodução de um único artigo, nos instiga a pensar como

³⁹⁹ Aos anarquistas no Brasil. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano I, n. 18, 27 mar. 1912, p. 3.

⁴⁰⁰ A Revolução Mexicana – Escritores afirmam, como nós, que a Revolução Mexicana constitui o mais belo movimento expropriador conhecido até aqui. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano I, n. 21, 24 abr. 1912, p. 1.

⁴⁰¹ JUREMA, Paulo. A revolução mexicana. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano II, n. 25, 28 ago. 1912, p. 2.

⁴⁰² Causas e origens da Revolução Mexicana – O instinto da raça. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano II, n. 28, 21 set. 1912, p. 2.

os anarquistas percebiam a heterogeneidade racial do Brasil em relação ao seu projeto revolucionário.

A partir de 1912, quando já havia dois anos se acompanhava os avanços da Revolução Mexicana, foi formulada uma enquête no jornal *A Guerra Social*, do Rio de Janeiro, para que os militantes pudessem dar sua opinião acerca de diversos assuntos relacionados à prática e desafios a serem enfrentados pelos militantes. Uma das quatro questões dizia respeito diretamente às “*causas da apatia que se nota, no momento atual, no seio das classes trabalhadoras do Brasil*” para poder discutir como fazer para o trabalhador brasileiro sair da “*indiferença*” em que se encontrava frente à efervescente agitação social que os anarquistas julgavam haver naquele momento na França, Alemanha, Espanha, Portugal, Argentina, Estados Unidos e México. Alguns, como Edgard Leuenroth, se recusaram a admitir que o movimento operário brasileiro era ou estava apático, contra-argumentando que a mobilização, pouco a pouco, estava crescendo. Mas, entre os que aceitavam falar em apatia, pelo menos sete dos treze militantes que responderam à enquête se referiram de algum modo às divisões étnicas ou raciais no Brasil como um dos fatores que dificultavam a organização da ação coletiva. Entre os dois extremos havia os que acreditavam que as divisões de raça e de classe eram entraves devido à adesão dos trabalhadores a essas identidades, como no caso de Ernesto Ferrari, de São Paulo, que atribuía ao “nacionalismo de cada um”, ao apego à “*bandeira de raça*”, o obstáculo que não permitia ao trabalhador ver que deveria “*defender exclusivamente a bandeira da Internacional*”⁴⁰³. Em outro extremo, havia os que julgavam haver características de caráter dos trabalhadores do Brasil, como, por exemplo, José Rodrigues, do Rio de Janeiro, que considerava a maior parte dos imigrantes que se dirigiam ao Brasil como pertencentes à “*massa mais ignorante e retrógrada de toda a Europa*”. O argumento mais recorrente, entretanto era: os trabalhadores nascidos no Brasil ainda estariam arraigados à experiência da escravidão, acostumados ao conformismo e às benesses de benfeitores, não tinham muitas tradições de luta, menos ainda de luta coletiva; os imigrantes europeus só pensam em enriquecer e voltar para seus países de origem, mesmo entre os que tinham participado das fileiras de luta na Europa. Para piorar, a integração entre os nascidos no Brasil e os imigrantes não era completa.

⁴⁰³ Uma “enquête” da “Guerra” – O Momento Operário – O que se tem feito, o que se faz e o que há a fazer. *A Guerra Social – Periódico Anarquista*, Rio de Janeiro, ano I, n. 22, 1 maio 1912, p. 2.

Havia no Brasil, portanto, na visão de vários entre os entrevistados, uma divisão entre duas ordens de trabalhadores com características diferentes e comuns: de um lado, os trabalhadores nacionais, de outro, os imigrantes. A intersecção destes dois seria o desinteresse completo pela ação coletiva.

Chama a atenção a visão de que os trabalhadores brasileiros nativos eram, por terem experimentado a escravidão, os mais propícios ao conformismo. Fora os que tinham uma trajetória de luta em seus países de origem, mas logo a abandonavam no Brasil, os imigrantes que vieram para cá eram os “mais ignorantes e retrógrados”, ao contrário dos que na Europa ficaram ou dos que se dirigiam aos Estados Unidos e Argentina, onde participavam ativamente da mobilização social. É interessante notar que, apesar de todos se encontrarem apáticos no Brasil, os entrevistados, de forma geral, fizeram a distinção entre imigrantes e nativos, sendo que a impressão que se tem da leitura é que destes pouco se esperava, dada a condição de escravos a que estavam submetidos por muito tempo, enquanto daqueles, esperava-se um potencial que, por azar do destino ou por abandono da luta, não se concretizou no Brasil. De todo o modo, a questão da origem nacional, à qual se associava a questão racial (portanto, não a cor da pele), parecia ser um forte entrave na constituição da classe trabalhadora.

Nas imprensas anarquista e sindicalista dirigidas por libertários de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, foram encontrados, poucos artigos que tratavam direta e especificamente do 13 de Maio, apesar da relativa proximidade temporal de um fato que transformaria em definitivo, pelo menos formalmente, o caráter do trabalho no Brasil.

Seria relativamente fácil de compreender a menor atenção dispensada ao 13 de Maio do que ao 1º de Maio e, em muito menor medida, ao 13 de outubro, data da execução do pedagogo anarquista Francisco Ferrer y Guardia na masmorra de Montjuich, na Espanha, no ano de 1909. Enquanto a data da abolição da escravidão havia sido formalmente proclamada pela princesa brasileira, nas outras duas datas rememoravam-se militantes mortos por terem lutado pela liberdade de todos os trabalhadores do mundo e da própria humanidade.

A força da imagem do martírio e a idéia de que muito ainda deveria ser feito, de certa forma, ofuscaram as remissões ao 13 de Maio, ao contrário do que se passou, por exemplo, com a Comuna de Paris. Pelo menos no material analisado, não se encontrou nenhuma referência a um ato simbólico em comemoração à abolição da escravidão, ao

contrário, por exemplo, das homenagens aos grandiosos feitos (vencidos pela reação) nas ruas parisienses. Em 18 de março de 1920, por exemplo, ocorreu no salão do Centro Republicano Português, em sessão organizada pela Federação Operária de São Paulo, uma “boa noitada de propaganda” em que se professou que “*seu sacrifício heróico será dentro em breve recompensado pela vitória da causa do holocausto na qual sucumbiram aos milhares*”⁴⁰⁴.

Para efeitos de propaganda, essas datas teriam apelo simbólico talvez mais direto do que a rememoração do 13 de Maio. Ao contrário desta data, os significados do 1º de Maio, do 18 de Março e do 13 de Outubro não podiam ser apropriados pela classe dominante, pelo menos até aquele momento. Eram datas de feitos de protagonistas trabalhadores lutando em classe para toda a classe trabalhadora universal. A própria tarefa de divulgação dessas datas no Brasil foi obra dos trabalhadores militantes contra a vontade do Estado, que, por diversas vezes, teria impedido manifestações públicas em sua comemoração.

O 13 de Maio, por sua vez, ocorrido no Brasil antes do anarquismo ter chegado e se difundido, desde 1888 adquiriu um caráter simbólico que conferia à generosidade da princesa a responsabilidade do canetaço que alforriou tanta gente da condição de mercadoria e propriedade. Desta maneira, para fins de propaganda, os anarquistas se viram obrigados a subverter o seu simbolismo tal qual se apresentava hegemonicamente, que livrava da classe dominante do presente o peso da culpa dos seus antepassados.

No processo de subversão dos símbolos (ou, a seu ver, restituição da verdade histórica), travaram uma disputa simbólica em duas frentes: em torno da autoria da abolição da escravidão e sobre os seus limites. Eram duas questões fundamentais na difusão de uma nova mentalidade que pudesse servir à ação e aos propósitos da luta de classes através dos métodos libertários.

Deste modo, por exemplo, através de uma anedota, Helto Mortiço descreve a reação de um ouvinte ao discurso de um orador que “desfazia-se em elogios à magnanimidade da princesa” em praça pública. Para espanto de toda a platéia, que inicialmente o chamou de bêbado, atribuiu a abolição da escravidão à ação direta dos “*cocheiros e mais alguém como eles*”:

⁴⁰⁴ 18 de Março – A comemoração da Comuna. *A Plebe*, São Paulo, ano IV, n. 57, 20 mar. 1920, p. 2.

“As sinhás chegavam à estação acompanhadas das suas mucamas e moleques; enquanto um cocheiro a distraía no trato do aluguel do carro, outro raptava-lhe os escravos e dava-lhes fuga.

Isto chegou a fazer-se em larga escala em todas as estações ferroviárias mais importantes.

Entretanto, iam-se pondo em prática outros meios, não menos eficazes do que esse, sendo tais atos denominados pela Imprensa de então – ‘roubos de escravos’, e os seus autores ‘ladrões de escravos’ e ‘Caifazes’.

*O tal decreto da abolição não fez mais do que reconhecer os fatos consumados e em via de consumação.”*⁴⁰⁵

Como texto de propaganda, o militante tratou de inverter completamente a autoria da abolição, passando-a da princesa para simples e anônimos cocheiros que, sorrateiramente, criaram um sistema de fuga de escravos que se disseminou a tal ponto que não havia alternativa ao Estado que não reconhecer sua derrota. Tal como no passado, era preciso que os trabalhadores agissem e comesçassem, mesmo que fossem inicialmente poucos, a promover, através da ação direta, “*as expropriações em massa*” a fim de extinguir definitivamente “*o cativo dos pretos e dos brancos*”, que permanecia existindo, apesar do decreto imperial.

A transferência da ação protagonista da princesa para os trabalhadores escravizados esteve presente em outros textos que trataram especificamente da abolição do 13 de Maio, especialmente na virada da década de 1910, quando a figura de Zumbi dos Palmares, o “*admirável Spartacus negro da História*”⁴⁰⁶, parece, enfim, ter sido descoberta. A primeira referência ao mártir que encontrei diz respeito a um Grupo Comunista Brasileiro Zumbi⁴⁰⁷, fundado em 1919. Uma outra possibilidade de enfoque à propaganda havia surgido? Neste sentido, em 13 de maio de 1921, já em meio às tensões e o início da definição de posições dos militantes frente à Revolução Russa, o jornal *Voz do Povo*⁴⁰⁸, órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de

⁴⁰⁵ MORTIÇO, Helto. Comentários: O 13 de Maio e a Ação Direta. *A Rebelião – Semanário de propaganda socialista-anarquista – Escrito por trabalhadores e para trabalhadores*, São Paulo, ano I, n. 3, 17 maio 1914, p. 1.

⁴⁰⁶ Grupo Comunista Brasileiro ‘Zumbi’ (1919) *apud* CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: 2.ed., Difel, 1984, p. 333-334; Grupo Comunista Brasileiro ‘Zumbi’. *Spártacus*. Rio de Janeiro, ano I, n. 23, 3 jan. 1920, p. 3.

⁴⁰⁷ Este Partido de 1919, de caráter anarquista, não deve ser confundido com o PCB marxista fundado em 1922. Em meio ao entusiasmo gerado pela Revolução Russa, sua criação foi uma tentativa de melhor articulação da ação e da propaganda revolucionária de grupos anarquistas do país, sem dedicar-se à estratégia eleitoral, repelida pelos militantes.

⁴⁰⁸ *Voz do Povo – Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral*. Rio de Janeiro, edição especial, 13 maio 1921.

Janeiro, lançaria uma edição cujo conteúdo exaltava a resistência secular de heróis, como o quilombola e outros anônimos, pela libertação dos negros escravizados e exortava os trabalhadores a fazerem o mesmo para o fim de toda forma de escravidão.

A transferência da ação protagonista da princesa para os trabalhadores escravizados esteve presente em outros textos que trataram especificamente da abolição do 13 de Maio. Em um deles, assinado por Isabel Silva⁴⁰⁹, no hebdomadário *A Obra*, cuja capa trazia o desenho de um homem de costas, olhando para a frente na direção de um ponto luminoso, com os braços abertos e os grilhões partidos, repetia-se novamente o argumento de que a decretação da abolição não foi mais do que o inevitável reconhecimento de que a resistência dos escravizados havia tornado a conservação da escravidão impossível. Nesse texto, fazia-se um apanhado histórico da trajetória de resistência dos escravizados, desde Palmares, e das artimanhas da classe dominante e suas leis em conduzir um processo de abolição que não pusesse em risco a sua posição social nem o regime de propriedade privada.

Ou seja, ao contrário do mito que se difundiu, “*a grande verdade é que o feito grandioso da extinção da escravidão no Brasil foi meramente obra dos revolucionários, para o que concorreu unicamente a ação direta dos interessados*”. Porém, a ação direta dos oprimidos, para ser revolucionária, precisa contar também com o apoio de idéias:

“Em face do horror que essas crueldades inspiravam aos corações bem formados, aventou-se a idéia do abolicionismo. A princípio chamava-se-lhe simplesmente emancipação porque receava-se a reação dos senhores donos de escravos, que tinham a seu dispor tribunais e parlamentos. Contudo, a sublime idéia foi tomando vulto.

Em 1831, votava-se uma lei, proibindo o tráfico de africanos. Em 1871, votava-se outra lei declarando livres os filhos de mulher escrava.

Então, a malvadez escravagista chegou ao auge: as inocentes criancinhas que nasciam protegidas pela lei do ventre livre, morriam à míngua por falta de cuidados maternos, as mães, por imposição dos algozes, existiam só para o eito e não para cuidar dos filhos.

⁴⁰⁹ De acordo com Edgar Rodrigues (*Os companheiros*. Florianópolis: Insular, 1999.), a ativa militante Isabel Cerruti utilizava os pseudônimos de Isabel Silva, Ruti e Isa em seus escritos políticos. Ainda que o autor não tenha certeza, indica que é provável que ela tenha nascido na Itália, ou, se não, seja filha de italianos. Dada essa informação, continuaremos a nos referir à autora como Isabel Silva, nome com que ela assina os textos aqui citados.

Foi então que os precursores do abolicionismo resolveram intensificar a campanha para pôr termo à escravidão.

O maior vulto da nobre causa foi Luiz Gama, o Espártaco baiano. Morreu ele sem poder ver a conclusão de sua obra.

Substituiu-o na estacada, Antonio Bento de Sousa e Castro, que foi um digno sucessor.

Durante algum tempo a ação abolicionista desenvolveu-se dentro do foro, indenizando-se a carta de alforria. Mas a ativa propaganda dos abolicionistas, entre os quais Rui Barbosa e José do Patrocínio, deslocou a peleja libertadora, da esfera restrita dos tribunais para a das agitações revolucionárias. A onda avassaladora avolumava-se e avançava, atraindo novos e numerosos contingentes para as fileiras revolucionárias.

São dignos de menção os relevantes serviços prestados pela imprensa defensora da liberdade dos escravos.”⁴¹⁰

Deste modo, Isabel Silva reconheceu que o movimento abolicionista deveu muito de sua força e formulação de suas idéias a homens que não compactuavam com idéias socialistas, muito menos anarquistas. Nem por isso deixaria de atribuir-lhes, um pouco à moda da história dos grandes homens, como era usual fazer naquela época, o reconhecimento de sua colaboração àquela causa. No entanto, pelo menos os editores da revista não deixaram passar despercebido que a adesão a um movimento legítimo do passado não tornava Rui Barbosa um companheiro e defensor dos trabalhadores no presente, como tentava fazer acreditar a sua propaganda eleitoral à presidência da República naqueles anos⁴¹¹.

Como anarquista, escolhia-se a ação direta como o único meio para atingir fins revolucionários. Mas a ação deveria vir acompanhada também de idéias, de reflexão, para que o curso dos esforços não desviasse de seu caminho rumo à Revolução. O movimento abolicionista foi um movimento de ação direta e parcialmente libertador. Parcialmente porque apesar de a ação direta ter posto fim ao regime de escravidão negra, a obra não foi completa, no sentido de que não colocou fim ao regime de propriedade privada, que mantém escravos não apenas uma “raça infeliz”, mas todos os trabalhadores, negros e brancos, através do salaríato. A ação direta orientada por

⁴¹⁰ SILVA, Isabel. Treze de Maio – A Abolição. *A Obra – Semanário de Cultura Popular*, São Paulo, ano I, n. 2, 13 maio 1920, p. [4].

⁴¹¹ A propósito da participação de Rui Barbosa no movimento abolicionista, lê-se, ao final do texto, uma breve nota da redação com a seguinte ressalva: “É de estranhar que o Dr. Rui Barbosa, grande vulto da campanha abolicionista, seja, hoje, um dos principais defensores da escravatura vigente.”. *Ibidem*, *idem*.

idéias sinceras, mas não propriamente revolucionárias, logrou a conquista fundamental da abolição da escravatura, porém de modo limitado. Entretanto, mais do que lamentar o fato de o abolicionismo não ter completado a revolução, a mensagem final era de esperança de que a luta dos mártires do passado deveria ser continuada pelos escravos do presente, apesar de todas as dificuldades impostas pela reação, tal como sucedeu com os primeiros abolicionistas:

“Como naqueles tempos, os arautos da liberdade sofrem toda a sorte de afrontas, de torturas e de vexames. Mas, como naqueles tempos, a onda revolucionária se avoluma e avança, e a justiça há de vencer.

Neste Maio, para nós de fulgurantes esperanças, das colunas da nossa ‘Obra’, para a redenção dos escravos modernos, reinvocamos num preito de gratidão os mártires de Chicago, e saudamos num preito de homenagem os mártires negros do Brasil.

Salve, Maio de grandiosas recordações!

Glória, glória, aos mártires da Liberdade!”⁴¹²

De outra parte, neste mesmo texto de Isabel Silva nota-se alguns elementos que serão constantes em toda a propaganda libertária do Brasil, quando tratava, direta ou indiretamente, do tema da escravidão negra. Apesar de o argumento central do texto ser a demonstração de um vínculo de continuidade entre a dinâmica das lutas dos escravos pela liberdade e as lutas dos trabalhadores livres “de todas as raças” na atualidade, há, por diversas ocasiões, o uso de expressões que parecem demarcar uma diferença não apenas entre a condição de trabalhadores escravizados e livres (diferença, aliás, praticamente mínima no regime de “escravidão hodierna, (...) salarziata, que se quer abolir”), mas também entre “negros” e “brancos”. E isso se verifica mesmo nas passagens que têm por objetivo combater o racismo. Esta distinção está presente, por exemplo, quando a autora diz que “ao recordar esses ominosos tempos, o rubor queima-nos as faces” por sentimento de culpa pelos maus tratos a que eram submetidos os escravos, “*aquela infeliz gente, em tudo igual a nós, diferindo só na cor*”.

Possivelmente, Isabel (Cerruti) Silva, pelos padrões raciais da época no Brasil, era vista e sentia-se como “branca”, para poder pôr-se em igualdade (biológica e moralmente) com os “negros”, apesar da cor. Poderíamos considerar apenas um breve rasgo de percepção individual desta militante a respeito da linha da cor. Mas, a

⁴¹² Ibidem, idem.

existência de outros fragmentos de teor semelhante, espalhados na imprensa anarquista, nos leva a crer que outros anarquistas compartilhavam a mesma autoimagem. João Crispim⁴¹³, por exemplo, um dos mais ativos militantes anarquistas de Santos, condenou o racismo e a aura de legitimação, primeiro religiosa, e depois cientificista, que essa ideologia recebeu, nos seguintes termos:

“Para encontrar argumentos que satisfizessem o desejo de justificar este princípio, e, ainda, a bárbara escravatura, há pouco nominalmente abolida, estudou-se o homem de cor e observou-se e propagou-se que tem muito pronunciados os caracteres de bestialidade, tanto sob o ponto de vista físico como intelectual.

A sua conformação craniana, cuja fronte é, como a do símio, pouco elevada, os pômulos salientes e as mandíbulas formidáveis, o nariz achatado, são caracteres próprios do tipo que vive em vida vegetativa, que não tem outras funções que as da nutrição.

Para justificar a caça e a escravidão dos negros, os cientistas definiam-nos como bestas ferozes, às quais era preciso não domar, mas amansar.

Os padres diziam que os negros não tinham alma e, portanto, não era pecado tratá-los como aos outros animais.”⁴¹⁴

A essência do texto de Crispim, assim como o de Isabel Silva e todas as outras referências sobre o 13 de Maio e a escravidão negra no Brasil, condena as barbáries cometidas contra os negros no passado e contra todos os trabalhadores, “*negros, brancos, amarelos ou cobriços*”, no presente, suscitando, como única solução possível e necessária, a união de todos em torno da ação direta da classe trabalhadora. Mesmo assim, ainda que para esses militantes ninguém devesse sofrer discriminação por causa da cor da pele, o fato é que a sua visão, ainda que combativamente contra-hegemônica, estava permeada pelos preconceitos dominantes, dentre eles o racismo. De outra forma, e se não se considerasse branco, dificilmente Crispim repetiria que a formação craniana dos negros se assemelhava à dos “*símios*”, com características próprias de quem tinha uma “*vida vegetativa*”.

⁴¹³ João Crispim militava na Federação Operária Local de Santos (FOLS), associação que esteve à frente de diversas iniciativas do movimento operário dessa cidade portuária. Em junho de 1913, a associação declarou-se abertamente anarquista, atitude que, neste mesmo ano no II Congresso Operário Brasileiro, recebeu críticas de outros militantes anarquistas, que defendiam a neutralidade política e religiosa nos sindicatos. Sobre isso há um interessante debate entre Crispim e Neno Vasco no jornal da C.O.B., *A Voz do Trabalhador*, que precedeu o evento.

⁴¹⁴ CRISPIM, João. 13 de Maio. *A Rebelião – Semanário de propaganda socialista-anarquista – Escrito por trabalhadores e para trabalhadores*, São Paulo, ano I, n. 2, 9 maio 1914, p. 1.

Além de utilizar argumentos cientificistas quanto às características físicas dos negros para criticar o cientificismo, defendeu a igualdade de capacidade intelectual entre as raças, mesclando fatores históricos e uma certa dose de preconceito de quem analisa as diferenças de fora e de cima:

“Mas o certo é que nunca se procurou educar essa raça para saber se realmente era suscetível de uma evolução e aperfeiçoamento mais rápido, como o é a raça branca.

Não se procurou educá-la porque havia muito em que ocupar os cativos, submetidos a trabalhos prolongados e extenuantes, que poucos senhores seriam capazes de realizar, e porque a instrução ou a educação seria um sério perigo para essa instituição pseudocientífica e divina.

No entanto, os escravos tinham rasgos de inteligência e compreendiam bem a tremenda injustiça do regime a que eram submetidos. Tal é assim que se mantiveram em constante rebeldia, castigada com a morte, e infinidade de revoltas se produziram, sendo presos e massacrados pela milícia do império, vale dizer, do Estado científico e da divina Providência.”⁴¹⁵

É possível depreender do trecho acima que a “raça branca”, ao invés de ter estigmatizado o negro, deveria ter utilizado os métodos à disposição, desenvolvidos devido ao estágio evolutivo atingido, para educar a “raça negra” e “*saber se realmente [ela] era suscetível de uma evolução e aperfeiçoamento mais rápido (...)*”, como seria o caso verificado entre os brancos. Contudo, mesmo sem terem sido educados (pelos brancos), “os escravos” (negros) “*tinham rasgos de inteligência*”, como provavam seus atos de rebeldia e suas rebeliões. Ainda assim, note-se bem, eram apenas “rasgos”.

Era compreensível, segundo Crispim, a existência da linha da cor na população brasileira, não apenas por causa da visão preconceituosa dos brancos em relação à raça negra, mas também dos negros em relação aos brancos. Afinal, haveria motivos históricos para que os negros desconfiassem dos brancos: a “*injustiça [da escravidão], que não escapava às luzes da sua [dos negros escravizados] consciência é a causa do ódio que mantiveram e mantêm contra a raça branca. Para eles a raça branca é a raça dos escravistas*”⁴¹⁶.

No entanto, apesar de existente, e até do legítimo sentimento de desconfiança dos negros, deveriam ser empregados todos os esforços para que a linha da cor fosse

⁴¹⁵ Ibidem, idem.

⁴¹⁶ Ibidem, idem.

superada e se pudesse pôr fim à escravidão comum do presente, que, retoricamente, subjugava-os “com mais perigo para a sua vida e a sua liberdade, do que nos tristes tempos do seu [do negro] especial cativoiro”⁴¹⁷.

Creio que os elementos analisados na propaganda libertária permitem afirmar que diversos anarquistas no país (ou mais particularmente em São Paulo, a tomar pelos exemplos aqui citados), viam-se como brancos, e, apesar do discurso em defesa de “todas as raças” e de que o elemento revolucionário da classe trabalhadora deveria ser formado por todas elas, tinham por público prioritário a atingir, os trabalhadores brancos. Era nos trabalhadores brancos, sobretudo os estrangeiros, que esses militantes depositavam a fé de poder arregimentar com mais facilidade forças para a cotidiana batalha revolucionária, para libertar todas as raças do jugo da escravidão capitalista. Seria entre eles que se encontrariam os principais agentes a divulgar o ideário anarquista.

Em um artigo de *A Plebe*, lê-se a seguinte legenda logo abaixo de uma ilustração (a mesma da capa de *A Obra*, acima citada): “*Quando brilhará para a multidão oprimida dos escravos brancos, o sol de um 13 de maio de fato?*”⁴¹⁸. Seria muito exagero querer ver nesta passagem a afirmação de que a liberdade havia já chegado aos negros, faltava agora somente aos brancos, uma vez que os alforriados em 13 de Maio tornaram-se juridicamente tão livres quanto os brancos. Contudo, creio ser legítimo pensar que a idéia de “nova escravatura branca” é mais uma indicação de que os esforços dos militantes estavam voltados prioritariamente para arregimentar a simpatia dos trabalhadores brancos, e, dentre estes, especialmente entre os imigrantes e seus descendentes, fração importante da população total de São Paulo:

“Como as condições econômicas, as formas da propriedade não mudaram, também não mudou, a não ser no apelativo e na cor da pele, o escravo antigo. Na essência, tudo ficou como estava.

Não quer isso dizer que o escravo se fez proletário, valendo este, no fundo, o mesmo que aquele.

Não. Surge-nos, a cada passo, o escravo, do mesmo modo, com as mesmas formas, as mesmas servidões. Temos, literalmente, a escravatura pessoal. D’antes havia a empresa privada, o negreiro, que se encarregava de ir comprar ou caçar o negro, em regra pela astúcia, e o vendia depois aqui ao agricultor. Hoje, o empresário desse negócio é o Estado.

⁴¹⁷ Ibidem, idem.

⁴¹⁸ 13 de Maio. *A Plebe*, São Paulo, ano V, n. 117, 14 maio 1921, p. 1-2.

Este não compra o escravo, mas paga-lhe a passagem: não caça o negro a laço ou mostrando-lhe barretes e miçanga, mas engana-o com falsas promessas de bem-estar.

O escravo chama-se colono e é branco, e o Estado não é 'negreiro', mas agente de imigração, representante dos fazendeiros. Temos aqui um exemplo típico de 'governo de classe'.

Mas, pondo o pé em terra brasileira, o colono não é livre? Perdão, deve ir para a 'Hospedaria dos Imigrantes'... E ali a liberdade de dispor da sua própria pessoa é bem mesquinha: se for preciso, a mesma polícia lho fará sentir

Mas, na fazenda, o colono é pago, e é livre: pode mudar de patrão, sair... Devagar. Fugir, ainda às vezes lhe é possível, de noite, por causa dos capangas. Não faltam na fazenda os aparelhos de escravidão: o administrador, o capanga, o chicote, o tronco, a tortura, a seqüestração das pessoas, o direito de pernada, o calote, e a multa ou a cantina obrigatória, que fazem voltar para o bolso do senhor ou do feitor o salário que porventura foi dado. (...)"⁴¹⁹

Enfim, a escravidão continuava, agora com os navios chegando com escravos “brancos” da Europa, ao invés da África. E equiparar a condição do trabalhador assalariado à condição de escravizado cumpria duas funções de propaganda: de denúncia do capitalismo, que, apesar da aparência, pouco ou nada teria de avanços para o trabalhador; e de coesão da classe trabalhadora, também entre brancos e negros, pois todos estavam submetidos à mesma condição aviltante anterior a 1888. Porém, seguindo os argumentos desses artigos publicados na imprensa anarquista paulista sobre o potencial revolucionário da classe, dentre os seus integrantes, acreditava-se que estariam entre os brancos os que poderiam assumir a função de uma vanguarda revolucionária. Afinal, apesar de terem sido os brancos os escravizadores do passado e do presente, existia “*a atenuante de que é da mesma raça que sai maior contingente de rebeldes e de revolucionários*”⁴²⁰, como se deduzia ao constatar que as mais importantes e avançadas lutas dos trabalhadores ocorriam nos países de população “branca”.

* * *

O internacionalismo propagado pelos anarquistas constitui um dos mais importantes e fundamentais aspectos de diversas correntes operárias que se pretendem revolucionárias. Dentre estas, o anarquismo, por não aceitar negociar com o Estado,

⁴¹⁹ Ibidem, idem.

⁴²⁰ CRISPIM, João. 13 de Maio..., *op. cit.*

talvez seja uma das correntes mais intransigentes no combate dos sentimentos nacionais, uma vez que eles ofuscariam a percepção do internacionalismo do capital e das relações de poder, ao mesmo tempo em que impediriam que os trabalhadores identificassem seus interesses comuns através das artificiais fronteiras nacionais.

Diante de um contexto marcado pelo fortalecimento dos Estados nacionais em disputa por monopólios de mercado, a construção hegemônica do discurso nacionalista foi um entrave difícil de ser transposto pelos anarquistas de todo o mundo. Por outro lado, para os anarquistas do Brasil, havia ainda o problema de existirem múltiplos sentimentos nacionais em um mesmo território, o que, por preconceitos de raça vigentes dificultava por vezes o estabelecimento de laços de solidariedade mútua. Pelo menos à diversidade de nacionalidades, os anarquistas atribuíram algumas das dificuldades de sua propaganda no Brasil.

Apesar de todo o discurso internacionalista, de combate às divergências provocadas por sentimentos nacionais e pelo racismo, os militantes anarquistas viviam neste mundo, e, como tal, sofriam as influências da visão de mundo hegemônica. De certa forma, as teorias racialistas poderiam ser incorporadas na sua percepção ao avaliarem os movimentos revolucionários do exterior. Dos “civilizados” esperava-se a condução de um processo revolucionário que pusesse fim à sociedade industrial capitalista. Contudo, na avaliação de movimentos de rebeliões populares de grandes proporções como a que ocorreu no México, embora também se tenha recorrido a argumentos racialistas, a raça não parecia ser entrave para a revolta.

Mas, apesar das análises sobre o México, muitos anarquistas no Brasil não pareciam acreditar no potencial instintivo dos negros, que ainda sofriam os efeitos da subjugação escravocrata. Pode ser encarada como uma desculpa, ou um recurso retórico para justificar a baixa penetração do seu ideário entre os trabalhadores brasileiros, o que, de certa forma, seria o mesmo que reconhecer os limites não de sua propaganda, mas de sua convicção política. De todo o modo, se não havia “instinto”, havia mais um motivo para intensificar a propaganda, uma vez que, apesar das dificuldades, mantinham a certeza da revolução.

No entanto, cabe ressaltar, o uso de argumentos racialistas para avaliar os limites de sua propaganda e de perceber a organização social, não faziam os militantes anarquistas racistas. Ao contrário, deve-se, antes, reconhecer que, a partir dos seus esforços na construção de laços de solidariedade internacional e de sua batalha para a

unificação do conjunto da classe, por cima das diferenças de cor, constituíram uma pedagogia pela qual se procurou enfrentar e superar essas divisões sociais, junto com a superação do capitalismo pela classe trabalhadora.

Considerações finais

A trajetória do anarquismo no Brasil, entre 1906 e 1936, esteve intrinsecamente relacionada com a trajetória do movimento operário em alguns poucos centros urbanos do país. É verdade que existiram militantes e iniciativas espalhados em muitas cidades do interior e também nas regiões norte e nordeste, mas sua presença ali se deu de modo esparso e isolado. Concentração e organização orgânica que permitem qualificar suas atividades como *movimento*, ocorreram propriamente no centro-sul, notadamente, embora com muitas irregularidades e com incidências desiguais, nas cidades de São Paulo, Santos, Sorocaba, Rio de Janeiro, Niterói, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

Deve-se ressaltar que o desenvolvimento do anarquismo no Brasil é fruto do processo de luta de classes no país. A ressonância de um ideal, cujas linhas gerais foram forjadas em outros países, só foi possível porque os conflitos sociais existentes no Brasil permitiram que a classe trabalhadora o reconhecessem como um projeto seu, adaptando-o e adequando-o às suas contingências. Nesse sentido, o anarquismo nasce no interior da luta de classes e foi uma das respostas políticas da própria classe trabalhadora contra a sua exploração.

Uma parcela da classe trabalhadora brasileira constitui-se de ideólogos de valores libertários. A eles competia a função auto-atribuída de instigar a adesão da classe às práticas revolucionárias apregoadas.

Contudo, o Brasil era país predominantemente agrário, cuja concentração de mão-de-obra urbana era relativamente baixa em comparação a outros países, sobretudo aos do Atlântico Norte. Ainda assim, os anarquistas concentraram suas atividades de propaganda nos centros urbanos e tiveram como público preferencial de sua propaganda os trabalhadores manuais urbanos, a quem identificavam como *classe operária*. E nas tentativas de aproximação com essa classe, constituiu-se a força e a fragilidade do movimento anarquista brasileiro.

Força porque foi entre os trabalhadores urbanos, em suas formas de organização coletiva e nas suas manifestações de resistência, que o anarquismo adquiriu notoriedade. Não importa o quanto a ação coletiva dos trabalhadores

dependeu, de fato, da ação militante anarquista. Importa que existiram práticas de resistência e combate dos trabalhadores contra o domínio do capital, que fizeram emergir práticas militantes identificadas como anarquismo. No contexto da luta de classes, os trabalhadores desenvolveram formas de associação e práticas independentes do anarquismo. E continuaram a fazê-lo, muitas vezes até em oposição ao aconselhado pelos seus adeptos. Contudo, tanto essas formas quanto o próprio anarquismo foram manifestações de um complexo processo de construção da classe e de sua consciência. Processo, este, em permanente reestruturação, definido também pelas clivagens e disputas das manifestações políticas desenvolvidas pela própria classe.

Por outro lado, pode-se falar em fragilidade porque, em um país onde a população urbana era proporcionalmente muito reduzida, implicou limites graves à propaganda anarquista a falta de uma propaganda incisiva entre os trabalhadores do campo, feita nos moldes da direcionada aos trabalhadores das cidades. Claro que muito contribuiu para essa fragilidade o reduzido número de militantes e as dificuldades inerentes à propaganda em áreas rurais, agravadas pela extensão do território brasileiro e pelas precárias vias de comunicação. Não há dúvida que a falta de aproximação com os trabalhadores do campo limitou a divulgação do seu ideal.

Ideal este, aliás, que sofria com a estigmatização pesada imposta por seus adversários, que identificavam os seus apelos à destruição da ordem capitalista ao terrorismo praticado por assassinos e detonadores de bombas, e as críticas à opressão do Estado, da Igreja e do patriarcalismo à imoralidade inconstante. E, de fato, o discurso intransigente e agressivo do anarquismo contra instituições que dominavam corpos, corações e mentes da população em geral, foi freqüentemente mal-recebido, senão repellido, pelo senso comum, que as julgava naturais e imprescindíveis. Daí a opção, em um primeiro momento, por uma aproximação gradual com os trabalhadores, através da defesa dos princípios de neutralidade política e religiosa nos sindicatos.

A estratégia consistia em avançar na medida em que se impunha limites ao exercício de práticas de correntes políticas adversárias. Para não ver as associações de trabalhadores submetidas ao controle de adversários, o preço a pagar foi um freio à sua própria propaganda no interior dos sindicatos. Mas existia uma convicção, sustentada por uma concepção algo autonomista, de que a prática sindicalista, por si só, conduziria os trabalhadores à percepção de que eles eram capazes de se organizar e agir coletivamente, e desenvolver práticas que pudessem construir um novo mundo a

partir de suas próprias mãos, sem a necessidade de patrões, pastores e agentes administrativos externos, que só os submetiam à condição de exploração e conseqüentes misérias, material e moral.

Mas esse autonomismo, expresso tantas e tantas vezes pelos militantes anarquistas defensores da prática sindicalista, continha, em contrapartida, uma noção bastante clara e precisa da necessidade de ação concreta voluntarista. Caso contrário, se os trabalhadores, por si só, fariam a revolução almejada, por que pensar em estratégias, combater adversários e se submeter ao risco de sofrer com os ataques violentos da repressão?

O que estava em jogo, internamente, entre os anarquistas, era ter clareza até quando seria preciso adotar uma postura de prudência para o melhor aproveitamento de sua propaganda em relação aos eventuais riscos. Intrinsecamente, suscitava a discussão se tal postura que privilegiava a propaganda gradual não oferecia limites a uma ação efetivamente revolucionária. Precipitação/prudência, autonomismo/voluntarismo, não eram termos necessariamente opostos. Ao contrário, integravam as concepções e avaliações de todos os militantes anarquistas do Brasil, como em outras partes do mundo, e as divergências entre eles, no caso brasileiro, se davam estritamente nesse âmbito, sem, no entanto, chegar a uma ruptura de posições, a não ser após a confirmação de que a Revolução Russa não era uma revolução anarquista.

A avaliação estratégica de que a parcela da população que tinha um potencial de fazer eclodir um processo revolucionário de caráter libertário era a classe operária, trouxe ainda implicações de outra ordem no caráter assumido por sua propaganda. O investimento na classe operária, por mais larga que fosse a conotação atribuída, procurava repetir no Brasil padrões de ação e concepções desenvolvidas em outras partes do mundo, sobretudo na Europa. Seu combate contra a naturalização do Estado e das fronteiras nacionais fundava-se em uma concepção que atribuía às classes sociais um caráter essencialmente internacional. Não existia, pelo menos na propaganda desenvolvida no Brasil, uma avaliação de conjuntura e das estruturas específicas da formação histórica brasileira. Ao contrário, as suas avaliações sobre os problemas e os inimigos de todos os trabalhadores e demais oprimidos do mundo eram essencialmente iguais, guardadas algumas peculiaridades de forma. Portanto, os métodos de ação e de lutas deveriam ser únicos e, principalmente, articulados em conjunto. Os anarquistas,

nesse sentido, procuraram instigar a classe operária brasileira a integrar um movimento universal pela construção do socialismo anarquista, que, a seu ver, estava em andamento e era irreversível. Assim, a identidade da classe trabalhadora, e a consciência de sua função revolucionária, era o principal desafio da militância anarquista. E se fazia isso através da divulgação de feitos de seus irmãos de classe de outros países. Eram exemplos a serem seguidos.

Em nome da supremacia da classe trabalhadora, combateram os sentimentos nacionais da heterogênea classe trabalhadora brasileira, formada por estrangeiros e nacionais, mas não deram especial atenção às clivagens raciais existentes no Brasil. Em parte, por coerência, afinal, os trabalhadores constituíam um corpo só. Chegaram a se esforçar por construir laços entre negros e brancos, procurando demonstrar as permanências da condição de exploração do período anterior à abolição formal da escravidão, e as experiências comuns entre aqueles que foram escravizados e aqueles considerados livres pela lei. Mas, especialmente os anarquistas de São Paulo, cuja capital contava com uma população formada, em sua grande maioria, por imigrantes europeus e seus descendentes, essa associação era feita com uma preocupação voltada aos trabalhadores considerados brancos, como quem apostava que era entre eles que se encontravam os elementos que poderiam compor a vanguarda revolucionária que daria fim a todas as formas de opressão, inclusive o racismo. Nisso, deixaram aberta uma lacuna que os comunistas iriam preencher já a partir da década de 1920, com uma propaganda específica voltada para negros e indígenas, tal qual a Internacional Comunista orientava a ação nos países dominados pelo imperialismo branco e ocidental.

Do ponto de vista político, a partir da década de 1920 se verifica outras cobranças ao movimento anarquista. O cenário político brasileiro se transformava com a ascensão de novos movimentos políticos de diferentes naturezas, que se diziam revolucionários e retiravam do movimento anarquista o monopólio do apelo à revolução. Nos poucos vestígios dos conturbados anos de estado de sítio, fica patente que impuseram-se impasses sobre os quais os militantes anarquistas não conseguiram reagir de modo que resguardassem a notoriedade conquistada até então. Na hesitação em apoiar movimentos que pudessem ter pontos em comum, foram superados politicamente por outros atores políticos, que demonstraram ter sido mais capazes de se adaptar às novas realidades.

Arquivos

Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) / UFRJ – Rio de Janeiro

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) / Unicamp – Campinas

Arquivo Nacional (AN) – Rio de Janeiro

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) – São Paulo

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) – Rio de Janeiro

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS) – Porto Alegre

Biblioteca Nacional (BN) – Rio de Janeiro

Centro de Documentação e Memória (CEDEM) / UNESP – São Paulo

Núcleo de Pesquisa Histórica (NPH) / UFRGS – Porto Alegre

Fontes consultadas

2.1. PROCESSOS JUDICIAS (APERGS)

Inquérito Militar contra Abílio de Nequete. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Foro Justiça Federal, Porto Alegre, Processo N.º 1432, Maço 44, Estante 133, 1917.

Processo Crime 1016, Maço 66, Cartório do Júri de Porto Alegre, 1919.

2.2. CORRESPONDÊNCIA DE ASTROJILDO PEREIRA (CEDEM)

2.3. OPÚSCULOS APERJ

MORES, Jack. *Talisman*. Rio de Janeiro, 1933. – Notação: F 206 Folheto DESPS;

OITICICA, José. *Princípios e fins do programa comunista-anarquista*. Rio de Janeiro, 1919. – Notação: F 215 Folheto DESPS.

2.4. JORNAIS E REVISTAS (AEL, CEDEM, AMORJ, NPH, BN, APERGS E APESP)

A Capital - SP – 1924

A Dor Humana - RS – 1919

A Evolução - RS – 1925

A Guerra Social - RJ - 1911-12

A Lanterna - SP - 1911-35

A Liberdade - RJ – 1919

A Luta - RS - 1908-18, 1930

A Luta - RS – 1916

A Luz - EEUU – 1915

A Obra - SP – 1920

A Plebe - SP - 1917-49

A Rebelião - SP – 1914

A Revolta - SP - 1913-14

A União - 1919-20

A Vida - RJ - 1914-15

A Vida - RJ – 1926
A Voz da União - SP - 1922-23
A Voz do Padeiro - RJ – 1919
A Voz do Sapateiro – RJ
A Voz do Sapateiro - SP – 1927
A Voz do Trabalhador - RJ - 1908-15
A Voz do Trabalhador - SP – 1919
A Voz do Trabalhador, RS – 1934
Alba Rossa - SP - 1919-21
Aliança Anarquista - RJ – 1918
Boletim do 3o Congresso Operario - SP – 1920
Cronica Subversiva - RJ – 1918
Democracia Social, RS
Despertar - RJ – 1918
Germinal! - SP – 1919
Germinal-La Barricata - SP – 1913
Guerra Sociale - SP - 1916-17
Hammer und Sichel - RS – 1924
Kultur – RJ - 1904
Liberdade - RJ - 1917-19
Movimento Communista - RJ – 1922
Na Barricada - RJ - 1915-16
Não Mataras - RJ – 1908
O Alfaiate - RJ - 1923-28
O Cosmopolita - RJ - 1916-18
O Debate - RJ – 1917
O Grito Operario - SP - 1919-20
O Homem do Povo - SP – 1931
O Homem Livre - SP - 1933-34
O Libertador - RJ – 1936
O Libertario - SP – 1922
O Livre Pensador - SP – 1912
O Marmorista - RJ – 1927
O Metallurgico - SP – 1920
O Nosso Verbo - RS - 1919-21
O Povo - RJ – 1937

O Syndicalista - RS – 1919-26
 O Trabalhador - SP – 1931
 Renovação - RJ - 1920-21
 Renovação - RJ – 1922
 Revista Liberal - RS - 1921-24
 Spártacus - RJ - 1919-20
 Voz Cosmopolita - RJ - 1922-28,33
 Voz do Graphico - RJ - 1926-32
 Voz do Operário - SE – 1920
 Voz do Povo - RJ – 1921

2.5. PRONTUÁRIOS DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO (DEOPS-SP)

Nome do prontuariado, Número do Prontuário, Período de abrangência dos documentos:

A. Felipe, 3856, 1936;
 A Plebe, 2303, 1933-1935;
 Abílio José Neves, 02, 1931-1964;
 Adelino Tavares de Pinho, 04, 1931-1933;
 Adolpho Sanchez, 2000, 1933-1947;
 Affonso Festa, 08, 1923-1931;
 Agapito Saes, 12, 1922-1931;
 Agostinho Farina, 848, 1927-1946;
 Alexandre Cerchiai, 1319, 1931-1933;
 Alfio Aurélio Tomasini, 2100, 1932-1952;
 Alfredo Stelluto, 1932-1947;
 Alonso Alfredo Chaves, 1932-1933;
 Amor Salgueiro, 3047, 1935-1948;
 Ângelo Charotti, 29, 1916-1937;
 Ângelo Lasheras ou Las Heras, 1020, 1933-1940;
 Ângelo Tossi, 3121, 1935-1947;
 Aguillar, 2394, 1933-1974;
 Benedito Romano, 1262, 1931-1968;
 Carlos Gili, 19932, 1935;
 Carmine Farina, 96, 1926-1931;
 Centro de Cultura Social, 1914; 1934-1955;

Comitê Anti-fascista, 1581, 1933;
Comitê Antiguerreiro, 1656, 1933-1953;
Comitê Pró Sacco e Vanzetti, 70320, 1927-1946;
Comitê das Relações de Grupos, 70757, 1926;
Confederação Operária de São Paulo, 2945, 1934-1947;
Crescentino de La Modesta, 908, 1933;
Domingos Nieto Garcia, 2630, 1935;
Domingos Panzarino, 2985, 1934;
Domingos Passos, 1927-1946;
Donato de Vitis, 1931-1947;
Edgard Leuenroth, 122, 1933-1948;
Eleutério do Nascimento, 1899, 1932-1936;
Elias Valente, 2629, 1933-1947;
Ernesto Lopes, 1202, 1926;
Federação Comunista Libertária, 127, s./d.;
Federação Operária de São Paulo, 716, 1931-1937;
Félix Zirolia, 1685, 1932;
Fernando Navarro, 1933;
Florentino de Carvalho, 144, 1931-1947;
Francisco Arouca, 147, 1927-1934;
Francisco Cianci, 625, 1937-1946;
Francisco de Simoni, 1039, 1931-1932;
Francisco Jardim, 1916, s./d.;
Francisco Quesada, 497, 1931;
Francisco Rodrigues, 3637, 1933;
Grupo Anarquista de São Paulo, 1035, 1926;
Grupo Libertário Prometeu, 1291, 1931;
Guilherme Milane, 179, 1929;
Gusmão Soller, 4045, 1933-1949;
Hermínio Marcos Hernandez, 188, 1931-1934;
Hugo Biocatti, 189, 1931-1945;
Hugo Vittori, 2061, 1935-1936;
Humberto Infante, 190, 1931-1937;
Isabel Cerruti, 2599, 1933;
Ítalo Besassi, 198, 1926-1946;
Ítalo Felício dos Santos, 86256, 1947;

João Baccheto Filho, 211;
João Miniero, 774, 1919-1932;
João Navarro, 498, 1931;
João Perdigão, 452, s./d.;
José Albar Alcântara, 2476, 1933;
José Bullara, 261; 1926-1931;
José Cabrera, 2635, 1933;
José Carlos Boscolo, 263, 1931-1980;
José Gonçalves Moreno Filho, 2043, 1932;
José Jarejo Martinez, 2625, 1933;
José Perez Aragon, 1374, 1932-1951;
José Righetti, 282, 1931-1947;
José Rocca Orozco, 2393, 1937;
José Rodrigues, 283, 1920-1949;
José Romero, 284, 1931-1947;
Júlio Tancredi Baroni, 2176, 1934-1936;
Justiniano da Silva, 907, 1933-1947;
Liga Antifascista, 826, 1931-1946;
Liga Operária da Construção Civil, 927, 1931-1934;
Lorenzo Pironcelli, 301, 1930-1931;
Luiz Antônio, 472, 1931-1936;
Luiz Nieto Tortosa, 356, 1926-1931;
Luiz Papa, 1640, 1932;
Luis Papero, 906, 193-1960;
Manoel Esteves, 313, 1927-1946;
Manoel Sanches, 2150, 1932-1936;
Marcellino Ruiz ou Rodrigues, 325, 1931;
Maria Alles, 327, 1922-1931;
Maria Lacerda de Moura, 857, 1933;
Mário Grilli, 760, 1931;
Mário Silva, 335, 1926-1975;
Marques da Costa, 3472, 1934;
Nathalino Rodrigues, 1931-1947;
Oreste Ristori, 364, 1931-1948;
Paulino Aguillond, 1946, 1932;
Pedro Burba, 59, 1935;

Pedro Catallo, 377, 1932-1947;
Pedro Zanella, 384, 1931-1935;
Rodesindo Colmenero, 399, 1919-1931;
Rodolpho Felipe, 400, 1931-1948;
Romulo Pardini, 3630, 1930-1938;
Salvador de Matteo, 1283, 1931-1947;
Sebastião Vieira Carvalho, 5195, 1931-1952;
Sindicato dos Operários em Ofícios Vários, 2257, 1934;
Sindicato dos Operários Metalúrgicos, 1123, 1931-1965;
União dos Trabalhadores Gráficos, 577 (vol. 2), 1933-1936.

Bibliografia

- A *Vida*. São Paulo: Ícone/CMS, 1988 (coleção fac-similar).
- A *Voz do Trabalhador*. São Paulo: Imprensa Oficial/CMS, 1985 (coleção fac-similar).
- ADDOR, Carlos. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- Anarchisme e syndicalisme: Le Congrès Anarchiste International d'Amsterdam (1907)*. Rennes: Nautilus; Paris: Editions du Monde Libertaire, 1997.
- ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo: Edições Sociais, 1998.
- ARAVANIS, Evangelia. A utopia anarquista em Porto Alegre nos anos 1906 e 1907. *Estudos ibero-americanos*, Porto Alegre, PUCRS, vol. XXII, no. 2, p. 41-52, dez. 1996.
- ARUFO, Alessandro. *Breve storia degli anarchici italiani: 1870-1970*. Roma: DataneWS, 2006.
- AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.
- BAKUNIN, Mikhail. *Escritos contra Marx: conflitos na Internacional*. Brasília: Novos Tempos, 1989.
- BANDEIRA, Moniz, MELLO, Clóvis e ANDRADE, A.T. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: 2.ed., Brasiliense, 1980.
- BARTZ, Frederico Duarte. *O horizonte vermelho: o impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920*. Porto Alegre: Dissertação de mestrado em História/UFRGS, 2008.
- BATALHA, Claudio. *Le syndicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Paris: Tese de doutorado em História/Université de Paris I, 1984.
- BATALHA, Cláudio H. M. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil, vol. II – Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-158.
- BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

- BATALHA, Claudio. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Vértice/Anpocs, p. 117-127, 1990.
- BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: 2ª ed., Global, 1981.
- BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades do movimento operário: Porto Alegre 1906-1911*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- BODEA, Miguel. *A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- BONOMO, Alex Buzeli. *O anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935)*. São Paulo: Dissertação de mestrado em História/PUC-SP, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, 7ª ed., Bertrand Brasil, 2004.
- Cadernos AEL – n. 8/9: Anarquismo e anarquistas*. Campinas: AEL, 1998.
- CAMPOS, Cristina. *O sonhar libertário*. Campinas: Editora da Unicamp/Pontes, 1988.
- CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 2ª ed., 1984.
- CARONE, Edgard. *A República Velha – Instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- CARVALHO, José Murilo de. *Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil*. México: El Colégio de México / Fondo de Cultura Económica, 1995.
- CASTRO, Ricardo. A Frente Única Anti-Fascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). *Topoi*, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 5, p. 354-388, 2002.
- CATTANI, Antonio David. *A ação coletiva dos trabalhadores*. Porto Alegre: Palmarinca/Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
- CHACON, Valmireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- CHOMSKY, Noam. *Escritos sobre o anarquismo*. São Paulo: Imaginário; Sedição Editorial, 2004.
- COELHO, Plínio Augusto. *Bakunin por Bakunin: cartas*. Brasília: Novos Tempos, 1987.
- COLOMBO, Eduardo et alli. *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

- COLSON, Daniel. *Petit lexique philosophique de l'anarchisme*. Paris: Le livre de Poche, 2001.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. Rebeldia e revolução na História Social. In: BRESCIANI, Stella (org.). *Jogos da política*. São Paulo: Anpuh/Fapesp, 1992.
- DE DECCA, Edgard. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DEMINICIS, Rafael Borges e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do anarquismo no Brasil – Vol. 1*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- DEL ROIO, Marco. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim e REIS Filho, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil – Vol. I: o impacto das revoluções*. Campinas: 2.ed. rev., Editora da Unicamp, 2003.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- DULLES, John Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: 2ª ed., Nova Fronteira, 1977.
- DUTRA, Eliana. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- FARINHA NETO, Oscar. *Atuação libertária no Brasil: a Federação Anarco-Sindicalista*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.0
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1977.
- FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil – Vol. 1: A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- FORTES, Alexandre et. al. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- FRENCH, John D. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal, 1995.
- GERALDO, Endrica. Práticas libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951). In: *Anarquismo e Anarquistas – Cadernos do AEL*. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth, n. 8/9, 1998.
- GERTZ, René E. (ed.). *Memória de imigrante anarquista (Friedrich Kniestedt)*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1989.

- GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora UPF, 2005.
- GERTZ, René E. Operários alemães no Rio Grande do Sul (1920-1937) ou Friedrich Kniestedt também foi um imigrante alemão. In: *Revista Brasileira de História*, vol.6, n.11, set. 1985/fev.1986.
- GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Editora da UNESP e Prefeitura Municipal de Santos, 1992.
- GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: 2ª ed., Relume Dumará, 1994.
- GRUPO ANARQUISTA 1º DE MAIO (org.). *Textos escolhidos de Malatesta*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. *Coleção remate e males*, n.5, p. 96-120, 1985.
- HARDMAN, Francisco Foot (org.). *Contos anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem patria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: 3ª ed. (revista e ampliada), UNESP, 2002.
- HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos vinte)*. São Paulo: Global Editora, 1982.
- HECKER, Alexandre. *Um socialismo possível: a atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.
- HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOBBSAWM, Eric J. Reflexões sobre o anarquismo. In: *Revolucionários – Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: 2ª ed., Paz e Terra, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Boitempo, 2003. (original em inglês de 2002).
- JEREMIAS, Marcolino (coord.). *Três depoimentos libertários: Edgar Rodrigues, Jaime Cubero, Diego Giménez Moreno*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.
- JOLL, James. *Anarquistas e anarquismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1970.
- JULLIARD, Jacques. *Autonomie ouvrière: Études sur le syndicalisme d'action directe*. Paris: Gallimard; Le Seuil, 1988.

- KHOURY, Y. (org.). *As greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1981.
- LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiças no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: roteiro de libertação social*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963.
- LEUENROTH, Edgard e NEGRO, Hélio. *O que é maximismo ou bolchevismo? – Programa comunista*. São Paulo: Editora Semente, s./d. (edição original de 1919).
- LINDEN, Marcel Van Der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, UNESP, vol. 24, n. 2, p. 11-40, 2005.
- LINDEN, Marcel Van Der. The “Globalization” of Labor and Working-Class History and its consequences. *International Labor and Working-Class History*, n. 65, p. 136-156, primavera 2004.
- LINDEN, Marcel van der e THORPE, Wayne. Essor et déclin du syndicalisme révolutionnaire, *Le Mouvement Social*, Paris, n. 159, p. 3-36, abr.-jun. 1992.
- LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: 2.ed., Editora Alfa-Ômega, 1978.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Unitrabalho/EdUFPel, 2001.
- LONER, Beatriz Ana. O canto da sereia: os operários gaúchos e a oposição na República Velha. *História-Unisinos*, São Leopoldo, Unisinos, v. 6, n. 6, p. 97-125, jul.-dez. 2002.
- LOPREATTO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2000.
- MAGNANI, Silvia Lang. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*. Edição on-line LCC Publicações Eletrônicas. (Disponível on-line em: <http://www.culturabrasil.org/zip/malatesta.pdf>).
- MALATESTA, Errico. *Bakunin e altri scritti sulla storia dell’Anarchia*. Roma: DataneWS, 2004.

- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARÇAL, João Batista. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul: anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995.
- MARÇAL, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1985.
- Margem esquerda: ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo, n. 4, out. 2004. (Dossiê “Partidos Políticos”).
- MARÍN, Dolors. *Ministros anarquistas: la CNT en el gobierno de la II República (1936-1939)*. Barcelona: Debolsillo, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich e LENIN, Vladimir. *Acerca del anarquismo y el anarcosindicalismo*. Moscou: Editorial Progreso, 1976.
- MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto/Faperj, 2004.
- MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. *Outubro*, São Paulo, n. 14, p. 81-110, 2º sem. 2006.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOVA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MORAES Filho, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*. Brasília: Ed. UnB/Câmara dos Deputados, 1981.
- MORAES Filho, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. In: MORAES, João Quartim de e REIS Filho, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil – Vol. I: O impacto das revoluções*. Campinas: 2.ed.rev., Editora da Unicamp, 2003.
- MOURA, Clóvis. *Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro*. São Paulo: Brasil Debates, 1979.
- MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- NAXARA, Márcia R. C. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1870-1920)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1998.

- OITICICA, José. *A doutrina anarquista ao alcance de todos*. São Paulo: Econômica Editorial, 1983.
- OITICICA, José. *Ação Direta: antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira – meio século de pregação libertária*. Rio de Janeiro: Germinal, 1970.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente: um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX*. Porto Alegre: dissertação de mestrado em História/UFRGS, 2003.
- OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Entre o Prata e Mata Grosso: uma viagem pelo mundo do trabalho marítimo de 1910 a 1930. (Buenos Aires, Montevideu, Assunção e Corumbá)*. Campinas: Tese de doutorado em História/Unicamp, 2006.
- PARRA, Lucia Silvia. *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003.
- PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB – Notas e documentos, 1922-1928*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962.
- REIS, Elisa Pereira. Interesses agroexportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo, CARDOSO, Fernando Henrique e FONT, Maurício. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 194-217.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz e LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Tchê!/UFRGS, 1992.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: DACANAL, José H. (org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, UFRGS, n. 3, p. 129-153, maio 1995.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Da ação direta à disciplina do partido: percursos do movimento operário gaúcho nos anos 20*. (Inédito – mimeo).
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *“Que a União Operária seja a nossa pátria!” História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; Santa Maria: Edufsm, 2001.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil – O movimento operário. Documentos*, vol. I. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil – condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e com o Estado*

- (1889-1930) – *Documentos*, vol. II. São Paulo: Brasiliense; Campinas: FUNCAMP, 1981.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira, vol.2, tomo 3 – O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 137-178, 1997.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- PRÉPOSIET, Jean. *Histoire de l'anarchisme*. Paris: Tallandier, 2002.
- RAGO, Margareth. *Foucault, história e anarquismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.
- REIS, Elisa Pereira. Interesses agroexportadores e construção do Estado:Brasil de 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo, CARDOSO, Fernando Henrique e FONT, Maurício. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ROCKER, Rudolf. *Os soviétes traídos pelos bolcheviques*. São Paulo: Hedra, 2007.
- RODRIGUES, Edgar. *ABC do anarquismo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976.
- RODRIGUES, Edgar. *Alvorada operária*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.
- RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e cultura social (1913-1922)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.
- RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos – 1922-1945*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1977.
- RODRIGUES, Edgar. *Os companheiros*. Rio de Janeiro: VJR, 1994. (5 vols.)
- RODRIGUES, Edgar. *Os libertários: idéias e experiências anárquicas*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e conflito: pesquisa, 1906-1937*. Rio de Janeiro: Arte Moderna, 1977.
- RODRIGUES, Edgar. *Um século de história político-social em documentos*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005 e 2007 (2 vols.)
- ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: 2ª ed., Paz e Terra, 1988.

- SALLES, Iza. *Um cadáver ao sol: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário; Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.
- SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX*. Niterói: Tese de doutorado em História/UFF, 2006.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Campinas: Tese de doutorado em História, Unicamp, 2002.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SEIXAS, Jacy Alves. *Mémoire et oubli: anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1992.
- SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e anarcossindicalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *“Povo! Trabalhadores!”: tumultos e movimento operário. (Estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre: Dissertação de mestrado em História, UFRGS, 1994.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUC/RS, vol. XXII, n. 2, p. 5-26, dez. 1996.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. A greve geral de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, n.5, p. 183-205, jul. 1996.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre: Tese de doutorado em História/PUC-RS, 2004.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- SILVA, Rodrigo. *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*. Campinas: Dissertação de mestrado em História/Unicamp, 2005.
- SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (original de 1907).
- SOUZA, Wlaumir Doniseti de. *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina*. São Paulo: UNESP, 2000.
- SURIANO, Juan. *Anarquistas: cultura y politica libertaria em Buenos Aires, 1890-1910*. Buenos Aires: Manatíal, 2001.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: 3ª ed., Paz e Terra, 1987. (edição original *The making of the English Working Class*. Londres: Victor Gollancz, 1963).
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004
- VACCARO, Salvo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000 (consultada a versão eletrônica disponível em http://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/foucault_e_o_anarquismo_-_vaccaro.pdf).
- VARES, Luiz Pilla. *O anarquismo*. Porto Alegre: 2ª ed., Editora da Universidade/UFRGS, 1992.
- VARGAS, João Tristan. *O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República*. Campinas: Unicamp/CMU, 2004.
- VASCO, Neno. *Concepção anarquista do sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. – 4ª ed. rev. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- WOOD, Ellen, Meiksins e FOSTER, John, Bellamy (orgs.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2 vols., 2002.
- WOODCOCK, George. *Os Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: LPM, 1998.